

2º CICLO DE ESTUDOS  
MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS

# O Reino de Portugal em Lucas de Tuy e em Rodrigo Jiménez de Rada Filipe Ferreira Bastos

**M**

2018



**Filipe Ferreira Bastos**

**O reino de Portugal em Lucas de Tuy e em Rodrigo Jiménez de  
Rada**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor  
Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral  
e coorientada pelo Doutor Francesco Renzi

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

# O Reino de Portugal em Lucas de Tuy e em Rodrigo Jiménez de Rada

Filipe Ferreira Bastos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral, coorientada pelo Doutor Francesco Renzi.

## Membros do Júri

Professor Doutor José Carlos Miranda  
Faculdade Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor José Augusto Sottomayor-Pizarro  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores



*Para minha mãe...*



## Sumário

Declaração de honra.....	9
Agradecimentos.....	10
Resumo.....	12
Abstract .....	13
Introdução .....	15
Capítulo 1 – Os autores e as obras: contexto e caracterização .....	20
1.1. Os autores.....	20
1.2. As obras.....	27
1.2.1. <i>Chronicon Mundi</i> .....	28
1.2.2. <i>De rebus Hispanie</i> .....	34
Capítulo 2 – Da <i>Gallaecia</i> a Portugal: a concepção do espaço ocidental peninsular.....	41
2.1. O ocidente peninsular no <i>Chronicon Mundi</i> .....	41
2.1.1. A expansão territorial e a multiplicidade de fronteiras .....	43
2.1.2. A individualização do espaço ocidental peninsular.....	56
2.2. O ocidente peninsular no <i>De rebus Hispanie</i> .....	65
2.2.1. A expansão territorial e a multiplicidade de fronteiras .....	65
2.2.2. A individualização do espaço ocidental peninsular.....	74
Capítulo 3 – Narrativas anteriores ao século XI.....	79
3.1. Os concílios de Toledo no <i>De rebus Hispanie</i> .....	79
3.2. Os condados de Portucale e Coimbra (séc. X-XI) em Lucas e Rodrigo .....	88
3.2.1. O assassinato de Sancho I de Leão (956-958 e 960-966).....	89
3.2.2. Mendo Gonçalves II, <i>nutritor</i> de Afonso V .....	95
Capítulo 4 – Narrativas do período condal (séc. XI-XII).....	100
4.1. O conde Henrique nas obras de Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada .....	100
4.1.1. O conde Henrique no <i>Chronicon Mundi</i> : epicentro da <i>perturbatio</i> .....	101
4.1.2. Henrique segundo Rodrigo: <i>uir bonus, iustus, strenuus, timens Deum</i> .....	108
4.2. Maurício ‘Burdino’ no <i>De rebus Hispanie</i> .....	120
Capítulo 5 – Narrativas do reino português (séc. XII-XIII) .....	128
5.1. Afonso Henriques e a casa real portuguesa.....	128
5.1.1. O <i>Chronicon Mundi</i> e a ‘fragilidade’ de Afonso Henriques .....	129
5.1.2. <i>Strenuus et pertinax in agendis</i> : Afonso Henriques segundo Rodrigo.....	145
5.2. Sancho I.....	164

5.1.2. Sancho I no <i>Chronicon Mundi</i> .....	165
5.2.2. O <i>filho do fundador</i> e continuador da política afonsina, segundo Rodrigo.....	173
5.3. O reino português em pleno século XIII .....	185
5.3.1. Teresa Sanches, as suas filhas Sancha e Dulce, e a sucessão no reino de Leão .....	185
5.3.2. Afonso II e Sancho II: o renovar da conflitualidade com Leão.....	189
Conclusões .....	195
Referências bibliográficas .....	203



## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 24 de setembro de 2018

Filipe Ferreira Bastos

## Agradecimentos

Um trabalho desta natureza exige bastante dedicação e empenho, o que por sua vez não seria possível sem o apoio, auxílio e incentivo de várias pessoas. A estas devo uma palavra de reconhecimento e gratidão por me acompanharem num processo de crescimento académico longo e árduo.

Como não poderia deixar de ser, o primeiro gesto de reconhecimento e gratidão devo dirigi-lo ao Professor Doutor Luís Carlos Amaral, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por ter sugerido e aceitado orientar este trabalho. Não caberia nestas palavras um justo reconhecimento do enorme impacto que teve em mim, ao longo do meu percurso académico, a sua forma de ensinar e, sobretudo, a sua forma de *observar* a História, comunicando-a como ninguém.

Igualmente, devo reconhecer o importantíssimo contributo do Doutor Francesco Renzi, do CITCEM-UP, que aceitou co-orientar este trabalho. As distintas perspectivas que aportou para o trabalho, as inúmeras sugestões bibliográficas, o auxílio nas passagens em latim; tudo isso foi fundamental para que este trabalho fosse viável. Quero principalmente agradecer a disponibilidade constante e incondicional que sempre revelou para acompanhar o percurso de investigação.

Ainda no que toca ao corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não posso deixar de agradecer aos professores do curso de Estudos Medievais, bem como aos do curso de História. Cada um, à sua maneira, foi capaz de transmitir o gosto pelo período histórico que investiga e, mais importante do que isso, transmitir o *ofício* do historiador. Dentro deste grupo, gostaria de destacar os professores de História Medieval, que me conseguiram incutir o fascínio por esta época em particular: aos Professores Doutores Luís Miguel Duarte, Cristina Cunha, Paula Pinto e José Augusto Sottomayor-Pizarro, o meu sincero agradecimento.

Por fim, no que diz respeito a agradecimentos relacionados com a Faculdade de Letras, gostaria de deixar aqui um reconhecimento aos funcionários da Biblioteca Central

pela simpatia e prontidão com que sempre responderam aos meus constantes pedidos e me receberam na sua ‘casa’.

Um reconhecimento distinto é devido aos amigos e familiares que partilharam comigo este trajecto que agora finda. Entre todos os amigos que me acompanharam, devo especialmente à Mariana um maior apoio, amizade e a partilha das angústias tão típicas e naturais deste contexto. Nesse sentido, o nosso percurso lembra-me uma passagem d’ *As cidades e as serras*, de Eça de Queiroz, em que as duas personagens principais encetam uma turbulenta viagem de comboio que atravessa a Península Ibérica. Entre as muitas peripécias, acabam por perder as suas malas e objectos importantes. Esperemos que o nosso percurso, também ele cheio de peripécias, termine de uma forma mais agradável.

Também ao Bruno devo um reconhecimento particular, por ter partilhado de forma muito próxima os anos de formação académica e ser, para mim, um exemplo de capacidade de trabalho e motivação. Mais do que isso, por ser muitas vezes aquele a quem recorri em tempos de incerteza e receio. Não esquecerei a dívida que contraí com ambos e espero ter podido (e continuar a poder), na medida das minhas capacidades, retribuir o incondicional apoio que me prestaram. Devo ainda agradecer ao João Daniel, ao João Tomé, à Maria, mas também ao Carlos, ao César, ao João Félix e ao André pela amizade e pelas tardes de conversa infindável que intercalamos com algum estudo.

À minha família, que de tantas formas me moldou enquanto crescia, devo muito mais do que poderia aqui escrever. Quero agradecer o convívio, o divertimento e a união que sempre promoveram entre todos, especialmente a minha tia Júlia e o meu padraсто Américo.

Finalmente, o agradecimento mais significativo, esse devo-o à minha mãe. Não conseguirei nunca expressar o quanto devo a ela aquilo que sou, nem tão-pouco fazer por ela metade do que fez por mim. É, por isso, o agradecimento mais incompleto e menos capaz, mas é aquele que mais razão de ser tem.

## Resumo

No início do século XIII, um novo cenário político-militar na Península Ibérica levou a que os principais actores políticos hispânicos sentissem a necessidade de enquadrar a sua actuação em moldes distintos daqueles em que até então tinham feito. O discurso historiográfico, de certa forma ‘abandonado’ durante décadas, era agora mais do que nunca central na política dos reinos ibéricos. Por esse motivo, foi retomado com grande vigor no reinado de Fernando III (1217/1230-1252), precisamente o monarca que reuniu uma vez mais sob uma única figura as coroas de Castela e Leão.

É neste contexto que surgem as crónicas analisadas neste estudo – o *Chronicon Mundi* e o *De rebus Hispanie*. Ambas procuram enquadrar a situação política em que os seus autores se movem e, embora o façam de forma distinta, acabam por construir uma narrativa legitimadora da posição hegemónica que o reino de Leão e Castela adquirira. Este desígnio é reforçado pelo facto de as duas obras nascerem de pedidos da família régia castelhano-leonesa, de quem os autores eram, em diferente grau, próximos.

Portanto, é neste panorama que o presente estudo procura vislumbrar a imagem que, dentro das condicionantes de textos com esta natureza e objectivos, os cronistas entenderam transmitir do reino português. Mais do que a mera análise casuística, este estudo pretende encetar uma apreciação extensiva que esclareça qual o papel que o reino português desempenha na narrativa que tanto Lucas como Rodrigo quiseram consagrar para os tempos vindouros. A importância da sua visão do passado para os assuntos que dizem respeito ao reino português é redobrada, porquanto as suas crónicas representam o primeiro projecto historiográfico que observa, a partir de uma posição externa, a realidade em que se tornara Portugal.

**Palavras-chave:** historiografia medieval; Lucas de Tuy; Rodrigo Jiménez de Rada; reino de Portugal;

## Abstract

In the thirteenth century a new political-military scenery in the Iberian Peninsula led the most relevant Hispanic political actors to feel the need to have their actions and achievements portrayed in different ways than those they had so far. The historiographical discourse, somewhat ‘abandoned’ for decades, was now more than ever essential in the Iberian kingdoms’ politics. For that reason, it was resumed with great vigor in the reign of Fernando III (1217/1230-1252), precisely the monarch who reunited once again the crowns of Castile and Leon.

It’s in this context that the chronicles analyzed in this study emerge – the *Chronicon Mundi* and the *De rebus Hispanie*. Both seek to frame the political situation in which their authors find themselves in and, although in a distinct way, both end up building a legitimating narrative of the hegemonic position attained by the kingdom of Leon and Castile. This purpose is reinforced by the fact that both chronicles are a product of requests made by the royal family, of who the authors were, to a different extent, close.

Therefore, it is in this scenery that the present study seeks to glimpse the image that the chroniclers intended to transmit of the Portuguese kingdom, whilst being aware of the circumstances of texts of this nature and its purposes. More than a mere casuistic approach, this study aims to present an extensive evaluation capable of clarifying what was the role of the Portuguese kingdom in the narratives that Lucas and Rodrigo tried to establish for the times to come. The significance of their view of the past to the topics that relate with the Portuguese kingdom is even greater, inasmuch as their work represents the first historiographical project that observes, from an external position, the reality in which the Portuguese kingdom had become.

**Keywords:** medieval historiography; Lucas de Tuy; Rodrigo Jiménez de Rada; kingdom of Portugal;



## Introdução

O presente estudo procurou observar a representação conferida a ‘Portugal’ ou a temas relacionados com o espaço ‘português’ em duas crónicas hispânicas do século XIII, nomeadamente no *Chronicon Mundi*, da autoria de Lucas, bispo de Tui, e no *De rebus Hispanie*, da autoria de Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo<sup>1</sup>. De forma genérica, o objectivo principal ao abordar estes textos da primeira metade de Duzentos é o de conseguir compreender aquela que seria a imagem que ambos pretendiam passar do recém-formado reino e do seu papel no panorama geral da Península. Este propósito reveste-se de um grande significado precisamente quando se tem em consideração o facto de se tratar das duas primeiras obras que, a nível ibérico, lidam com a realidade em que o reino português se transformara no decurso do século XII.

Para além da imagem geral que estes prelados conferem ao reino português nos seus textos (e também porque essa imagem se constrói a partir de episódios mais pequenos, centrados em esta ou aquela personagem e/ou acontecimento), este estudo procurou ainda observar que figuras do espaço ‘português’ são referidas; de que forma o são; em que contexto na obra e no relato do passado; e com que atributos os autores as qualificam, entre outros aspectos. Todos os episódios que aludem de forma mais ou menos directa ao espaço que viria a ser o do reino de Portugal foram, portanto, tomados em consideração para a desconstrução que se pretendeu levar a cabo, até porque só a concatenação de todos eles permitiria compreender verdadeiramente qual o papel que o reino desempenha na narrativa histórica que ambos os prelados pretendem ver consagrada.

---

<sup>1</sup> As edições utilizadas para este estudo foram, em ambos os casos, as mais recentes edições críticas, fruto do trabalho de Emma Falque e Juan Fernández Valverde, respectivamente. No caso da obra de Rodrigo, para além da versão em latim (editada em 1987), existe ainda uma versão traduzida para castelhano, da responsabilidade do mesmo investigador (do ano de 1989), igualmente utilizada para o presente estudo. LUCAS TUDENSIS – *Chronicon Mundi*, 2003. RODERICI XIMENII DE RADA – *Historia de rebus Hispanie...*, 1987. JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*, 1989. Daqui em diante, o *Chronicon Mundi* será referido como *CM*, enumerando de seguida o livro (a obra encontra-se dividida em quatro livros), o ponto (uma adição na edição de Emma Falque, uma vez que o texto não apresenta nenhuma divisão em capítulos) e a página na referida edição da mesma investigadora. Quanto ao *De rebus Hispanie*, será referido como *DrH*, seguido de uma enumeração do livro, capítulo e página, de acordo com a edição em latim a cargo de Juan Fernández Valverde.

A escolha das obras em que se procurou vislumbrar essa imagem obedeceu não só ao importante facto de serem, como já foi referido, os dois primeiros textos ibéricos que lidam com a realidade em que se tornara o reino português, mas também tendo em consideração vários aspectos que diferenciam as duas obras no panorama historiográfico peninsular do século XIII. Com efeito, procurando essa primeira oportunidade para observar ‘Portugal’ em textos peninsulares, teria necessariamente que se tomar em atenção o período de produção historiográfica fernandina<sup>2</sup>, no qual estas duas obras se enquadram.

Uma vez tomada essa opção, os dois textos em questão imediatamente se impuseram, até porque a terceira obra que compõe este período historiográfico da primeira metade do século XIII em Leão e Castela apresenta várias características diferenciadoras relativamente aos textos analisados. Essa obra – a *Chronica latina regum Castellae* – atribuída a Juan de Sória, bispo de Osma e chanceler de Fernando III (1217/1230-1252), caracteriza-se por um registo distinto em relação às duas que são estudadas, pelo que faria mais sentido considerá-la noutro âmbito que não o deste estudo<sup>3</sup>. Esses elementos diferenciadores são-no em vários graus, mas uma das disparidades fundamentais é o espectro cronológico que a obra do bispo de Osma tem em consideração, e que é bastante mais reduzido. Para além disso, um aspecto essencial prende-se com os objectivos da obra de Juan de Sória, que por se restringirem a uma menor cronologia e espaço (apenas aos reinos de Leão e Castela) acabam por invalidar que se procure observar qualquer indicador de grande relevância sobre o emergente reino de Portugal.

Dessa forma, para os objectivos que foram enunciados, não faria sentido estudar aquela a que se convencionou designar como a produção historiográfica fernandina – por oposição ao grande movimento historiográfico afonsino que viria a desenvolver-se no

---

<sup>2</sup> A contextualização do período histórico em que a produção destas duas crónicas se insere será levada a cabo no primeiro capítulo. No entanto, remete-se desde logo para dois dos trabalhos mais significativos quanto à produção historiográfica no reinado de Fernando III de Castela e Leão (1217/1230-1252): LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*; e ainda FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*.

<sup>3</sup> A análise que Inés Fernández-Ordóñez leva a cabo esclarece os vários pontos em que Juan de Sória se distancia dos seus contemporâneos, pontos esses que vão desde a divisão formal do texto a aspectos mais centrais para este estudo como a concepção da história e o relato sem recurso a fontes, entre outros. Consulte-se FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*.



reinado de Afonso X, *o Sábio* (1252-1284) – na sua versão ‘completa’, mas antes centrar a atenção nas duas obras já indicadas.

Tendo definido aquele que seria o fundamento da investigação, foi ainda preciso ter em conta várias especificidades dos textos em questão, especificidades essas que se vão evidenciando ao longo do trabalho e para as quais se chama à atenção. Ainda assim, um elemento de que se deve ter desde logo consciência é o carácter algo fechado deste tipo de textos, no sentido em que são narrativas muito centradas em si, os seus homens e a sua visão do que relatam, relegando as restantes personagens para uma certa marginalidade que não deve surpreender e não pode, por vezes, ser tomada como intencional, mas antes como característica deste tipo de narrativas. Assim, como se irá expor com maior desenvolvimento, ambas as obras, ao adoptar uma visão centralizada nos reinos de Leão e Castela, acabam por relegar o reino português para essa mesma marginalidade. Essa realidade sente-se mais na crónica do bispo tudense, uma vez que o arcebispo de Toledo, Rodrigo, alarga um pouco a visão histórica da sua narração.

A forma como estas obras foram concebidas pelos dois prelados levou a que também a aproximação às mesmas tivesse que se adaptar a algumas dessas especificidades a que já se aludiu. Assim, foi necessário recorrer a uma abordagem personalizada devido aos condicionamentos das fontes, ou seja, por exemplo, ao facto de estas se referirem sobretudo a certas figuras e acontecimentos, o que levou a que a análise tivesse sempre que se pautar pela observação dessas que eram as únicas informações relativas ao espaço português. Esse ‘condicionamento’ revela-se, desde logo, na organização formal do trabalho, mas também se faz notar ao longo do texto e influencia a representação do reino português nas crónicas em questão. Não existe propriamente um discurso encadeado, que faça de ‘Portugal’ objecto de apreciação, nem tão-pouco uma linha orientadora que se possa vislumbrar em todos os momentos em que o tema se relaciona com ‘Portugal’, mas antes um conjunto de situações e/ou personagens que, cada uma pertinente num determinado momento da narração, acabam por determinar a perspectiva global que se pode tentar encontrar nos textos de *tudense* e *toledano*.

De tudo o que foi exposto pode já inferir-se um pouco o percurso que foi levado a cabo ao longo da investigação. Esse mesmo percurso reflete-se na organização formal

do texto. Assim, num primeiro momento analisa-se o contexto em que as obras foram produzidas, as suas características mais formais, o percurso dos seus autores e as condicionantes ideológicas que enfermam os textos, entre outros aspectos mais ligados ao período em que estes foram escritos do que aos períodos a que se reportam. Logo de seguida, inicia-se a análise dos elementos referentes ao espaço português precisamente tomando em consideração as referências ao espaço, sobretudo olhando as indicações mais comuns nas obras, que se prendem com temas como as várias fronteiras e a progressiva individualização (política, sobretudo) desse mesmo espaço.

Após esse momento, este estudo divide-se em três partes, de uma forma algo artificial. Ainda assim, essa divisão refere-se a três períodos distintos, correspondendo cada um a uma cronologia que se reporta a diferentes realidades no espaço que veio a ser Portugal. Um primeiro tópico é, no entanto, mais específico, uma vez que toma em consideração apenas um assunto do século VI – os concílios realizados em Toledo. A sua pertinência deve-se, sobretudo, à forma como Rodrigo utiliza esses episódios conciliares para deixar implícitos uma série de princípios fundamentais na ideologia da sua obra.

Logo de seguida, a primeira dessas três partes que se referiu é dedicada a um período particularmente sensível no que toca ao papel da região portugalense no contexto do reino leonês, visível nas obras – sobretudo na crónica de Lucas – através de duas figuras, os condes Gonçalo Mendes de Portucale e Gonçalo Moniz de Coimbra. Embora sejam acontecimentos que tiveram lugar ainda no século X, muito distantes, portanto, de qualquer formação individualizada do espaço mais ocidental da Península, são importantes para compreender o papel dessas regiões nas narrativas, algo para que se chamará a atenção devidamente.

A partir deste momento, a estrutura do estudo assemelha-se mais à tal abordagem personalizada que se referiu, uma vez que toma por tópicos as várias personagens que sobressaem nos escritos dos prelados. Assim, as duas partes seguintes, divididas entre o período condal e o período em que Portugal toma já forma de reino, encontram-se repartidas pelas várias figuras que pontuam nas crónicas: o conde Henrique, Afonso Henriques, Sancho I, mas também figuras eclesiásticas como Maurício ‘Burdino’.

Deste modo, através da análise, de uma forma extensiva e, sempre que possível, comparativa, dos vários momentos em que o espaço ‘português’ surge nas duas obras espera-se conseguir um entendimento mais cabal da imagem de Portugal que o século XIII e, em particular, que dois prelados altamente implicados no cenário político do reino castelhano-leonês da época entenderam construir para a posteridade.

## Capítulo 1 – Os autores e as obras: contexto e caracterização

### 1.1. Os autores

As obras nas quais se irá procurar uma primeira imagem do reino português no espaço ibérico nascem num contexto muito específico, fruto de alterações profundas na sociedade das primeiras décadas do século XIII<sup>4</sup>. Depois de um período relativamente longo – que se pode enquadrar entre a morte de Afonso VII e a subida ao trono de Fernando III em Leão, ou seja, entre 1157 e 1230 –, no qual a produção historiográfica nos reinos de Leão e Castela foi uma preocupação menor<sup>5</sup>, o reinado de Fernando III (1217/1230-1252) iria assistir a uma vaga impressionante na elaboração de textos dessa natureza. Essa produção historiográfica, que viria a frutificar sobretudo já nas décadas de 30 e 40, seria de certo modo a base sobre a qual o seu filho, Afonso X, *o Sábio* (1252-1284), acrescentaria a sua contribuição, de uma natureza já muito distinta<sup>6</sup>.

Peter Linehan refere-se às obras redigidas durante o reinado de Fernando III como “the most ambitious historiographical project of its time”<sup>7</sup>. Desse projecto deve reconhecer-se que o núcleo fundamental são as obras de Lucas de Tuy (c. 1180/1200-

---

<sup>4</sup> José Carlos Miranda, por exemplo, caracteriza a escrita historiográfica deste período como sendo “essencialmente um produto dos grandes cronistas latinos da primeira metade do século XIII, a contas com uma realidade complexa que era a súbita expansão da monarquia castelhana-leonesa para sul (...), incrementando também os problemas de gestão de uma tal diversidade de gentes, de línguas e de interesses” – MIRANDA, José Carlos – *Historiografía e genealogia...*, p. 63. No mesmo sentido, RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana – *Sucesión regia y legitimidad política...*, p. 22, coloca o ênfase na (re)união das Coroas de Leão e Castela em 1230 e, por outro lado, na renovação da ofensiva cristã contra o sul muçulmano que ocorre pelo menos a partir de 1224. Por seu turno, Inés Fernández-Órdoñez refere que o facto de, num tão curto período de tempo, surgirem três obras ‘oficiais’ que consagram três visões distintas do passado e do modelo de monarquia pode bem significar uma “disgregación del poder político”, polarizado em torno de Fernando III por um lado, e da rainha-mãe Berengária, por outro – FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 106 e novamente p. 132.

<sup>5</sup> Peter Linehan caracteriza o espaço ibérico como uma “under-developed area” em termos historiográficos na viragem do século XII para o XIII e procura refletir sobre as causas do “torpor” historiográfico que, na sua opinião, Lucas de Tuy herda quando se prepara para escrever o *Chronicon Mundi*. Veja-se LINEHAN, Peter – *On further thought...*, p. 415-436, especialmente, 415-416. No mesmo sentido, o autor reflete sobre o ‘desinteresse’ castelhano relativo à historiografia neste período e refere que o facto de os prelados serem sobretudo senhores da guerra ao serviço dos seus monarcas pode ter influência na pouca importância votada à produção escrita – veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 273-274.

<sup>6</sup> Existem vários estudos sobre a historiografia no século XIII e especificamente sobre as contribuições da ‘historiografia fernandina’ que recolhe Afonso X nas suas obras. Veja-se LINEHAN, Peter – *Reflexiones sobre historiografía...*, p. 101-111; e também FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 93-133.

<sup>7</sup> LINEHAN, Peter – *On further thought...*, p. 415.

1249) e Rodrigo Jiménez de Rada (c. 1170-1247). Ambos terão nascido nas décadas finais do século XII<sup>8</sup>. Lucas algures em torno a Leão<sup>9</sup>, cidade central do seu percurso, já que viria a receber a sua educação e formação eclesiástica em Sto. Isidoro de Leão. Rodrigo em Puente de la Reina, Navarra, no seio de uma família importante na corte e com ligações à corte castelhana também, tendo optado por prosseguir estudos em Paris e Bolonha (direito canónico e teologia, respectivamente) <sup>10</sup>.

O percurso de Rodrigo Jiménez de Rada é melhor conhecido quando comparado com o de Lucas. Se por um lado esse desequilíbrio acontece de uma forma natural devido ao facto de existir um maior volume de documentação e testemunhos que dizem respeito a Rodrigo (fruto do seu trajecto e cargo, bem como da constante comunicação com Roma), por outro lado este desequilíbrio fica também a dever-se ao facto do *toledano* ter atraído mais atenção por parte da historiografia. A percepção de que teria sido mais importante o seu contributo para a historiografia em língua vulgar que surgiria ainda no final desse século XIII<sup>11</sup> levou a que incidissem sobre si os interesses de vários estudiosos. Essa atenção, contudo, foi desproporcionada. Em 1989, aquando da sua edição crítica da versão traduzida do *De rebus Hispanie*, Juan Fernández Valverde afirmava que a obra do *toledano* tinha recebido muito pouca atenção enquanto parte integrante da historiografia espanhola<sup>12</sup> e que, por outro lado, demasiados historiadores tinham procurado apenas os episódios mais relevantes do relato para analisar.

---

<sup>8</sup> Sobre o que se conhece da vida destes prelados, veja-se, para Lucas, a introdução de FALQUE, Emma – “Introducción”, p. VII-XII; para Rodrigo, a introdução de FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 13-29. Também apresentam contributos importantes as teses de doutoramento de JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 180-182; e de GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 1-24.

<sup>9</sup> São conhecidos pouco dados sobre a vida de Lucas de Tuy. A editora, Emma Falque, refere que teria nascido em Leão. Ainda assim, Peter Linehan colocou como hipótese que Lucas não fosse de origem hispânica (devido ao seu nome não ser comum na Península), mas antes italiano. Veja-se LINEHAN, Peter – *Fechas y sospechas...*, p. 22-23.

<sup>10</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 16-18. Juan Fernández Valverde atribui a decisão de Rodrigo de prosseguir estudos à influência do seu tio, o abade S. Martinho de Santa Maria de Huerta, bem como de Pedro de Paris, bispo de Pamplona (p. 17-18).

<sup>11</sup> REILLY, Bernard F. – *Bishop Lucas of Tuy and the Latin...*, p. 768.

<sup>12</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 37.

Para além disso, a historiografia dedicou-se, sobretudo no início do século XX, a estudar a figura e acção do arcebispo toledano e não tanto a sua obra<sup>13</sup>. Ainda assim, as leituras feitas nas décadas de 20 e 30 devem ser tomadas com cautela, uma vez que foram demasiado ‘benévolas’ para com o arcebispo de Toledo, como bem demonstra Peter Linehan<sup>14</sup>. Em alguns aspectos, embora tenham sido contributos importantes à época, encontram-se ultrapassados<sup>15</sup>. Quanto a Lucas, não só foi um pouco esquecido, como, de certa forma, subestimado e o seu trabalho tomado por menor; um “homem do campo”, como o apelidou Benito Sánchez Alonso<sup>16</sup>, conotação errónea que é mencionada vezes sem conta pelos historiadores que se debruçaram sobre a figura do *tudense*.

Ainda assim, o que se conhece de ambos permite uma observação próxima daquele que teria sido o seu percurso. Importa salientar que ambos seguem carreiras eclesiásticas, embora a de Lucas seja mais curta e relativamente menos proeminente, uma vez que é bispo de uma diocese afastada dos centros políticos do reino – Tui – apenas entre 1239 e 1249, enquanto Rodrigo é arcebispo de Toledo, a posição cimeira da Igreja hispânica, durante quase quatro décadas, de 1209 a 1247<sup>17</sup>.

Também quanto à sua proximidade à corte existem discrepâncias. Quanto a Lucas, essa proximidade só é conhecida a partir do momento em que escreve o *Chronicon Mundi*, precisamente porque o faz a pedido da rainha-mãe, Berengária<sup>18</sup>. Já Rodrigo tem todo um percurso de proximidade, sobretudo a Afonso VIII de Castela, entre os anos de 1209 e

---

<sup>13</sup> Alguns exemplos: ESTELLA ZALAYA, Eduardo – *El fundador de la catedral de Toledo...*, 1926; GOROSTERRATZU, Javier – *Don Rodrigo Jiménez de Rada...*, 1925; BALLESTEROS GAIBROIS, M. – *Don Rodrigo Jiménez de Rada*, 1936.

<sup>14</sup> LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy...*, p. 15-16. No mesmo sentido, veja-se FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 14-15.

<sup>15</sup> REILLY, Bernard F. – *Alfonso VIII, the Castilian episcopate...*, p. 438.

<sup>16</sup> SÁNCHEZ ALONSO, Benito – *Historia de la historiografía española*, p. 130.

<sup>17</sup> Sobre a sua actuação enquanto bispo de Tui, veja-se FALQUE, Emma – “Introducción”, p. X-XII; sobre o mesmo assunto no que concerne a Jiménez de Rada, veja-se FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 19-29. Ainda no que concerne a posição de Rodrigo enquanto arcebispo de Toledo, veja-se a hipótese que desenvolve Bernard F. Reilly, segundo a qual a escolha de Rodrigo se deveria a um acordo com o seu tio, S. Martin de Finojosa, que previa que o cargo seria para um primo de Rodrigo e não para o próprio. O envolvimento num escândalo que teria resultado numa morte acabaria por afastar esse primo do cargo, recaindo então a escolha em Rodrigo. Veja-se REILLY, Bernard F. – *Alfonso VIII, the castilian episcopate...*, p. 448.

<sup>18</sup> Sobre o patronato de Berengária e o que esta pretendia ver relatado na obra, bem como para a questão do relato ‘oficial’ veja-se FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XVII-XXI. Para uma perspectiva geral do papel de Berengária na política e na escrita historiográfica no século XIII, veja-se MARTIN, Georges – *Reinar sin reinar...*

1214, quando este morre. Após 1214, Rodrigo vai continuar a ocupar o cargo de chanceler do reino de Castela durante a menoridade de Henrique I e, apesar de ser progressivamente afastado durante o reinado de Fernando III, vai manter-se como uma das principais figuras na corte, devido precisamente ao cargo que ocupava como arcebispo de Toledo<sup>19</sup>.

De resto, o percurso do *toledano* cruza-se com alguns dos acontecimentos mais significativos do início do século XIII. Enquanto Lucas era diácono em Leão e empreendia algumas viagens na sua juventude a Jerusalém, Constantinopla e outros locais, Rodrigo, já arcebispo de Toledo, participava na batalha das Navas de Tolosa, em 1212, na qual emerge como um dos principais ‘senhores’ da manobra político-militar de Castela e pela qual é tido como um dos principais responsáveis<sup>20</sup>. Pouco tempo depois, tomava parte no IV Concílio de Latrão (1215), onde terá impressionado a assistência com a sua intervenção em vários idiomas<sup>21</sup>, demonstrando os seus atributos oratórios e as preocupações típicas de um grande prelado do seu tempo.

Sobre o restante percurso de vida de ambos conhecem-se algumas etapas. Quanto a Lucas, a sua governação da diocese é descrita como “discreta”<sup>22</sup>. Apenas se sabe que enfrentou alguns problemas com o concelho da cidade de Tui, devido a questões jurisdicionais. A disputa, que surgiu em 1249, entre o bispo e o concelho da cidade viria

---

<sup>19</sup> Para os principais acontecimentos na vida de Jiménez de Rada neste período veja-se a referida introdução de Juan Fernández Valverde. Para uma possível explicação da eleição de Rodrigo para a sé de Toledo, veja-se a nota 17. Para uma perspectiva geral dos problemas que levaram Rodrigo a perder influência quer no reino, quer em Roma, veja-se LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy...*, p. 10,35,40 e 110; bem como HERNÁNDEZ, Francisco J. – *La hora de don Rodrigo*, p. 18-27.

<sup>20</sup> Desde a sua ascensão ao arcebispado de Toledo que Rodrigo tinha como uma das suas principais preocupações a conquista de terras aos muçulmanos. Aquando da preparação da ofensiva, o *toledano* tinha inclusivamente ido procurar auxílio a França, embora tenha tido pouco êxito. Na batalha das Navas, Rodrigo era um dos que se apresentava junto do rei, no campo de batalha, e o relato que faz na sua crónica é o melhor testemunho para esses acontecimentos, embora claramente exacerbando o seu próprio papel. Entre 1212 e essa vitória em Navas e 1214, quando morre Afonso VIII de Castela, Rodrigo parece ser um dos mais próximos do monarca e um dos mais influentes do reino. Os seus esforços para com a conquista de mais terras aos muçulmanos não iriam abrandar, mesmo quando Rodrigo se via já com menor influência na corte, chegando a desviar fundos da arquidiocese para a conquista de Baza. Sobre o seu papel na batalha das Navas de Tolosa, consulte-se FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 20-21.

<sup>21</sup> Pode encontrar-se uma análise do papel de Rodrigo no IV Concílio de Latrão em LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 352-356.

<sup>22</sup> Assim a qualifica Javier Fernández Conde, segundo citado por FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XI. Nestas páginas a autora oferece uma contextualização da sé de Tui no século XIII.

a chegar à corte, onde Fernando III repartiria as culpas entre as partes, já em 1250, mas Lucas morreria três meses antes dessa sentença<sup>23</sup>.

Quanto a Rodrigo, existem vários testemunhos que deixam perceber os inúmeros problemas em que o prelado acabou envolvido. A morte de Afonso VIII marca o início de um período de turbulência causada pela menoridade do monarca, Henrique I, e pelas lutas entre várias famílias pela regência, envolvendo ainda a irmã do soberano, Berengária (mãe de Fernando III). Ainda assim, nesse período e na qualidade de chanceler do reino, Rodrigo vai procurar institucionalizar formulações nos documentos régios que garantam a Toledo a preeminência em relação a Castela<sup>24</sup>, naquele que é um exemplo do compromisso do prelado navarro para com a cidade que governava espiritualmente.

Com a morte precoce de Henrique I e a ascensão ao trono, por abdicação de Berengária, de Fernando III, a influência de Rodrigo vai sofrer o primeiro grande golpe. Será substituído enquanto chanceler régio por Juan de Sória, bispo de Osma, que ficará no cargo até à sua morte, em 1246.

A sua perda de influência far-se-á sentir também na esfera eclesiástica. As relações com a Santa Sé deterioram-se logo a partir de 1217, enquanto Rodrigo era ainda legado para a Península, uma vez que foi descoberto um ‘esquema’ em que o prelado retinha algum do dinheiro que deveria enviar para Roma no contexto da V Cruzada, que havia ficado decidida no IV Concílio de Latrão<sup>25</sup>. Para além disso, o Papa tinha pedido a Rodrigo que admoestasse Fernando III devido a uma questão de propriedade, algo que o prelado não fez<sup>26</sup>. Rodrigo não se mostrava muito empenhado em aplicar as resoluções do IV Concílio de Latrão na Península<sup>27</sup> e, como prelado, caracterizava-se pela inacção no que se refere a reuniões conciliares que deveria promover<sup>28</sup>. Tal como refere Peter Linehan, num estilo muito próprio, Rodrigo “was no saint, no spartan, no reformer”<sup>29</sup>.

---

<sup>23</sup> Este episódio vem descrito tanto em Emma Falque como em Enrique Jerez Cabrero. FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XI; JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 180-182.

<sup>24</sup> LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 339-340.

<sup>25</sup> HERNÁNDEZ, Francisco J. – *La hora de don Rodrigo*, p. 24.

<sup>26</sup> LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy...*, p. 10-11.

<sup>27</sup> LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy...*, p. 35.

<sup>28</sup> LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy...*, p. 40.

<sup>29</sup> LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy...*, p. 116.



Os problemas com a Santa Sé e com o seu próprio cabido<sup>30</sup> seriam a tónica para o restante da sua governação enquanto arcebispo. Juan Fernández Valverde faz referência a esses problemas<sup>31</sup>, que teriam motivado queixas do cabido contra o arcebispo em Roma, no ano da tomada de Córdoba, 1236. A questão agrava-se no fim da governação do *toledano*, que seria obrigado a ‘exilar-se’ da arquidiocese em 1244, devido a contínuas apropriações e ingerências nos bens do cabido e da mesa episcopal<sup>32</sup>.

Quanto à relação de Rodrigo com o poder político, também esta foi ficando cada vez mais danificada. Aquando da união das coroas de Leão e Castela, na pessoa de Fernando III, em 1230, a chancelaria permaneceu nas mãos de Juan de Sória. Nesse mesmo ano, Rodrigo ter-se-ia oposto, junto com a rainha-mãe Berengária, à nomeação de Juan de Sória para o bispado de Osma. Estes acontecimentos, segundo Peter Linehan, têm que ser entendidos como “Fernando III’s asserting himself in the government of his kingdom by liberating himself from the joint tutelage of his mother and his archbishop”<sup>33</sup>.

Para lá de um percurso de vida preenchido, é importante sublinhar que ambos os prelados não se cingiram apenas à escrita das obras em que este estudo se alicerça. Lucas de Tuy escreveu, ao que os estudiosos apuraram, três obras, sendo que para além do *Chronicon Mundi* se dedicou ainda a um texto hagiográfico sobre Sto. Isidoro, intitulado *De miraculis sancti Isidori*, e um tratado doutrinal que teria redigido contra os supostos albigenses que circulavam por Leão no seu tempo, intitulado *De altera uita*<sup>34</sup>. As influências, por exemplo, do género hagiográfico no texto do *Chronicon Mundi* são evidentes, tal como a omnipresença de Sto. Isidoro em todos os escritos do *tudense*<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup> Alguns exemplos em que Rodrigo se apropria indevidamente de bens do cabido ou os utiliza em negócios seus em HERNÁNDEZ, Francisco J. – *La hora de don Rodrigo*, p. 18-27.

<sup>31</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 25-26.

<sup>32</sup> HERNÁNDEZ, Francisco J. – *La hora de don Rodrigo*, p. 17-18. Também REILLY, Bernard F. – *Alfonso VIII, the castilian episcopate...*, p. 448.

<sup>33</sup> LINEHAN, Peter – *Don Rodrigo and the government of the kingdom*, p. 95. Consulte-se as páginas 93-95 para uma análise a esta questão da perda de influência de Rodrigo como sintoma da maior ‘independência’ governativa de Fernando III.

<sup>34</sup> Sobre as obras de Lucas, a atribuição das três, a sua relação entre si, bem como a datação, veja-se HENRIET, Patrick – «*Sanctissima Patria*»...

<sup>35</sup> Alguns episódios de carácter hagiográfico que Lucas inclui no *CM* são descritos por FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XCII-XC. Quanto à omnipresença de Sto. Isidoro, veja-se HENRIET, Patrick – «*Sanctissima Patria*»..., p. 255-257.

Uma influência particular que advém, quase certamente, do trabalho do santo hispalense prende-se com o gosto pela etimologia, que Lucas demonstra em várias ocasiões. Trata-se de uma vertente muito comum ao discurso historiográfico ibérico medieval, isto é, existe uma tendência para procurar explicar vários elementos recorrendo ao valor etimológico. Esse gosto de Lucas encontra-se, por exemplo, numa passagem em que este procura encontrar uma explicação para a fundação da cidade de Lisboa<sup>36</sup>, assegurando que *Vlixes ad Yspaniam nauigio uenit et ciuitatem Vlisbonam condidit*<sup>37</sup>.

Já Rodrigo Jiménez de Rada tem, para além do *De rebus Hispanie*, várias outras histórias menores de diversos povos (suevos, alanos, romanos, etc.), bem como um tratado histórico-teológico intitulado *Breviarium Ecclesiae Catholicae*, onde expõe a história desde a criação do mundo até à separação dos apóstolos<sup>38</sup>. Peter Linehan coloca ainda a hipótese de um manuscrito de Toledo, intitulado *Notule de primatu*, ser da autoria de Rodrigo e dos seus colaboradores, embora o documento seja apenas, ao que parece, uma versão provisória de questões relacionadas com a primazia e foi constantemente reformulado até pelo menos 1252, cinco anos após a morte do *toledano*<sup>39</sup>.

A inexistência de uma edição crítica tanto da obra de Lucas como da de Rodrigo condicionou o seu estudo. Com a aparição das edições críticas ‘modernas’ existiu uma renovação dos estudos e das temáticas abordadas e, sobretudo, um maior interesse dispensado às obras e não às figuras dos prelados. Porém, já antes da primeira edição – a de Juan Fernández Valverde, em 1987 – existiam sinais de uma nova perspectiva na análise, por exemplo, nos trabalhos de Bernard F. Reilly e Derek W. Lomax<sup>40</sup>.

Ainda assim, a edição de Juan Fernández Valverde de 1987 (e, posteriormente, a versão traduzida, de 1989) veio abrir um espaço de manobra muito maior para os estudos não só referentes a Rodrigo, mas a toda a historiografia fernandina. E por essa via também

---

<sup>36</sup> A própria editora utiliza este exemplo para demonstrar o gosto pela etimologia de Lucas. FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XXXI-XXXII.

<sup>37</sup> CM, I, 40, 39-40.

<sup>38</sup> Para uma síntese das principais características das suas obras, veja-se CRESPO LÓPEZ, Mario – *Rodrigo Jiménez de Rada...*, p. 50-56; para o *Breviarium Ecclesiae Catholicae*, p. 55-56.

<sup>39</sup> Sobre o manuscrito das *Notule de primatu*, bem como sobre a sua redação e ainda sobre a inclusão no próprio de informações do texto de Lucas de Tuy (e a forma como algumas dessas informações não foram posteriormente incluídas no *De rebus Hispanie*), veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 382-396.

<sup>40</sup> LOMAX, Derek W. – *Rodrigo Jiménez de Rada como historiador*, p. 587-592.

o papel de Lucas foi melhor compreendido, ainda antes da sua edição crítica ‘moderna’, apenas em 2003.

## 1.2. As obras

A razão imediata para a escrita de ambas as obras é a mesma: tal como já foi referido para Lucas, também Rodrigo escreve a pedido da casa real, no caso, do próprio rei, Fernando III. Porém, a natureza dos pedidos de Berengária e de seu filho é distinta. Berengária pede uma compilação dos livros históricos (tendo como base a obra de Sto. Isidoro) que poderá destinar-se a uma finalidade pedagógica<sup>41</sup>, do género dos *speculum principis*; já Fernando III pede a Rodrigo uma obra que relate o passado hispânico.

Para Luis Fernández Gallardo<sup>42</sup>, isso demonstra uma enorme diferença na génese das duas obras que por sua vez as condiciona de uma forma muito específica: o modelo de composição isidoriano que Lucas emprega não poderia servir a Rodrigo. E, por outro lado, demonstra também uma evolução das preocupações da casa real: a preocupação dinástica de Berengária dá lugar a uma preocupação – ou interesse, poderia dizer-se – pelo espaço e a sua gente, ou seja, pelo reino como objecto histórico.

De qualquer forma, ambos os textos demonstram, por parte da realeza, a compreensão da importância da história e, de certa forma, do controlo do processo da sua escrita<sup>43</sup>. Como afirma Georges Martin, “cette intensité de la demande historiographique de la part de la couronne dit tout à la fois l’importance du moment dans l’histoire du royaume et de la royauté, la conscience que le roi en avait, et l’influence qu’ils exercèrent sur l’élaboration des écrits historiques”<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> É muito útil para a perspectiva pedagógica do CM o trabalho de BARBOSA, Manuel – *A funcionalidade profética* ..., p. 307-311. A finalidade pedagógica está bem desenvolvida no primeiro prólogo que Lucas insere na obra; veja-se a análise de FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *De Lucas de Tuy a Alfonso el sabio...*, p. 53-119, especialmente p. 53-55. Veja-se ainda JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 190-193.

<sup>42</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *De Lucas de Tuy a Alfonso el sabio...*, p. 53-79.

<sup>43</sup> Tal como refere Georges Martin quando escreve que a casa real (e, no caso, Berengária) compreendeu a importância do passado e do relato do mesmo, lançando “le plus grand mouvement historiographique du moyen âge espagnol” – MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 204.

<sup>44</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 251.

Por fim, do ponto de vista da autoria, o século XIII é também um período muito interessante quando analisado na perspectiva da evolução do papel dos autores nas obras que compõem. Esta análise, que é levada a cabo por Luis Fernández Gallardo, permite perceber que “contempladas sucesivamente, las obras históricas del Tudense, el Toledano y Alfonso X componen una serie que traza un proceso tanto de afirmación de la conciencia del autor, del historiador, como de consolidación de un proyecto historiográfico hispano”<sup>45</sup>.

### 1.2.1. *Chronicon Mundi*

Lucas terá escrito a obra enquanto ainda permanecia como diácono em Sto. Isidoro de Leão. Segundo Emma Falque, teria iniciado a escrita por 1230, terminado em torno de 1237 ou 1239, ano em que ascende à diocese de Tuy<sup>46</sup>. Ainda assim, Enrique Jerez Cabrero afirma que Lucas teria terminado a versão definitiva da obra entre Outubro e Novembro de 1238, o que se traduz numa ideia muito precisa de quando o *tudense* deu por concluído o seu relato<sup>47</sup>.

A obra apresenta-se como um relato desde o início do mundo até ao reinado de Fernando III, estando dividida em quatro livros e contando ainda com dois prólogos<sup>48</sup>. Esta divisão em quatro partes não é, no entanto, ao que têm apurado os estudiosos, original na obra. Não terá sido Lucas, mas antes o padre jesuíta Mariana, primeiro editor da obra ainda no século XVII, quem efectuou uma divisão em quatro livros<sup>49</sup>. Se atendermos a Inés Fernández-Órdoñez, a divisão original seria em três livros, fazendo o

---

<sup>45</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *De Lucas de Tuy a Alfonso el sabio...*, p. 118-119.

<sup>46</sup> FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XX-XXI.

<sup>47</sup> Enrique Jerez Cabrero recorre a informações que o próprio Lucas refere na obra para precisar mais a data do fim da escrita. Embora seja uma possibilidade, os indícios que o autor recolhe são, sem dúvida, circunstanciais, uma vez que se baseiam em qualificações com que Lucas caracteriza diversos prelados hispânicos. Veja-se JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 351-354. O autor trata da mesma questão e ainda do conhecimento de Rodrigo Jiménez de Rada da obra de Lucas em JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Tudense’ en su siglo...*

<sup>48</sup> Para uma leitura global das fontes a que Lucas de Tuy recorre consulte-se FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XXI-XXV.

<sup>49</sup> Sobre a questão da divisão em livros (e qual teria sido a divisão original), veja-se FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 118-120; e ainda JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 164-166.

quarto parte do terceiro, explanando assim a concepção ideológica de Lucas. Segundo esta autora, “las divisiones en libros del *Chronicon* están condicionadas genéticamente por sus fuentes, reforzadas formalmente por la redacción de pequeños prólogos o prefacios *ad hoc* y generadas también por motivaciones de carácter ideológico en que se defiende el origen gótico de la monarquía astur-leonesa y los intereses de la iglesia de San Isidoro”<sup>50</sup>.

A obra apresenta um carácter universal, devido, sobretudo, ao facto dos primeiros dois livros serem decalcados da obra histórica de Sto. Isidoro<sup>51</sup>. Esse carácter universal perde-se imediatamente após o fim do relato isidoriano, dando lugar a um “complexo dinástico-territorial”<sup>52</sup> que o leva rapidamente a focar-se quase exclusivamente nos reinos de Leão e Castela e nos seus monarcas.

Para lá do relato isidoriano, que se detém sobretudo na história dos godos, Lucas dá particular importância, já no Livro IV, a períodos como o do reinado de Fernando I (1037-1065) e as conquistas de cidades como Lamego, Viseu e Coimbra; mas também ao reinado de Afonso VI, do qual passa quase directamente para o de Afonso VII e posteriormente para o dos seus filhos Fernando II de Leão e Sancho III de Castela (e, devido à morte deste, ao neto, Afonso VIII de Castela), chegando ao reinado de Fernando III.

Sempre de acordo com o método compilatório, Lucas vai dispondo os temas que recolhe das suas fontes, embora organize o relato não tanto em torno de um critério cronológico, nem tão pouco, do ponto de vista formal, em torno de uma divisão em capítulos, mas antes tendo como principal preocupação a unidade narrativa que compõe cada reinado. O elemento cronológico surge apenas para marcar o início e o fim de cada reinado e é através da sucessão de reinados – logo, do elemento dinástico/genealógico – que Lucas vai compondo a linearidade na progressão dos acontecimentos<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 118-120.

<sup>51</sup> Para todas as referências às fontes incluídas em cada livro do *Chronicon Mundi* veja-se as páginas XXXIII-CV da introdução que Emma Falque faz à sua edição.

<sup>52</sup> MARTIN, Georges – *El modelo historiográfico alfonsí...*, p. 9 e, novamente, p. 19.

<sup>53</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 127-128. Veja-se ainda WARD, Angus – *History and Chronicles in Late Medieval Iberia...*, p. 26 e novamente mais desenvolvido nas p. 188-189. Também sobre a genealogia e a cronologia no *Chronicon Mundi*, veja-se JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 167-170.

Para além de Sto. Isidoro, Lucas serve-se ainda, no Livro I, da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor. O Livro II é a inclusão de outras obras do santo hispalense, entre elas a *Historia Wandalorum*, a *Historia Sueuorum* e a *Historia Gothorum*. Segundo Georges Martin<sup>54</sup>, Lucas teria ainda utilizado neste Livro fontes altomedievais, como Orósio ou Idácio de Chaves, algo de que Enrique Jerez Cabrero<sup>55</sup>, por seu lado, não encontra indícios.

O Livro III incluiria, para além de textos como a *Historia Wambae regis*, de Julião de Toledo, a *Crónica de Afonso III* e a *Historia Silense*, outros mais problemáticos como a *Divisio Wambae* e, sobretudo, uma crónica atribuída falsamente a Sto. Ildefonso, arcebispo de Toledo entre 657 e 667. Este texto tem sido alvo de discussão nos meios académicos<sup>56</sup>, sendo inclusive colocada a hipótese de que a falsificação seria da autoria de Lucas. Já no que diz respeito ao Livro IV, a dificuldade em compreender quais as fontes utilizadas por Lucas aumenta. Para Emma Falque, o Livro IV é “a obra-prima de um compilador”<sup>57</sup>, precisamente devido à complexidade com que Lucas enlaça os vários relatos. O *tudense* ter-se-á baseado na *Historia Silense* até ao reinado de Afonso VI, utilizando a crónica do bispo Paio de Oviedo para o reinado do conquistador de Toledo. Após a morte deste, terá então recorrido a uma “indagação pessoal”<sup>58</sup>, segundo Georges Martin.

Para o período que engloba os reinados de Urraca e Afonso VII, Emma Falque não conhece quais as fontes usadas, embora refira que, de forma surpreendente<sup>59</sup>, Lucas não tenha utilizado as mais óbvias, isto é, as *Crónicas Anónimas de Sahagún* e a *Chronica Adefonsi Imperatoris*. Todo o relato que cobre o período que vai de 1109 até ao reinado de Fernando III é pouco claro quanto às fontes que poderiam ter sido utilizadas, sendo

---

<sup>54</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 205.

<sup>55</sup> JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 148-149.

<sup>56</sup> Sobre esta falsificação e a sua inclusão na obra de Lucas, bem como sobre os objectivos do mesmo para atribuir a obra a Ildefonso, já vários historiadores se pronunciaram. Veja-se sobretudo o artigo que Emma Falque dedica a esta questão: FALQUE, Emma – *Lucas de Tuy, falsificador*, p. 189-198. Consulte-se ainda LINEHAN, Peter – *Reflexiones sobre historiografía e historia en el siglo alfonsino*, p. 101-104.

<sup>57</sup> FALQUE, Emma – “Introducción”, p. LXX.

<sup>58</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 205.

<sup>59</sup> FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XC-XCI.

que a única que se conhece para esta época é a *Chronica regum Castellae*, do chanceler de Fernando III e bispo de Osma, Juan de Sória<sup>60</sup>.

Emma Falque faz ainda menção à sugestão de Bernard F. Reilly de que Lucas teria contado com fontes entretanto perdidas, nomeadamente uma história dos godos e uma crónica de Castela. No entanto, a autora mostra-se céptica quanto a essa possibilidade, de resto, tal como Peter Linehan, comentando exactamente essa mesma sugestão de Bernard F. Reilly<sup>61</sup>.

Embora Lucas tenda a seguir *verbatim* as obras a que recorre, o seu trabalho enquanto *compiler*<sup>62</sup> não se restringe a um simples arranjo alternativo de várias obras num novo texto. Aliás, para Aengus Ward, “although he occasionally abbreviates his sources, it is in the addition of apparently minor detail that Lucas excels”<sup>63</sup>. Lucas recorre a mecanismos como simplificações do latim, questões de estilo ou supressão de passagens muito longas, mas também inclui fontes claramente falsas, como já foi referido, sendo que tudo isto extravasa o mero trabalho compilatório.

Todas estas alterações ‘menores’ que o prelado tudense faz às suas fontes, bem como outros aspectos na apresentação dos temas e no relato, permitem observar algumas “constantes ideológicas en el discurso histórico del tudense”<sup>64</sup>, das quais Enrique Jerez Cabrero destaca o providencialismo, aliado a um goticismo de herança isidoriana, mas também o seu “clericalismo” e “ortodoxia religiosa”, visível em alguns comentários relativos aos vícios da sociedade<sup>65</sup>.

Para além disso, Lucas revela uma ortodoxia política, visível na forma como atenua quase sempre as críticas que as fontes que utiliza dedicam a alguns monarcas<sup>66</sup> e, sobretudo, visível na sua concepção da “monarquía como único sistema de organización

---

<sup>60</sup> FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XCIV-XCV.

<sup>61</sup> Para a argumentação de Bernard F. Reilly, bem como o cepticismo de Emma Falque, veja-se FALQUE, Emma – “Introducción”, p. C-CIII. Para a opinião de Peter Linehan, veja-se LINEHAN, Peter – *On further thought...*, p. 415.

<sup>62</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *De Lucas de Tuy a Alfonso el sabio...*, p. 59-60.

<sup>63</sup> WARD, Aengus – *History and Chronicles in Late Medieval Iberia...*, p. 116.

<sup>64</sup> JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 184-197.

<sup>65</sup> Entre os exemplos que Enrique Jerez Cabrero aduz encontram-se críticas à simonia, condenação da luxúria dos sacerdotes e dos casamentos entre cristãos e muçulmanos – veja-se JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 186-190.

<sup>66</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 208-210; JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 190-193.

social válido”<sup>67</sup>. Por outro lado, Lucas dedica-se claramente à defesa da cidade de Leão como depositária das relíquias de Sto. Isidoro e também na qualidade de local do panteão régio nos séculos X e XI<sup>68</sup>. Igualmente presentes, segundo Enrique Jerez Cabrero, estão sentimentos anti-francófonos e anti-semitas<sup>69</sup>.

Existem ainda outras questões relativas à ideologia expressa na obra que mereceriam ser abordadas. Assim é com a concepção política de Lucas referente a uma Península unida sob o poder imperial que dá lugar a uma constatação prática da realidade que era a fragmentação política em vários reinos – e a aceitação dessa realidade<sup>70</sup>. Ou ainda a visão anti-aristocrática que se revela em vários momentos e com distinta profundidade, seja quando o prelado tudense defende um modelo de governação régia apoiado no clero<sup>71</sup> (e não na aristocracia), seja quando caracteriza essa aristocracia como responsável pelas dissensões internas e a separação dos reinos de Leão e Castela<sup>72</sup>.

Aliás, embora alguns investigadores se refiram a Lucas como um autor anti-castelhano<sup>73</sup>, esse sentimento negativo que o *tudense* aporta à sua obra é, como referiu, entre outros, Georges Martin<sup>74</sup>, direccionado sobretudo à aristocracia castelhana. Por mais do que uma vez Lucas elogia monarcas castelhanos como Afonso VIII, algo que não faria se pretendesse imprimir à sua obra um tom de oposição face a Castela. Face à concepção geopolítica de Lucas, a separação de Castela do reino de Leão foi a maior

---

<sup>67</sup> JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 192.

<sup>68</sup> Sobre as motivações e/ou interesses de Lucas na defesa de Sto. Isidoro e da colegiada de Sto. Isidoro de Leão, bem como acerca da sua ligação à questão da primazia, veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 380; FALQUE, Emma – *Una edición crítica...*, p. 229; JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 193-195; FALQUE, Emma – “Introducción”, p. IX.

<sup>69</sup> O autor chega a considerar que esse sentimento anti-semita pode constituir uma novidade na historiografia ibérica medieval. Alguns exemplos que refere são a ‘perda’ da *Hispania*, em 711, e a morte do Infante Fernando, filho de Afonso VIII. Em ambos os casos, Lucas culpabiliza, pelo menos em parte, os judeus. Tece também comentários menos abonatórios quando descreve a destruição do Templo, por exemplo. Veja-se JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 196.

<sup>70</sup> REILLY, Bernard F. – *Bishop Lucas of Tuy and the Latin Chronicle tradition in Iberia*, p. 773.

<sup>71</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 206.

<sup>72</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 109-110; JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 194.

<sup>73</sup> Talvez tenha sido Peter Linehan a caracterizar de forma mais vincada este suposto anti-castelhanismo de Lucas de Tuy, apelidando o *tudense* de “terrorista moderno em território hostil” – veja-se LINEHAN, Peter – *On further thought...*, p. 426 e, novamente, LINEHAN, Peter – *Reflexiones sobre historiografía e historia...*, p. 103.

<sup>74</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 207-211.



ruptura até à data<sup>75</sup> e a explicação que o *tudense* encontra baseia-se nas más acções da aristocracia castelhana<sup>76</sup>.

De tudo o que foi exposto compreende-se a “astúcia e inteligência”<sup>77</sup> de Lucas e também como este não se restringe a uma mera ordenação de uma tradição historiográfica anterior. E talvez o maior exemplo da forma como Lucas se permite extravasar os limites da *compilatio* é a inclusão na sua obra do ‘pseudo-Ildefonso’. O Livro III do *Chronicon Mundi* inicia-se com esse texto que Sto. Ildefonso teria escrito. Desde o século XVII que os estudiosos têm conhecimento da natureza falsa deste texto, que não poderia ter sido escrito pelo arcebispo toledano do século VII<sup>78</sup>.

O interesse para o presente ponto reside no facto de Lucas não só ter incluído (ou até escrito, como defendem alguns historiadores)<sup>79</sup> o ‘pseudo-Ildefonso’ na sua obra, mas sobretudo até no facto de ter explicitamente atribuído a fonte a Ildefonso, levando a que fosse uma autoridade toledana a referir-se à questão da primazia Sevilha/Toledo de modo muito favorável a Sevilha<sup>80</sup>. E, por consequência, essa inclusão de Sto. Ildefonso na obra de Lucas converteu a falsificação em testemunho credível. Frente a essa versão dos acontecimentos, Rodrigo Jiménez de Rada viu-se obrigado a rebatê-lo e, inclusivamente, a incluir esse texto atribuído a Sto. Ildefonso entre as fontes que utiliza do seu *De rebus Hispanie*<sup>81</sup>.

O trabalho de Lucas tornou-se central “for both the transmission of the earlier tradition of the Latin chronicle in the peninsula and its culmination in the vernacular

---

<sup>75</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 211.

<sup>76</sup> Veja-se a análise que o autor faz apenas ao relato do episódio dos “Juizes de Castela” na obra de Lucas, e às conclusões que chega. Lucas pretende deixar consagradas uma série de ideias: “(...) au plan perceptuel, la nature providentielle de la royauté; au plan institutionnel la primauté du prince héréditaire sur le prince électif; au plan social, le comportement tyrannique de l'aristocratie et de ses chefs; au plan territorial, l'appartenance des Terres de Campos au León” – MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 230.

<sup>77</sup> FALQUE, Emma – *Lucas de Táy, falsificador*, p. 192.

<sup>78</sup> FALQUE, Emma – *Lucas de Tuy, falsificador*, p. 191-192.

<sup>79</sup> É colocada como hipótese muito verosímil pelo menos por LINEHAN, Peter – *Reflexiones sobre historiografía e historia...*, p. 103; e também GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L'Historia Gothica...*, p. 80-84 e, novamente, p. 135.

<sup>80</sup> Sobre esta questão da primazia e a possível alteração e disputa entre Sevilha e Toledo, bem como as implicações do ‘pseudo-Ildefonso’ nessa mesma questão, veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 356-406.

<sup>81</sup> FALQUE, Emma – *Lucas de Táy y Rodrigo Jiménez de Rada: el uso de las fuentes*, p. 159.

historical products of the later thirteenth century”<sup>82</sup>, como afirma Bernard F. Reilly e, do ponto de vista do ‘sucesso’ que a sua versão do passado teve, Peter Linehan refere que “como ejercicio de propaganda, su Crónica supera a la Historia de Rodrigo”<sup>83</sup>.

A obra de Rodrigo, que será analisada de seguida, também tem no *Chronicon Mundi* um contributo fundamental: “(...) it is unlikely that Archbishop Rodrigo's *De Rebus* could have found its actual literary form, and so achieved the massive influence that it was subsequently to exert, without its wholesale reliance upon Bishop Lucas' *Chronicon Mundi*”<sup>84</sup>.

### 1.2.2. *De rebus Hispanie*

Sobre a data em que Rodrigo Jiménez de Rada terá iniciado a escrita do *De rebus Hispanie* não existem certezas. Vários estudos apontam para 1240, uma vez que o relato do *toledano* depende em grande medida do que havia escrito precisamente Lucas de Tuy. Este último, como já foi referido, teria terminado a sua obra em 1238 e é conhecido o envio, por parte de Toledo, de um clérigo a Sto. Isidoro de Leão, em 1239, na tentativa de encontrar documentação que favorecesse as pretensões toledanas quanto à questão da primazia. Logo, é seguro supor que Rodrigo teria começado por volta de 1240<sup>85</sup>. Quanto à conclusão da escrita, tudo indica que tenha sido por volta de 1247. Stéphanie Girardel presume ter existido uma versão provisória terminada algures por 1243 (data que Peter Linehan também refere)<sup>86</sup>, sendo que a versão definitiva, que entre outras alterações contava com uma dedicatória a Fernando III, estaria concluída entre Março-Abril de 1246 e a primavera de 1247<sup>87</sup>.

A obra do arcebispo de Toledo é, sob muitos aspectos, semelhante à de Lucas de Tuy. Também ela se encontra dividida em livros, neste caso nove ao todo, sendo que

---

<sup>82</sup> REILLY, Bernard F. – *Bishop Lucas of Túc and the Latin Chronicle tradition in Iberia*, p. 769.

<sup>83</sup> LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 430.

<sup>84</sup> REILLY, Bernard F. – *Bishop Lucas of Túc and the Latin Chronicle tradition in Iberia*, p. 769.

<sup>85</sup> Vários autores tecem comentários relativamente às datas de redação do *De rebus Hispanie*; veja-se sobretudo: FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 49-50; GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica*, p. 7; LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 362-363.

<sup>86</sup> LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 362-363 e sobretudo p. 374.

<sup>87</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 7.

também esta divisão não foi responsabilidade do autor, Jiménez de Rada, mas sim do seu primeiro editor, Sancho de Nebrija, já no século XVI<sup>88</sup>. Ainda no que concerne a estrutura formal da obra, deve ser referido que a divisão em capítulos é da responsabilidade de Rodrigo, o que representa “un novedoso sistema de presentación narrativa”<sup>89</sup>, uma vez que eram poucas as obras anteriores à do *toledano* que optavam por esse método formal de organização do relato. Inés Fernández-Órdoñez liga este aspecto com as alterações no contexto de emissão e recepção das obras, nomeadamente porque se dá um “incremento en la producción de libros y documentos relacionado con la difusión de la capacidad de leer y escribir y con la creación de instituciones como las escuelas catedráticas y las universidades. Se lee más y es necesario leer más deprisa”<sup>90</sup>.

Todavia, a divisão em capítulos, embora estruturante da obra na vertente formal, não desempenha nenhum papel enquanto elemento de ordenação da narrativa. Esse papel, tal como em Lucas, também não se reserva ao elemento cronológico, embora no caso de Rodrigo também não seja atribuído ao elemento dinástico/genealógico de que Lucas se serve. Em Rodrigo, é antes um sentido de continuidade histórica que confere a unidade ao texto<sup>91</sup> e que o subordina de tal forma que, quando se distancia do tema central, refere que se permitiu fazer um aparte para explicar determinado assunto e que voltará ao fio condutor do texto (note-se que é exactamente isso que faz para os capítulos em que descreve a genealogia dos reis de Portugal)<sup>92</sup>.

Quanto ao seu conteúdo, a obra de Jiménez de Rada inicia-se com as origens bíblicas e míticas da *Hispania*, embora dessa parte apenas se ocupe o Livro I. Os Livros II e III relatam os reis godos, sendo que o Livro IV já se inicia com o reinado de Pelágio.

---

<sup>88</sup> Inés Fernández-Órdoñez desenvolve uma argumentação que tem em consideração factores ideológicos e de perspectiva histórica, tanto de Jiménez de Rada como de Sancho de Nebrija, para chegar à conclusão de que as divisões em livros fazem muito mais sentido quando enquadradas como produto do período final da Idade Média. Veja-se FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *La técnica historiográfica del Toledano...*, especialmente p. 188-203.

<sup>89</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *La técnica historiográfica del Toledano...*, p. 203. A autora desenvolve neste artigo uma análise extensa aos motivos para tal divisão, bem como aos referentes ideológicos que essa divisão possa permitir identificar. Veja-se p. 203-217.

<sup>90</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *La técnica historiográfica del Toledano...*, p. 204.

<sup>91</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *La técnica historiográfica del Toledano...*, p. 217-220.

<sup>92</sup> Rodrigo Jiménez de Rada termina com esta frase os dois capítulos seguidos que dedica à genealogia de Afonso Henriques e primeiros reis de Portugal: *Et ut genealogie regum Portugalie seriem texeremus, a proposito diuertimus aliquantulum*. Da mesma forma, inicia assim o capítulo seguinte sobre Afonso VII: *Nunc ad gesta Aldefonsi Hispaniarum regis, prout cepimus, reuertamur*. *DrH*, VII, VI-VII, 228.

No Livro VI surgem já os reinados de Fernando I e Afonso VI, enquanto os Livros VII e VIII se ocupam na sua maioria do reinado de Afonso VIII de Castela, deixando o Livro IX para o período de Henrique I e Fernando III.

Para cobrir o longo período histórico que relata, Rodrigo baseia-se de forma distinta em várias fontes. Nesse sentido, pode dizer-se que utiliza de forma mais constante e profunda três obras que depois, ao estilo da compilação, vai completando com a utilização, em menor grau, de outras, tal como faz Lucas. “La columna vertebral de las fuentes de la crónica la constituyen tres autores: S. Isidoro y Jordanes, para los dos primeros libros, y el Tudense para los restantes”<sup>93</sup>. Para além do material cronístico, Rodrigo teria ainda recolhido informação do material jurídico que tinha ao seu dispor, fruto do litígio em torno da primazia, como refere Peter Linehan<sup>94</sup>.

Para o importante reinado de Wamba, Rodrigo socorre-se da obra de Julião de Toledo, embora não de forma directa, mas sim através do que Lucas incluiu no seu *Chronicon Mundi*, de acordo com Juan Fernández Valverde<sup>95</sup>. No que se refere aos restantes textos historiográficos utilizados, Rodrigo não foge muito à norma, ou seja, aos textos que Lucas de Tuy havia também consultado, como por exemplo a *Crónica de Alfonso III*, a *Historia Silense*, a *Crónica del obispo Pelaio de Oviedo*<sup>96</sup>, a *Sampiro* e a *Chronica Najerensis*. Rodrigo atribui ainda muito valor à chamada *Crónica moçárabe de 754*<sup>97</sup>.

Ao que tudo indica, o arcebispo de Toledo estava particularmente bem informado sobre obras que circulavam nas zonas por onde passavam os caminhos desde a Península até Roma, onde ia frequentemente para audiências com o papa. Para além de Jordanes, que já foi mencionado, Rodrigo teria ainda empregado na sua crónica outros textos ‘europeus’ como a *Gesta Normannorum Ducum*<sup>98</sup>, ou a crónica de Romualdo de

---

<sup>93</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 34.

<sup>94</sup> LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 374.

<sup>95</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 35.

<sup>96</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 168.

<sup>97</sup> Sobre as fontes utilizadas por Rodrigo Jiménez de Rada veja-se as pp. 34-36 da introdução de Juan Fernández Valverde à, bem como as páginas XXVIII-XL da introdução à versão latina editada pelo mesmo autor na qual este desenvolve um pouco mais o tema (RODERICI XIMENII DE RADA – *Historia de rebus Hispanie sive Historia Gothica*, 1987).

<sup>98</sup> RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – *El paradigma de los reyes sábios...*, p. 763.

Salerno<sup>99</sup>. É também normalmente aceite que Rodrigo teria utilizado ainda a obra de Juan de Sória para os reinados de Henrique I (1214-1217) e do próprio Fernando III<sup>100</sup>.

Por fim, os capítulos nos quais Rodrigo descreve a ascendência e descendência de Afonso Henriques, bem como os seus principais feitos aparentam ter uma forma distinta do relato que é típico do *toledano*. Stéphanie Girardel levanta uma hipótese muito interessante quanto à possibilidade de Rodrigo ter utilizado, para estes capítulos, registos analísticos, uma vez que “les informations se succèdent sur le mode paratactique, c’est-à-dire sans que ne soit établi aucun lien entre elles, si ce n’est qu’elles concernent toutes les actions du comte Henri (...). Apparaît là une autre convergence puisque cette matière est celle que privilégie le texte annalistique. Un excursus généalogique mène ensuite le Tolédan de l’époque du comte Henri à la période qui lui est contemporaine”<sup>101</sup>. Levando em conta este argumento, é possível admitir que Rodrigo tivesse ao seu dispor um texto como o *Chronicon Lusitanum* (*Chronica gothorum*), e dele retirasse esta informação, embora pudesse fazê-lo de diversos outros textos<sup>102</sup>.

Neste ponto torna-se necessário fazer um aparte que possa esclarecer esta questão sobre as fontes a que Rodrigo poderá ter ido recolher informação sobre os primeiros monarcas portugueses. De todos os dados sobre ‘Portugal’ que Rodrigo inclui no seu *De rebus Hispanie*, apenas dois temas não são mencionados por Lucas de Tuy. São estes a actuação do conde Henrique na esfera eclesiástica e as informações genealógicas sobre os primeiros quatro reis de Portugal. Levando em conta a hipótese colocada por Stéphanie Girardel, das fontes que refere esta autora, em nenhuma se encontram dados relativos a esses dois temas. Apenas na *I Crónica Breve de Coimbra* se encontra alguma informação referente a um destes temas, mais concretamente, à actuação do conde Henrique, mas este texto é uma compilação mais tardia de elementos dispersos, pelo que não é possível que

---

<sup>99</sup> ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*, p. 13; RENZI, Francesco – «*Imperator Burdinum Hispanum Romanae...*», p. 15-18.

<sup>100</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 144-155, especialmente p. 154-155.

<sup>101</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 181-182. A autora levanta esta hipótese sem, todavia – e como refere –, a ter verificado. Trata-se de uma pista muito interessante para compreender melhor de onde surgem as informações que Rodrigo refere acerca de Portugal, uma vez que exceptuando as que recolhe de Lucas de Tuy, não parece existir uma outra fonte conhecida a que o arcebispo possa ter recorrido. No mesmo sentido, o editor da obra, Juan Fernández Valverde, não enumera nenhuma fonte para estes capítulos em que Rodrigo discorre sobre os primeiros monarcas portugueses.

<sup>102</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 182-183.

Rodrigo tivesse acesso ao mesmo. Quanto às informações de ordem genealógica, não seriam as mais difíceis de ter acesso ou conhecimento, tanto mais que Rodrigo descreve acontecimentos que não lhe eram muito anteriores – o primeiro dado desta natureza é até o casamento de Afonso Henriques, portanto, cerca de um século antes.

Ao contrário de Lucas, Rodrigo não tem por método incluir o relato das suas fontes o mais próximo do original, mas antes reformula quase sempre o latim que recebe<sup>103</sup>. Nesse sentido, é muitas vezes através das alterações que faz, quer ao estilo, quer aos episódios que reformula, que se compreendem as linhas ideológicas que orientam o prelado toledano. Uma das principais é precisamente a defesa de Toledo e da sua primazia, mas também da sua qualidade como *urbs regia*<sup>104</sup>.

Por outro lado, Rodrigo também promove uma visão da sociedade segundo a qual o principal dispositivo estabilizador seria a cooperação que deveria existir entre monarca e aristocracia. “Rodrigo de Toledo representó (...) un polo doctrinal de la corte castellana o de la nebulosa intelectual que influía en ella, que insistió – mientras otros, como Lucas de Túy lo hacían en el papel de la iglesia o, como Juan de Osma, defendían la opción, con implicaciones más burocráticas y modernas, de una vinculación directa del rey con la Providencia – en la necesidad, para el señor de Castilla, de tener la mayor consideración por el poder, las reglas y la mentalidad del grupo nobiliario”<sup>105</sup>. O equilíbrio entre um monarca generoso e uma aristocracia leal seria o aspecto fundamental para uma sociedade adequada ao ideal de Rodrigo, segundo o qual a aristocracia é o “grupo sustentador da monarquia”<sup>106</sup>.

Todavia, Amaia Arizaleta defende que Rodrigo faz eco daquilo que seriam as pretensões do grupo aristocrático não porque perfilhe essas mesmas ideias sobre a centralidade da aristocracia na sociedade, mas antes porque compreende que esta era o

---

<sup>103</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 116-117.

<sup>104</sup> Sobre este aspecto, é evidente que Rodrigo silencia episódios que mencionavam Leão como local da coroação de reis, por forma a passar a ideia de que apenas Toledo usufruía dessa dignidade. Sobre a omissão de questões relacionadas com Leão no relato de Rodrigo (e que são claramente exaltadas no relato do *tudense*, de quem Rodrigo depende), veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 423-426.

<sup>105</sup> MARTIN, Georges – *La invención de Castilla....* Veja-se também MARTIN, Georges – *Les juges de Castille....*, p. 266-269.

<sup>106</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *De la historiografía fernandina a la alfonsí*, p. 113.

grupo dominante e se encontrava necessitada de um autor; um intermediário entre si e a Coroa: “quien mejor arrimó el ascua a su sardina en esta operación de escritura fue Rodrigo Jiménez de Rada, cuya versión de esas *historias* lo hizo traductor de los deberes políticos del monarca, maestro de reyes e intermediario entre la clase social dominante y el soberano, al tiempo que el más autorizado de entre los letrados”<sup>107</sup>.

Sobre as qualidades do monarca, Rodrigo é mais sucinto do que Lucas, mas coloca claramente Afonso VIII como modelo ideal. Quanto às virtudes que o soberano deveria incorporar, o prelado apresenta um relato muito mais ‘laicizante’ do que o do bispo tudense, que colocara como fundamental para o monarca a crença em Deus e a fé católica<sup>108</sup>. Para Rodrigo, porém, são duas as virtudes fundamentais – e ambas se congregam em Afonso VIII –, a *strenuitas* e a *sapientia*<sup>109</sup>. De resto, a *strenuitas* viria a desempenhar um papel crucial na caracterização que Rodrigo apresenta de Afonso Henriques, sendo um dos principais motivos para a legitimidade que o primo de Afonso VII ostenta na obra do *toledano*.

No cômputo geral, a obra de Rodrigo tornou-se fundamental por vários aspectos, embora seja mais reconhecida pelo papel que ocupou na composição das obras históricas do período de Afonso X, *o Sábio*. Ainda assim, um dos grandes méritos foi a alteração que provocou na forma de se escrever sobre o passado no século XIII. A procura pela “interpretación de los sucesos y la búsqueda de sus causas”<sup>110</sup>, bem como o facto de a unidade estruturante ser a da continuidade histórica (que permite a Rodrigo libertar-se da segmentação imposta pelo elemento cronológico), contribuiu para essa alteração. Nas palavras de Inés Fernández-Órdoñez, “la superación del pautado analístico como sistema fundamental de estructuración del relato supuso un avance en las técnicas tradicionales de composición historiográfica. Puede afirmarse que a partir de entonces, y tras el modelo del Toledano, la composición de crónicas dio paso a la composición de historias”<sup>111</sup>.

---

<sup>107</sup> ARIZALETA, Amaia – *Ut lector agnosceret...*, p. 181.

<sup>108</sup> FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – *De Lucas de Tuy a Alfonso el sabio...*, p. 54-55; REILLY, Bernard F. – *Bishop Lucas of Tuy and the Latin Chronicle tradition in Iberia*, p. 773-774.

<sup>109</sup> Sobre a importância da *strenuitas* para a historiografia medieval, sobre o papel da mesma nas crónicas do século XIII, bem como sobre a crescente importância da *sapientia* como qualidade régia ao longo dessa centúria, veja-se RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – *Rex strenuus valde litteratus...*

<sup>110</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 49.

<sup>111</sup> FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – *La técnica historiográfica del Toledano*, p. 221.

Um outro aspecto interessante da forma como Rodrigo escreve prende-se com a franqueza com que por vezes se refere às fontes. Quando encontra contradições em diversos textos a que recorre, o *toledano* acaba muitas vezes por expor no seu texto essas mesmas contradições, ora dando mais credibilidade a uma versão, ora dizendo explicitamente que o leitor deve ajuizar qual a versão verídica<sup>112</sup>. Ao escrever sobre qual teria sido o rei franco envolvido numa batalha, chega inclusivamente a garantir que, caso alguém provasse o contrário do que ele afirmava, se comprometia a rectificar o erro na sua obra<sup>113</sup>.

A obra de Rodrigo – a última grande obra do género escrita em latim neste período – é de certa forma representativa de toda uma tradição marcada por textos como o *Chronicon Mundi* ou a *Historia Silense*, entre outros. Como refere Juan Fernández Valverde, “todas esas crónicas han sido pasadas por el tamiz de su sistema de trabajo, enfrentadas unas con las otras para hallar lo que el autor cree que es la verdad de la historia, refundidas en una sola línea argumental y, sobre todo, sometidas a un criterio único y previo de composición que don Rodrigo tiene perfectamente claro antes de comenzar su relato. Así, la presente obra es (...) la culminación y el compendio de una larga tradición; es la obra cumbre de la cronística hispano-latina medieval en el doble sentido de la expresión: la más importante y la última”<sup>114</sup>.

De tudo o que foi exposto, os condicionamentos resultantes do contexto, do material, da ideologia e dos próprios autores enquanto parte integrante da sociedade para a qual escrevem parecem ter ficado elencados. As eventuais referências a matérias relacionadas de alguma forma com ‘Portugal’ ou personagens do seu território encontradas nas obras não podem ser consideradas fora desta conjuntura traçada para o ambiente histórico e historiográfico do século XIII. Nesse sentido, observar o passado através dos textos de Lucas e Rodrigo oferece tantos indícios desses tempos mais remotos sobre os quais escrevem como acerca dos próprios autores e especialmente do cenário político e ideológico, mas também eclesiástico e militar de Duzentos.

---

<sup>112</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 38.

<sup>113</sup> *DrH*, IV, XVI, 138-139.

<sup>114</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 42.



## Capítulo 2 – Da *Gallaecia* a Portugal: a concepção do espaço ocidental peninsular

Ao longo das obras que servem de base a este estudo, existem várias alusões que não se podem enquadrar ora como figuras históricas com ligação ao espaço do ocidente peninsular, ora como eventos com particular relação com esse mesmo espaço. Isto porque se tratam de alusões ao próprio espaço em si, tomado como sujeito historiográfico, ou seja, à evolução do espaço, das suas elites (que o dominam politicamente), das fronteiras que se procuram estabelecer e estabilizar e, finalmente, à individualidade – política, sobretudo, mas não só – que se faz notar em diversos momentos, apenas para depois sofrer oscilações próprias dos processos históricos.

Este capítulo organiza-se em torno de duas grandes linhas que sobressaíram na análise levada a cabo, não tomando cada excerto por si só, mas como evidência de um conjunto ordenado. A interpretação destes excertos contribui sem dúvida para a compreensão da imagem e representação do espaço onde, à época de escrita destas obras, já se encontrava implementado o reino português.

Com efeito, da análise de ambas as obras ressaltam dois aspectos a partir dos quais se pode tentar compreender a representação do espaço ocidental da Península, isto para além dos elementos mais ‘soltos’. São eles a descrição dos diferentes momentos de expansão territorial – desde o período suevo até aos séculos centrais do medievo –, com a ligação inevitável desse ponto ao da definição das várias fronteiras; e, por outro lado, a concepção do processo de individualização dos diversos espaços peninsulares<sup>115</sup> (em relação à unidade visigoda sobre a qual os cronistas constroem o referente do espaço peninsular) e, em concreto neste caso, da faixa mais ocidental da Península.

### 2.1. O ocidente peninsular no *Chronicon Mundi*

As alusões ao espaço mais ocidental da Península Ibérica na obra de Lucas de Tuy iniciam-se de uma forma muito interessante, uma vez que o *tudense* apresenta uma

---

<sup>115</sup> Um bom exemplo de um claro processo de individualização de um espaço peninsular em relação à unidade que as obras preconizam é o de Castela, especialmente na obra de Rodrigo Jiménez de Rada. Essa individualização, no caso castelhano, passa em muito pela chamada ‘lenda dos juízes’. Sobre este tema, consulte-se MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*; e ainda MARTIN, Georges – *La invención de Castilla...*

perspectiva do espaço que tem como referente uma visão que não poderia ser a sua, atendendo a que o seu ponto de referência seria Leão. Ao narrar o período de ocupação romana da Península, Lucas menciona, entre outros, a fundação de Leão e refere-se também ao destino de vários apóstolos de Cristo, mencionando a relação de S. Tiago com a Galécia:

*Petrus et Paulus sepulti sunt Rome, Andreas Patras ciuitate Achaye, Iacobus Zebedei in arce Marmarica et delatus in Galleciam, Yspanie ultimam prouinciam*<sup>116</sup>.

Portanto, Lucas refere que a Galécia seria a província mais distante da Hispânia. A questão da distância implica um ponto de origem/referência que não é especificado, mas que não poderia dizer respeito a Leão, a partir de onde Lucas escreve. Porém, tendo em conta que este excerto se encontra ainda no Livro I, é provável que se trate de um extracto que o *tudense* tenha retirado da obra de Sto. Isidoro, o que tornaria esta alusão à distância algo compreensível. Quer o ponto de referência fosse Sevilha, a partir de onde Isidoro olhava a Península enquanto administrava a sua diocese, quer o ponto de referência fosse Roma, a partir de onde Isidoro colocava a sua perspectiva histórica, a distância faz aqui todo o sentido. Pode ainda tomar-se esta menção à Galécia como a última província da Hispânia como sendo uma referência ao espaço que foi o último ocupado pelos romanos na Península.

Para além deste ponto inicial, onde a perspectiva sobre a Península é algo distinta, Lucas inscreve no seu texto elementos por vezes desconexos, informações de variadas origens ou apenas apontamentos etimológicos, um gosto que já foi identificado no *tudense*. É no contexto de um apontamento desse tipo que, por exemplo, Lucas se refere a Évora como sendo uma cidade em Portugal<sup>117</sup> ou a Viseu como sendo o local de sepultura de Rodrigo, último rei dos godos<sup>118</sup>.

Todavia, esses elementos desarticulados não permitem grandes ilacções e, portanto, devem analisar-se os elementos que foram anteriormente identificados como aqueles que melhor permitem compreender a percepção do espaço nestas obras.

---

<sup>116</sup> CM, I, 115, 105.

<sup>117</sup> Lucas encontra-se a enumerar uma extensa lista de cidades a que os muçulmanos teriam alterado o nome, quando refere: “Elbora, id est Talauera. Est et in Portugalia ciuitas que dicitur Ebora” – CM, III, 20, 184.

<sup>118</sup> “Rudis tamen postea in ciuitate Veseo inuenta est lapidea sepultura, in qua epitafium est desuper scriptum, scilicet: «Hic requiescat Rodericus rex Gothorum»” – CM, III, 63, 221.

### 2.1.1. A expansão territorial e a multiplicidade de fronteiras

O primeiro momento em que Lucas parece narrar um episódio do qual se pode inferir algo sobre a geografia do Noroeste peninsular e, em concreto, sobre a fronteira, é no período suevo:

*Inde ad Lusitaniam transiit, Colimbriam pace deceptam diripit. Olisbona quoque ab eo occupatur, ciue suo qui illic preerat, tradente Lusidio*<sup>119</sup>.

O *tudense* encontra-se a narrar o reinado de Remismundo (457/459-469), referindo as suas campanhas para sul que levaram a uma grande expansão do reino suevo<sup>120</sup>. Todavia, este ponto revela a manutenção da ordenação (e concepção) romana do espaço peninsular, visível pela forma como Lucas menciona que, para atacar Coimbra e Lisboa, o rei suevo teve que passar para a Lusitânia. Mantinham-se as províncias romanas; ainda não existia uma adaptação à geografia dos reinos ‘bárbaros’, que, neste caso, significava a inclusão de uma parte da Lusitânia sob o domínio do reino suevo. Esta manutenção da ordenação romana do espaço, que se pode observar em vários pontos da obra, ocorre mesmo tendo em conta que a implementação sueva no Noroeste peninsular provocou uma nova realidade ‘geopolítica’, por sua vez capaz de conferir uma grande unidade ao território entre o Minho e o Mondego<sup>121</sup>. Porém, como neste excerto, por várias vezes o Douro vai ser referido como fronteira entre dois espaços, as duas províncias romanas, o que demonstra que a representação que Lucas faz do espaço nem sempre é aquela que melhor se adapta à situação política do período narrado, mas antes a que recebe da tradição textual que lhe serve de ‘guia’ no momento. Neste caso, trata-se de Sto. Isidoro de Sevilha, uma vez que este excerto na obra de Lucas se encontra retirado da *Historia Suevorum* do bispo hispalense.

O momento seguinte demonstra à saciedade essa manutenção da ordenação do espaço de acordo com a herança romana, uma vez que, passados já cerca de 50 anos da

---

<sup>119</sup> CM, II, 17, 132.

<sup>120</sup> Sobre o período em que os suevos chegam à Península Ibérica até ao momento em que são anexados pelos visigodos (411-585), consulte-se a obra de DÍAZ, Pablo C. – *El reino suevo (411-585)*.

<sup>121</sup> BALIÑAS PEREZ, Carlos – *La «Estremadura» Gallega...*, p. 140.

implantação sueva no Noroeste, Lucas narra um ataque à cidade de Chaves levado a cabo por Frumário como tendo sido um ataque ao *Fauensem urbem conuentam*<sup>122</sup>.

Continuando ainda no período suevo, Lucas oferece mais algumas informações sobre o espaço. Assim, enquanto narra os eventos em torno do reinado de Requiário I (448-456), Lucas identifica as cidades de Braga e Porto, a primeira como tendo sido alvo dos ataques do rei godo, Teodemiro II (453-466), e a segunda como o local onde Requiário I foi preso e entregue ao monarca godo, acabando por perder a sua vida<sup>123</sup>. Mais do que desenvolver sobre estes episódios e sobre se Sto. Isidoro terá sido a única fonte de Lucas<sup>124</sup>, importa notar desta passagem a referência às duas cidades do Entre-Douro-e-Minho, uma vez que se trata dos dois núcleos primordiais de assentamento suevo no Noroeste peninsular<sup>125</sup>. Por fim, numa última indicação do século V, Lucas recua na cronologia até ao seu início e estabelece uma lista de terras que formariam o dote da igreja de Lugo, no contexto da qual refere por várias vezes o rio Minho<sup>126</sup>. Trata-se, portanto, da primeira utilização do Minho como fronteira, neste caso, como fronteira eclesiástica.

Contudo, o espaço ganha uma atenção redobrada quando se inicia a narração do reinado de Afonso I das Astúrias (739-757). Inicia-se, neste ponto do relato, pelo menos no que concerne a linearidade narrativa do *CM*, o processo de expansão dos povos cristãos do Norte para o Sul recentemente dominado pelos muçulmanos, pese embora esse

---

<sup>122</sup> *CM*, II, 16, 131. Sobre este ataque a Chaves existem versões distintas, uma vez que enquanto Idácio de Chaves identifica este ataque (no decurso do qual o próprio é feito prisioneiro) com uma investida sueva contra os romanos, Sto. Isidoro de Sevilha refere que o mesmo se ficou a dever a conflitos internos do reino suevo. Lucas segue a versão de Sto. Isidoro. Para uma leitura da versão de Idácio de Chaves, consulte-se SZÉLL, Gabor – *The Crisis of the Kingdom of the Suebi...*, p. 95.

<sup>123</sup> Sobre este episódio, consulte-se DÍAZ, Pablo C. – *El reino suevo (411-585)*, p. 80-83.

<sup>124</sup> Seria interessante aprofundar este aspecto, uma vez que o relato de Idácio de Chaves é também um possível testemunho de que Lucas se poderia ter servido para esta cronologia. É certo que o relato do *tudense* se aproxima bastante das palavras de Sto. Isidoro, por vezes até quase *ipsis verbis*, como quando se refere a S. Martinho de Dume utilizando expressões com que o santo hispalense descrevera a sua actuação: “confestim Arrianae impietatis errore destructo Suevos catholicae fidei reddidit”; ou como quando refere que o monarca suevo que recebe S. Martinho é Teodomiro, uma vez que outros textos (como Gregório de Tours ou João Biclaro) fornecem outra versão do nome do monarca suevo. Contudo, já se aludiu à possibilidade de Lucas conhecer e manusear a crónica do bispo flaviense, hipótese essa levantada por Georges Martin. Veja-se o capítulo 1, p. 13-14 e notas 53-54. O excerto do *CM* em que Lucas se refere a S. Martinho de Dume encontra-se em *CM*, II, 17, 132. Sobre a mesma passagem em Sto. Isidoro de Sevilha, consulte-se FERREIRO, Alberto – *Braga and Tours...*, p. 198.

<sup>125</sup> Sobre o assentamento suevo no ocidente peninsular consulte-se MÁRQUEZ CASTRO, Benito – *Los suevos en el ‘conventus bracaraugustanus...’*.

<sup>126</sup> *CM*, III, 11, 72.

movimento só se tenha iniciado verdadeiramente no reinado de Afonso III (866-910). A passagem refere uma série de terras conquistadas:

*Sed Adefonsus, cui Pelagii filia nupserat, uix mortuo Fafila in regem constituitur. Exercitum cum Froyla contra Sarracenos sepius mouens quam plurimas a barbaris ciuitates oppressas bellando cepit, id est, Lucum, Tudam, Portugalem, Anegiam, Bracaram, Viseo, Flauias (...)*<sup>127</sup>.

A passagem é clara quanto ao Afonso a que se refere, isto é, não existe nenhuma confusão entre as praças que Afonso III viria a ocupar e o reinado de Afonso I. Lucas menciona não só o casamento do monarca com a filha de Pelágio (que se chamaria Ermesinda), como também narra de forma correcta a sucessão do mesmo Pelágio para o seu filho, Fávila, a morte deste e a ascensão ao trono de Afonso I. Essa identificação correcta do monarca como sendo Afonso I só deixa uma alternativa que é considerar a narração de Lucas não como uma enumeração de praças conquistadas, mas antes como uma enumeração de territórios atacados pelo monarca asturiano, numa tentativa de desorganizar o espaço do vale do Douro e colocar assim alguma dificuldade a eventuais progressões dos muçulmanos mais para norte<sup>128</sup>.

Ao que tudo indica, Lucas terá recolhido este excerto da *Crónica de Alfonso III*<sup>129</sup>, tomando por boas as informações referentes a Afonso I, que se destinavam sobretudo a passar uma imagem apologética do monarca asturiano. De qualquer forma, trata-se de um testemunho eloquente daquela que seria a nova fase da narrativa. Depois de relatada a “perda da Hispânia” e a ocupação islâmica, o *tudense* iniciava agora a nova fase em que a atenção e iniciativa estava do lado cristão.

---

<sup>127</sup> CM, IV, VIII, 229.

<sup>128</sup> A questão da actuação que as crónicas atribuem a Afonso I e da consequente problematização historiográfica que se baseou nessas passagens não é âmbito deste trabalho. Uma análise breve deste período em relação com o ocidente peninsular e o debate historiográfico resultante pode encontrar-se em SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – «*In finibus Gallecie*» ..., p. 14-18. Um olhar mais detalhado sobre o debate historiográfico relativo a estas questões deve-se a ESCUDERO MANZANO, Gonzalo J. – “La «despoblación» y «repoblación»...”.

<sup>129</sup> A passagem em que Lucas enumera as várias praças encontra eco numa enumeração semelhante na *Crónica de Alfonso III*, que se sabe ter servido de fonte a Lucas. Na edição de Ubieto Arteta, a passagem encontra-se nas páginas 36 e 37 (edição contém as duas versões desta crónica, a chamada “rotense” e a “ovetense/sebastianense”, sendo que a passagem em questão parece mais próxima da versão “rotense”) – *Crónica de Alfonso III*, edição e índices de António Ubieto Arteta.

Essa distinção entre as acções de Afonso I e as de Afonso III fica bem vincada na passagem seguinte que se refere ao processo de expansão das forças asturianas, onde Lucas refere as iniciativas de Afonso III:

*Tunc edomuit rex Astoricam et Ventosam, Conimbriam quoque ab inimicis obsessam defendit et suo dominio subiugauit. Cesserunt etiam armis illius plurime Yspanie urbes, que detinebantur a Sarracenis. Eius tempore ecclesia ampliata est. Vrbes manque, id est, Portugalensis, Vesensis, Aucensis tunc populantur ab eo, et secundum canonicam sententiam episcopi ordinantur et usque ad Tagum flumen populando regnum perducitur*<sup>130</sup>.

Enquanto na passagem que se refere a Afonso I os termos utilizados por Lucas no que diz respeito às iniciativas do monarca são sobretudo bélicos, ou seja, relacionados com a ideia de conquista das cidades e de confronto com exércitos inimigos (como *bellando* e *cepit*), na passagem sobre Afonso III o que existe é uma menção explícita a actos de outra natureza, nomeadamente ao povoamento de várias cidades e à ordenação de alguns bispos. O *povoamento* de uma cidade – que significa, de certo modo, a organização ‘administrativa’ sob o domínio de um poder político específico – e a colocação de bispo na mesma não eram medidas de carácter belicoso, nem procuravam desorganizar o espaço, mas precisamente o contrário: organizá-lo e ocupá-lo tendo em vista a sua manutenção sob o domínio asturiano de uma forma prolongada. Por aqui se compreende uma diferença fundamental que ocorre no período de quase 150 anos que medeia os dois monarcas: o reino asturiano passou dos ataques (ou razias) para uma estratégia de ocupação de território; de uma necessidade de contenção do inimigo a uma vontade de expansão, começando por povoar (ou seja, dominar) as terras que antes tinha tentado desorganizar. E tudo isso vem refletido na narrativa que Lucas leva a cabo<sup>131</sup>.

Uma questão diferente tem que ver com o facto de o *tudense* afirmar que esse mesmo acto de ‘povoar’ o espaço decorreu até ao Tejo. Essa informação já não se encontra na *Crónica de Alfonso III*, pelo que terá sido recolhida de outra fonte ou

---

<sup>130</sup> CM, IV, 22, 247-248.

<sup>131</sup> Afonso I teria aproveitado um período de revoltas locais contra os árabes a norte do Douro para atacar este espaço, algo que as crónicas deixam entender. ESCUDERO MANZANO, Gonzalo J. – “La «despoblación» y «repoblación»...”, p. 154.

introduzida pelo próprio *tudense*. Na verdade, os esforços de Afonso III e das ‘presúrias’ que terá ordenado levaram o reino asturiano até ao Douro na zona central da Península e até à região do Mondego mais a ocidente.

Essa realidade de fronteira na zona do Douro no que toca à região central da Península encontra-se explanada quando pouco depois, já no reinado de Ordonho II (914-924), filho de Afonso III, Lucas relata vários conflitos entre cristãos e muçulmanos, nomeadamente devido à importância estratégica da população de Gormaz<sup>132</sup>. Existe, neste momento da obra, a compreensão de uma fronteira que progride a diferentes ritmos nas várias regiões da Península, uma vez que pouco antes, num excerto que será analisado posteriormente, Lucas referia o controlo que este mesmo Ordonho II exercia sobre Viseu, ou seja, colocando assim a fronteira na zona mais ocidental da Península a sul do Douro e, com quase toda a probabilidade, fixada no rio Mondego.

Essa assumpção da fronteira no Mondego encontra-se exposta novamente quando Lucas se refere a Lisboa como uma cidade muçulmana que Ordonho III atacara, o que revela que a progressão da fronteira ainda não tinha atingido o Tejo. Estes pontos serão novamente abordados no que toca ao seu contributo para se poder ver na obra uma progressiva individualização do espaço ocidental, mas por agora importa reter a forma como a fronteira assume um papel central na consciencialização do espaço, sendo uma zona de conflito, mas também de oportunidade. E, por outro lado, como o seu avanço se tem dado, até aqui, de uma forma mais linear a ocidente, estando a fronteira no Mondego, enquanto na região central da Península, o palco de disputas entre cristãos e muçulmanos se situava ainda no Douro.

De facto, esta região entre o Douro e o Mondego deveria ser, no entender das elites leonesas, de grande importância, uma vez que existem notícias de figuras régias a viver na região (como é o caso do futuro Vermudo II), e, sobretudo, porque foi nesta região que se situou aquela que foi, pelo menos por duas vezes, a ‘capital’ de uma porção do reino – Viseu, com Ordonho II e Ramiro II. Existem até relatos árabes que identificam a cidade onde Ramiro II se teria baseado como sendo Coimbra, o que confere ainda mais relevo a

---

<sup>132</sup> CM, IV, 26, 252-253.

essa zona de fronteira, mas também ao domínio asturiano-leonês sobre a região entre o Douro e o Mondego, recentemente conquistada.

Mas não só de fronteiras com o inimigo se constrói o espaço. Exemplo disso é o momento seguinte em que se pode observar a fronteira mais uma vez como referência, indicando aqueles que dominam politicamente um espaço e, neste caso, a fronteira é interna. Trata-se de um episódio em que Lucas narra o reinado de Sancho I (956-958 e 960-966) e, conseqüentemente, o seu assassinato. Tendo em conta que este episódio será analisado posteriormente, importa sobretudo reter a imagem que Lucas apresenta do espaço ocidental dos domínios leoneses, ou seja, a divisão deste em duas áreas, dominadas pelos condes de Portucale e Coimbra. Nesta passagem, que é antecédida por uma em que o *tudense* não se coíbe de relatar dissensões entre o monarca e a aristocracia galega (ou seja, de toda a faixa ocidental do reino), o rio Douro é o ponto de encontro entre Sancho I e o conde Gonçalo, cada um à frente das suas respectivas hostes.

Desta passagem resulta também uma grande individualização da região entre o Douro e o Mondego devido à forma como Lucas enuncia o conde Gonçalo que teria ido ao encontro do monarca: *Quo audito Gondissaluus, qui dux erat ultra flumen illud, congregato magno exercitu uenit usque ripam ipsius fluminis*<sup>133</sup>. A colocação do Douro como fronteira nesta passagem implica de certa forma a colocação do condado conimbricense entre duas fronteiras. Esta sensação de diferenciação entre a região a norte do Douro e a região a Sul do mesmo rio sai reforçada pelo facto de Lucas se referir uma vez ao conde portugalense Mendo como sendo um conde galego<sup>134</sup>. Talvez essa diferenciação se baseie no reconhecimento de que o domínio da região a sul do Douro por parte da coroa leonesa era muito mais frágil, embora possa também assumir-se que a diferenciação que existe é política e a menção ao conde portugalense como sendo galego se prenda com o facto de este alinhar politicamente contra Sancho I (e, portanto, estar do lado dos condes galegos que o monarca teria submetido)<sup>135</sup>.

Trate-se ou não de um reconhecimento das distintas camadas da autoridade régia nas várias regiões do reino, a verdade é que esta diferenciação do espaço a sul do Douro

---

<sup>133</sup> CM, IV, 34, 264.

<sup>134</sup> CM, IV, 42, 274.

<sup>135</sup> Este tópico será retomado no ponto 3.2.



deixa entender uma posição menos sustentada da coroa nessa área, como se disse, sobretudo tendo em conta o momento em que ocorre, ou seja, num período de graves divergências das elites locais com o rei. Essa fragilidade é colocada em evidência na passagem seguinte, uma vez que esta diz respeito às incursões de Almançor e relata, com efeito, a perda de quase todos os territórios a sul do Douro:

*Largus erat et hilaris barbarus Almanzor, et dum multis habundaret thesauris, cunctos muneribus ad suam beniuolenciam adtrahebat. Iam cuncta que a flumine Dorii, quod tunc temporis inter Christianos et Sarracenos pro limite habebatur, usque ad flumen Estole deuastauerant Sarraceni, et ad debellandam Legionensem urbem properans Almanzor in ripa fluminis Estole temptoria fixit*<sup>136</sup>.

Este relato de uma das várias incursões de Almançor é bastante directo na questão da fronteira. Refere desde logo que o ponto de referência para a fronteira entre cristãos e ‘sarracenos’ era o Douro. Por outro lado, ao narrar a expedição de Almançor que atingiria Santiago de Compostela, em 997, Lucas refere: *Tertiodecimo uero anno Almazor barbarus cum magno exercitu per fines Portugalie hostiliter intrans illius regionis omnia deuastauit*<sup>137</sup>. Ou seja, Almançor teria penetrado o reino leonês pela zona de Portucale, isto é, do actual Porto, reconhecendo, portanto, a colocação da fronteira novamente na região do Douro. Admite, pois, o recuo da fronteira devido às acções de Almançor. Evidencia-se o carácter muitas vezes temporário e volátil da fronteira no período medieval.

Como a fronteira tinha recuado novamente até ao Douro, o ponto seguinte em que se vislumbra esse processo expansionista em curso é no cerco que Afonso V (999-1028) levanta a Viseu. Outrora ‘capital’ de uma porção do reino asturiano-leonês, Viseu estava agora em mãos muçulmanas. Esta passagem, para além do interesse que aporta relativamente a alguns aspectos militares no séc. XI pela descrição do cerco que faz, contém uma importante referência, uma vez que se indica Viseu como estando *in Portugale*. Esta questão vai ser novamente abordada, mas deixa-se aqui a passagem:

---

<sup>136</sup> CM, IV, 37, 268.

<sup>137</sup> CM, IV, 38, 270.

*Anno igitur regni sui XX<sup>o</sup>.VIII<sup>o</sup> aggregato magno exercitu obsedit Veseum in Portugale magnum opidum quod adhuc detinebatur a Sarracenis. Cumque quadam die propter nimium feruorem solis indutus tantummodo pallio et camisia longe a muris ipsius ciuitatis equitaret, a quodam insigni baleario Sarraceno inter scapulas sagitta percussus est<sup>138</sup>.*

Em conformidade com o avanço territorial e cronológico dos acontecimentos, o relato volta a situar-se na região ocidental aquando da chamada “campanha das Beiras” de Fernando I, *o Magno* (1037-1065). A campanha, que na verdade se refere a um conjunto de campanhas militares que se estenderam por um período de quase dez anos<sup>139</sup>, viria a granjear um grande sucesso para as forças leonesas nesta região, saldando-se pela conquista, entre outros, de Lamego, Seia, Viseu e Coimbra. Todos estes acontecimentos são descritos com algum detalhe por Lucas<sup>140</sup>, que dedica várias passagens às campanhas e a momentos altamente simbólicos que ocorrem paralelamente a estas expedições, concedendo, por isso, no seu relato, grande importância às vitórias de Fernando I.

Deve assinalar-se o grande valor que este excerto da obra encerra, valor esse que se pode atribuir a dois ou três aspectos. Por um lado, são de grande relevância as descrições dos aspectos militares, sobretudo no que toca aos cercos de Viseu, Lamego e Coimbra, existindo apontamentos interessantes como sejam considerações sobre as muralhas das cidades e referências explícitas à utilização de maquinaria de guerra diversa. Por outro lado, é ainda de grande valor a inclusão de ‘histórias paralelas’, como aquela em que Fernando I procura e encontra o soldado responsável pela morte de Afonso V no cerco de 1028 e o castiga por essa ofensa, ou ainda a relação entre a conquista de Coimbra e o auxílio prestado por S. Tiago. Por fim, um outro aspecto, mais directamente

---

<sup>138</sup> CM, IV, 43, 276.

<sup>139</sup> A actuação militar de Fernando I nesta região inicia-se ainda em 1055, com a conquista do castelo de Seia, à qual se seguiriam, entre 1057 e 1058, as conquistas de Viseu e Lamego. Coimbra cairia em mãos leonesas no ano de 1064. Consulte-se BARROCA, Mário Jorge – *Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior*. Ainda sobre as campanhas que levaram a fronteira do Douro até ao Mondego, consulte-se BARROCA, Mário Jorge – *Da Reconquista a D. Dinis*, p. 28-33.

<sup>140</sup> O relato das várias campanhas militares de Fernando I na região entre o Douro e o Mondego encontra-se desde a página 284 até à 288 da edição de Emma Falque. Em virtude de se tratar de uma passagem muito extensa, não irá ser reproduzida na sua totalidade no texto, procedendo-se antes à análise dos trechos mais significativos e, sempre que se justificar, apontando para outros elementos que poderiam ter sido desenvolvidos. Para a totalidade da passagem, consulte-se então CM, IV, 51-53, 284-288.

relacionado com este ponto de análise, prende-se com o interesse que estas passagens têm para observar um novo avanço da fronteira e a concepção do espaço, agora retornado ao controlo leonês de forma ‘definitiva’.

Lucas começa por dar indicação das movimentações do exército de Fernando I, afirmando que este se teria deslocado desde a Terra de Campos (em latim, *campis Gothorum*), que se situa a norte de Valhadolid e Zamora, até Portugal: *Igitur anno regni sui XVIº de campis Gotorum cum exercitu magno mouens in Portugalem profectus est*<sup>141</sup>. Depois, o *tudense* refere-se, ainda segundo as divisões romanas, ao facto de os ‘bárbaros’ dominarem as províncias da Lusitânia e da Bética<sup>142</sup>. A primeira conquista, de Seia, é descrita com poucas palavras, dando a entender que a vitória não teria sido particularmente difícil de alcançar ou, por outro lado, que não se tratava propriamente de uma povoação muito importante:

*Paratis itaque stipendiis omnibus primo impetu opidum Sena cum circumiacentibus castellis inuasit interfectis barbaris et ex eis quos uoluit, in seruitutem sibi suisque redegit*<sup>143</sup>.

Logo de seguida, o relato segue para a conquista de Viseu. Deste momento deve notar-se sobretudo o nível de pormenor que Lucas confere à efectiva conquista da cidade e aos mecanismos para conseguir esse objectivo, bem como, de um ângulo completamente distinto, o detalhe narrativo que se prende com o castigo do soldado responsável pela morte de Afonso V (o pai da esposa de Fernando I, Sancha de Leão):

*Triumphato ergo opido Sena ad debellandam Vesensem ciuitatem accelerat ea scilicet causa, ut factorum suorum reffita uice pro Adefonso rege socero suo interfecto ciuitatis illius barbari soluerent debitas penas. Erat in ipsa ciuitate sagittariorum fortissima manus, cuius impetum si aliquando milites ad murum causa dimicandi*

---

<sup>141</sup> CM, IV, 51, 284.

<sup>142</sup> É uma constante ao longo da obra do *tudense* a utilização da geografia romana para se referir ao espaço dominado pelos muçulmanos na Península Ibérica. Até à conquista dos territórios a sul do Douro, todos os movimentos cristãos para essas regiões a ocidente são descritos como incursões na Lusitânia. O mesmo sucede em relação à Bética, sendo disso exemplo a excursão que Ordonho II teria realizado até *Regel*, identificado na obra como sendo nas imediações de Sevilha. Ao relatar esta excursão, o *tudense* afirma: *collecto exercitu prouinciam Beticam peciit*. CM, IV, 25, 250. Uma questão diferente tem que ver com o nome das cidades, que muitas vezes se encontra na sua forma clássica em latim por uma questão de identificação ou até prestígio.

<sup>143</sup> CM, IV, 51, 285.

*accederent, nisi clipeis tabulas superponerent aut aliqua obstacula forciora ferre non ualerent quin sagitta singulare clipeum et loricam pertransiret. Exploratis igitur omnibus ciuitatis ingressibus positisque castris rex electos et milites et balearios ad ciuitatem cursu tendere et portas obsidere precepit. Deinde commisso prelio per aliquot dies cum magna fortitudine certaretur cepit eam atque inuento inibi sagittario insigni, qui Adefonsum regem interfecerat, eum manibus et oculis et altero pede priuare iussit. Ceteri uero Sarraceni qui gladium euaserunt, militibus fuere preda<sup>144</sup>.*

A descrição da povoação seguinte a ser conquistada – Lamego – também contempla importantes referências a aspectos militares, de entre os quais se pode destacar a alusão à utilização de maquinaria de guerra:

*Inde propere mouens castra ad Lamecum ciuitatem peruenit et circumdato exercitu murum magno conamine irrumpere nititur, que quamis difficultate loci inexpugnabilis uideretur, oppositis turribus ligneis et diuersorum generum machinis eam breui expugnauit et Mauros inibi degentes partim gladio interfecit, partim ob diuersa ecclesiarum opera ansis ferreis iussit constringi. Siquidem rex Fernandus solerti sempre cura prouidebat, ut de ut de uictoriarum suarum spoliis ad laudem Dei, qui eum uictorem reddebat melior, pars per ecclesias et Christi pauperes distribueretur<sup>145</sup>.*

O relato continua com a indicação de conquistas menos significativas, elencando locais como o *castrum sancti Iusti super flumen Malua situm et Taroca*<sup>146</sup>. Após estas referências, o restante do relato concentra-se na conquista de Coimbra, um acontecimento a que Lucas confere muito relevo, sobretudo devido à aparição de S. Tiago que está associada a essa vitória leonesa em terras ‘portuguesas’ – é o próprio Lucas que não hesita em qualificar a região das campanhas de Fernando I como sendo Portugal, afirmando inclusivamente que com a conquista de Coimbra os ‘mouros’ teriam sido expulsos de Portugal uma vez que o Mondego era o limite da província portuguesa. Esse excerto será analisado mais à frente, mas para já observe-se o excerto referente à conquista da cidade:

*Quibus triumphatis, ut Conimbria illarum parcium maxima cilitas, que istis prefuerat, Christo subiceretur, limina beati Iacobi apostoli peciit atque in ipsa ecclesia,*

---

<sup>144</sup> CM, IV, 51, 285.

<sup>145</sup> CM, IV, 51, 285.

<sup>146</sup> CM, IV, 51, 285.

*que dicti apostoli corpus continet, triduum fecit et, ut gentem Christianam dignaretur adiuuare et Conimbriam ciuitatem Christiano cultui subiugare apostolus Iacobus, deuotis precibus precabatur; dotataque ipsa ecclesia multis muneribus rex Fernandus diuino fretus auxilio Conimbriam accelerat positisque super eam castris consedit. Exaudiuit Dominus preces regis Fredinandi, et cum ipse pugnaret apud Conimbriam martiali gladio, Iacobus apostolus Christi intercedendo Dominum pro eo pugnabat in celo. Et cum per aliquot temporis spacia infra muros Colimbrie Sarracenos teneret inclusos, positus in giro machinis et arietibus murum ciuitatis in parte fregerat. Quod uidentes barbari legatos supplicando ad regem Fernandum miserunt, quatinus Mauris tantummodo concederet uitam et acciperet urbem cum omni eorum substantia. Rex uero Fernandus adqueiuit, et eiectis Sarracenis quadam die Dominica hora tertia ciuitatem cepit. Quod hec ciuitas meritis beati Iacobi apostoli a rege Fredenando capta fuerit, sic manifeste innotuiit. Venerat enim ab Iherosolimis quidam Greculus peregrinus, qui in porticu ecclesie beati Iacobi diu permanens uigiliis et orationibus insistebat. Cumque intrantes populi laudando beatum Iacobum bonum militem decantarent, ipse peregrinus dicere cepit eum non fuisse miliem, sed piscatorem. Cum uero pernoctaret in oratione subito raptus in extasi, ei apostolus Iacobus apparuit et tenens quasdam clauas manu eum alacri uultu alloquens dixit: 'Eri, inquit, pia precantium uota deridens dicebas me militem non fuisse'. Post hec, allatus ets magne stature splendidissimus equus ante fores ecclesie, cuius nimia claritas totam apertis ianuis ecclesiam perlustrabat. Quem apostolus ascendens innotuit peregrino illis clauibus se ciuitatem Conimbriam aperiturum et regi Fernando in crastinum circa tertiā diei horam se daturum. Quibus dictis apostolus disparuit. Facto autem mane peregrinus uocatis clericis et maioribus ciuitatis indicauit eis uisionem et expeditionis ignarus dixit ipsa die regem Fernandum Conimbriam habiturum. Qui denotato die legatos cum festinatione ad castra inuictissimi regis dirigentes inuenerunt Conimbriam a rege Fredenando captam ea die et hora qua dixerat peregrinus<sup>147</sup>.*

---

<sup>147</sup> CM, IV, 51, 286-287.

Esta passagem será analisada em detalhe quando se aludir à mesma no relato de Rodrigo Jiménez de Rada, uma vez que o prelado toledano utiliza aquilo que Lucas escreve, mas acrescenta certos pormenores que devem ser notados.

Findo o relato sobre as conquistas de Fernando I e a respectiva reposição da fronteira na linha do Mondego na zona mais ocidental da Península, o momento seguinte que concerne ao assunto aqui analisado ocorre no reinado de Afonso VI (1065-1109). De acordo com Lucas, teria sido este monarca a conquistar as cidades de Lisboa, Santarém e Sintra. O *tudense* presta-se a uma longa lista de cidades conquistadas por Afonso VI, terminando com a informação de que o conquistador de Toledo teria também *cepit Cauriam* [Coria], *Vlisbonam*, *Sintriam*, *Santarem*<sup>148</sup>.

Neste ponto, Lucas aglomera várias situações distintas nesta mesma lista, uma vez que Afonso VI não conquistou Lisboa, Sintra e Santarém, mas sim aceitou estas cidades das mãos do rei da taifa de Badajoz, em 1093, numa tentativa deste último para receber a protecção do rei de Leão e Castela face à ameaça almorávida vinda do Norte de África (que já tinha conquistado Sevilha).

A fronteira, contudo, havia progredido mais para sul. Lucas não mais torna a discorrer sobre os avanços na fronteira para sul na zona ocidental da Península de uma forma tão directa, talvez porque o processo de autonomização de Portugal após o reinado de Afonso VI significava que, no plano narrativo, esse espaço não teria a mesma atenção do que os espaços que compunham o reino de Leão. É verdade que após a década de 80 do século XI o ritmo de conquistas leonesas abrandou e verificou-se sobretudo uma contra-ofensiva muçulmana que, a ocidente, por exemplo, significaria a perda de Lisboa. Nada disso é mencionado por Lucas. Tão-pouco o retomar das conquistas cristãs a ocidente, pelas mãos de Afonso Henriques, é alvo de atenção. Do primeiro rei português Lucas recorda as transgressões cometidas a norte contra a Galiza que pertencia a Leão e, sobretudo, os episódios em torno de Badajoz. Este é um caso onde o silêncio do cronista também permite compreender algo sobre a sua visão e a narrativa que construiu.

No que toca a Afonso Henriques, apenas de forma indirecta Lucas relaciona o seu reinado com movimentações na fronteira. Essas referências ocorrem de duas formas: por

---

<sup>148</sup> CM, IV, 70, 304.

um lado, menciona que o primeiro rei de Portugal conquistou muitas terras aos muçulmanos (sem, contudo, as nomear); por outro lado, descreve o cerco muçulmano à cidade de Santarém, na sequência dos eventos de Badajoz, o que significa um reconhecimento de novo avanço na fronteira. No entanto, como Lucas não relata a perda de Lisboa e Santarém ainda no século XI, no reinado de Afonso VI, a alusão ao ataque muçulmano à cidade não permite ao leitor compreender que tinha existido uma série de volte-faces anteriores.

Para lá destes elementos, apenas por uma vez Lucas volta a narrar directamente uma conquista dos reis portugueses que se pode relacionar com uma alteração da fronteira. Trata-se de Elvas, no reinado de Sancho II. Esta referência ‘só’ ocorre devido aos conflitos que existiram entre Afonso IX e Sancho II<sup>149</sup> e que são nesse momento o tema do relato. Assim, Lucas refere o domínio leonês de S. Estevão de Chaves e acrescenta informações sobre incursões militares dirigidas a sul por ambos os monarcas, após a resolução do problema entre ambos:

*Similiter Sancius rex Portugalie cum exercitu suo omnia que erant circumcirca Elues, uastauit, et ambo reges ad propria reuersi sunt*<sup>150</sup>.

Logo de seguida, Lucas relata o abandono de Elvas e outros lugares pelos muçulmanos e o povoamento desses mesmos locais pelos cristãos, naquela que se pode entender como uma alusão ao perigo que era, para as populações, permanecer em locais fronteiriços, constantemente sob ameaça. O abandono de uma povoação não era uma opção especialmente rara e, por vezes, ocorria mesmo devido ao pânico gerado por uma incursão militar iminente, como foi o caso da população de Soure que, em 1116, abandonou o castelo e correu a refugiar-se dentro das muralhas de Coimbra<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> Este tópico será analisado posteriormente, no ponto 5.3.2.

<sup>150</sup> CM, IV, 96, 335-336.

<sup>151</sup> Este episódio vem descrito na *Vita S. Martini Saurensis*, cuja edição mais recente se pode consultar em NASCIMENTO, Aires Augusto (ed.) – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*.

### 2.1.2. A individualização do espaço ocidental peninsular

As ‘presúrias’ levadas a cabo durante o reinado de Afonso III resultaram na ocupação de um espaço extenso, alargando muito a área do reino asturiano. É a partir desse momento que se começam a desenhar, no *Chronicon Mundi*, três áreas nas quais se pode dividir o espaço do reino cristão. E é nesse contexto que surgem os primeiros indícios de uma individualização da zona ocidental da Península que, ao longo de várias fases, vai dar lugar aos dois núcleos que, nessa região, chegam à Idade Média central, Galiza e Portugal.

É também, de acordo com Paulo Merêa, devido a este processo que “a denominação de Portugal dada a uma extensa região da Galiza” toma forma posteriormente, uma vez que o investigador relaciona essa designação “com o povoamento dessa região no tempo de Afonso III”<sup>152</sup>. De certa forma, portanto, a definição do território era um reconhecimento vindo de fora do mesmo, devendo-se à actuação da monarquia asturo-leonesa essa diferenciação entre os espaços a norte e sul do Lima.

De facto, é logo neste período que primeiro se pode observar a diluição do agora reino leonês em três entidades territoriais menores. O *tudense* dá conta da morte de Garcia I, rei de Leão (910-914), filho de Afonso III, e da sua sucessão no trono pelo seu irmão mais novo, Ordonho II, que era já rei da Galiza. Lucas entrega-se então a uma descrição de Ordonho II, que viria a governar Leão de 914 até à sua morte, em 924, e apelida-o de justo, prudente e misericordioso. Porém, o que interessa do relato vem após esta caracterização. Narrando eventos que ocorreram, ao que tudo indica, ainda em vida de Afonso III, Ordonho, governando a Galiza, teria realizado uma expedição a Sevilha,

---

<sup>152</sup> Segundo Paulo Merêa, num período inicial a extensão da designação ‘portucalense’ a uma região que se situava a sul do rio Lima ficou a dever-se ao processo de povoamento dessas regiões levado a cabo no reinado de Afonso III por oposição ao povoamento dos territórios a norte do Lima, que teriam sido povoados no tempo de Ordonho I e, por isso, feito parte de um outro ‘bloco’ que ainda se identificava com a Galiza propriamente dita. Consulte-se MERÊA, Paulo – *De “Portucale” (civitas) ...*, p. 18. No mesmo sentido de dar ênfase ao papel de Afonso III nessa reorganização do espaço atacado por Afonso I consulte-se ESCUDERO MANZANO, Gonzalo J. – “La «despoblación» y «repoblación»...”, p. 154.



saqueado um dos seus bairros mais opulentos (que Lucas indica ser *Regel*)<sup>153</sup> e voltado vitorioso a Viseu:

*Siquidem dum pater eius adhuc uiueret et ipse dominaretur Gallecis, collecto exercitu prouinciam Beticam peciit. Deinde uastatis circumquaque agris et villis incensis primo impetu Regel ciuitatem, que inter omnes barbarorum occidentales urbes opulencior et forcior uidebatur, pugnando cepit. Omnesque bellatores Caldeos gladio delens cum maximo captiuorum et spoliolum apparatus ad Visensem urbem uictor reuersus est*<sup>154</sup>.

Só depois de relatar este acontecimento é que Lucas volta ao fio condutor deste ponto, ou seja, a morte de Afonso III, do seu filho Garcia e o reinado de Ordonho II em Leão. De qualquer forma, deste excerto existem dois aspectos que devem ser valorizados. Por um lado, a consciência clara que demonstra relativamente ao facto de se desenharem, com a expansão territorial alcançada com Afonso III, várias zonas dentro do reino, embora ainda com uma identidade incipiente, é certo. Uma dessas regiões é precisamente a da Galiza, neste momento entendida ainda como uma área que abrange o espaço até ao sul do Douro, como se pode ver pela menção a Viseu. Esta importância levaria então a que os filhos de Afonso III governassem, ainda em vida do monarca, essas mesmas áreas, como se pode ler no texto de Lucas quando afirma que Ordonho governava a Galiza ainda quando o seu pai reinava (e, aliás, fora nesse contexto que se aventurara até Sevilha)<sup>155</sup>.

Por outro lado, a menção a Viseu permite também compreender, para além do facto de evidenciar a cidade como a ‘capital’ de Ordonho enquanto rei da Galiza, que esse processo de individualização era, até ao momento, um processo que unia as regiões

---

<sup>153</sup> Este episódio, ao que tudo indica, terá sido retirado por Lucas da *Historia Silense*, que identifica precisamente o mesmo local, Regel, e o considera como um dos bairros mais opulentos de Sevilha.

<sup>154</sup> *CM*, IV, 25, 250.

<sup>155</sup> Embora Lucas não seja claro quanto a este período, narrando primeiro a morte de Afonso III e só depois a configuração política dos três ‘reinos’ sob o controlo dos seus três filhos, a verdade é que esta divisão teria ocorrido ainda em vida do monarca. Afonso III teria colocado cada filho à frente de uma região, ficando ele próprio como uma espécie de ‘imperador’. Porém, devido a uma revolta, teria sido obrigado a retirar-se e abdicar, dividindo o reino pelos seus três filhos e é nesse contexto que Ordonho governa a Galiza, embora, como se disse, essa informação não esteja incluída na crónica do bispo tudense. Sobre esta questão e os últimos anos do reinado de Afonso III, consulte-se PÉREZ DE URBEL, Justo – *Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 98-99.

galegas a todo o território até à fronteira a sul, recreando, portanto, de forma parcial, a geografia do reino suevo na faixa ocidental<sup>156</sup>.

Essa separação da Galiza do núcleo leonês seria, no entanto, temporária, uma vez que, como já foi mencionado, à morte do rei leonês, Garcia, Ordonho II sucede-lhe e governa assim as terras da Galiza e Leão<sup>157</sup>. Porém, uma nova indicação da individualização do espaço ocidental ocorre quase de imediato, dado que, devido a uma sucessão complexa<sup>158</sup>, os filhos de Ordonho II iriam também eles dividir os territórios herdados. No texto de Lucas não existe nenhuma informação sobre estes momentos, sendo que o *tudense* parece não querer referir as dissensões internas e as lutas fratricidas entre membros da família real. Ainda assim, indica que Afonso IV, filho de Ordonho II, entendera abdicar do trono em favor do seu irmão, Ramiro:

*Huic consistenti in regno uoluntas euenit arripiendi uiam confessionis, et misit nuncios pro fratre suo Ranimiro, qui morabatur in partibus Vesey dicens quod uellet a regno discedere et fratri suo dare. Ranimirus autem ut audiuit, cum exercitu magno uenit Zemoram et regno suscepit*<sup>159</sup>.

O pequeno apontamento de que Ramiro estaria em Viseu não oferece, à partida, qualquer leitura, uma vez que Viseu se apresentava nesta fase como uma das principais cidades da faixa ocidental, sobretudo como assentamento para expedições militares como aquela que o próprio Ordonho II teria realizado a Sevilha. Porém, esse aparte de Lucas é significativo quando se tem em conta os acontecimentos conhecidos. A divisão do reino pelos três irmãos teria contemplado Ramiro com a governação da zona ocidental e é nesse

---

<sup>156</sup> No século IX, a identificação que se fazia da Galiza com a *Gallaecia* romana levou a que se considerassem os seus limites para lá do rio Minho, onde eventualmente viriam a ser colocados. Aliás, como atesta Carlos Baliñas Pérez, neste período específico a fronteira dos territórios galegos era tomada pela linha do Mondego, estando Coimbra no extremo da Galiza (*in finibus Gallecie*). Consulte-se o documento de Afonso III que este autor analisa e a interpretação do mesmo em BALIÑAS PEREZ, Carlos – *La «Estremadura» Gallega...*, p. 144-148.

<sup>157</sup> Sobre Ordonho II, consulte-se PÉREZ DE URBEL, Justo – *Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 111-120.

<sup>158</sup> À morte de Ordonho II não lhe sucedera nenhum dos seus filhos, mas sim o seu irmão Froila (Fruela II), que reinava nas Astúrias. Porém, este viria a morrer um ano depois, em 925, deixando o reino numa situação complexa, já que existiam vários candidatos ao trono: para além do seu filho, também os três filhos de Ordonho II. Os irmãos iriam unir-se contra o filho de Fruela II e, saindo vitoriosos, dividir os territórios entre si.

<sup>159</sup> *CM*, IV, 30, 257.

contexto que este apontamento sobre a sua estadia em Viseu deve ser entendido. Já o seu pai tinha feito de Viseu a sua ‘capital’ e também Ramiro fazia agora o mesmo.

Todavia, existe um factor muito importante que diferencia as duas situações: enquanto Ordonho teria recebido toda a Galiza até à região da fronteira sul, Ramiro e os seus irmãos dividiram o reino de outra forma. Assim, Afonso IV tinha ficado com Leão (tendo ainda supremacia face aos seus irmãos), Sancho com a Galiza e Ramiro com a região que tinha em Coimbra a sua cidade fronteiriça, de acordo com uma fonte árabe<sup>160</sup>. A questão dos limites exactos do espaço que Ramiro controlava não é, contudo, o aspecto essencial. Deste contexto, o que importa reter é que, perante uma nova divisão do reino leonês, o espaço da Galiza, tomado até aqui como um todo, tinha sido dividido em duas partes. Essa divisão teria forçosamente que refletir alguma particularidade ou, melhor dizendo, teria sido levada a cabo com base em algum critério que já se poderia identificar. Isto é válido mesmo que se tenha presente que, ao que tudo indica<sup>161</sup>, Ramiro tinha recebido o controlo desses territórios por parte do seu irmão, Sancho, em reconhecimento do apoio que as elites locais, devido à sua ligação a Ramiro<sup>162</sup>, tinham desempenhado no confronto com o filho de Fruela II.

Aliás, poderá até dizer-se que é precisamente devido a essa circunstância que este acontecimento é significativo. Ou seja, a ligação que Ramiro tinha com as elites locais e

---

<sup>160</sup> Carlos Baliñas Pérez refere que Ramiro apenas governou o espaço entre o Douro e o Mondego, associando isso aos particularismos da região, por ser zona de fronteira e albergue de populações de tradição moçárabe (BALIÑAS PEREZ, Carlos – *La «Extremadura» Gallega...*, p. 151-152). Contudo, autoras como Maria João Violante Branco e Maria Teresa Nobre Veloso seguem antes o estudo de Emilio Sáez sobre Ramiro II, que indica que a este teria cabido a governação do território desde o Minho até ao Mondego. Consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *Portugal no reino de Leão...*, p. 555-556; e ainda VELOSO, Maria Teresa Nobre – *O culto de Santa Comba...*, p. 256-257. Esta última autora acrescenta, na p. 257, alguns argumentos (desde militares a simbólicos) para a escolha de Viseu como sede de governo de Ordonho II e Ramiro II. O trabalho a que ambas se referem é de SÁEZ, Emilio – *Ramiro II, rey de «Portugal» ... A identificação do espaço que governa Ramiro como aquele que englobava a cidade de Coimbra é retirada de Ibn Hayyan e pode consultar-se em PÉREZ DE URBEL, Justo – Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 122.

<sup>161</sup> PÉREZ DE URBEL, Justo – *Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 122.

<sup>162</sup> Ao que tudo indica, eram várias as ligações de Ramiro II ao espaço galaico-portugalense. Teria sido educado por Diogo Fernandes e a sua esposa Oneca, detentores de grande património nas regiões do Douro e Mondego e, posteriormente, contraíra matrimónio com Ausenda, que seria filha de Guterre Ozores, conde de Coimbra. Parece ter sido a sua proximidade às elites deste espaço e a capacidade de as mobilizar na disputa dos três irmãos contra o filho de Fruela II que levou à decisão de atribuir a Ramiro o controlo desta região, algo que sucedeu entre 925 e 931, quando Afonso IV abdicou em favor do seu irmão. Consulte-se PÉREZ DE URBEL, Justo – *Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 124-125. Sobre Ramiro II, consulte-se RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano – *Ramiro II, rey de León*.

a forma como Sancho entendeu confiar ao seu irmão mais novo o governo daquela região, demonstra de certa forma uma particularização dessas elites. À diferenciação que a geografia concedia, uma vez que as regiões de Portucale e Coimbra se encontravam na zona limítrofe do reino leonês, também razões políticas viriam a juntar-se, configurando assim um grupo que, apesar de nada homogêneo, se diferenciava claramente dos restantes<sup>163</sup>. Este é um processo narrativo que se vai desenvolvendo ao longo da obra, sendo que as elites castelhanas e galegas são também elas alvo de uma individualização própria.

Por outro lado, também se deve dizer que esta situação durou pouco tempo, apenas entre 925 e 931, datas que balizam o governo de Ramiro a partir de Viseu, dado que, como já se referiu, viria a assumir o reino de Leão<sup>164</sup>. Embora essa individualização seja momentânea, a verdade é que pelo menos no que toca à Galiza já existiria uma concepção da sua individualidade dentro do reino de Leão. A Galiza seria uma região “com identidade geográfica, humana y política propia que la diferenciaba”<sup>165</sup> de outras regiões.

Essa mesma individualidade evidencia-se na obra do bispo tudense quando este narra uma rebelião galega contra Ordonho III, atribuindo assim uma actuação comum a diferentes protagonistas (que não identifica) cujo elemento que os liga é a pertença à região galega e a interesses comuns dessa região: *Galleci etiam uidentes dissensionem inter Legionenses et Castellanos contra regem Ordonium rebellare ceperunt*<sup>166</sup>. Na sequência destes eventos, Ordonho III teria vindo até à Galiza, protagonizando em seguida uma expedição de saque a Lisboa, à época ainda sob domínio muçulmano: *Ipse*

---

<sup>163</sup> Já na década de 40 do século XX Paulo Merêa se referia a este aspecto, algo que veio a formular, já em 1967, da seguinte forma: “Uma coisa, em todo o caso, se pode considerar fora de dúvida: é que a parte meridional da Galiza, reconquistada por Afonso III e repovoada no decurso do século X, tinha já então uma individualidade própria, bem patente na história das famílias que preponderavam nesta região”. MERÊA, Paulo – *De “Portucale” (civitas) ...*, p. 20.

<sup>164</sup> Sobre o reinado de Ramiro II e a sua sucessão, que não foi totalmente pacífica entre os seus filhos, consulte-se PÉREZ DE URBEL, Justo – *Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 125-148.

<sup>165</sup> BALIÑAS PEREZ, Carlos – *La «Estremadura» Gallega...*, p. 146.

<sup>166</sup> CM, IV, 33, 262. Estes eventos estarão seguramente ligados à necessidade de impor a sua autoridade na zona ocidental do reino, sendo que existe até documentação onde Ordonho III reconhece ter levado a cabo algumas confiscações de património, nomeadamente a familiares de São Rosendo, devido à sua infidelidade. PÉREZ DE URBEL, Justo – *Los primeros siglos de la reconquista...*, p. 139-140.

*uero rex Ordonius magno exercitu aggregato Galeciam edomuit, Vlisbonam depredauit et multa spolia simul cum captiuis duxit ad sedem suam Legionem*<sup>167</sup>.

Depois deste primeiro momento, onde parece já haver lugar a uma certa particularização da faixa ocidental do reino, Lucas volta a evidenciar essa ligação da Galiza como entidade própria dentro de Leão com o espaço a sul do Minho. Discorrendo sobre a figura de Afonso V, refere o conde portugalense Mendo Gonçalves (999-1008), que teria sido *nutritor* do futuro rei. No entanto, refere-se ao conde como sendo galego: *Hic nutritus est a Melendo Gundissalui comite Gallecie et ab eius uxore comitissa domina Maiore*<sup>168</sup>. Ou seja, mantém-se de certa forma uma identificação da Galécia/Galiza como uma enorme região que abarca toda a faixa ocidental da Península e atinge a fronteira com o Islão<sup>169</sup>.

Todavia, logo de seguida, a organização do espaço ocidental no relato do bispo tudense sofre uma alteração súbita. É no mesmo período, ou seja, no reinado de Afonso V. Aliás, o relato centra-se no cerco que esse monarca levanta a Viseu e que acabaria por resultar na sua morte, em 1028. Refere Lucas, sobre a povoação cercada:

*Anno igitur regni sui XX<sup>o</sup>.VIII<sup>o</sup> aggregato magno exercitu obsedit Veseum in Portugale magnum opidum quod adhuc detinebatur a Sarracenis*<sup>170</sup>.

Portanto, Viseu situava-se em Portugal. É o primeiro momento na obra em que Portugal designa não apenas a cidade de Portucale, mas antes um vasto espaço, que nem sequer pode ser definido como o seu *hinterland*, mas algo mais extenso, uma vez que extravasa em muito essa zona envolvente. Extravasa, inclusive, a linha do Douro, estendendo-se para sul, no que era antes um território ligado sobretudo ao espaço coimbrão. Ou seja, o entre Douro e Mondego era entendido como um espaço distinto do Entre-Douro-e-Minho, mas neste excerto essa divisão já não existe. Esta identificação poderia derivar do facto de que, uma vez perdido o domínio da maioria das terras a sul do Douro, com as campanhas de Almançor, as referências à organização política do espaço mais ocidental se fizessem através de uma identificação com o condado

---

<sup>167</sup> CM, IV, 33, 262.

<sup>168</sup> CM, IV, 42, 274.

<sup>169</sup> Já foi anteriormente notado que esta qualificação do conde portugalense como galego pode ter uma conotação política. Mesmo que fosse esse o caso, o ponto em questão manter-se-ia válido.

<sup>170</sup> CM, IV, 43, 276.

portugalense. Por outro lado, esta identificação pode partir apenas da iniciativa de Lucas para melhor situar a cidade. De qualquer forma, o cerco seria infrutífero, vindo inclusive o monarca leonês a falecer no seu decurso, pelo que a posse destes territórios a sul do Douro continuou nas mãos dos muçulmanos.

Essa situação manteve-se até às campanhas de Fernando I, que já aqui foram alvo de análise. Porém, devem fazer-se notar alguns excertos das passagens analisadas na vertente em questão neste momento, uma vez que não se prendem com o avanço da fronteira, mas sim com a percepção do espaço. Como já foi notado, Lucas refere que Fernando I, depois de reunidos os seus exércitos, se movimentou em direcção a Portugal<sup>171</sup>, indo cercar Seia. Portanto, o bispo tudense concede novamente uma área a ‘Portugal’ que não pode ser entendida como a de Portucale (cidade ou mesmo condado<sup>172</sup>).

Para além disso, Lucas incorpora no seu relato algumas passagens que ajudam a compreender a imagem do espaço que pretende transmitir neste momento. Assim, depois de concluir o longo relato da conquista de Coimbra, termina o relato das conquistas de Fernando I:

*Expulsa itaque de Portugali Maurorum rabie omnes Sarracenos ultra fluuium Mondego, qui utramque prouinciam separat, rex Fernandus armis ire coegit. Hiis uero ciuitatibus quas de potestate paganorum eripuit, Sesnandum consiliis illustrem prefecit*<sup>173</sup>.

O bispo tudense não hesita em narrar a conquista de Coimbra como um feito que significava que os ‘mouros’ haviam sido expulsos *de Portugali*. Mais ainda, foram afastados para lá do Mondego, que *utramque prouinciam separat*. O espaço coimbrão, outrora sede de condado próprio, estava agora, no relatar do *tudense*, sob a designação comum ao espaço a norte, é dizer, sob a designação de Portucale/Portugal. Constata-se assim a evolução da aplicação do termo ‘Portugal’, que, nesta nova fase de expansão

---

<sup>171</sup> “(...) cum exercitu magno mouens in Portugalem profectus est”. CM, IV, 51, 284.

<sup>172</sup> Mais uma vez, de acordo com Paulo Merêa, “não faziam parte do Portugal pré-henriquino nem a Beira Litoral ao sul do Vouga (território de Coimbra), nem os territórios de Viseu e Seia”. MERÊA, Paulo – *De “Portucale” (civitas)...*, p. 41.

<sup>173</sup> CM, IV, 51, 287.

cristã para sul do Douro, avança em conformidade com a fronteira, abarcando num primeiro momento espaços como Viseu e alcançando a fronteira do Mondego.

Essa é outra questão, já que Lucas refere que o Mondego separava duas províncias. Todavia, nunca o Mondego havia separado duas províncias, de acordo com a geografia romana tanto utilizada por Lucas. A Galécia seguia até ao Douro e a Lusitânia iniciava-se a partir desse rio. Essa mesma ordenação é visível em outros momentos na obra do bispo tudense. O único momento anterior em que o Mondego poderia ter servido de fronteira fora talvez o reino suevo, mas apenas temporariamente, uma vez que este reino se viria a estender pelo menos até ao Tejo antes da sua anexação pelo vizinho reino visigodo. Com esta referência ao Mondego como limite, Lucas acaba por reconhecer a mutabilidade da fronteira, ao mesmo tempo que a fixa onde ela iria estar durante largas décadas, uma vez que, com os naturais avanços e recuos, só com Afonso Henriques, já em pleno século XII, a linha de fronteira alcançaria definitivamente o Tejo.

Com o reinado de Fernando I, Lucas inaugura uma fase da narrativa em que paulatinamente vai concedendo cada vez maior individualidade já não ao ocidente peninsular como um todo – a Galiza –, mas especificamente à região portugalense, entendida agora como um espaço que abrange os territórios desde a fronteira com o Islão no Mondego até aos domínios do primitivo condado portugalense (e, portanto, subentende-se, até à região do Minho, embora Lucas não seja tão claro quanto à linha que separaria a Galiza de Portucale).

Ainda do reinado de Fernando I surge uma nova indicação dessa individualização. De acordo com o bispo tudense, o rei ‘magno’ teria dividido o reino pelos seus três filhos, atribuindo a Garcia *totam Galleciam una cum toto Portugali*<sup>174</sup>. Por um lado, sai reforçado o aspecto que foi referido anteriormente, isto é, que a Galiza foi entendida, num certo momento, como todo o espaço da faixa ocidental do reino de Leão, como se pode ver pelo facto de Lucas indicar que o que Garcia recebia era toda a Galiza *una* com todo Portugal. Todavia, por outro lado, a necessidade de nomear os dois espaços dessa forma, como que para não deixar qualquer dúvida, é um bom indicador da especificidade que o

---

<sup>174</sup> CM, IV, 57, 292. Sobre Garcia II, rei da Galiza, consulte-se a biografia que lhe é dedicada por PORTELA, Ermelindo – *García II de Galicia, el rey y el reino (1065-1090)*.

espaço portugalense havia adquirido ao longo do livro IV do *Chronicon Mundi*. Essa especificidade na narrativa em si não basta para concluir que Portugal era já, naquele momento, reconhecido como um espaço com identidade e características próprias, uma vez que o mais provável é que este tipo de expressões seja utilizado por Lucas tendo em conta o presente em que vivia e não o século XI que relatava. Dito por outras palavras, ao referir que Garcia recebeu toda a Galiza *una* e que isso implicava receber todo Portugal, Lucas afirmava a subordinação de Portugal enquanto região à Galiza e esta, por seu turno, seria sempre uma parte da estrutura maior que Lucas considera o reino de Leão (mesmo que temporariamente dividida entre irmãos, como tantas vezes acontece ao longo da obra).

Avançando pouco a cronologia, pode observar-se como Lucas altera novamente a designação que concede ao espaço ocidental da Península, ou melhor, altera a formulação. Quando Afonso VI recupera a unidade do reino de Leão e Castela, refere Lucas:

*Obtinuit tunc rex Adefonsus regnum Portugalie et Gallecie fratris sui*<sup>175</sup>.

Aqui, o espaço já não é a Galiza com Portugal que recebe Garcia de seu pai, mas antes o reino de Portugal e da Galiza. Há uma equiparação dos dois espaços, como se ambos fossem autónomos e existissem certos traços que os distinguissem um do outro. Em tudo isto, o que se vai compreendendo é o progressivo tomar de forma do conceito de Portugal, o aumento do seu espaço e significado.

Nessa lógica de linearidade (que é sempre ilusória), a história que Lucas narra entra num período complexo em torno do reinado de Afonso VI e, sobretudo, de Urraca, sendo que para este tópico importa reter que, com o advento do reinado de Urraca, o espaço ocidental encontra-se no relato já estruturado em torno da figura de Henrique, do *comitem Enricum, qui preerat Portugalie*<sup>176</sup>.

Essa definição de Portugal enquanto condado permite estabelecer posteriormente a ligação ao ponto final desta ‘evolução’ da individualidade do espaço ocidental, ponto esse que é personificado por Afonso Henriques e pelo facto de este, sendo filho de condes, se fazer chamar de rei. A um espaço que já se encontrava definido, pelo menos no que

---

<sup>175</sup> CM, IV, 67, 301-302.

<sup>176</sup> CM, IV, 73, 309.



toca aos seus núcleos centrais, confere-se agora uma individualidade política totalmente independente do ‘reino-mãe’ de Leão:

*Sed iste rex Portugalie Adefonsus filius fuit comitis Enrrici et Tharasie, filie regis Adefonsi. Qui Adefonsus filius comitis Enrrici fecit se regem Portugalie uocari*<sup>177</sup>.

Lucas prossegue, discorrendo sobre as qualidades que levaram a que Afonso Henriques justificasse essa intitulação régia. Do ponto de vista da evolução do espaço e da sua progressiva individualização, o processo conclui-se aqui.

## **2.2. O ocidente peninsular no *De rebus Hispanie***

Neste ponto em particular, as considerações a fazer em relação à obra do arcebispo de Toledo não vão andar muito longe daquelas que foram feitas sobre os mesmos assuntos no texto de Lucas de Tuy. Em parte, isso deve-se ao facto de Rodrigo receber directamente do *Chronicon Mundi* várias passagens, pelo que não faria sentido analisar os mesmos momentos. Estes serão analisados, porém, sempre que se registar alguma alteração significativa no texto de Rodrigo em relação ao que Lucas escrevera. Por outro lado, algo que também facilita a análise deste aspecto no texto do *toledano* é o facto de que este evidencia, sobre este tema, os mesmos princípios que Lucas, isto é, o (re)conhecimento dos vários processos de expansão e os condizentes momentos de fronteira e ainda a progressiva individualização política do espaço ocidental da Península a partir dos inícios do século X.

### **2.2.1. A expansão territorial e a multiplicidade de fronteiras**

Rodrigo não faz uma incursão semelhante à de Lucas pelas origens mitológicas ou etimológicas do espaço peninsular, pelo que o primeiro momento em que se pode observar algum aspecto que diga respeito a este tópico ocorre já no período suevo. Trata-se da narrativa em torno de dois momentos que já Lucas retratara, nomeadamente a captura do rei suevo no Porto e, posteriormente, o ataque a Chaves na mesma sequência

---

<sup>177</sup> CM, IV, 79, 317.

narrativa das conquistas de Coimbra e Lisboa por Remismundo. O primeiro momento não oferece nenhum indício. Quanto ao momento seguinte, Rodrigo segue em tudo o que havia relatado Lucas: o ataque a Chaves como uma contenda entre dois líderes suevos, Frumário e Remismundo, por um lado, e, por outro, a conquista de Coimbra e Lisboa, sendo que para isso Remismundo teria passado para a província da Lusitânia. Ou seja, neste momento, também Rodrigo mantém a ordenação do espaço peninsular herdada do período romano e inclusivamente se serve dos mesmos termos que Lucas havia utilizado, como se pode observar:

*Sueui enim eum sibi in regulum prefecerunt, qui ad Lusitaniam transiens Conimbriam pace deceptam diripuit et exausit, Vlisbonam etiam occupauit Lusidio*<sup>178</sup>.

Para lá destes primeiros momentos, Rodrigo apenas por mais duas vezes inclui elementos sobre o espaço no seu relato antes de iniciar o período asturiano. Da mesma forma que Lucas, também o *toledano* inclui a tradição sobre o local de sepultura do último rei godo. Porém, enquanto Lucas apenas identificara a povoação de Viseu, Rodrigo acrescenta uma localização mais precisa desse espaço, afirmando que a sepultura teria sido descoberta em tempos modernos (no reinado de Afonso III), em Viseu, cidade de Portugal:

*Qui autem de corpore fuerit factum, penitus ignoratur, nisi quod modernis temporibus apud Visium ciuitatem Portugalie inscriptus tumulus inuenitur: «Hic iacet Rodericus ultimus rex Gothorum»*<sup>179</sup>.

O outro momento prende-se apenas com uma alusão aos rios que banham a Península Ibérica, num excerto muito ao estilo da *laude Spaniae*<sup>180</sup>, afirmando Rodrigo que entre os maiores rios se encontram o Tejo e o Douro e, entre os restantes rios reconhecidos por manterem o mesmo nome ao longo de todo o seu curso, está o rio Minho:

---

<sup>178</sup> *DrH*, II, VIII, 54-55.

<sup>179</sup> *DrH*, III, XX, 104.

<sup>180</sup> A *laude Spaniae* seria um louvor das grandezas da Hispânia. Surgem frequentemente nos textos ibéricos de tradição asturo-leonesa e são uma herança da escrita de Santo Isidoro. Se em Rodrigo existe este excerto que é bastante sintético, já em Lucas existe mesmo um louvor mais desenvolvido. Para a análise de Emma Falque a este ponto da obra do bispo tudense, consulte-se FALQUE, Emma – *Introducción*, p. XXXIV-XXXV. Sobre a *laude Spaniae* na cronística medieval ibérica, consulte-se REI, António – *A 'laude Spaniae' de Isidoro de Sevilha...* (sobre as versões de Lucas e Rodrigo, p. 321-327).

*Sunt et alia flumina que retentis nominibus capitalia nuncupantur, ut Mineus qui in parte Gallecia oritur et per eandem discurrens prouinciam in Oceanum deriuatur*<sup>181</sup>.

Como se pode ver, para Rodrigo, o Minho leva todo o seu curso pela província da *Gallecia*, pelo que se compreende aqui que a divisão do espaço é ainda levada a cabo de acordo com as províncias romanas e o Minho não se constituía ainda como fronteira. Tal como se pode por vezes observar no relato de Lucas, a subsistência da ordenação do espaço de acordo com o referente do domínio romano ocorre também no texto de Rodrigo, uma vez que não só a província da Galécia já não existia como tal no século XIII, como, sobretudo, o rio Minho adquirira entretanto um valor de fronteira que não se encontra espelhado no excerto.

Mas é no período asturiano que, de uma forma mais sistemática, se podem começar a retirar informações sobre os elementos alvo de análise. Ao contrário de Lucas, Rodrigo não refere a actuação de Afonso I, mas alude aos acontecimentos que tiveram lugar no reinado de Afonso III:

*Conimbriam etiam a Sarracenis obsessam soluta obsidione suo imperio conseruauit. Tunc etiam urbes Portugalensem, Visensem, Flauientem ceperunt habitari ab incolis christianis. Etiam usque ad fluuim Tagum in partibus Portugalie aliqua populauit*<sup>182</sup>.

À semelhança do bispo tudense, também Rodrigo coloca o foco em acções de povoamento, ou seja, na organização do espaço por parte da monarquia asturiana. Também a situação de Coimbra é idêntica em ambos os relatos, isto é, a cidade encontrava-se sobre ameaça e o monarca asturiano teria ocorrido até esta para a libertar. Outro aspecto em comum tem que ver com a ‘marca’ até onde Afonso III teria prosseguido nestes esforços a ocidente, ou seja, tanto Lucas como Rodrigo referem que o monarca povoara localidades até ao rio Tejo. Para além disso, Rodrigo refere-se ainda a Portugal por forma a identificar a localização de algumas dessas povoações, sendo que este ponto demonstra um aspecto da escrita de Rodrigo. No seu discurso nota-se, por vezes, a utilização de conceitos do seu tempo (neste caso, conceitos geográficos; espaços

---

<sup>181</sup> *DrH*, III, XXI, 105.

<sup>182</sup> *DrH*, IV, XVI, 139.

que outrora não existiam) para assim melhor situar a acção, o que neste caso se prende com uma localização que seja inteligível no século XIII. Daí a referência a Portugal. Os espaços povoados por Afonso III na zona ocidental pertenciam agora (no século XIII) ao reino português, e é nesse sentido que Rodrigo inclui no texto a expressão *in partibus Portugalie*.

Também para Rodrigo, o Douro constitui-se como uma das fronteiras mais importantes. Numa mesma passagem, pode observar-se como o Douro é simultaneamente aquilo a que se poderia chamar uma fronteira quase ‘natural’ e, também, uma fronteira política interna. O relato encontra-se neste momento no reinado de Sancho I, tendo Rodrigo passado informações em tudo semelhantes às transmitidas por Lucas no que toca a estes episódios. Nesse contexto, Rodrigo deixa dois excertos que se podem tomar como esses tais elementos de fronteira em torno do Douro:

*Set rex adueniens insolentes domuit et iniuriosos coegit usque ad Dorium, qui diuidit Galleciam et Lusitaniam. Quod audiens Gundisaluus, qui trans flumen Dorii princeps erat, (...) <sup>183</sup>.*

Primeiro, refere então que o Douro dividia a Galécia da Lusitânia, naquela que pode ser entendida como a tal fronteira ‘natural’ vinda já do período romano. Mas logo na frase seguinte, refere o tal conde Gonçalo que governa as terras para lá do rio Douro, aludindo, portanto, a uma divisão política interna do reino leonês que toma por base também o Douro.

Pouco depois, no entanto, o território a sul do Douro já não era dominado pelos cristãos, como esclarece o arcebispo toledano, ao considerar como referente mais uma vez a fronteira que esse rio constituía:

*Hac benignitate karissimus erat suus, adeo quod omnes ex animo ei seruire pari studio laborabant, ita quod a Dorio, qui erat limes inter Christianos et Arabes <sup>184</sup>.*

A fronteira tinha recuado, algo que se deve ligar ao período em que Almançor assolou a faixa ocidental do reino leonês. É precisamente sobre esse período que Rodrigo vai escrever logo de seguida. O ponto seguinte é em tudo semelhante ao que Lucas narrara

---

<sup>183</sup> *DrH*, V, X, 158.

<sup>184</sup> *DrH*, V, XIII, 163.

sobre as incursões de Almançor. Quando narra essas incursões e procura localizar a região por onde o temível vizir muçulmano teria entrado no reino leonês, afirma:

*Igitur anno XIIIº Almançor resumpto exercitu ingressus est per eam partem Gallecie que dicitur Portucale, munitiones et ciuitates hostiliter deuastando*<sup>185</sup>.

Lucas tinha referido que o caudilho muçulmano teria entrado *per fines Portugalie*. Rodrigo prefere neste ponto do texto referir que Almançor entrara pela parte da Galiza que se chama Portugal, conferindo ao mesmo tempo uma individualidade à região, mas não separando a porção do ‘total’, que seria a Galiza.

Tal como o bispo tudense, também Rodrigo passa rapidamente para a fase em que as forças cristãs retomam a iniciativa militar, alguns anos após a morte de Almançor e ambos recordam o mesmo evento, ou seja, o cerco que Afonso V levantou em Viseu. Desta vez, porém, Rodrigo não identifica a região onde fica Viseu, ao contrário de Lucas, talvez porque já o tinha feito:

*Post hec rex Aldefonsus cum suo exercitu ueniens ad oppidum quod Visium dicitur, mox obsedit*<sup>186</sup>.

A morte de Afonso V não foi o desfecho bem-sucedido que certamente as forças cristãs esperariam, mas esses acontecimentos depressa dão lugar a uma excursão que o *toledano* faz pelas origens das casas reais de Navarra e Aragão, atingindo assim o reinado de Fernando I, período no qual a pressão expansionista para sul por parte das forças leonesas consegue resultados positivos. É novamente uma descrição das campanhas de Fernando I que permite compreender o avanço da fronteira. Comparativamente com o texto de Lucas, Rodrigo parece aportar mais informações e desenvolver alguns episódios ‘paralelos’ aos das conquistas das várias cidades. O exemplo maior será, porventura, o papel que Rodrigo reserva ao mosteiro de Lervão na conquista de Coimbra.

Antes de mais, o próprio título do capítulo que Rodrigo dedica a estes assuntos permite compreender a perspectiva do *toledano*: *De monarchia regis Fernandi et acquisitione Portvgalie et divisione regnorum*<sup>187</sup>.

---

<sup>185</sup> *DrH*, V, XVI, 165.

<sup>186</sup> *DrH*, V, XIX, 168-169.

<sup>187</sup> *DrH*, VI, XI, 189-191.

O primeiro ponto de grande interesse do capítulo tem que ver com o facto de Rodrigo qualificar as campanhas de Fernando I como incursões para conquistar Portugal e a Lusitânia, que estavam sob controlo árabe, uma vez que o reino leonês detinha o domínio dos territórios até ao Douro. O espaço que Rodrigo aqui identifica com Portugal não é a cidade do Porto, nem o condado portugalense, mas sim os territórios entre o Douro e o rio Mondego:

*Cumque tranquilla securitate gauderet, congregato exercitu processit ui Portugaliā et Lusitaniam occuparet, quas tunc temporis Arabes detinebant*<sup>188</sup>.

Essa diferente concepção do que seria o espaço ‘português’ é muito interessante. No entanto, não é desenvolvida pelo prelado toledano, que refere desde logo a conquista de Seia. O relato da conquista de Seia, bem como o de Viseu, é bastante próximo à descrição de Lucas:

*Et primo ingressu cesis pluribus cepit Senam, eo pacto ut incole remanerent et essent subditi sub tributo. Inde Visium ueniens obsedit eam; set quia cilitas multis sagitariis habundabat, rex exploratis ingressibus ciuitatis precepit urbis ianuas ab armatis et fortibus obseruari, et propter sagitarum instanciam precepit asseres clipeis superponi, ne impugnantes a sagitariis lederentur et duplex lignum sagitarum impetus ebetaret. Cumque ciuitatem fortiter et continue impugnaret, ui suorum coactam optinuit et, habitatoribus captiuatis et interfectis, diripentibus dedit manus, repertusque fuit ille sagitarius qui in alia obsidione socerum suum interfecerat Aldefonsum, eumque captum fecit rex oculis et manibus at pede altero mutilari*<sup>189</sup>.

Deve notar-se a descrição de Viseu como uma povoação difícil de conquistar e com uma particular aptidão no que toca aos seus arqueiros. Nesse sentido, as estratégias utilizadas pelos leoneses e que Rodrigo também aqui descreve são muito interessantes. Uma vez vencida a resistência da cidade, Rodrigo também se dedica a narrar o episódio sobre o arqueiro que havia morto Afonso V e o castigo que Fernando I lhe aplica. Segue-se a descrição do cerco a Lamego, povoação a que Rodrigo alude como inexpugnável:

---

<sup>188</sup> *DrH*, VI, XI, 189.

<sup>189</sup> *DrH*, VI, XI, 189.

*Indeque procedens peruenit Lamecum, et quamuis cilitas loci difficultate inexpugnabilis uideretur, tamen castris ligneis et diuersis machinis coartata, in continenti capitur incolis et oppibus occupatis, et partem habitantium interfecit, partem ad resarciendas ecclesias dirutas reseruauit*<sup>190</sup>.

Embora a descrição do cerco a Lamego seja curta, contém mais um elemento cujo interesse para as questões da história militar no período medieval é elevado. Para Rodrigo, Lamego seria inexpugnável devido à sua situação (localização) e, perante esse facto, Fernando I teria decidido levantar vários castelos de madeira para atacar a cidade, conseguindo assim vencer.

O episódio relativo à conquista de Coimbra é mais extenso no relato do *toledano*, tal como em Lucas:

*Hiis itaque municionibus occupatis proposuit Conimbriam, maiorem illius patrie ciuitatem, cum Dei adiutorio impugnare, et ad petendum celeste subsidium ecclesiam beati Iacobi uisitauit; et implorato per triduum diuine auxilio Maiestatis, beati apostoli oraculo confortatus contra Conimbriam exercitum congregauit; ubi fixis tentoriis circumquaque machinas et castra línea eleuauit. Set quia cilitas fortitudine et magnitudine preminebat, obsidionem contigit diucius protelari*<sup>191</sup>.

Analisando o excerto em várias partes, pode observar-se logo neste momento inicial dois aspectos. Por um lado, desde logo se denota a presença da figura de S. Tiago, algo que relativamente à conquista de Coimbra irá ser uma constante. Fernando I teria ido até Compostela procurar a protecção e o auxílio do santo. Por outro lado, Rodrigo inclui uma referência curiosa quanto a Coimbra como sendo a *maiores illius patrie ciuitatem*, ou seja, algo como a cidade mais importante daquela terra. A ‘terra’ em questão é Portugal, o que leva a que se observe mais uma vez a identificação que Rodrigo faz desta região com Portugal e, particularmente, de Coimbra como a sua cidade principal. Ao que tudo indica, como se verá numa outra passagem, Rodrigo acaba por transpor a realidade que conhecia (Coimbra como a ‘capital’ do reino de Portugal) para um período mais recuado.

---

<sup>190</sup> *DrH*, VI, XI, 189.

<sup>191</sup> *DrH*, VI, XI, 189-190.

Continua o toledano:

*Erant autem sub Arabum potestate monachi religiosi in loco arto, qui Loruanum adhuc hodie appellatur. Hii laboribus manuum insistentes thesauros frumenti, ordeï et milii et siliginis ignorantibus Arabibus conseruarant, hec omnia proprio uictui subtrahentes. Verum quia protracta obsidio uictualibus indigebat, de recessu ab omnibus tractabatur; set audientes monachi occurrunt et que a longis temporibus conseruarant regi et obsidioni liberaliter optulerunt. Et hiis uictualibus exercitus confortatus, longanimis est effectus, et cibus refocillati impugnationi urbis de die in diem uiriliter institerunt, donec obsessi fame et pugna coacti elanguidis animis marcuerunt. Verum Christianis uiriliter insistentibus et machinis undisque concassantibus, auxilio Dei et beati Iacobi interuentu murus irrumpitur ciuitatis. Quo uiso Arabes consternati ciuitatem et opes Fernando principi optulerunt, pro uita tantummodo suplicantes, quod et regis clemencia acceptauit; et die Dominica hora tertia inuicto principi ciuitatis dominium reddiderunt*<sup>192</sup>.

Neste excerto do episódio, que condensa na verdade o essencial do cerco da cidade, Rodrigo introduz o mosteiro de Lorvão, concedendo-lhe um papel vital na manutenção dos esforços cristãos. Num cenário em que o cerco se prolongava e escasseavam os alimentos para os exércitos de Fernando I, os monges de Lorvão teriam oferecido os seus mantimentos, que mantinham arrecadados, conseguindo assim não só ‘sustentar’ os homens do rei leonês, como inclusive aumentar-lhes a moral. Na sequência, perante um renovado assédio cristão, os muçulmanos ficaram numa posição fragilizada que apenas piorou quando a muralha cedeu, o que levou a uma rendição imediata. Ainda neste excerto pode mais uma vez observar-se o papel central da maquinaria de guerra implementada por Fernando I nestas campanhas, uma vez que Rodrigo refere que foi pela contínua acção dos ‘engenhos’ que se abriu uma brecha na muralha.

Após o relato da conquista em si, Rodrigo insere no texto a lenda que associa de forma ainda mais directa a figura de S. Tiago à vitória fernandina:

*Eo tempore fertur uir Greculus ex Hierosolima causa peregrinationis ad ecclesiam sancti Iacobi aduenisse, qui in deuotione pernoctans audiuit indígenas*

---

<sup>192</sup> DrH, VI, XI, 189-190.



*enarrare beatum Iacobum ut militem in Christianorum preliis apparere; set ipse, licet deuotus apostolo, predicabat nom militem, set piscatorem; cumque in tali pertinacia permaneret, reuelatione diuina meruit intueri equm splendore conspicuum apostolo presentatum et armorum insigniis decoratum obsidentibus Conimbriam subuenire. Et peregrinus, de quo diximus, uisione huiusmodi certus factos, et diem et horam captionis Conimbrie in ecclesia apostoli publice predicauit, et sicut ipse predixit, sic postea rei ueritas patefecit; et sic remansit terra citra Mondaycum fluuium christiane fidei acquisita*<sup>193</sup>.

O discurso de Rodrigo parece prosseguir uma intenção de harmonizar a visão de S. Tiago como pescador e cavaleiro, no fundo tentando fazer a ponte entre a figura que se encontra nos textos sagrados com a que tinha emergido na Península Ibérica como o grande símbolo ideológico da *reconquista*. A maioria dos elementos mencionados aqui, porém, encontram eco nas palavras de Lucas. O longo episódio em torno das campanhas fernandinas no ocidente peninsular termina com uma referência a Sisenando Davides e ao agradecimento régio a S. Tiago:

*Comisit autem custodiam illius patrie Sisenando, qui olim exul adhererat Abenadab regi Agarenorum, et sue mérito probitatis fuit in eius oculis graciosus, qui bella et uastationes exercuit contra Christicolas Lusitaniam et Portugaliam habitantes, iam nunc reconciliatus principi Ferdinando fuit restitutus gracie et honori. Rex uero Fernandus pro triumpho gracias agens ecclesiam beati Iacobi uisitauit, et oblatiis donariis ad própria est reuersus, et cepit bonis actibus habundare et toto tempore uite sue ab infestationibus Arabum non cessauit*<sup>194</sup>.

O reinado de Fernando I, tal como o relato demonstra, conseguira um grande progresso na fronteira ocidental. Um novo movimento dessa magnitude dá-se quando Rodrigo narra os feitos dos primeiros reis de Portugal, em dois capítulos seguidos que serão alvo de várias observações ao longo do trabalho, levando a enumeração de praças conquistadas (e, portanto, levando a fronteira entre cristãos e muçulmanos) até Elvas.

---

<sup>193</sup> *DrH*, VI, XI, 190-191.

<sup>194</sup> *DrH*, VI, XI, 191.

Depois desse aparte, Rodrigo não volta a referir-se de forma tão concreta ao avanço ou recuo da fronteira na zona ocidental da Península. Contudo, de forma indirecta, o seu relato aborda outras fronteiras que não aquela que divide cristãos e muçulmanos, deixando entrever um aspecto também ele típico deste período: a indefinição dos espaços de fronteira entre os reinos cristãos ibéricos.

Esses momentos ocorrem, por exemplo, quando Rodrigo narra os acontecimentos em torno a Cidade Rodrigo, demonstrando a indefinição da fronteira nessa região entre Portugal e Leão; ou, ainda, quando reproduz o relato do ‘infortúnio’ de Badajoz, que se pode tomar como outra região de fronteira em que a suposta autoridade cristã se encontrava mal definida. Estes episódios serão abordados mais à frente, nomeadamente quando se analisar o papel de Afonso Henriques em ambas as crónicas.

### **2.2.2. A individualização do espaço ocidental peninsular**

Tal como no ponto anterior, também aqui não existe uma grande diferença entre a narração de Lucas e o que veio a escrever Rodrigo. O espaço ocidental – primeiramente a Galiza, posteriormente também Portugal – denota uma progressiva individualização do todo que compõe o reino leonês no período em que reina Afonso III e, sobretudo, com Fernando I de Leão e Castela.

Já aquando da narração da governação de Afonso III, Rodrigo refere que este monarca povoara vários territórios, alguns dos quais na zona de Portugal (segundo as suas palavras). A totalidade da passagem faz ainda referência à forma como o monarca conseguiu manter Coimbra sob o seu controlo:

*Conimbriam etiam a Sarracenis obsessam soluta obsidione suo imperio conseruauit. Tunc etiam urbes Portugalensem, Visensem, Flauientem ceperunt habitari ab incolis christianis. Etiam usque ad fluuium Tagum in partibus Portugalie aliqua populauit*<sup>195</sup>.

Ainda assim, a referência à localização dessas povoações *in partibus Portugalie* parece ser apenas uma forma de melhor situar no espaço peninsular (do século XIII)

---

<sup>195</sup> *DrH*, IV, XVI, 139.

localidades de um espaço muito alargado. A atenção de Rodrigo volta a centrar-se no ocidente peninsular quando relata a revolta galega que Ordonho III aplacara, sendo que o prelado toledano relata esse acontecimento de uma forma muito semelhante ao que fizera Lucas. Isto é, os galegos, ao saberem das dissensões entre leoneses e castelhanos, revoltaram-se contra o rei, que depois de os submeter prosseguiu um ataque pelas terras ocidentais até chegar a Lisboa. Daqui se pode inferir o mesmo que já foi notado em Lucas, ou seja, a narrativa atribui nesta passagem uma forma de actuar colectiva, que denota precisamente a individualidade da região galega (tomada como toda a faixa ocidental do reino) relativamente ao conjunto que forma o reino. Esta mesma ideia sai ainda mais reforçada porquanto logo de seguida Rodrigo menciona como os galegos, descontentes com a sucessão, elegeram Vermudo II como seu rei. Tratava-se de uma afirmação política muito mais significativa do que a revolta narrada pouco antes.

Contudo, é também nesse momento que Rodrigo se refere pela primeira vez de forma explícita à evolução política que ocorrera nesse espaço, uma vez que, ao narrar a incursão de Almançor até Santiago de Compostela, refere assim o seu percurso:

*Interea Alcorexi rex Agarenorum eam partem Gallecie que nunc Portugalia dicitur et usque ad Sanctum Iacobum non ueritus apostolum deuastauit*<sup>196</sup>.

Existe a identificação do espaço português e, sobretudo, a identificação de um processo que parece ter-se desenrolado entre o momento do relato (finais do séc. X) e o momento da escrita (séc. XIII), isto porque o prelado toledano se refere à parte da Galiza que *agora* se chama Portugal. Ou seja, como que indicando que aquela parte da Galiza tinha, entretanto, assumido contornos de individualidade própria.

Esta passagem, tal como a próxima, que é em tudo semelhante, é muito próxima do relato do *tudense*. Pouco depois de narrar esta incursão, Rodrigo narra a morte de Almançor, indicando que este preparou um exército para invadir novamente os territórios cristãos, sendo o seu percurso o mais frequente: *exercitu ingressus est per eam partem Gallecie que dicitur Portucale*<sup>197</sup>. Ainda assim, neste ponto, e apesar de Juan Fernández Valverde traduzir *Portucale* como Portugal, parece mais certo que Rodrigo esteja – à

---

<sup>196</sup> *DrH*, V, XII, 160.

<sup>197</sup> *DrH*, V, XVI, 165.

semelhança do que havia feito Lucas – a referir-se à incursão como tendo penetrado pela região do Porto, uma vez que os territórios a sul do Douro se haviam perdido para os muçulmanos<sup>198</sup>.

A reacção cristã ao momento mais difícil provocado por Almançor é a fase seguinte do relato, nomeadamente a descrição do cerco de Viseu em 1028. Porém, as campanhas de Fernando I na faixa ocidental da Península obtêm mais sucesso e é nesse contexto que se encontra mais uma alusão à particularidade que o espaço portugalense vem adquirindo na obra.

Mesmo no fim do capítulo, Rodrigo indica que Fernando I teria dividido o reino pelos seus três filhos, cabendo ao terceiro, Garcia, *totam Galleciam cum ea parte que dicitur Portugale*<sup>199</sup>. Trata-se de uma reformulação das palavras de Lucas, sendo que aqui Rodrigo parece deixar entender que Portugal era uma parte da Galiza, embora suficientemente individualizada para ser mencionada, como aliás já se fez notar anteriormente no texto do *toledano*. Das palavras de Lucas, porém, entende-se uma individualização maior, uma vez que não se refere à Galiza com a parte que se chama Portugal (como aqui faz Rodrigo), mas antes à Galiza com todo Portugal.

Ainda no período em que o reino se encontra dividido, Rodrigo insere mais uma alusão a Portugal. Desta vez, porém, o termo ‘Portugal’ é utilizado como sinónimo não de um espaço que pertence ou se situa na Galiza, mas antes de um espaço que é em si uma província, à semelhança da Galiza:

*(...) qui duplici confusione contritus cepit prouincias infestare, et in Portugalia se receptans loca plurima occupauit. Cui occurrens rex Sancius frater eius, in loco qui Sancta Hyrenea dicitur ambo fraternas acies ordinarunt (...)*<sup>200</sup>.

A passagem termina com a derrota e aprisionamento do rei Garcia, embora Rodrigo confunda este primeiro momento em que Sancho detém o seu irmão com o momento posterior em que Afonso VI prende Garcia no castelo de Luna. O que importa

---

<sup>198</sup> O episódio encontra-se na página 207 da edição traduzida (JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*).

<sup>199</sup> *DrH*, VI, XI, 191.

<sup>200</sup> *DrH*, VI, XVII, 198.

reter é a estabilização de ‘Portugal’ como um espaço distinto, embora a referência a Santarém não seja muito explícita quanto à sua pertença ou não a esse espaço.

Os dois capítulos que Rodrigo dedica à casa real portuguesa e especialmente a Afonso Henriques são, nesta análise, o momento em que tudo parece suceder com uma rapidez enorme e, do ponto de vista da individualidade do espaço, o momento em que esta se consagra no relato. Se num primeiro momento Rodrigo ainda se refere ao período da governação condal de Henrique e Teresa, momento esse que já consagra de certa forma uma individualização do espaço a sul da Galiza, o relato passa muito rapidamente para a ascensão de Afonso Henriques e o momento central em todo este processo que é a sua elevação a rei. E aí o processo estaria, no que toca à narrativa do prelado toledano, completo.

Surge, no entanto, um último momento que é muito curioso, porquanto Rodrigo, narrando a divisão do reino que ocorre aquando da morte de Afonso VII, menciona que o monarca deixava, ao seu filho menor, Fernando, os seguintes territórios:

*Residuum uersus mare et Portugiam dedit minori filio Ferdinando*<sup>201</sup>.

Portanto, de acordo com o arcebispo toledano, Fernando II receberia o reino de Leão e todo o território até ao mar, incluindo Portugal. A leitura desta passagem não é muito clara. Por um lado, pode ler-se nestas palavras que Rodrigo tentava, desta forma, afirmar sem rodeios que, embora o esquema imperial que Afonso VII procurara desenhar se desintegrara com a sua morte e a divisão dos reinos, Portugal continuaria, pelo menos teoricamente (ou seja, no plano da narrativa), submetido a Leão. Esta visão, embora pareça inverosímil, faria todo o sentido no momento em que Rodrigo escreve, ou seja, quando novamente os reinos de Leão e Castela estão reunidos e alguns, incluindo o prelado toledano, procuram ver em Fernando III a continuação do projecto imperial.

Por outro lado, esta passagem poderia ser relacionada com o Tratado de Sahagún, entre os irmãos e reis de Leão e Castela, Fernando e Sancho, datado de 1158, apenas um ano após a morte de Afonso VII e a divisão dos reinos. Segundo esse acordo, não só

---

<sup>201</sup> *DrH*, VII, VI, 229.

caberia a Leão a conquista de todo o território entre Niebla e Lisboa<sup>202</sup>, como seria dividido o reino de Portugal entre ambos, caso o viessem a conquistar. O pacto, que seria uma séria ameaça para o reino de Afonso Henriques, viria a não ser posto em prática (embora Fernando II ainda tenha atacado Portugal, mas por um período muito breve), uma vez que Sancho III morreria ainda nesse mesmo ano de 1158 e os planos de Fernando II alterar-se-iam significativamente. O rei leonês procurou desde logo granjear a unidade dos reinos sob a sua figura, concentrando esforços em Castela e esquecendo o Tratado de Sahagún.

Assim, ao recordar a divisão que Afonso VII tinha levado a cabo e também o tratado do ano seguinte<sup>203</sup>, Rodrigo poderia estar a asseverar a superioridade que implicitamente existia do reino de Leão e Castela sobre Portugal ou, simplesmente, a invocar esses acontecimentos para asseverar o direito do rei de Leão e Castela a dominar os territórios a sul do Tejo. Esta linha de raciocínio ganha alguma consistência quando se relaciona o tempo de escrita da obra com os sucessos portugueses, isto é, Rodrigo escreve a obra ao longo da década de 30 do século XIII, período no qual o reino português consegue uma expansão que abarca quase todo o Alentejo, no reinado de Sancho II. De qualquer forma, fica patenteada a posição que a obra pretende conferir aos reinos de Leão e Castela no contexto peninsular.

---

<sup>202</sup> O tratado seria assinado por ambos os monarcas apenas semanas antes de Afonso Henriques conquistar Alcácer do Sal, já na margem sul do Tejo, cimentando cada vez mais o avanço para sul desse rio e, do ponto de vista deste acordo entre os monarcas castelhano e leonês, para território destinado a Leão.

<sup>203</sup> Embora Rodrigo não refira explicitamente o Tratado de Sahagún nesta passagem, dá conta da sua realização alguns capítulos depois. Ainda assim, não refere a questão dos territórios, uma vez que utiliza esse acordo para descrever um episódio em que sobressaem as qualidades de Sancho III de Castela e Fernando II de Leão é descrito de forma negativa. O foco deste acordo, no relato de Rodrigo, é o comportamento indevido de Fernando II face a alguns dos seus nobres, que Sancho repreende. *DrH*, VII, XIII, 233-234.

## Capítulo 3 – Narrativas anteriores ao século XI

### 3.1. Os concílios de Toledo no *De rebus Hispanie*

Pese embora estes concílios sejam todos do período de dominação visigótica na Península Ibérica (e, portanto, muito longe ainda de qualquer formação ‘portuguesa’), o seu interesse para as questões do território ‘português’ é elevado, porquanto demonstram uma atitude coerente por parte do autor, Rodrigo Jiménez de Rada, que traduz nada mais do que a sua concepção da hierarquização da Igreja peninsular, algo que, como se verá, envolve em grande medida a diocese de Braga. Na obra de Lucas de Tuy não existem episódios em que estes concílios sejam referidos, nem nada que se pareça com estes relatos que Rodrigo faz do período visigótico. Daí se conclui, portanto, que para o *tudense* – que até se apoia em grande medida num neo-goticismo – estes acontecimentos não eram tão significativos. Em parte, isso deve relacionar-se com a centralidade da cidade de Toledo nestes momentos, sendo que Leão não foi um centro tão importante durante o reino visigodo.

As primeiras referências constantes que o relato de Rodrigo Jiménez de Rada faz a um tópico que se pode considerar de interesse para a ‘imagem’ de Portugal são precisamente a estes concílios de Toledo, sendo que todos eles dizem respeito ao período entre os séculos VI e VII e, portanto, todos eles ocorreram durante a dominação visigótica da península<sup>204</sup>.

É entre o livro II e o livro IV da sua obra que Rodrigo enumera nada menos do que quinze concílios de Toledo, sobre os quais fala especificamente, que vão desde o III Concílio – o primeiro a ser referido – ao XVII Concílio de Toledo – o último a merecer menção<sup>205</sup>. Destes, a maioria ocorreu sob a forma de um concílio plenário, isto é, uma

---

<sup>204</sup> Para uma análise sobre o período de dominação visigótica da Península Ibérica, veja-se GARCÍA MORENO, Luís – *Historia de España visigoda*; e também MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.) – *Historia de España*, tomo III (TORRES LÓPEZ, Manuel (et al.) – “España visigoda: 414-711 de J. C.”). Pode ainda consultar-se THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, 1971; e ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, 1977.

<sup>205</sup> Uma perspectiva geral dos concílios e do seu papel no reino visigodo em THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, p. 316-328; e também em ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, p. 240-246.

reunião de todos os bispos da Igreja hispânica (e da Gália Gótica, província além-Pirenéus que ainda se encontrava sob domínio visigótico).

Ainda antes de se observarem as passagens, convém notar que, como já foi dito, toda esta actividade conciliar ocorre entre 589 e 694. Ou seja, no período de aproximadamente um século ter-se-iam reunido nada menos do que quinze concílios em Toledo. Tendo em conta aquele que seria o propósito da obra do *toledano*, a referência exhaustiva a um tão grande número de concílios seria de estranhar, uma vez que, por norma, estes dizem respeito sobretudo a questões eclesiásticas. Mas a sua análise torna claro o objectivo do *toledano* ao referir tantos dos concílios reunidos na *ciuitas regia*.

Por fim, esse período curto mas de intensa actividade conciliar entre 589 e 694 é também sensivelmente o período que se costuma identificar como o do reino visigodo católico<sup>206</sup>, que se inicia precisamente no III Concílio de Toledo, onde o rei Recaredo (586-601) se converte oficialmente ao catolicismo (589), e termina já com a invasão muçulmana de 711. Portanto, parece existir aqui uma identificação – propositada ou não – entre os concílios e o próprio reino visigodo; entre Toledo, cabeça da Igreja hispânica, e o período ‘áureo’ da história goda da Hispânia, segundo as concepções neo-goticistas que Rodrigo partilha (ainda que de forma distinta) com Lucas.

De facto, a nível histórico, é conhecida a identificação<sup>207</sup> que existiu entre a monarquia visigoda – em mais do que um aspecto, instável – e a estrutura e actividade da Igreja hispânica desses séculos<sup>208</sup>, que ofereceu, de certo modo, estabilidade legislativa

---

<sup>206</sup> É significativa, quanto a este aspecto, a forma como José Orlandis inicia o capítulo V da sua obra: “El concilio III de Toledo es el acontecimiento que ha simbolizado en nuestra historia, no sólo el comienzo del período católico de la Monarquía visigoda, sino el propio origen de la unidad católica de España” – ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, p. 121.

<sup>207</sup> Em desacordo com uma leitura que vislumbra neste período uma Igreja ‘nacional’ e, ao mesmo tempo, uma estranha preponderância da Igreja nas questões da governação (e da coroa nas questões eclesiásticas) estão os autores do tomo III da “História de España” dirigida por Ramón Menéndez Pidal (TORRES LÓPEZ, Manuel (et al.) – “España visigoda: 414-711 de J. C.”, p. 302-306), que entendem esta proximidade entre Estado e Igreja como uma característica normal dos vários corpos políticos resultantes da desagregação do Império Romano. Ou seja, o reino visigodo estaria apenas a seguir uma tradição já estabelecida no Império Romano do século IV ao actuar de forma tão concertada com os bispos hispânicos. Os autores vão mais longe, afirmando mesmo que neste período não existiria distinção entre as esferas de actuação de Estado e Igreja, uma vez que se considerava que ambas as instituições perfilhavam a mesma missão (p. 303).

<sup>208</sup> Veja-se, por exemplo, as decisões do III Concílio de Toledo e a forma como os bispos se intrometeram na legislação de assuntos civis, sendo que as suas decisões conciliares foram convertidas em lei pelo rei Recaredo que assinou, para o efeito, um édito (algo que iria suceder em vários concílios plenários de



aos sucessivos monarcas eleitos, depostos e, não raras vezes, assassinados. Disso mesmo faz eco Thomas Deswarte quando considera que a “grande nouveauté des conciles wisigothiques est de ressembler de conserve grands ecclésiastiques et laïcs, afin de traiter simultanément de questions religieuses et politiques. Ces assemblées posent donc les bases d’une union du politique et du religieux, qui confine parfois à la confusion et à la «théocratie»”<sup>209</sup>.

Pese embora esses concílios não ocorressem com a regularidade que seria de supor, E. A. Thompson chega a referir-se aos mesmos como “instrumentos de gobierno típicamente españoles”<sup>210</sup>. No mesmo sentido opina Thomas Deswarte, que afirma que “ces conciles constituent une institution essentielle de gouvernement”<sup>211</sup>.

Todavia, para Rodrigo, o seu simbolismo advinha não tanto da importância que estes tinham para a ordem do reino visigodo, nem tão pouco do exemplo que poderiam sugerir – isto é, o de um governo levado a cabo tendo por base decisões conciliares<sup>212</sup> –, mas antes do simbolismo da sua ocorrência em Toledo e sob a presidência do arcebispo local, como se verá.

A primeira referência a um concílio é, como já se disse, ao III Concílio de Toledo, realizado em 589 e no qual se deram mudanças significativas<sup>213</sup>. Rodrigo, que estava até aqui a relatar o reinado de Recaredo I, descreve a sua morte e volta atrás, ao quarto ano

---

Toledo). Sobre as confirmações régias dos decretos conciliares e o consequente valor civil que estes adquiriam, consulte-se TORRES LÓPEZ, Manuel (et al.) – “España visigoda: 414-711 de J. C.”, p. 306. O mesmo se pode dizer do IV Concílio de Toledo, que estabeleceu “la ley fundamental de la Monarquía católica y el texto constitucional” – ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, p. 153. A lei a que José Orlandis se refere é a lei sucessória, que foi fixada nessa assembleia. Consulte-se, sobre essa questão, TORRES LÓPEZ, Manuel (et al.) – “España visigoda: 414-711 de J. C.”, p. 307. Para uma análise deste período THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, p. 110-130 e 177-283 (para a análise ao III Concílio de Toledo, p. 113-121). Ver ainda ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, p. 90-178 (sobre o III Concílio de Toledo, p. 121-127; sobre o IV, p. 150-154).

<sup>209</sup> DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape...*, p. 276.

<sup>210</sup> THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, p. 318.

<sup>211</sup> DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape...*, p. 276.

<sup>212</sup> Neste aspecto, Lucas seria muito mais ‘adepto’ de um governo alicerçado no clero – veja-se a p. 16, nota 71, onde se dá conta dessa característica do pensamento político do *tudense*.

<sup>213</sup> Veja-se a análise que Thomas Deswarte faz deste concílio, nomeadamente do papel que este reserva a Recaredo, exaltado como conversor do povo godo (e até dos suevos) ao catolicismo. O monarca é comparado aos imperadores (como Constantino) e Toledo III é colocado lado a lado com assembleias ecuménicas como as de Niceia ou Constantinopla. Esta imagem surge não só nos cânones do concílio, mas também em crónicas como a de João de Biclaro. DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape...*, p. 263-272 e 278-282.

do seu reinado, para relatar o concílio. Faz questão de mencionar que este foi presidido por Eládio e que estiveram presentes os prelados de Mérida, Tarragona, Sevilha, Narbona, Braga e os seus sufragâneos. A enumeração destes prelados, e não outros, é já de si sugestiva.

Para o espaço português, o interesse imediato é a identificação do prelado bracarense, Pantardo<sup>214</sup>, que teria governado a diocese de 580 a 589<sup>215</sup>. A sua referência inclui-se num grupo de prelados que assistiram ao concílio, estando expressamente mencionados, ao contrário dos restantes prelados que estiveram presentes, de onde se depreende que estes seriam os mais importantes de referir no entender de Rodrigo. De facto, todos são arcebispos das cinco arquidioceses do espaço visigótico, exceptuando Toledo.

É ainda relevante, no que toca a este concílio, que Rodrigo refira expressamente que foi neste contexto que os godos abandonaram o arianismo e se converteram ao catolicismo<sup>216</sup>, e que o “santo bispo Leandro” de Sevilha proferiu um elogio aos godos devido a essa conversão.

A segunda referência aos concílios é ao seguinte, o IV, realizado no reinado de Sisnando, no ano de 634. Aqui, o representante bracarense é mais uma vez nomeado, incluído no grupo dos prelados expressamente referidos, e trata-se de Julião II, bispo de Braga entre 633 e 653<sup>217</sup>. Iria participar em mais um concílio, como se verá.

O que interessa referir deste concílio, no entanto, não diz respeito à presença de Julião, mas antes à referência com que Rodrigo marca a presença de Isidoro de Sevilha na assembleia. Rodrigo refere, de uma forma implícita, a hierarquia da Igreja naquele concílio, contrariando assim as palavras de Lucas, que tinha atribuído o título de primaz a Sto. Isidoro. Escreve Rodrigo:

---

<sup>214</sup> “Partardus Bracarenis” – *DrH*, II, XV, p. 63.

<sup>215</sup> FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 86.

<sup>216</sup> Sobre a conversão de Recaredo, as motivações que levaram à mesma, bem como as reacções e sublevações resultantes desse acto, consulte-se TORRES LÓPEZ, Manuel (et al.) – *España visigoda: 414-711 de J. C.*, p. 109-112.

<sup>217</sup> José Augusto Ferreira nota que, no VII Concílio de Toledo, em 646, não aparece menção ao prelado bracarense, concluindo assim que este teria falecido. A data que se encontra no texto deve então ser entendida como data extrema para a morte de Julião II, uma vez que entre o seu pontificado e o início do seguinte, de Potâmio, não se conhece mais nenhum nome para a cátedra bracarense. FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 98-101.

*Qui anno regni terci sui [Sisnando] LXVIII Gallie et Hispanie apud Toletum episcopis aggregatis cum absencium uicariis et palatii senioribus in ecclesia sancte Leocadie uirginis et martyris Christi, extante adhuc Isidoro Hispalensi episcopo et in multis iam libris fulgente mirifice, de diuersis causis concilium celebrauit sub Iusto urbis régie primate, et subscribunt ibi Isidorus Hispalensis, Sclua Narbonensis, Iulius Bracarensis (...)*<sup>218</sup>.

Isidoro viria a morrer dois anos depois. Segundo Lucas de Tuy, só pela acção herética do seu sucessor, um prelado grego, é que Sevilha teria perdido a primazia para Toledo e apenas de forma temporária. O que aqui Rodrigo fazia era afirmar a primazia da *sua* igreja como sendo anterior a Isidoro – e por ele reconhecida.

Ainda na mesma passagem, Rodrigo menciona o V Concílio, não deixando de perder a oportunidade de referir a sua presidência pelo prelado de Toledo, mas optando por não enumerar a habitual lista de prelados, algo que se pode relacionar com a fraca assistência que este concílio conheceu<sup>219</sup>. Porém, logo de seguida, passa a relatar o VI Concílio, e aí inclui de novo a lista de prelados. Menciona novamente o “metropolitano e primado da cidade régia”<sup>220</sup> como aquele que preside o Concílio e coloca como assistente, entre outros, Julião II de Braga.

Neste momento, cabe notar que Rodrigo intitula o arcebispo de Toledo como “primado”, titulação essa que vinha utilizando ao longo das várias referências aos concílios. Ou seja, no seu relato, Rodrigo conferia aos arcebispos toledanos dos séculos VI e VII um título que apenas em 1088 o Papa Urbano II tinha instituído na Península, na figura de D. Bernardo de Toledo (1085-1124/25).

Depois de referir o VII Concílio, que teria mais uma vez reunido sob a orientação do prelado toledano, Rodrigo volta a nomear um prelado bracarense quando alude ao VIII Concílio, que teria decorrido em 653. Nessa reunião conciliar, esteve presente Potâmio de Braga (653-656)<sup>221</sup>. Mais uma vez é referida a preeminência do prelado toledano, embora desta vez a lista de prelados que Rodrigo especifica esteja reduzida a três: o de

---

<sup>218</sup> *DrH*, II, XVIII, p. 67-68.

<sup>219</sup> ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, p. 155-156.

<sup>220</sup> “(...) sub Eugenio urbis regie metropolitano et primate”, *DrH*, II, XVIII, p. 68.

<sup>221</sup> FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 101.

Braga, o de Mérida e o de Sevilha. Esta tríade é, de resto, a mais referida no conjunto da narrativa do *toledano* sobre os concílios de Toledo, algo que se compreende quando se tem em conta a história dos séculos XII e XIII<sup>222</sup>: Braga e Santiago de Compostela (que retinha os direitos metropolitanos de Mérida desde 1120) foram ao longo de todo esse período as duas maiores forças de oposição à primazia toledana. Sevilha é incluída pelo seu passado (que Lucas havia recentemente engrandecido e Rodrigo tinha de contrariar) e pelo seu futuro: a sua eminente conquista<sup>223</sup> por parte do rei de Leão e Castela era, na década de quarenta do século XIII, uma ameaça significativa à centralidade que Toledo adquirira desde os tempos de D. Afonso VI<sup>224</sup>.

Ainda sobre este concílio, deve notar-se a referência à presença de abades e figuras notáveis da corte<sup>225</sup>, que teriam assinado as actas. Neste mesmo ponto do texto, Rodrigo elenca ainda o IX e X concílios de Toledo, embora relativamente ao IX não ateste a presença de nenhum prelado do espaço ‘português’. Quanto ao X concílio de Toledo, apenas menciona os prelados de Sevilha e Braga, referindo o nome de S. Frutuoso (656-665)<sup>226</sup> como prelado bracarense.

---

<sup>222</sup> Sobre a questão da primazia no século XII e a contenda entre Braga e Toledo veja-se SOTO RÁBANOS, José María – *Braga y Toledo en la polémica primacial*, 1990; veja-se ainda MARQUES, José – *O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?*, 1999.

<sup>223</sup> De acordo com Peter Linehan, desde pelo menos 1236 (conquista de Córdoba) existia na corte castelhano-leonesa a convicção de que rapidamente se chegaria a Sevilha – LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 379. Para Rodrigo, a perspectiva de encontrar em Sevilha uma ameaça à sua primazia e, sobretudo, à sua centralidade no reino de Castela (sem a qual não poderia manter o peso político que detinha) deveria configurar uma das suas principais preocupações (e, ainda de acordo com Linehan, uma motivação muito forte para escrever o *De rebus Hispanie*). Peter Feige, por seu turno, chega a sugerir que o facto de Rodrigo ter feito ressurgir a questão da primazia junto do papado se ficou a dever a uma jogada sua, uma vez que sabia nunca conseguir do papado a submissão de Braga, Compostela ou Tarragona, mas poderia conseguir, em compensação, a submissão de Sevilha (que viria a ser conquistada por Castela e, portanto, não teria um entrave político à sua submissão, como acontecia com Braga e Tarragona, por exemplo). Ainda assim, esta hipótese obrigaria a colocar semelhante esquema por parte de Rodrigo logo nos anos iniciais da sua governação em Toledo, o que torna muito menos eminente essa conquista de Sevilha e, portanto, menos provável que esta questão fosse uma tentativa de submeter essa cidade. Consulte-se FEIGE, Peter – *La primacia de Toledo y la libertad de las demas metropolis de España. El ejemplo de Braga*, p. 129-132.

<sup>224</sup> Sobre a conquista de Sevilha consulte-se, por todos, GARCÍA SANJUAN, Alejandro – *La conquista de Sevilla por Fernando III (646h/1248)*... e respectiva bibliografia citada.

<sup>225</sup> Juan Fernández Valverde faz notar que é a primeira vez que Rodrigo afirma que os notáveis da corte e os abades assinam as actas. Embora isso seja verdade, já por uma vez Rodrigo tinha mencionado os notáveis da corte entre os presentes, mais precisamente, no IV Concílio. Quanto aos abades, é de facto a primeira menção ao seu papel.

<sup>226</sup> FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 106.

É de certa forma estranho que Rodrigo acabe por não mencionar que foi neste X concílio de Toledo que a assembleia reunida depôs o arcebispo bracarense, Potâmio, uma vez que este admitiu perante o concílio, e por escrito, que tinha quebrado o voto de castidade<sup>227</sup>. Tendo em conta a oposição a Braga que Rodrigo já demonstrara noutras ocasiões<sup>228</sup>, seria de esperar que também aqui aproveitasse para denegrir a imagem da sé bracarense. S. Frutuoso seria, no contexto deste concílio, elevado à cátedra bracarense.

Fazendo um aparte, é necessário referir que, até aqui, a narrativa de Rodrigo discorre de uma forma muito cadenciada, dando a ideia de que os únicos momentos de ordenação do reino visigodo ocorriam sempre por meio de uma reunião conciliar, isto porque o *toledano* agrupa de certa forma as suas referências aos concílios. Por exemplo, entre os capítulos XVIII e XXII (do Livro II) são descritos vários concílios, desde o IV ao X. Novamente, do capítulo XIII ao XV (do Livro III) são referidos os concílios XI a XVI. Esta concentração passa uma imagem muito forte da importância destas reuniões, até porque é dos poucos momentos em que Rodrigo se refere a qualquer questão do reino visigodo que não de natureza militar ou relativa à sucessão ao trono. Ainda assim, é preciso ter em conta que, do ponto de vista histórico, os concílios concentraram-se sobretudo em dois períodos, nomeadamente entre 633 e 656 e, num segundo momento, entre 681 e 694<sup>229</sup>. Quanto aos outros momentos em que Rodrigo descreve o reino visigodo, nunca o espaço ocidental recebe grande atenção.

Voltando à enumeração dos concílios, o seguinte a que Rodrigo se dedica é o XII, realizado no ano de 681 e novamente sob a autoridade do primado da cidade régia, que à época era Julião. A única informação deste concílio que Rodrigo transmite é a da presença da tal tríade de prelados: Mérida, Sevilha e Braga, neste caso representada por Liúva (678-688)<sup>230</sup>.

Liúva estaria presente também no XIII Concílio de Toledo, no ano de 683, tendo ainda enviado um seu vigário, de seu nome Recesindo, ao XIV Concílio, reunido em 684. De

---

<sup>227</sup> LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 72.

<sup>228</sup> Nomeadamente no IV Concílio de Latrão, onde Rodrigo relembrou a toda a assistência a personagem de Maurício ‘Burdino’, arcebispo bracarense que viria a ser o ‘antipapa’ Gregório VIII. Veja-se, sobre o concílio e a actuação de Rodrigo no mesmo, a nota 21.

<sup>229</sup> ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*, p. 242.

<sup>230</sup> FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 122.

resto, é neste contexto que Rodrigo se refere pela primeira vez a um prelado bracarense como arcebispo<sup>231</sup>, algo que não pode deixar de se estranhar, uma vez que todos os prelados mencionados eram, de facto, arcebispos e Braga uma arquidiocese anterior ao III Concílio – o primeiro mencionado –, em 589.

De seguida, Rodrigo refere-se ao XV Concílio de Toledo, ainda sob os auspícios do prelado toledano Julião. Estaria presente nesta reunião o prelado bracarense entre 688 e 693, Faustino<sup>232</sup>. Nesta parte do texto, Rodrigo coloca também uma breve indicação sobre a presença do prelado Félix de Braga<sup>233</sup> no XVI Concílio de Toledo (693) e sobre o XVII, sem que indique a presença de qualquer prelado do espaço ‘português’.

A última referência que Rodrigo faz aos concílios de Toledo apresenta-se talvez como a mais directa a sair da pena do *toledano* no que toca à questão da primazia. Estando Rodrigo a rebater o argumento tomado por alguns (que não refere) de que a primazia teria residido primeiramente em Sevilha e depois trasladada para Toledo, recorre novamente ao XVI concílio de Toledo para apresentar uma hierarquização da Igreja que nos revela mais sobre o século XIII do que sobre o período que relata:

*Item ab aliquibus dicitur quod primatus Hispaniae prius fuit in ecclesia Hispalensi et post translatus ad ecclesiam Toletanum, quod etiam stare non potest. In XVI<sup>o</sup> enim concilio Toletano ubi Sisibertus Toletanus archiepiscopus fuit depositus merito culpe sue a generali concilio omnium archiepiscoporum, episcoporum et cleri Hispaniarum et Gallie Gothice, decreuerunt nichil tractandum in concilio donec prouideretur prime sedi urbis regie de pastore. Et electus et translates fuit Felix archiepiscopus Hispalensis ad ecclesiam Toletanum factus pontifex Toletanus. Et in eodem concilio Faustinus Bracarensis archiepiscopus factus est Hispalensis, Felix Portugalensis episcopus factus est archiepiscopus Bracarensis, et postea de ordinatione ecclesiarum concorditer*

---

<sup>231</sup> “(...) Recisindo, uicario Luybe archiepiscopi Bracarensis (...)” – *DrH*, III, XIII, p. 93.

<sup>232</sup> FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 128.

<sup>233</sup> Sobre este prelado pouco se sabe. As actas dos concílios seguintes ou se perderam, ou não incluem as assinaturas dos prelados, pelo que qualquer tentativa de conhecer o seu episcopado (ou tão somente as suas balizas cronológicas) é infrutífera. Ainda assim, sabe-se que foi elevado da sé do Porto para a de Braga na mesma ocasião em que Faustino passou de Braga para Sevilha, isto é, em 693. FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, p. 132.

*tractauerunt. Vnde patet quod si Hispalensis ecclesia maior esset non transferretur eius episcopus ad minorem*<sup>234</sup>.

Ora, o que este excerto representa é uma perfeita consciência do que o arcebispo de Toledo, Rodrigo, entende ser a hierarquização da Igreja hispânica. Por isso, na sua lógica, era impossível que seis séculos antes os prelados visigodos não tivessem actuado de acordo com esta hierarquia. Porém, como se disse, este excerto revela mais sobre o século XIII – um século que tinha em consideração orientações resultantes das modificações introduzidas pela reforma do século XI – do que sobre o século VII. O que Rodrigo faz é aplicar um conceito de hierarquização fortemente incorporado pela Igreja hispânica do seu tempo num período mais recuado e que, tanto quanto se sabe, não tinha essa hierarquização tão presente<sup>235</sup>.

De acordo com Rodrigo, a hierarquia seria Porto-Braga-Sevilha-Toledo. E é neste contexto também que o *toledano* oferece uma referência ao bispo do Porto (pela primeira e única vez) e, mais uma vez, aos prelados bracarenses. De resto, como se pode ver ao longo deste texto, Braga é omnipresente na narrativa de Rodrigo no que toca a estes concílios.

Uma vez referidos todos os momentos em que, tendo como contexto os concílios de Toledo (que actuavam como concílios plenários da Igreja hispânica), Rodrigo menciona Braga, é possível ter uma imagem das suas intenções ao relatar desta forma o passado. O denominador comum em todas as passagens, mais do que a menção a Braga, é a explícita referência à liderança dos arcebispos de Toledo desses mesmos concílios. Este dado, que Rodrigo nunca deixa de referir, é extremamente significativo das suas motivações, porquanto nunca foi estipulado que o arcebispo de Toledo seria aquele que presidiria aos concílios plenários e, mais ainda, tal ‘presidência’ não parece ter ocorrido de forma sistemática antes de 681, data a partir da qual os arcebispos de Toledo assinam as actas em primeiro lugar de forma consistente<sup>236</sup>, independentemente do critério da antiguidade.

---

<sup>234</sup> *DrH*, III, III, p. 119.

<sup>235</sup> Note-se, por exemplo, que a ordem pela qual assinavam as actas dos concílios era, não raras vezes, arbitrária e não respeitava o princípio da antiguidade. THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, p. 322.

<sup>236</sup> THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, p. 322.

De tudo o exposto, percebe-se claramente que uma das vertentes com a qual Rodrigo mais se preocupa ao longo da sua obra é a defesa da primazia da sua arquidiocese. Os concílios de Toledo conferiam-lhe o palco ideal para afirmar neles a autoridade dos prelados toledanos seus antecessores – mesmo perante figuras como Sto. Isidoro – e para afirmar, por outro lado, a centralidade da *ciuitas regia* e da Igreja católica na monarquia visigótica, que deveria ser, aliás, em muitos aspectos, o modelo para os governantes do século XIII.

Para além disso, deve ainda realçar-se deste conjunto de passagens – todas elas referentes a reuniões conciliares – que, no que toca ao espaço ‘português’, estas se apresentam como o único momento em que Rodrigo alude às elites da região. Tirando estas passagens conciliares, das quais se podem retirar apenas algumas considerações parcas sobre os arcebispos bracarenses<sup>237</sup>, as únicas referências que Rodrigo faz ao espaço futuramente português durante o período visigodo são precisamente ao espaço, isto é, ao território, às fronteiras/províncias, aos rios, etc.. Compreende-se, portanto, qual a intenção do *toledano* ao referir de forma sistemática estes concílios numa obra que deveria contar o passado conjunto da *Hispania*, mas na qual Rodrigo não pôde deixar de incluir a afirmação dos seus desígnios.

### **3.2. Os condados de Portucale e Coimbra (séc. X-XI) em Lucas e Rodrigo**

Como seria de esperar, tendo em conta a natureza das duas obras, Lucas de Tuy confere mais relevância ao período do reino das Astúrias e Leão do que Rodrigo Jiménez de Rada. O *toledano* recebe da obra de Lucas o relato sobre vários monarcas leoneses, optando quase sempre por suprimir várias passagens desse período, sobretudo as partes ligadas às suas coroações e unções em Leão<sup>238</sup>.

---

<sup>237</sup> Na verdade, a única ‘imagem’ que estes excertos deixam observar sobre os prelados bracarenses é a da sua presença em quase todos os concílios de Toledo, mesmo naqueles que porventura tenham tido menor participação (sendo que em vários os prelados da Gália Gótica não compareceram). Essa ‘imagem’ de ‘obediência’ ou ‘subordinação’ dos prelados bracarenses ao seu congénere toledano não pode ser considerada um acaso, fruto da forma como Rodrigo confere o protagonismo à ‘sua’ cidade, mas antes deve ser encarada como um claro e intencionado processo de afirmação de Toledo face a Braga, recorrendo para isso a estes exemplos do passado.

<sup>238</sup> Veja-se a nota 104.



Nesse sentido, enquadra-se na valorização do reino asturo-leonês e, sobretudo, da *ciuitas regia* de Leão, o protagonismo que Lucas confere a monarcas como Afonso II (c. 791-842), Afonso III (c. 866-910), entre outros. Dentro da narrativa desse período, porém, Lucas não deixa de mencionar alguns episódios relativos aos espaços mais ocidentais dos domínios do reino leonês, episódios esses que parecem demonstrar uma crescente dificuldade dos monarcas leoneses para lidarem com os magnates dessas regiões<sup>239</sup>, bem como, por outro lado, a importância que as regiões de fronteira tinham nos equilíbrios internos do próprio reino<sup>240</sup>. É nesse contexto que surgem os elementos referentes ao espaço entre o Minho e o Mondego, no qual existiam dois condados (Portucale e Coimbra) governados por dois magnates cuja actuação tinha peso dentro do reino leonês<sup>241</sup>.

### 3.2.1. O assassinato de Sancho I de Leão (956-958 e 960-966)

É no contexto do reinado de Sancho I de Leão que Lucas de Tuy se refere a um conde da região ocidental, de seu nome Gonçalo, que acabaria por desempenhar um papel de relevo nas intrigas políticas em torno da coroa. Devido às poucas palavras que Lucas dedica ao conde, bem como à forma vaga como define os seus domínios, existe a possibilidade de se tratar tanto de Gonçalo Moniz, conde de Coimbra (928-981)<sup>242</sup>, como

---

<sup>239</sup> São exemplos dessas dificuldades os episódios analisados de seguida, bem como outros em que Lucas se refere a revoltas na Galiza. A título de exemplo, veja-se *CM*, IV, 34-36, 262-266.

<sup>240</sup> José Mattoso refere-se a ambas as questões na síntese que faz deste período para a “História de Portugal” que coordena – MATTOSO, José – *Portugal no reino asturiano-leonês*, p. 531-543. O autor não deixa de mencionar, por várias vezes, os problemas internos que os monarcas leoneses tinham que resolver na região da Galiza, nem o facto de que “as forças de fronteira desempenhavam frequentemente um papel fundamental na decisão de conflitos internos, nomeadamente os que punham em causa a autoridade do soberano” (p. 536).

<sup>241</sup> Para uma leitura geral sobre o período em que o território português se encontra sob domínio do reino asturo-leonês (até Fernando I, *o Magno*, 1037-1065) veja-se SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *In finibus Gallecie*» ... Veja-se ainda o já clássico trabalho de José Mattoso referente a estas famílias condaís: MATTOSO, José – *As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI*.

<sup>242</sup> Algumas notas biográficas em MATTOSO, José – *As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI*; MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros...*, p. 22-23. Veja-se ainda BRANCO, Maria João Violante – *Antes da independência de Portugal*, p. 26-38, especialmente, p. 26-30; e SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega*, p. 56-57.

de Gonçalo Mendes, conde de Portucale (950-997)<sup>243</sup>. Ambos os magnates da zona mais ocidental do reino de Leão desempenharam papéis centrais nas questões políticas do reino, mas a sua identificação no relato de Lucas não é segura, pelo que este ponto obriga a uma abordagem um pouco distinta e, sobretudo, ainda mais cautelosa.

Primeiramente, existe a necessidade de contextualizar a actuação destes dois condes. A monarquia leonesa ao longo do século X encontrou-se, não raras vezes, numa posição conflituosa devido à oposição entre vários candidatos ao trono, uma vez que a sucessão pelo filho primogénito estava longe de se encontrar instituída. Por vezes, o monarca optava até por dividir os seus domínios caso tivesse vários filhos, sendo que, em várias ocasiões, o trono acabou por ser disputado entre irmãos após o desaparecimento do rei. Esta realidade potenciava as posições aristocráticas, nomeadamente através da constituição de alianças com determinados candidatos ao trono (as mais das vezes, sancionadas através do matrimónio entre familiares desses magnates e os pretendentes), ou até na constituição de verdadeiros grupos comprometidos com a defesa de um candidato, dando origem a revoltas regionais<sup>244</sup>.

Com efeito, a turbulência existente após a morte de Ramiro II (930-951) e a ascensão ao trono do seu filho, Ordonho III (951-956), deve ser entendida neste contexto e viria a envolver também os magnates das regiões mais ocidentais. Gonçalo Moniz parece afastar-se um pouco da corte durante o reinado de Ordonho III, sendo que volta a emergir como um claro apoiante do irmão do monarca, Sancho I (956-958 e 960-966), que lhe sucede no trono. Neste tabuleiro de alianças, cabe também referir que os condes de Portucale se encontravam, pelo menos momentaneamente, no campo oposto, uma vez que Gonçalo Mendes teria sido apoiante de Ordonho III e opositor de Sancho I<sup>245</sup>.

É neste contexto específico que o relato de Lucas circula quando se refere ao conde Gonçalo. Ao todo, são apenas duas as vezes em que o conde é mencionado pelo *tudense*,

---

<sup>243</sup> MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros...*, p. 20; SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega...*, p. 55-56.

<sup>244</sup> Sobre este processo, veja-se o trabalho de SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *«In finibus Gallecie» ...*, p. 89-136.

<sup>245</sup> Para uma leitura sobre o contexto em que se inserem os problemas sucessórios que se seguem à morte de Ramiro II, bem como para uma análise sobre o que os documentos revelam do posicionamento de Gonçalo Moniz e Gonçalo Mendes nestas questões, veja-se SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega...*, p. 59-63.

sendo que numa delas se desenvolve o episódio do assassinato de Sancho I para, na segunda ocasião, que surge pouco depois, apenas se aludir novamente ao conde e ao episódio que acabara de ser relatado, quase como um aparte e ligá-lo, assim, a uma outra personagem.

A primeira passagem insere-se no relato do reinado de Sancho I, estando Lucas a descrever a intenção do monarca de trasladar o corpo de S. Paio para Leão. Nesse contexto, enviou mensageiros para procurar persuadir os líderes muçulmanos e, conseguido o seu consentimento, saiu à frente de um exército de Leão, passando a Galiza e aproveitando para submeter a região<sup>246</sup>. Ao saber disto, o conde Gonçalo, que governava para lá do rio Douro – *qui dux era ultra flumen illud*<sup>247</sup> – reuniu o seu exército e foi ao encontro do monarca leonês.

Depois, acrescenta Lucas, Gonçalo teria enviado mensageiros ao rei, prometendo pagar o tributo pelo controlo do condado que governava em oposição ao próprio monarca – *dato iuramento, ut solueret tributum de ipsa terra, quam tenebat callide aduersus regem*<sup>248</sup>. Por fim, Lucas encerra o relato deste episódio afirmando que o conde Gonçalo teria então pensado num estratagema, enviando ao monarca uma maçã envenenada e causando assim a morte deste, três dias depois.

Torna-se necessário, desde logo, analisar esta passagem. As fontes – nomeadamente a *Historia Silense* e a *Crónica Sampiro* – referem-se a este episódio nos mesmos termos em que Lucas o descreve<sup>249</sup>. Esse facto levou a que vários autores<sup>250</sup> concordassem em

---

<sup>246</sup> Esta indicação que Lucas dá de que o rei teria submetido a Galiza deve ser entendida face ao período de enormes disputas internas no reino de Leão, nas quais os magnates galegos tinham um enorme papel, a que já se fez menção. Nesta passagem, Lucas estaria a referir-se, entre outros, a Gonçalo Mendes, conde portugalense que se opunha a Sancho I. Veja-se, por exemplo, FURTADO, Rodrigo – *Cuando Portugal era reino de León...* Para um enquadramento da actuação das elites galaico-portugalenses no processo plurissecular de autonomia veja-se MATTOSO José – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros...*, p. 15-25, especialmente 17-19.

<sup>247</sup> CM, IV, 34, 264.

<sup>248</sup> CM, IV, 34, 264.

<sup>249</sup> É, aliás, à *Cronica Sampiro* que recorre José Mattoso quando analisa o episódio: MATTOSO, José – *Portugal no reino asturiano-leonês*, p. 538. Quanto à *Historia Silense*, veja-se a passagem que recolhe no seu trabalho SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega...*, p. 70, que demonstra muita proximidade ao que redigiu posteriormente Lucas de Tuy.

<sup>250</sup> Por exemplo BRANCO, Maria João – *Antes da independência de Portugal*, p. 26-30; MATTOSO, José – *Portugal no reino asturiano-leonês*, p. 538. Rodrigo Furtado menciona apenas que teria sido um dos dois condes de nome Gonçalo a envenenar o monarca – FURTADO, Rodrigo – *Cuando Portugal era reino de León...*, p. 9.

atribuir o ónus do assassinato de Sancho I ao conde Gonçalo de Coimbra, uma vez que é isso que parecem afirmar os diversos textos, ao referirem-se ao conde que governava para lá do Douro. Todavia, José Alexandre Sousa argumenta que teria sido antes o conde Gonçalo Mendes, de Portucale, a cometer esse crime, baseando-se, por exemplo, no percurso conhecido desses dois magnates<sup>251</sup>, mas também na documentação posterior. Essa documentação apresenta o conde Gonçalo Moniz próximo da corte régia, assinando documentos de Ramiro III, filho de Sancho I, e, por seu turno, o conde Gonçalo Mendes afastado dos centros políticos e circunscrevendo-se à região de Guimarães.

Logo, parece existir neste ponto uma identificação errónea (a acreditar nos argumentos aduzidos por José Alexandre Sousa) do conde conimbricense como o responsável pelo assassinato. O facto de as fontes não serem totalmente claras, referindo-se apenas a um *Gondissaluus*<sup>252</sup>, que governava terras junto ao Douro, torna difícil a identificação correcta da personagem em causa, uma vez que ambos os condes que governavam Portucale e Coimbra neste período se chamavam Gonçalo e detinham propriedades junto ao rio Douro<sup>253</sup>. Ainda assim, como já foi referido, o percurso de ambos no que toca às suas opções políticas e à proximidade à corte leva a crer que o mais provável perpetrador seria o conde portugalense. Um outro factor que pode indicar no mesmo sentido é a tal revolta a que Lucas se refere e que o rei Sancho I teria aplacado. Essa revolta é claramente identificada para as zonas a norte do Douro<sup>254</sup>, na Galiza sobretudo, e não parece existir qualquer dificuldade do monarca com o conde conimbricense.

---

<sup>251</sup> Como já foi referido, Gonçalo Moniz teria sido apoiante de Sancho I e Gonçalo Mendes opositor deste monarca e apoiante do seu antecessor e meio-irmão, Ordonho III (e à morte deste, do seu filho, o futuro Ordonho IV, que reinou entre 958 e 960). Já Paulo Merêa defendia que o conde coimbrão seria apoiante de Sancho I e o portugalense seu opositor. Consulte-se MERÊA, Paulo – *De “Portucale” (civitas)...*, p. 22-23.

<sup>252</sup> CM, IV, 34, 264.

<sup>253</sup> A referência que Lucas faz ao conde em questão como governando terras para lá do Douro parece indicar terras a sul (levando em conta que esse é o sentido mais comum nos textos desta época e também pelo facto de Lucas escrever em Leão e, portanto, para lá do Douro a partir dessa cidade ser, à partida, no sentido sul). No entanto, José Alexandre Sousa refere que Sancho I teria vindo a Coimbra, existindo um documento que o coloca na cidade, tendo depois iniciado o percurso de volta a Leão e aproveitando para se encontrar com o conde portugalense. Tendo em conta essa leitura, a localização altera-se e para lá do rio Douro pode perfeitamente referir-se ao conde portugalense e às terras que se encontram a norte do rio.

<sup>254</sup> SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega...*, p. 72.

Seja como for, o interesse deste episódio não se esgota na identificação da personagem, como se verá. Por agora, importa referir qual o segundo momento em que Lucas se refere ao conde Gonçalo.

Esse segundo momento é apenas uma referência breve, embora necessite também de ser contextualizada. Lucas relata a morte de Ramiro III (966-984), filho de Sancho I, e refere que Vermudo II (984-999) teria reclamado o trono, sendo o mais próximo na sucessão (era primo de Ramiro). Criticando o rei, Lucas dá o exemplo de algumas calúnias lançadas contra o bispo de Iria-Compostela, Ataúlfo<sup>255</sup>, a que o rei teria dado ouvidos. Então, o monarca colocara o bispo em frente a um touro selvagem, que em vez de atacar se prostrou aos joelhos do prelado. Lucas termina o episódio relatando a morte do referido bispo, envolto numa aura de santidade, e criticando o rei. Afirma, no entanto, no fim da passagem, que Vermudo II fora levado a acreditar nas calúnias porque Ataúlfo era filho do conde Gonçalo, *qui regi Sancio dederat uenenum in pomo*<sup>256</sup>.

As duas passagens são muito interessantes para analisar, não só quanto ao papel do conde conimbricense/portugalense, mas também quanto aos métodos utilizados por Lucas para encadear o relato e construir uma narrativa partindo de elementos distintos que agrega numa só passagem. Quanto ao papel do conde, é interessante verificar, por um lado, que Lucas opta por não encobrir as dificuldades que os monarcas leoneses tinham com os magnates galaico-portugalenses, algo que se pode ler em várias passagens na obra, sobretudo para este período. Por outro lado, Lucas coloca claramente o conde Gonçalo como um opositor ao monarca e, mais ainda, recorre à tradição de que Sancho I tinha sido assassinado, referindo a responsabilidade do magnate.

Ou seja, Lucas passa claramente uma imagem negativa da aristocracia enquanto grupo insubordinado, algo que vai ao encontro do sentimento anti-aristocrático que alguns historiadores identificam no prelado<sup>257</sup>. Como refere Georges Martin, Lucas procura

---

<sup>255</sup> A identificação não é clara, uma vez que a tradição coloca este episódio do milagre de Ataúlfo no período em que teria sido bispo de Iria-Compostela Ataúlfo II, entre 855-867. Como se pode ver, Lucas recolhe o episódio e coloca-o não no reinado de Ordonho II, mas no de Vermudo II, filho de Ordonho III. A *Historia Compostelana*, por exemplo, coloca o pontificado de Ataúlfo II no reinado de Afonso III, morrendo o bispo em 866 (embora vários autores tenham, entretanto, verificado que o bispo não poderia ter morrido antes de 867) – HC, I, II, 2, 70-72.

<sup>256</sup> CM, IV, 36, 266.

<sup>257</sup> Veja-se, por todos, MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 206, 208-211, 230.

afirmar várias posições ideológicas, sendo uma delas, no “plan social, le comportement tyrannique de l'aristocratie et de ses chefs”<sup>258</sup>.

A outra passagem, embora não ofereça mais nenhum dado significativo relativamente ao conde Gonçalo – exceptuando o facto de referir que o bispo de Iria-Compostela seria seu filho –, é, no entanto, exemplificativa dos métodos empregues no género historiográfico no século XIII e, concretamente, por Lucas. Isto porque, como foi já referido, este episódio do milagre do touro levado a cabo por Ataúlfo, bispo de Iria-Compostela, está ferido de anacronismo no relato do *tudense*. Lucas terá recolhido o episódio em alguma obra que consultou, sendo que, por exemplo, este é já descrito no *Chronicon Iriense* e na *Crónica Sampiro*.

Porém, Lucas não coloca o episódio na cronologia correcta, mas antes faz avançar um século para inseri-lo no reinado de Vermudo II e, mais significativamente, para colocar o bispo como filho do conde Gonçalo, que havia envenenado Sancho I de Leão, sendo por esse motivo que Vermudo II agiu de forma errada e deu credibilidade aos caluniadores. Neste ponto, pode observar-se a tal ortodoxia política que refere Enrique Jerez Cabrero<sup>259</sup>, que leva Lucas a atenuar as críticas a Vermudo II, colocando as culpas no comportamento prejudicial da aristocracia, sendo que, neste caso, ao hipotético comportamento negativo de um magnate se junta a exemplar conduta do bispo e a ‘desculpabilização’ do monarca.

A questão torna-se ainda mais complexa porquanto no reinado de Vermudo II ocorreu, de facto, um episódio semelhante: Paio Rodrigues (977-985), filho do conde Rodrigo Velasques<sup>260</sup>, foi colocado na sé de Compostela, tendo posteriormente sido expulso pelo rei e substituído por Pedro de Mezonzo. Este episódio vem descrito na *Historia Compostelana*<sup>261</sup>, que, ao que tudo indica, Lucas não terá consultado<sup>262</sup>. Curiosamente, também o episódio do bispo Ataúlfo e do touro selvagem vem narrado na *Historia Compostelana*<sup>263</sup>. Aliás, o único elemento que Lucas inclui no seu relato que não encontra

---

<sup>258</sup> MARTIN, Georges – *Les juges de Castille...*, p. 230.

<sup>259</sup> Consulte-se o capítulo 1.

<sup>260</sup> Para as ligações familiares deste conde da região de Ourense e a sua filiação, veja-se SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega...*, p. 54-55.

<sup>261</sup> HC, I, II, 7-8, p. 74-75.

<sup>262</sup> Segundo Emma Falque, nem Lucas nem Rodrigo utilizaram a *Historia Compostelana*. Veja-se, FALQUE, Emma – *La Historia Compostelana en el panorama...*, p. 472-476.

<sup>263</sup> HC, I, II, 2, 70-72.

semelhante na *HC* é precisamente a filiação do bispo compostelano numa casa condal da região de ‘Portugal’.

A disposição que Lucas confere a estes dois episódios, misturando-os e criando um novo em que recolhe elementos de ambos, é não só exemplificativa dos pequenos detalhes em que se vislumbra verdadeiramente a importância do seu trabalho ‘compilatório’, mas também – e sobretudo – prefigura um exemplo de como o passado estava ao seu dispor para ser alterado. E, neste caso, a alteração levou a uma descrição muito negativa do conde Gonçalo, a uma ligação sua a um bispo de Compostela e à menorização do papel de Vermudo II nos conflitos entre as facções aristocráticas galaico-portuguesas<sup>264</sup>.

### 3.2.2. Mendo Gonçalves II, *nutritor* de Afonso V

Mendo Gonçalves II (999-1008) foi conde de Portucale, descendente do conde de Tui, Afonso Betote, família que esteve desde muito cedo ligada à descendência de Vímara Peres e com a qual haveria de ‘partilhar’ o domínio do condado ao longo do século X<sup>265</sup>. Embora se trate de uma figura de grande relevo na viragem do século X para o XI no contexto do reino leonês, acaba por não ter idêntico protagonismo na obra de Lucas, sendo que, por comparação com o texto sobre o conde Gonçalo, as informações que Lucas inclui são de menor relevo.

A figura de Mendo Gonçalves II é alvo de uma referência apenas no *Chronicon Mundi*. Lucas inicia o relato do reinado de Afonso V (999-1028), tendo aludido no ponto anterior à morte do seu pai, Vermudo II. Como Afonso V obteve o reino com apenas 5 anos, Lucas acrescenta a seguir que o monarca foi criado por Mendo Gonçalves, conde da Galiza, e a sua esposa: *hic nutritus est a Melendo Gundissalui comite Gallecie et ab eius uxore comitissa domina Maiore*<sup>266</sup>. De seguida, Lucas enuncia ainda que o casal condal teria dado sua filha, Elvira, como esposa a Afonso V.

---

<sup>264</sup> Este período do século X é particularmente complexo no que toca às disputas entre candidatos ao trono leonês e ainda mais quanto às alianças levadas a cabo entre candidatos e aristocracias locais. Uma leitura geral dos conflitos sucessórios e do posicionamento da aristocracia galega encontra-se em SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega*...

<sup>265</sup> MATTOSO José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*..., p. 20-21.

<sup>266</sup> *CM*, IV, 42, p. 274.

Este episódio, curto é certo, importa sobretudo pela altura em que vem no relato do *tudense*, confirmando uma tendência de um grande relevo conferido ao espaço galaico-português dentro do reino leonês ao longo do século X<sup>267</sup>, tendência essa que passa para a obra de Lucas. Por outro lado, importa também referir a titulação que Lucas atribui a Mendo, ou seja, a de conde da Galiza, quando este exerceu funções como conde de Portucale<sup>268</sup>. Existe, da parte de Lucas, uma identificação dos territórios portugalenses com a Galiza, sendo que a fronteira a que Lucas confere relevo, neste período, é a que se materializa no rio Douro.

De facto, voltando um pouco atrás no relato do *tudense*, este refere-se ao Douro como separando as terras do conde Gonçalo Moniz, que governa Coimbra, das terras a norte, que o rei Sancho I teria submetido e que, subentende-se, estariam sob o domínio de outro magnate (no caso, Gonçalo Mendes, precisamente o pai do conde Mendo Gonçalves II). Embora esta passagem possa ser entendida como uma referência a um opositor (conde de Portucale) e a um apoiante (conde de Coimbra) de Sancho I – e daí a divisão que o rio Douro protagoniza –, por outro lado, também se pode ver esta passagem à luz da rivalidade que existiu ao longo do século X entre os dois condados que viriam a ser o núcleo do reino português<sup>269</sup>. E, por essa via, entender melhor a designação de Mendo Gonçalves II como conde da Galiza e a identificação da região portugalense com a Galiza, uma vez que Lucas estaria a incluir o prócere portugalense num grupo de magnates que se opôs ao reinado de Sancho I<sup>270</sup>.

Deste modo, ao que tudo indica, Lucas estaria também a interpretar uma realidade em que o controlo dos monarcas leoneses dos territórios entre o Douro e o Mondego seria apenas nominal, actuando os condes de Coimbra “sob moldes de quase independência,

---

<sup>267</sup> É exemplo disso a união entre a família de Mendo Gonçalves II e a família real leonesa, mas também muitos outros casamentos entre monarcas leoneses e famílias da região mais ocidental do reino, ou ainda cargos honoríficos e privilégios. Veja-se MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros...*, p. 18-19.

<sup>268</sup> MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros...*, p. 19.

<sup>269</sup> MATTOSO, José – *Portugal no reino asturiano-leonês*, p. 537.

<sup>270</sup> Veja-se o já referido artigo de José Alexandre Sousa que analisa também as posições de Gonçalo Mendes e, entre outros aristocratas galego-portugalenses, Rodrigo Vasques, definindo alguns grupos em torno dos candidatos ao trono: SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *O posicionamento da aristocracia galega...*, p. 49-70.



contra o rei de Leão”<sup>271</sup>, muitas vezes jogando com o poder dos líderes muçulmanos de Córdova para “alcançarem um poder próprio, mais do que para defenderem os interesses do rei de Leão ou do califa de Córdova”<sup>272</sup>.

Uma última referência quanto a esta passagem prende-se com o nome que Lucas atribui à esposa de Mendo Gonçalves II – *Maiore*. Ao que tudo indica, o *Chronicon Mundi* é a única fonte do século XIII que se refere à condessa como Maior, uma vez que, quer na documentação, quer na crónica do século XII, esta é referida como Tutadomna.

Em relação ao conde Mendo Gonçalves II e à acção que este desenvolve na passagem – ou seja, a educação do jovem Afonso V –, não parece existir da parte de Lucas nenhum comentário ou indício de desaprovação desta tutela. Para além de a referir como um dado mais que inscreve na sua obra, Lucas apenas faz alusão ao matrimónio de Afonso V com Elvira, filha de Mendo Gonçalves II, e à descendência desse enlace – nomeadamente, Vermudo III (1028-1037) e Sancha de Leão (que viria a casar com D. Fernando I de Leão e Castela).

No seu conjunto, as referências no *Chronicon Mundi* aos condes das regiões de Portucale e Coimbra valem essencialmente como reflexo que são da importância do espaço mais ocidental no contexto do reino de Leão. Tanto os episódios em que Lucas culpabiliza um conde da região de entre o Minho e o Mondego pela morte de um monarca, como o episódio em que Lucas descreve as ligações estreitas entre a família real e o conde portugalense, são exemplificativos do relevo desse espaço e dos seus principais actores.

Contudo, os episódios que aludem ao conde que assassina Sancho I merecem uma referência isolada, porquanto refletem, para além dessa importância e da propensão anti-aristocrática de Lucas, tendências autonomistas muito enraizadas, visíveis, por exemplo, na forma como Lucas descreve a actuação do conde que governava as terras em oposição ao próprio monarca. Mesmo que se tome essa indicação como uma referência de Lucas à oposição que alguns magnates sempre moviam quando existia um novo soberano, não deixa de transparecer na obra do *tudense*, nesta passagem e noutras, essa tal autonomia dos espaços mais fronteiriços. Esta, potenciada, é certo, pelas dificuldades do reino leonês

---

<sup>271</sup> MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros...*, p. 22.

<sup>272</sup> MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros...*, p. 23.

em controlar e administrar de maneira efectiva todos os seus domínios, não deixa nunca de ser uma marca característica de espaços como Portucale, Coimbra e Castela mais a oriente, permitindo-lhes posteriormente desenvolver processos muito próprios e por vezes até contraditórios aos que se passavam nas zonas centrais do reino e até na Galiza, onde as elites estavam muito mais vinculadas à coroa e seus representantes.

Antes ainda de terminar a análise destes excertos, deve constatar-se que também Rodrigo incorpora estes elementos na sua narrativa. Embora, como se disse, conceda muito menos atenção do que Lucas ao período do reino asturo-leonês, o *toledano* não deixou de inscrever na sua obra a passagem sobre o reinado de Sancho I, o seu assassinato e, inclusivamente, o episódio em torno do bispo Ataúlfo<sup>273</sup>.

O essencial do relato é idêntico ao que havia narrado Lucas. Assim, a motivação de Sancho I para trazer as relíquias de S. Paio até Leão, a sua incursão pela Galiza para submeter alguns revoltosos e até a referência ao conde Gonçalo<sup>274</sup> estão presentes no texto do *toledano*. Até este ponto, o que Rodrigo parece fazer é pegar nas palavras de Lucas e de certa forma sintetizar a informação.

Quanto ao episódio do bispo Ataúlfo, também a maioria do que Rodrigo narra parece ser uma síntese do que havia escrito Lucas. Ainda assim, Rodrigo não identifica o bispo como sendo de Compostela – não faz qualquer menção à sede compostelana, algo que é um traço comum a grande parte da obra<sup>275</sup>. Também não se refere explicitamente a qual teria sido o crime cometido pelo bispo, mas identifica os acusadores – elementos estes que partilha com o relato de Lucas, ao contrário da *Historia Compostelana*, que identifica o crime mas não os acusadores<sup>276</sup>.

---

<sup>273</sup> Estas passagens encontram-se nos capítulos X e XIII do livro V. Veja-se *DrH*, V, X-XIII, 158-161. Na edição da tradução, p. 201-205.

<sup>274</sup> Juan Fernández Valverde, na sua edição da versão traduzida da obra de Rodrigo Jiménez de Rada, coloca em nota uma identificação do conde Gonçalo que, infelizmente, pouco esclarece, uma vez que se refere a Gonçalo apenas como “un conde gallego”. Essa é a informação que ambos os textos (de Lucas e Rodrigo) deixam entender também. Uma vez que ambos se referem às terras galegas como vindo até ao Douro (consequência, talvez, da identificação que fazem destas com a província romana da Galécia), este pode ser entendido como mais um dado a apontar para a identificação do conde com Gonçalo Mendes, de Portucale. Para a identificação de Juan Fernández Valverde, veja-se JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*, p. 201, nota 40.

<sup>275</sup> Veja-se a nota 262 que indica o artigo de Emma Falque onde a autora tenta encontrar uma justificação para o silêncio de Lucas e Rodrigo quanto a Compostela e a sua *Historia*.

<sup>276</sup> Veja-se a comparação que faz Emma Falque no artigo e páginas citados na nota 262.

Portanto, Rodrigo parece em tudo seguir Lucas neste excerto, reorganizando e reescrevendo não raras vezes o latim do *tudense*, mas mantendo os traços gerais que este havia querido exprimir na sua narrativa. O único elemento distintivo é que, quando menciona o facto do bispo Ataúlfo ser filho do conde Gonçalo, refere-se a este último como “aquele príncipe”<sup>277</sup> que havia envenenado o rei Sancho I. Ainda assim, trata-se apenas de um elemento lexical.

Ao que tudo indica, Rodrigo não procurou nesta passagem diminuir a carga negativa a que Lucas frequentemente associa a aristocracia, ao contrário, por exemplo, do que viria a fazer com a figura do conde Henrique, como se verá. Em parte, isso pode dever-se ao facto de este episódio apresentar um conde isolado a cometer o crime, sendo que normalmente Lucas opta por se referir ao grupo em si como sendo a causa de algo negativo. Para além disso, neste ponto Lucas não parece fazer nenhum tipo de julgamento geral, nem tão-pouco uma associação entre esse conde e a restante aristocracia, que no episódio, embora apareça revoltosa, acaba por ser submetida pelo monarca. Este facto poderia ter levado a que Rodrigo não sentisse tanto a necessidade de alterar um evento que, afinal, tinha acontecido três séculos antes e não era, de todo, de grande importância na narrativa, quer de um, quer de outro.

---

<sup>277</sup> *DrH*, V, XIII, p. 161. Na edição da tradução, p. 205.

## Capítulo 4 – Narrativas do período condal (séc. XI-XII)

### 4.1. O conde Henrique nas obras de Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada

A figura do conde Henrique (1096-1112) é central na política ibérica na viragem do século XI para o XII<sup>278</sup>. Sinal de mudanças que ocorriam na Península, nomeadamente das influências francófonas no reino de Leão, e, ao mesmo tempo, agente intensificador dessas mesmas mudanças, o borgonhês viria a tornar-se um sério pretendente ao reino em si, ou pelo menos a boa parte dele. Muito se poderia dizer sobre a sua actuação, quer enquanto conde portugalense, pautando o seu governo por uma série de directrizes que viriam a ser a base da governação inicial do seu filho, quer enquanto grande senhor no panorama mais abrangente do reino, sobretudo após a morte de Afonso VI (1065/1072-1109) e no contexto das dificuldades que o reinado de Urraca (1109-1126) teve que enfrentar<sup>279</sup>.

Tudo isto aponta para um dos principais actores políticos desta época, como se disse. Porém, se em Lucas de Tuy a figura de Henrique recebe algum protagonismo, centrado, é verdade, no reinado de Urraca (e, portanto, nos seus últimos três anos de vida), já na obra de Rodrigo Jiménez de Rada o conde portugalense é referido apenas por duas vezes, sendo que não encontra a mesma preponderância nas questões do reino que Lucas deixa entender no seu texto. Tendo em conta a relação que existe entre as duas obras, trata-se de uma diminuição do seu papel que, embora resulte em parte da redução da extensão do reinado de Urraca no texto de Rodrigo, não se fica a dever apenas a esse ponto, mas antes ao próprio conteúdo que Rodrigo opta por ‘silenciar’ do relato do *tudense*.

---

<sup>278</sup> Não existe ainda um estudo recente dedicado exclusivamente à figura e actuação do conde portugalense. O estudo de Torquato Sousa Soares continua a ser a melhor aproximação: SOARES, Torquato Sousa – *Formação do Estado Português (1096-1179)*, p. 51-118. Importantes contributos encontram-se ainda em biografias de Afonso VI, Urraca e Teresa: REILLY, Bernard F. – *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI (1065-1109)*; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*; AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*.

<sup>279</sup> Para uma visão de conjunto deste período, nomeadamente dos reinados de Afonso VI e Urraca de Leão e Castela e o papel em ambos de Henrique, consultem-se as biografias que lhes dedicou Bernard F. Reilly indicadas na nota anterior.

#### 4.1.1. O conde Henrique no *Chronicon Mundi*: epicentro da *perturbatio*

O conde Henrique é, de certo modo, a figura que personifica, no *CM*, um período que Lucas considera negativo para o reino de Leão e que identifica de forma muito próxima com o reinado de Urraca. Aliás, das quatro referências que Lucas faz a Henrique, apenas uma diz respeito ao período anterior à governação de Urraca, sendo as restantes três o relato de acontecimentos muito negativos que ocorrem durante os anos iniciais da governação da rainha e nos quais a participação do conde é decisiva. Dessas quatro referências, porém, apenas dois episódios sobressaem, uma vez que as restantes duas são apenas relativas a momentos em que o conde é nomeado e não aportam informação nova.

A primeira referência é precisamente uma dessas nomeações em que a presença do conde surge apenas como uma anotação. Trata-se do capítulo em que Lucas, ao narrar os casamentos de Afonso VI, indica que o monarca teve ainda duas amantes e, de uma delas, teve *Tharasiam, uxorem comitis Enrrici, et Enrricus genuit ex ea Vrracam, Geloyram et Adefonsum, qui fuit rex Portugalensium*<sup>280</sup>. Deixando de lado a qualificação que Lucas atribui a Afonso Henriques (1128-1185), do conde Henrique apenas menciona que esposou Teresa e a respectiva descendência. Em tudo, esta passagem é semelhante à que mais tarde iria escrever Rodrigo<sup>281</sup>. Trata-se do único momento em que Lucas se refere ao conde portugalense ainda durante o reinado de Afonso VI, sendo que o *tudense* opta por uma referência lacónica ao conde portugalense, sem aludir às suas origens ou ligações familiares, como faria, por exemplo, Rodrigo.

O momento seguinte em que Henrique é protagonista do relato é paradigmático da caracterização que Lucas pretende levar a cabo do conde portugalense durante o reinado de Urraca, colocando-o sempre no centro da narrativa como a fonte das más decisões tomadas, ora pela monarca, ora por Afonso I (1104-1134)<sup>282</sup>, o *Batalhador*, rei de Aragão. Este último esposou a rainha leonesa e é relativamente a esse tema que

---

<sup>280</sup> *CM*, IV, 69, 303.

<sup>281</sup> *DrH*, VI, XX, p. 202.

<sup>282</sup> De uma forma muito curiosa, Lucas opta por incluir no seu relato a informação de que o monarca aragonês se chamaria originalmente Pedro e, por amor à rainha Urraca, mudaria o seu nome para Afonso: *Era tunc temporis in Aragonia rex Petrus, qui amore Vrrace regine fecit se uocari regem Adefonsum* – *CM*, IV, 72, 309. O Pedro a que Lucas se refere deve certamente ser Pedro I, rei de Aragão (1094-1104) e irmão de Afonso I, a quem o *batalhador* sucedeu no trono aragonês.

Henrique é chamado à trama. Nesta ocasião, Henrique é colocado por Lucas de Tuy como conselheiro de Afonso I de Aragão:

*Vrraca uero regina habebat secum comitem Enricum, qui preerat Portugalie, cuius consilio misit ad regem Aragonensem, ut properaret eam accipere in uxorem et obtineret regnum*<sup>283</sup>.

Segundo esta passagem, a ideia do casamento entre Urraca e Afonso I – que acabaria por resultar em vários conflitos entre os reinos – tinha vindo de Henrique (ao contrário, por exemplo, do que escreveria Rodrigo, atribuindo a responsabilidade da união a Afonso VI<sup>284</sup>). Henrique teria então aconselhado Afonso I a casar com Urraca para obter o reino de Leão e Castela, sendo que Lucas passa logo de seguida para a descrição da batalha de Candespina, em 1111.

Tendo em conta o relato do *tudense* e a forma como o conde portugalense é inserido no mesmo num ponto tão fundamental para compreender os distúrbios políticos e militares do primeiro quartel do século XII, torna-se talvez mais indicado analisar desde já esta passagem.

A enorme cadência com que durante os últimos anos da década inicial do século XII se fizeram sentir vários acontecimentos transformou efectivamente o cenário político existente e que se poderia considerar, até certo ponto, estável. A sucessão de Afonso VI – durante décadas uma preocupação do monarca – estava aparentemente segura na figura do Infante Sancho (1094-1108), embora existissem (como quase sempre existiam) forças de oposição a essa solução<sup>285</sup>.

Nesse contexto, a posição do conde Henrique seria de alguma oscilação, algo que o *Pacto Sucessório* não deixa de atestar, nomeadamente pelas cedências que nele o conde

---

<sup>283</sup> CM, IV, 72, p. 309.

<sup>284</sup> *DrH*, VI, XXXIII, p. 217-218. Rodrigo refere que os nobres teriam escolhido o conde Gomez de Candespina como futuro cônjuge da rainha, sendo, todavia, esta hipótese rejeitada por Afonso VI. O monarca, reunido com o arcebispo de Toledo, Bernardo (1085-1124/25) e os magnates, tomaria a decisão de unir a filha ao rei aragonês.

<sup>285</sup> Uma leitura global do problema de sucessão de Afonso VI encontra-se na biografia que lhe dedica Bernard F. Reilly, sobretudo no capítulo 17, p. 345-363. Segundo este autor, a partir de 1107, o Infante Sancho encontra nos documentos uma posição que só pode ser entendida como tendo sido reconhecido como sucessor de Afonso VI. Veja-se também o capítulo 16, especialmente p. 344 – REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under King Alfonso VI*.

Raimundo admite fazer em troca do apoio do conde portugalense<sup>286</sup>. Todo este cenário vai alterar-se radicalmente entre 1107 e 1109, morrendo primeiro o conde Raimundo, depois o Infante Sancho e por fim o próprio monarca, Afonso VI. À morte do infante, a sucessão era novamente uma questão em aberto. E aqui entra, de facto, o problema do casamento de Urraca, que foi delineado ainda por Afonso VI. A escolha recaiu em Afonso I, *o Batalhador*, certamente devido aos seus atributos militares que, esperava o monarca leonês, seriam assim neutralizados enquanto potencial ameaça à fronteira oriental do reino (e talvez constituíssem um auxílio importante face a futuras investidas muçulmanas).

Ainda seguindo a interpretação que Bernard F. Reilly faz deste período, esta solução não poderia ter agradado ao conde Henrique, uma vez que o matrimónio, nos termos em que Afonso VI o concebera<sup>287</sup>, eliminava quaisquer aspirações do conde a uma maior porção de domínios dentro do reino leonês. Que o conde portugalense acalentava tais aspirações parece óbvio, não só pela sua participação no *Pacto Sucessório*, segundo o qual o conde poderia vir a receber a Galiza ou Toledo, mas também pela sua actuação nos anos de 1109-1112, nos quais se pode observar uma tendência para actuar mediante acordos que favorecessem territorialmente a sua posição.

Apenas fazendo este excursus se compreende, portanto, o peso e significado que tem a forma como Lucas opta por narrar este episódio. Henrique não só não se opõe ao matrimónio como é ele próprio a sugeri-lo ao monarca aragonês, sendo assim efectivamente aquele que provoca o caos que viria a suceder ao enlace. Em última análise, Henrique é colocado como o responsável por uma solução política falhada que trouxe

---

<sup>286</sup> A bibliografia sobre o *Pacto Sucessório* é extensíssima, embora gire sobretudo em torno da datação deste documento problemático do ponto de vista diplomático. Para este estudo não interessa tanto quando terá sido levado a cabo o acordo entre os condes, mas antes as leituras que desse mesmo acordo se podem fazer no que diz respeito às movimentações políticas dentro do reino leonês. Nesse sentido, deve consultar-se o já clássico trabalho de BISHKO, Charles Julian – *Count Henrique of Portugal...*, bem como REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under King Alfonso VI...*, p. 251-252. Para a questão da cronologia do referido documento, os mais recentes contributos pertencem a Abel Estefânio, publicados na revista online «*Medievalista*», devendo a sua consulta ser também estendida à bibliografia que aí se encontra elencada. Conforme estes dois artigos de Abel Estefânio deixam entender (pela posição oposta que assume em ambos), trata-se de uma questão ainda em aberto.

<sup>287</sup> Eram estes a entrega da Galiza a Afonso Raimundes, filho do primeiro casamento de Urraca, e a entrega do reino de Leão e Castela ao filho que viesse a nascer do matrimónio entre Urraca e Afonso I de Aragão. Esta solução não permitia margem de manobra a Henrique que, por exemplo, nem sequer receberia nenhum dos territórios que haviam sido incluídos no *Pacto Sucessório*. REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 53-61. Consulte-se também, sobre a oposição de Henrique ao matrimónio, AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, p. 162-163.

graves perturbações ao reino leonês. A passagem seguinte evidencia ainda mais esse papel de Henrique.

É no momento seguinte que Lucas concentra o essencial daquilo que refere do conde Henrique<sup>288</sup> e também do reinado de Urraca. Com efeito, o *tudense* dedica apenas algumas linhas ao reinado de Urraca<sup>289</sup> e escolhe mencionar, como acontecimentos significativos, apenas a batalha de Candespina, a batalha de Viadangos e o roubo das igrejas. Isto é, Lucas passa imediatamente do casamento (que teria ocorrido meses após a morte de Afonso VI<sup>290</sup>) para uma fase em que os monarcas se encontram já desavindos, mais concretamente, o ano de 1111. Depois, apenas faz referência ao episódio do roubo das igrejas – que teria que ocorrer entre o outono de 1111, quando decorreu a batalha de Viadangos, e Abril de 1112, quando morre o conde Henrique. A informação seguinte que Lucas redige é já referente à morte de Afonso I de Aragão, algo que só ocorre em 1134<sup>291</sup>.

Assim, Lucas menciona a batalha de Candespina, passando imediatamente, portanto, do casamento para uma fase de confronto entre Urraca e Afonso I, referindo que o conde Henrique teria, no contexto da batalha, capturado e assassinado o conde Gomez González<sup>292</sup> – *Initoque certamine captus est comes Gomez et a comite Enrico in ipso loco occisus*<sup>293</sup>. Este episódio aparece já nas *Crónicas Anónimas de Sahagún* mas, como indica Emma Falque<sup>294</sup>, Lucas não terá consultado este texto, pelo que não se conhece de onde teria retirado a informação. De qualquer das formas, é sintomático que seja esta a imagem que passa de Henrique: aquele que aconselha Afonso I a casar com Urraca para obter o reino, que parte para o campo de batalha do lado de Afonso I (e não de Urraca, a sua soberana) e, por fim, que captura e assassina em pleno campo de batalha um conde castelhano, seu congénere.

---

<sup>288</sup> Sobre as opções políticas do conde Henrique no contexto do reino leonês, sobretudo após a morte de Afonso VI, veja-se, para além da obra de Bernard F. Reilly citada na nota anterior (p. 45-86), a síntese de AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, p. 150-169.

<sup>289</sup> O relato do reinado de Urraca ocupa apenas uma parte das páginas 309-310 na edição de Emma Falque. *CM*, IV, 72, p. 309-310.

<sup>290</sup> REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 49-57.

<sup>291</sup> Para estes episódios que o *tudense* relata, consulte-se a leitura que deles faz José Carlos Miranda em MIRANDA, José Carlos; OLIVEIRA, António Resende de – *Da «Historia Compostelana» ...*, p. 20.

<sup>292</sup> Veja-se REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 74 para a referência à batalha e a actuação de Henrique na mesma.

<sup>293</sup> *CM*, IV, 72, p. 309.

<sup>294</sup> FALQUE, Emma – “Introducción”, p. XC-XCI.



Depois deste episódio, Lucas não demora muito até voltar a referir a figura do conde portugalense. Aliás, é revelador que Lucas construa uma identificação tão grande entre Henrique e o reinado de Urraca, tomando o conde como um exemplo do caos<sup>295</sup> em que governou a filha de Afonso VI – e mais expressiva se torna essa identificação quando se observa o pouco texto que Lucas dedica aos 17 anos de reinado de Urraca.

Assim, o conde Henrique entra novamente em cena ainda quando Lucas se encontra a relatar os problemas causados por Urraca e seus partidários. Sem explicação por parte do *tudense*, porém, Henrique não se encontra agora do lado do rei aragonês contra a rainha Urraca – como havia estado em Candespina, umas linhas antes –, mas sim a apoiar e aconselhar, conjuntamente com a rainha, o monarca aragonês<sup>296</sup>. Lucas parece passar então para uma fase em que Urraca e Afonso I de Aragão estariam novamente juntos. Ora, de acordo com o que demonstrou Bernard F. Reilly<sup>297</sup>, entre 1111 e 1112 o conde Henrique teria passado para o lado de Urraca, mas a rainha continuaria a enfrentar-se com o *Batalhador* no início de 1112, acabando por fazer um acordo com o aragonês (motivado pelas altas exigências da aliança que mantinha com o conde portugalense<sup>298</sup>) momentos antes de Henrique falecer. Portanto, a única explicação que é possível alinhar para este pequeno excerto em que Henrique se encontra a apoiar ambos os monarcas – ainda seguindo Bernard F. Reilly – é se se tomar em conta as tentativas que Afonso I teria levado a cabo para se ver reconhecido na Galiza. Essas teriam suscitado uma reacção de galegos e asturianos e seria para lhes fazer frente que o aragonês e a rainha leonesa aceitaram o conselho de Henrique que, como se verá, resulta novamente

---

<sup>295</sup> A expressão que Lucas utiliza para o reinado de Urraca neste momento do texto é *perturbatio*, atribuindo esse mal-estar geral ao facto de a rainha querer governar o reino do seu pai (assim escreve o *tudense*) sem o seu filho, Afonso Raimundes: *Eo tempore facta est perturbatio magna in Yspania, eo quod regina Vrraca regere uolebat regnum paternum sine filio Adefonso*. CM, IV, 73, p. 309.

<sup>296</sup> De facto, é conhecida a mudança de posição do conde Henrique, certamente atraído pelos partidários de Urraca que lhe teriam oferecido um acordo mais vantajoso que aquele que o unia a Afonso I de Aragão. Bernard F. Reilly descreve as ambições de Henrique a possessões não só perto do condado portugalense (Zamora), mas também a fortalezas junto do coração do reino (como é o caso de Ceia, junto a Sahagún). Veja-se REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 75-84. Neste caso, todavia, o que Lucas relata não é a mudança de lado do magnate portugalense, mas antes um episódio em que este estaria a auxiliar o casal régio contra galegos e asturianos, que se opunham ao matrimónio. Veja-se uma análise deste episódio em MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 11-12.

<sup>297</sup> REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 75-84.

<sup>298</sup> REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 83.

numa actuação muito negativa que prejudica directamente aquilo que o bispo tudense considera ser o bem-estar do reino.

Assim, Lucas relata um momento em que, ao que tudo indica, o casal régio estaria em paz e a actuar conjuntamente, uma vez que assinala que o conde Henrique e a rainha Urraca teriam sugerido ao rei aragonês saquear as igrejas que Fernando I e Afonso VI haviam dotado, chegando mesmo Afonso I a “meter as mãos” – *mitteret manum*<sup>299</sup> – no ouro do sepulcro de Sto. Isidoro, o que causara um grande escândalo. A passagem é clara quanto à responsabilidade por tais acontecimentos:

*Vnde factum est ut de consilio comitis Enrici et regine Vrrace quasdam nobiles ecclesias, quas rex magnus Fernandus et filius eius rex Adefonsus thesauris ditauerant, spoliaret et etiam ad aurum sepulcri beati Ysidori mitteret manum, quod sibi et principibus suis a Deo et ab hominibus in magnum scandalum cessit*<sup>300</sup>.

Volta a ser óbvia a colocação de Henrique como a fonte de maus conselhos que conduzem à prática de acções condenáveis. Neste caso, embora Lucas refira que são os monarcas que levam a cabo o roubo, também refere que o fazem com o apoio de diversos magnates. De forma significativa, o único que identifica explicitamente é o conde portugalense.

Para além disso, este episódio permite ainda observar a centralidade de Sto. Isidoro para o relato de Lucas. De todas as igrejas roubadas – e estas são identificadas como as que os dois anteriores monarcas, Fernando I e Afonso VI, teriam dotado –, apenas existe referência explícita a Sto. Isidoro de Leão como tendo sido privada do seu ouro. O cenário fica composto quando Lucas explica que o ouro roubado servia para pagar ao exército do monarca aragonês, uma vez que enquanto galegos e asturianos combatiam por valentia, os soldados de Afonso I faziam-no por dinheiro.

Sobre os excertos que têm vindo a ser analisados, escreveu José Carlos Miranda que “alguns dos procedimentos que encontramos nesta narrativa são usualmente atribuídos à escrita jogralesca. Estão nesse caso, a tendência para fundir episódios históricos num só, a confusão de personagens e a redução dos enredos a esqueletos em

---

<sup>299</sup> CM, IV, 73, p. 310.

<sup>300</sup> CM, IV, 73, p. 310.

que apenas alguns dos protagonistas se tornam salientes. Correlativamente, a fluidez cronológica e, sobretudo, a organização dos relatos em função de motivações bem específicas, apenas devedoras das intenções e da estratégia de quem escreve”<sup>301</sup>.

O mesmo autor considera que Lucas procura passar uma imagem francamente positiva de Afonso VII tendo que, para isso, reduzir ao máximo a legitimidade que Urraca teria para ocupar o trono leonês: “(...) num contexto em que todo o relato do nosso cronista está orientado para exaltar a figura do futuro Imperador – o penúltimo unificador das coroas leonesa e castelhana antes de Fernando III, sob a soberania do qual o cronista escreve a sua obra –, o conde Gomez, seu partidário, é morto quase em martírio, nada se dizendo sobre o seu interesse (político ou mesmo marital) na Rainha Urraca (...). Por outro lado, é visível que o Conde Henrique vai acumulando acções e decisões irrevogavelmente negativas e condenáveis”<sup>302</sup>.

Todo este episódio culmina no roubo das igrejas, cujo relato José Carlos Miranda afirma ser apenas uma “peça de deslegitimação política, nada autorizando a consagrar-lhe algum tipo de historicidade”<sup>303</sup>. Encontra-se assim explicação para o papel que o *tudense* atribui a Henrique, envolvendo o conde no contexto mais geral do reino e procurando imputar ao mesmo responsabilidades várias no período de perturbações que teria mediado os reinados de Afonso VI e daquele que Lucas considera o seu natural sucessor, Afonso VII.

Estas últimas duas passagens analisadas em que a conduta do conde Henrique é colocada em causa são, no fundo, o núcleo daquilo que Lucas escreve sobre o pai de Afonso Henriques. As restantes duas passagens são apenas menções, como se disse. Contudo, se a primeira não encerra em si nenhum facto negativo imputado ao conde, sendo apenas uma referência ao seu matrimónio e descendência, a última relembra as suas acções, concretamente contra a Igreja, associando-o à figura de Afonso I de Aragão.

Com efeito, o relato de Lucas cobre de uma forma bastante rápida o reinado de Urraca para se delongar no do seu filho e sucessor, Afonso VII (1126-1157). Numa das primeiras referências à actuação do soberano, Lucas descreve como este recuperou os

---

<sup>301</sup> MIRANDA, José Carlos; OLIVEIRA, António Resende de – *Da «Historia Compostelana»* ..., p. 17.

<sup>302</sup> MIRANDA, José Carlos; OLIVEIRA, António Resende de – *Da «Historia Compostelana»* ..., p. 18.

<sup>303</sup> MIRANDA, José Carlos; OLIVEIRA, António Resende de – *Da «Historia Compostelana»* ..., p. 19.

tesouros e propriedades que o rei de Aragão e o conde portugalense roubaram à Igreja – *reparauit* [Afonso VII] *etiam thesauros et hereditates pro parte magna quas rex Aragonum et comes Enrricus abstulerant ab ecclesia*<sup>304</sup>. Mais uma vez, é possível encontrar no relato de Lucas a nomeação explícita do conde Henrique como aquele que comete o crime, sendo que, neste caso, este surge associado à figura de Afonso I de Aragão, com quem Afonso VII de Leão e Castela teria ainda alguns conflitos nos primeiros anos do seu reinado. Tal associação confere um carácter ainda mais negativo à presença do conde neste excerto.

No cômputo geral, a imagem que Lucas de Tuy opta por passar do conde Henrique é negativa. Seja por considerar a actuação do conde portugalense como atentatória da soberania de Leão no espaço do condado portugalense; seja por aplicar a Henrique a sua visão anti-aristocrática e imputar-lhe algumas das principais ocorrências negativas do reinado de Urraca; seja até por uma conjugação de ambos os factores, a verdade é que Lucas não hesita em relatar eventos em que explicitamente coloca o conde Henrique por forma a pintar uma imagem negativa do mesmo. Rodrigo Jiménez de Rada iria optar por uma abordagem distinta no que toca à figura do pai do primeiro rei de Portugal, sendo que as diferenças entre o relato do *tudense* e do *toledano* são ilustrativas dos distintos princípios que regem a escrita de ambas as obras, nomeadamente no que diz respeito à concepção dos dois os prelados sobre a estrutura social e o papel da aristocracia na governação do reino.

#### **4.1.2. Henrique segundo Rodrigo: *uir bonus, iustus, strenuus, timens Deum***<sup>305</sup>

Como se disse, Rodrigo Jiménez de Rada opta por passar uma imagem distinta daquela que Lucas compusera sobre o conde Henrique. A maior parte da informação que Rodrigo inclui na sua obra sobre Henrique é, ainda assim, proveniente do texto do *tudense*. E, comparativamente com o relato de Lucas, a personagem do conde portugalense é referida menos vezes no texto de Rodrigo o que, pelo menos em parte, deve relacionar-se com o facto de que o prelado toledano encurta ainda mais o reinado de

---

<sup>304</sup> *CM*, IV, 75, p. 312.

<sup>305</sup> *DrH*, VII, V, p. 226.

Urraca na sua obra do que havia feito Lucas, sendo esse um período em que o conde assume grande protagonismo. As referências que Rodrigo faz ao conde são sempre ainda no reinado de Afonso VI, aliás. Ainda assim, Rodrigo inclui muito mais informação do que havia feito Lucas, algo que é recorrente em vários temas que ambos os prelados tratam.

O conde Henrique é apenas mencionado em dois capítulos da obra do *toledano*, um deles relativo à genealogia da casa real portuguesa. A outra menção, que surge antes no texto, é apenas na qualidade de esposo de Teresa, filha de Afonso VI, sendo uma passagem em tudo semelhante à que escrevera Lucas:

*(...) et ex eadem Semena Muninis genuit aliam filiam que Tharasia dicta fuit, quam duxit comes Henricus ex partibus Bisontinis congermanus Raymundi comitis patris imperatoris, ex qua suscepit idem Henricus Aldefonsum, qui fuit postea rex Portugalie*<sup>306</sup>.

Nesta passagem, o conde Henrique surge apenas como o esposo a quem Afonso VI deu a mão de sua filha, Teresa, bem como o pai do primeiro rei de Portugal. Não é, portanto, uma passagem que transmita muita informação. Para além daquela que Lucas já referira, Rodrigo acrescenta apenas dois dados biográficos relativamente importantes: o conde seria oriundo de Besançon e irmão do conde Raimundo, casado com a meia-irmã de Teresa e futura rainha de Leão e Castela, Urraca.

Quanto a essas duas informações, cabe referir que é conhecido suficientemente bem o percurso de ambos e as suas origens. Henrique e Raimundo não seriam irmãos, mas antes aparentados apenas por via de matrimónio entre as suas famílias, uma vez que a irmã de Raimundo teria casado com o irmão de Henrique<sup>307</sup>. Para além disso, a referência a Henrique como vindo de Besançon deve ser entendida como uma referência à proveniência borgonhesa do marido de Teresa, uma vez que Besançon era uma das cidades principais do ducado da Borgonha<sup>308</sup>.

A segunda passagem que se refere ao conde Henrique, embora não tendo o próprio como tema principal, aporta mais algumas informações, uma vez que Rodrigo

---

<sup>306</sup> *DrH*, VI, XX, p. 202.

<sup>307</sup> Uma síntese da ascendência familiar de Henrique e de Raimundo, bem como das ligações das suas casas às casas peninsulares pode ver-se em AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, p. 13-51.

<sup>308</sup> MATTOSO, José – *1096-1325*, p. 24.

Jiménez de Rada caracteriza a sua personalidade e refere algumas acções que levou a cabo enquanto conde portugalense:

*Verum comes Henrricus, de quo diximus quod Aldefonsus Tharasiam filiam ei dederat in uxorem, cum esset uir bonus, iustus, strenuus, timens Deum, cepit aliquantulum rebellare; non tamen subtraxit hominium toto tempore uite sue, set a finibus Portugalie eiecit, prout potuit, Agarenos, sibi iam specialem uendicans principatum. Hucusque etenim cum gente sua iuxta mandatum ad exercitum et ad curiam ueniebat, set benignitas, inmo negligencia Aldefonsi, tanquam consanguineo et affini improuide defferebat. Ipse uero Henrricus Viseo et Lameco et Portugali sedes restituit cathedrales, et a Toletano primate fuerunt earum episcopi consecrati. Conimbrie etiam eius tempore fuit Burdinus, de quo diximus, primus episcopus consecratus. Bracara etiam, que uariis uastationibus adhuc diruta permanebat, uigili studio restaurauit et per Bernardum Toletanum primatem fuit dignitati pristine restituta; in ea enim sanctum Giraldum Toletanum cantorem, de quo diximus, in archiepiscopum consecrauit. Comes autem Henrricus ad petitionem uxoris sue ciuitates singulis episcopis donationis titulo assignauit, preter Conimbriam, que apud eos tunc temporis ut urbis regia habebatur. Hic Henrricus genuit ex Tharasia Aldefonsum, qui mortuo patre successit in principatu et a principio dux Portugalie dicebatur<sup>309</sup>.*

Esta passagem, como se pode ver, está repleta de informação sobre o conde Henrique. Rodrigo começa desde logo por adjectivar a sua personalidade, referindo-se-lhe como *uir bonus, iustus, strenuus, timens Deum*. Para além da referência à *strenuitas*, que é um *topos* algo comum em Rodrigo, as referências à bondade, ao sentido de justiça e à religiosidade do conde são relativamente distintivas, embora sirvam no texto apenas como uma espécie de advertência com que Rodrigo introduz um ponto menos positivo. E esse ponto é a actuação do magnate portugalense sob moldes de grande autonomia.

Escreve então Rodrigo que Henrique teria começado a actuar por sua conta, atacando os muçulmanos a sul e reivindicando o principado portugalense para si. Embora o *toledano* faça questão de acrescentar que Henrique nunca atraíçoou Afonso VI e sempre se dirigiu a este quando convocado, a ideia que deixa passar é a de um monarca

---

<sup>309</sup> *DrH*, VII, V, p. 226.

ligeiramente negligente ao ponto do seu genro conseguir actuar de forma cada vez mais autónoma no condado. E, quanto a Henrique, de alguém que actua conscientemente no sentido de engrandecer o seu território e reafirmar o seu poder sobre o mesmo. No fundo, Rodrigo descreve aqui uma relação tipicamente feudal, tendo o vassalo que acorrer às convocatórias do seu soberano, mas não deixando nunca de procurar, dentro do seu próprio domínio, a actuação mais independente que lhe seja possível. Nada menos seria de esperar de alguém proveniente de uma das casas ducais mais importantes do reino francês.

Um outro aspecto interessante desta passagem prende-se com a afirmação de que Henrique teria restaurado as sés de Viseu, Porto e Lamego, bem como reconstruído Braga. Em todas estas acções, Rodrigo faz questão de referir Bernardo, arcebispo de Toledo (1085-1124/25), que seria o braço eclesiástico do reino e, por isso, do condado, e cuja autoridade Henrique respeitava – seguindo o relato do *toledano*. Aliás, o texto passa até a ideia de uma estreita colaboração entre ambos, porquanto a restauração de dioceses e a nomeação e consagração de bispos para as mesmas nunca poderiam ser acções levadas a cabo apenas e só pelo conde. Ao fazer isto, Rodrigo está mais uma vez a afirmar a primazia toledana ao nível peninsular, sobretudo em territórios que Braga disputava como seus sufragâneos – Lamego e Viseu, mas também Coimbra – e na própria diocese bracarense, uma vez que neste excerto S. Geraldo (1097/1099-1108) é consagrado pelo próprio Bernardo, em Braga.

Em relação a esta abordagem de Rodrigo à acção eclesiástica de Henrique, é preciso fazer notar alguns aspectos. Primeiramente, e seguindo a ordem do texto, Henrique é colocado a restabelecer as sés de Viseu, Lamego e Porto, tendo Bernardo de Toledo consagrado os respectivos bispos. Nesta parte, Rodrigo altera os dados, ao que tudo indica de forma propositada, uma vez que veicula informações erradas ou parcialmente falsas que têm o condão de enaltecer a posição da sua arquidiocese e do seu antecessor na mesma, Bernardo.

A diocese do Porto foi, de facto, provida de bispo entre 1112-1114, quando Hugo (1113-1136) se torna no primeiro prelado da diocese restaurada<sup>310</sup>. Já as dioceses de Lamego e Viseu<sup>311</sup> apenas receberiam bispo decorrida que era a década de 40 desse século XII, na sequência da conquista de Lisboa em 1147, e pela acção de Afonso Henriques, em colaboração com o enérgico arcebispo de Braga, João Peculiar (1138-1175)<sup>312</sup>.

Quanto ao caso portuense, é ainda importante referir que, tendo sido a diocese restaurada em 1112 – isto é, no ano em que Henrique viria a morrer – não é segura a posição do conde relativamente à escolha de Hugo. Se, por um lado, se pode ver na escolha do prelado franco, vindo de Compostela, uma reaproximação entre Urraca e o conde portugalense, no contexto dos confrontos entre esta e o rei aragonês<sup>313</sup>, por outro, não deixa de ser verdade que Henrique teria algumas dificuldades em aceitar a colocação de um tão próximo colaborador de Santiago de Compostela na diocese do Porto, tendo em conta os esforços que desenvolvera para recuperar a dignidade de Braga<sup>314</sup> e a oposição que a esta movia o prelado compostelano. Mais ainda, esta nomeação colocaria o Porto fora da órbita de Braga – como veio a suceder –, pondo assim em causa os esforços

---

<sup>310</sup> Existem alguns trabalhos que se referem a este processo. Veja-se, por todos, AMARAL, Luís Carlos – *A restauração da diocese do Porto....* Alguns contributos também em MARQUES, José – *As dioceses portuguesas até 1150*; AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, p. 285-287; e SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores...*, p. 7-11.

<sup>311</sup> Existiu uma restauração de Lamego e Viseu, ainda em 1071, por ocasião da nomeação de Pedro para a cátedra bracarense, também ela restaurada. Todavia, à morte do primeiro bispo de Lamego após a restauração, tanto esta diocese como a de Viseu foram colocadas sob a governação do bispo de Coimbra para assim colmatar os poucos rendimentos que essa diocese de fronteira apresentava. Só após a definitiva conquista de Lisboa, em 1147, seriam Viseu e Lamego providas de bispo próprio. Sobre esta questão veja-se MARQUES, José – *A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques...*, p. 27-70 (especialmente, p. 30-33) e a respectiva bibliografia elencada.

<sup>312</sup> Para uma análise referente às restaurações de Lamego, Viseu e, sobretudo, Lisboa, bem como as possíveis implicações que essas restaurações teriam nas relações Braga-Compostela, veja-se MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *A restauração das dioceses...*

<sup>313</sup> É essa a argumentação de Bernard F. Reilly: “In April and May of 1112, when Urraca was in Galicia organizing support for a counteroffensive against Alfonso of Aragón and working out a temporary alliance with Count Henry of Portugal, the canons Muño Alfónsez and Hugh of Santiago de Compostela were elected to the sees of Mondoñedo in Galicia and Oporto in Portugal, respectively (...). But there can be no doubt that the assent of Urraca and of Count Henry had to be secured to such an arrangement.” – REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 229-230.

<sup>314</sup> Uma síntese do processo da restauração dos direitos metropolíticos de Braga e do envolvimento do conde Henrique pode consultar-se em AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, p. 127-150. Sobre a arquidiocese de Braga no período em que governa o condado portugalense Henrique, consulte-se, de uma forma mais desenvolvida, AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento...*, p. 355-427.



conjuntos de Henrique e S. Geraldo para fazer coincidir a estrutura eclesiástica com a dimensão geopolítica do condado<sup>315</sup>.

O próprio envolvimento do conde na escolha é questionável, uma vez que todos estes acontecimentos sucedem no mês em que o borgonhês viria a falecer, Abril. Logo, é possível que a escolha de Hugo já não tenha sequer passado pelas mãos de Henrique<sup>316</sup>. O que se depreende da escolha de Hugo – tenha ou não a anuência do conde (ou posteriormente, da condessa Teresa) – é que se tratou de um fortalecimento da posição de Diego Gelmírez (1100-1140), bispo de Santiago de Compostela, e também da rainha Urraca<sup>317</sup>, no espaço do condado portugalense.

Por fim, ainda relativamente à restauração destas dioceses, Rodrigo menciona o papel de Bernardo de Toledo como tendo consagrado os bispos de Porto, Viseu e Lamego. Se quanto a Viseu e Lamego não existia sequer um bispo para consagrar, cabe também aqui referir que o bispo Hugo do Porto foi consagrado, juntamente com Munio, bispo de Mondonhede, por Maurício, arcebispo de Braga (1109-1118), metropolitano de ambos, nas proximidades de Pontevedra, em Março de 1113<sup>318</sup>.

Ainda antes de mencionar a actuação de Henrique relativamente a Braga, Rodrigo refere a consagração de Maurício ‘Burdino’ como bispo de Coimbra (1098-1109), designando-o como o “primeiro bispo de Coimbra”. Neste ponto, basta apenas lembrar que antes de Maurício tinha já existido um bispo de origens francófonas no comando

---

<sup>315</sup> Luís Carlos Amaral confere bastante relevo ao facto de ter existido “uma articulação muito estreita, e, em certos momentos, uma quase completa identificação, entre os interesses, as estratégias, os objectivos e as ambições dos prelados bracarense e os das várias chefias e mais destacados magnates portugalenses” (p. 356). Para além disso, refere ainda que a instalação “dos condes portugalenses garantiu à diocese um apoio do qual nunca desfrutara até aí, proporcionou-lhe também outros benefícios que não demoraram muito a manifestar-se, quer no engrandecimento do senhorio, quer no reforço do poder eclesiástico e senhorial dos arcebispos” (p. 356). Veja-se a análise que leva a cabo deste período em AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento...*, p. 355-417.

<sup>316</sup> Assim o indica Luís Carlos Amaral, ao referir que a escolha de Hugo teria sido levada a cabo “seguramente após o desaparecimento do conde D. Henrique” – AMARAL, Luís Carlos – *A restauração da diocese do Porto...*, p. 44.

<sup>317</sup> Bernard F. Reilly coloca a tónica no fortalecimento da posição de Urraca que a nomeação de Hugo representaria: “So much did the queen hold the upper hand that two canons of Santiago, Muño and Hugo, were elected to the sees of Mondoñedo and Oporto at that time” – REILLY, Bernard – *The Kingdom of León-Castile under Queen Urraca...*, p. 80.

<sup>318</sup> AMARAL, Luís Carlos – *A restauração da diocese do Porto...*, p. 44 e nota 49.

espiritual de Coimbra, nomeadamente Crescónio (1088-1098), isto depois da morte do bispo moçárabe, Paterno (1080-1088)<sup>319</sup>.

Quanto à referência que Rodrigo faz à restauração da diocese de Braga e o papel que nesse processo desempenhou Henrique, a questão é distinta. Rodrigo é conciso na informação que fornece no que diz respeito a Braga. Vale a pena recuperar as suas palavras:

*Bracara etiam, que uariis uastationibus adhuc diruta permanebat, uigili studio restaurauit et per Bernardum Toletanum primatem fuit dignitati pristinae restituta; in ea enim sanctum Giraldum Toletanum cantorem, de quo diximus, in archiepiscopum consecrauit*<sup>320</sup>.

Nesta passagem, Rodrigo começa por referir que Braga permanecia “destruída após sucessivos ataques”<sup>321</sup> à época da governação de Henrique, e que fora este, em conjunto com Bernardo de Toledo, que devolvera a sé bracarense “à sua primitiva dignidade”<sup>322</sup>, consagrando nela S. Geraldo. A referência aos sucessivos ataques pode ser entendida ora como uma relativamente longínqua recordação dos ataques muçulmanos, sobretudo os liderados por Almançor (978-1002), ora como uma quase tão longínqua referência às incursões normandas que infligiram graves danos em todo o Noroeste peninsular, ainda no início do século XI.

Todavia, o que realmente importa salientar desta passagem é o papel que Rodrigo confere a Henrique – e a Bernardo de Toledo – como restaurador de Braga. Neste ponto, Rodrigo parece esquecer – ou omitir – por completo a verdadeira data da restauração de Braga, 1071, e o seu primeiro bispo enquanto sé restaurada, Pedro (1071-1091)<sup>323</sup>. Este facto torna-se mais relevante quando se considera a data da restauração de Toledo, ou seja, quando se nota que esta cidade apenas fora conquistada aos muçulmanos em 1085 e que, portanto, vários anos antes de receber de novo a presença de um prelado, já Braga tinha um episcopado relativamente longo (Pedro desempenhava essas funções há 14 anos

---

<sup>319</sup> MARQUES, José – *As dioceses portuguesas até 1150*, p. 207. Este excerto é analisado no ponto 4.2.

<sup>320</sup> *DrH*, VII, V, p. 226.

<sup>321</sup> “(...) que uariis uastationibus adhuc diruta permanebat” – *DrH*, VII, V, p. 226.

<sup>322</sup> “(...) primatem fuit dignitati pristinae restituta” – *DrH*, VII, V, p. 226.

<sup>323</sup> Sobre a restauração de Braga e a actuação de Pedro consulte-se, por todos, COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro...* Um contributo mais recente para o governo deste prelado em AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento...*, p. 213-354.

quando a cidade do Tejo é tomada por Afonso VI). De uma forma subtil, ao mencionar Bernardo como restaurador da dignidade de Braga, Rodrigo encobria assim a antecedência de que Braga gozava quanto à sua restauração, mesmo que o percurso de Pedro tenha acabado por levar à sua deposição e à vacância da sé bracarense.

Esta leitura, no entanto, é mitigada pelas palavras que o *toledano* escolhe empregar no texto. Com efeito, Rodrigo faz alusão “à sua [da sé de Braga] primitiva dignidade”, parecendo com isto referir-se então não ao momento em que Braga foi restaurada como diocese – 1071 –, mas antes ao momento em que lhe viu serem reconhecidos os direitos metropolíticos de que usufruía outrora, sendo assim ‘verdadeiramente’ restaurada. Deste modo, Rodrigo fazia referência a um processo que ocorreu, de facto, sob os auspícios e direcção sobretudo de Bernardo de Toledo e de Afonso VI, tendo S. Geraldo sido, inclusivamente, consagrado em Sahagún pelo arcebispo toledano<sup>324</sup>.

De qualquer maneira, a forma como Rodrigo opta por registar essas informações, ignorando a data de 1071 e fazendo recair a importância do momento sobre Bernardo, é ilustrativa dos meios pelos quais o *toledano* vai compondo a sua narrativa imbuída de uma perspectiva que favorece as suas pretensões.

A última informação digna de registo que se encontra nesta passagem sobre Henrique prende-se com a entrega do senhorio das cidades sedes de bispado mencionadas aos respectivos bispos, algo que o conde teria feito a pedido de Teresa (que, acrescenta Rodrigo de forma significativa, tinha tratamento de rainha por ser filha de rei)<sup>325</sup>. Ora, esta é outra questão em que é necessário recorrer a dados históricos para avaliar a veracidade das palavras de Rodrigo.

Das dioceses enumeradas nesta passagem – Porto, Braga, Lamego, Viseu e Coimbra – já se fez alusão ao facto de Lamego e Viseu não terem sido providas de bispos até ao reinado de Afonso Henriques, pelo que não poderia ter ocorrido semelhante doação

---

<sup>324</sup> Para além da bibliografia citada na nota anterior, consulte-se ainda, no que toca à dupla questão da escolha de Geraldo e à restauração dos direitos metropolíticos de Braga, AMARAL, Luís Carlos – *A vinda de S. Geraldo...*, p. 157-192. Ver ainda, para o enquadramento desse processo no âmbito peninsular, AMARAL, Luís Carlos – *As sedes de Braga...*, p. 17-44.

<sup>325</sup> “Comes autem Henricus ad petitionem uxoris sue ciuitates singulis episcopis donationis titulo assignauit, preter Conimbriam, que apud eos tunc temporis ut urbis regia habebatur.” – *DrH*, VII, V, p. 226.

das cidades aos respectivos bispos. Restam, assim, Porto, Braga e Coimbra. Acresce que Rodrigo refere no texto que essas doações não incluíram a cidade de Coimbra, *que apud eos tunc temporis ut urbis regia habebatur*, isto é, “que aquelas gentes consideravam então como cidade régia”.

Deve colocar-se de parte a identificação que Rodrigo faz de Coimbra como cidade *regia* durante o governo do conde Henrique, uma vez que esta afirmação se deve entender como uma extrapolação por parte do *toledano* daquela que foi uma realidade apenas com Afonso Henriques e após 1131. Logo, retirando Coimbra, restam apenas as cidades de Braga e Porto como aquelas que poderiam ter sido entregues aos respectivos prelados. Para o caso do Porto, é conhecida a doação do burgo que faz Teresa a Hugo, já no ano de 1120, num contexto de tentativa de equilíbrio de poderes entre Teresa e Urraca que, como muitas outras questões neste período, extravasou o político e implicou o eclesiástico<sup>326</sup>. Todavia, como se percebe, o conde já nada poderia ter a ver com tal doação, uma vez que, como já se referiu, falecera em 1112.

Quanto a Braga, existe também a doação do seu senhorio ao bispo, no caso a Maurício ‘Burdino’, e esta foi, de facto, levada a cabo pelo conde Henrique que, juntamente com a sua esposa, a condessa Teresa, em 1112, doou o referido couto à sé de Braga<sup>327</sup>. De todas estas referências, parece que apenas a doação de Braga encontra nas palavras de Rodrigo e nos factos históricos alguma harmonia.

A análise desta passagem – que se alongou devido não só às muitas informações que Rodrigo transmite, mas também, e sobretudo, devido à necessidade de as contextualizar e apresentar a versão historicamente apurada – permite retirar alguns pontos de grande interesse quanto às motivações do prelado toledano ao escrever sobre o conde Henrique.

Primeiramente, deve salientar-se que, embora apenas refira o conde Henrique por duas vezes (ao contrário de Lucas, que o faz em quatro ocasiões), Rodrigo aporta muito mais informação sobre a figura em si do que o bispo tudense. Isto porque o *tudense* coloca

---

<sup>326</sup> Sobre a doação de Teresa veja-se SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores...*, p. 9-10. Veja-se ainda, sobre essa mesma doação e a posterior outorga do foral do Porto por parte de Hugo, COELHO, Maria Helena da Cruz – *O foral do Porto...*

<sup>327</sup> Sobre a doação do couto por parte dos condes ao arcebispo bracarense veja-se AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento...*, p. 437-440.

o foco em dois episódios negativos que atribui ao conde e apenas através deles, de forma indirecta, oferece uma caracterização de Henrique. Nunca adjectiva a personalidade do conde e muito menos o faz como Rodrigo, que se refere a Henrique em termos elogiosos.

Rodrigo opta por relatar a actuação do conde, referindo a sua intenção de combater os muçulmanos a sul, mas atribuindo muito mais valor à vertente eclesiástica da governação de Henrique. Neste momento, deve relembrar-se a hipótese levantada por Stéphanie Girardel<sup>328</sup>, que afirma ser possível Rodrigo ter-se baseado em textos portugueses para encontrar informação relativa a personagens deste espaço. Tendo em conta que os dados que Rodrigo refere relativamente à acção eclesiástica de Henrique não se encontram em Lucas de Tuy, o *toledano* teve que recorrer a outras fontes.

Uma análise dos textos portugueses que Stéphanie Girardel elenca<sup>329</sup> tornou-se, portanto, necessária. Esta, no entanto, revelou ser infrutífera, porquanto nos textos a que se refere a autora francesa não se encontram as informações referentes à actuação de Henrique. Tal como a própria indica<sup>330</sup>, existem algumas similitudes entre o *Chronicon Gothorum* e o *De rebus Hispanie*, nomeadamente em dois temas: a descendência de Afonso Henriques e a fundação de Santa Cruz de Coimbra. Porém, quanto a Henrique, as informações que Rodrigo transmite encontram-se apenas na *I Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, um texto que, ao que tudo indica, representa uma composição de vários elementos levada a cabo já no século XV, sendo, portanto, demasiado tardio<sup>331</sup>.

Sobre este tema, já Luís Filipe Lindley Cintra tinha escrito, em 1951, que “mais difícil é dizer que fontes manejou D. Rodrigo para a redacção dos capítulos primeiramente mencionados [os dois capítulos dedicados à genealogia dos reis de Portugal e aos feitos de Afonso Henriques e seus sucessores]. Não segue nenhuma versão dos *Annales portucalenses veteres* nem nenhum dos escassos textos latinos possivelmente anteriores

---

<sup>328</sup> Veja-se o capítulo 1.

<sup>329</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 182-183. São eles o *Chronicon Gothorum*, o *Chronicon Complutense*, o *Chronicon Conimbricense* (que divide em três) e o *Chronicon Lamacense*.

<sup>330</sup> GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L’Historia Gothica...*, p. 182.

<sup>331</sup> Sobre as *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* consulte-se o estudo introdutório à edição de CRUZ, António – *Anais, crónicas e memórias...* Veja-se ainda uma publicação mais recente: FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da – *Crónicas Breves e Memórias...* Na página 94 encontra-se o excerto referente à acção de Henrique na esfera eclesiástica.

à redacção da sua obra, que nos foram conservados. É possível que não tenha disposto de nenhum relato seguido – por muito rudimentar que fosse – dos primeiros reinados portugueses e que a ele próprio se deva a agrupação e concatenação, nos dois capítulos citados, de notícias soltas que lhe chegaram por diversas vias”<sup>332</sup>.

A análise em conjunto das passagens em que Lucas e Rodrigo se referem a Henrique permite, de certa forma, comprovar alguns aspectos que caracterizam ambos os prelados – e que foram mencionados anteriormente. Como se disse, em Lucas as acções com que Henrique é associado remetem claramente para uma caracterização de pendor anti-aristocrático, algo que é uma marca do texto do *tudense*, sobretudo relativamente à aristocracia castelhana, a quem Henrique aparece associado nas passagens que aludem à sua actuação<sup>333</sup>. Tendo em conta as poucas informações relativas ao conde, pouco mais passa do texto de Lucas. A forma como este narra os acontecimentos, mas sem procurar descrever a sua personalidade e/ou iniciativas levadas a cabo na qualidade de conde portugalense, leva a que Henrique surja apenas com uma faceta e essa é claramente negativa, como se viu.

Já no caso de Rodrigo, a sua abordagem à figura de Henrique demonstra, por um lado, uma defesa do papel do mesmo enquanto símbolo de um grupo social, ou seja, uma defesa da governação do reino sustentada na aristocracia, e, por outro lado, uma defesa – de forma indirecta – do papel de Toledo na esfera eclesiástica. Estas duas vertentes a que Rodrigo procura associar a figura de Henrique podem observar-se na mesma passagem. Ao relatar a actuação eclesiástica do conde portugalense, Rodrigo encontra-se simultaneamente a descrever o que considera ser uma actuação positiva de Henrique<sup>334</sup> naquilo que são as suas responsabilidades enquanto conde e, por outro lado, a afirmar

---

<sup>332</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – “Introdução”, in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, p. CCCLVIII-CCCLIX.

<sup>333</sup> Veja-se MIRANDA, José Carlos; OLIVEIRA, António Resende de – *Da «Historia Compostelana» ...*, p. 17-20 para uma análise à “apreciação muito negativa da conduta dos cavaleiros castelhanos” que Lucas leva a cabo e à associação que a estes faz da figura de Henrique.

<sup>334</sup> Embora Rodrigo refira que Henrique actuou de uma forma autónoma em relação a Afonso VI, o *toledano* imputa a responsabilidade dessa actuação ao próprio monarca e remete logo para uma caracterização positiva do governo do condado. Essa caracterização acaba por ir de encontro àqueles que seriam os objectivos de Afonso VI ao entregar o condado a Henrique e Teresa: organizar e defender o espaço do condado das ofensivas militares muçulmanas; reestruturar (e, por essa via, reforçar a introdução do rito romano) e revitalizar a Igreja portugalense. Nesse sentido, esta passagem na obra de Rodrigo é exemplar do papel que tem sido, desde há séculos, atribuído pela historiografia ao conde borgonhês.

mais uma vez o papel superlativo que no *De rebus Hispanie* atribui a Bernardo – e, desse modo, à arquidiocese de Toledo – sobre as dioceses do espaço portugalense.

Para obter esse efeito de uma caracterização positiva de Henrique, Rodrigo, como se referiu, opta por ‘silenciar’ as passagens que recebe de Lucas de Tuy. Não só não refere a actuação de Henrique durante o reinado de Urraca, como diminui ainda mais o reinado desta no seu relato. Este facto deve também relacionar-se com o ataque à aristocracia em que consiste a descrição de Lucas de Tuy sobre este período, algo que Rodrigo teria que minimizar. A figura do conde acabaria sempre por sair menorizada por esse silêncio a que, quer Lucas, quer Rodrigo, pretendem reduzir o reinado de Urraca, embora o façam por motivos distintos.

Do exposto compreende-se claramente que Henrique, mais do que uma figura a quem os prelados procuravam dar relevo e retratar historicamente, foi um instrumento para ambos veicularem as suas posições quanto à sociedade em que viviam e àquilo que consideravam ser a organização correcta da mesma. Para Lucas, o conde era um exemplo da má governação de Urraca, que se valeu dos seus conselhos, e por essa via apenas piorou a situação geral do reino que nem deveria governar. Ao mesmo tempo, o conde Henrique é também um exemplo da má conduta da aristocracia, que não hesitava em colocar o reino em guerra e alterar a sua fidelidade para conseguir obter os seus intentos.

Para Rodrigo, o conde borgonhês é uma oportunidade dupla: um exemplo do modelo adequado de gestão do reino, isto é, uma delegação de poderes por parte do monarca que encontra na aristocracia um fiel servidor, capaz de levar a cabo o plano para o espaço que lhe é confiado; e, ao mesmo tempo, um caso que o *toledano* poderia utilizar para reafirmar, ainda que de forma indirecta, o papel que entendia ser o da sua arquidiocese no contexto peninsular. Essa oportunidade indirecta era, no entanto, relevante para Rodrigo, uma vez que poderia assim vincular de alguma forma o poder político portugalense à primazia toledana e, por essa via, diminuir uma das grandes forças que apoiava a arquidiocese bracarense na sua contestação do papel de Toledo. Por outro

lado, podia ainda retirar alguma força ao argumento político que Braga também utilizava<sup>335</sup> para se recusar a uma posição subalterna em relação a Toledo.

#### 4.2. Maurício ‘Burdino’ no *De rebus Hispanie*

A figura de Maurício ‘Burdino’ encerra em si mais interesse do que aquele que até há bem pouco tempo a historiografia lhe reconhecia<sup>336</sup>. O seu percurso – desde a vinda para a Península Ibérica, a ascensão à sé de Coimbra, a posterior escolha para o arcebispado de Braga, as ligações à cúria pontifícia e, finalmente, a sua eleição como ‘antipapa’ Gregório VIII – é já de si justificativo do eventual interesse que os cronistas hispânicos poderiam ter em relatar semelhante trajetória<sup>337</sup>.

No caso das obras que aqui são objecto de estudo, porém, apenas Rodrigo Jiménez de Rada menciona a figura de Maurício – e não de forma positiva, como se verá. Para Lucas, o interesse num arcebispo bracarense transformado em ‘antipapa’ era reduzido; o percurso de Maurício não toca nenhum dos temas a que Lucas confere relevo especial ao longo da sua obra. Já quanto a Rodrigo, o interesse em Maurício surge não tanto pelo seu percurso, mas antes dentro da lógica, já tantas vezes referida, da defesa dos direitos de Toledo enquanto arquidiocese primacial da Hispânia<sup>338</sup>. Tal como quando opta por conferir bastante relevo aos concílios da Toledo visigótica, o que aqui norteia o discurso

---

<sup>335</sup> Em 1217, os representantes de Braga referiram em Roma que seria um escândalo em toda a Hispânia submeter Braga a Toledo, uma vez que isso representaria uma afirmação de submissão de Portugal face a Castela que ninguém iria compreender e acatar. Consulte-se, sobre a forma como estas questões eclesiásticas eram vistas do ponto de vista político, HENRIET, Patrick – *Political Struggle...*, p. 291-292. Sobre a argumentação de Braga em 1217, consulte-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 356-358.

<sup>336</sup> Uma análise recente à produção historiográfica em torno da figura de Maurício ‘Burdino’ pode encontrar-se em RENZI, Francesco – *Imperator Burdinum Hispanum Romanae ...*, p. 3-9. Agradeço a amabilidade do Doutor Francesco Renzi na cedência deste texto, atendendo a que ainda aguarda publicação.

<sup>337</sup> Deve ver-se nos trabalhos de Patrick Henriet e Francesco Renzi uma leitura da figura de Maurício mais adequada àquele que terá sido o seu verdadeiro peso nas questões em que se viu envolvido, nomeadamente já na fase romana do seu percurso (1117-1121). Nesse sentido, a interpretação que aqui se leva a cabo da relevância de Maurício no texto de Rodrigo Jiménez de Rada é devedora do enquadramento em que autores como os referidos colocam o prelado bracarense (veja-se também a bibliografia citada no trabalho de Francesco Renzi). Para uma perspectiva da historiografia tradicional sobre Maurício, vejam-se os estudos da autoria de ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)* e DAVID, Pierre – *L’énigme de Maurice Bourdin*, p. 441-501.

<sup>338</sup> Veja-se, quanto ao interesse de Rodrigo em Maurício, HENRIET, Patrick – *Political Struggle and the legitimation...*, p. 303-309.



do *toledano* é, sobretudo, a defesa da sua arquidiocese, nomeadamente no que diz respeito a Maurício, através da má imagem que este obtivera desde a sua morte um pouco por toda a Cristandade<sup>339</sup>.

Assim, através do ‘mau exemplo’ que constituía Maurício, Rodrigo relembra um arcebispo bracarense a quem o papado havia excomungado, vencido e capturado, isto depois de o seu percurso o ter levado a converter-se em ‘antipapa’. O alvo, é claro, mais do que o próprio Maurício, era Braga, grande adversária de Toledo quanto à questão primacial.

No relato de Rodrigo Jiménez de Rada, Maurício ‘Burdino’ é referido em dois capítulos apenas, mas um deles é-lhe totalmente dedicado. De resto, o *toledano* é uma das poucas fontes que aportam dados biográficos relevantes sobre a figura do prelado que viria a ser o ‘antipapa’ Gregório VIII<sup>340</sup>.

A primeira referência é desde logo esse capítulo inteiramente dedicado a Maurício<sup>341</sup>, que surge num contexto muito específico: Rodrigo refere-se à viagem que Bernardo, arcebispo de Toledo (1085-1124/25), empreendera pela Gália, recrutando vários clérigos virtuosos que viria a trazer para a sua cátedra e, posteriormente, a colocar em várias das dioceses do espaço ibérico. A própria descrição deste episódio tem que ser vista pelo significado que encerra, isto é, trata-se de mais uma afirmação da preponderância da arquidiocese toledana nos assuntos eclesiásticos hispânicos.

É dentro desta narração da viagem que Rodrigo passa a um novo capítulo onde se cinge ao percurso de Maurício. Esta explicação inicial demonstra desde logo a importância que para Rodrigo tem o arcebispo bracarense, importância essa que se destaca dos restantes prelados trazidos por Bernardo. Embora Rodrigo os vá

---

<sup>339</sup> Francesco Renzi analisa vários aspectos que sobressaem nos registos escritos (crónicas, documentos e outros) que sobreviveram dos séculos XII e XIII para encontrar informações sobre Maurício em regiões como “the Kingdom of France, Normandy, the Kingdom of England, Wales, Scotland, and Northern Italy” – RENZI, Francesco – *«Imperator Burdinum Hispanum Romanae...»*, p. 10. Veja-se as p. 10-15 para uma perspectiva dos diferentes registos em que esses textos colocam a acção de Maurício, sobretudo já na fase em que se encontra em Roma. Também HENRIET, Patrick – *Political Struggle and the legitimation...»,* p. 305-306, se refere à má imagem de Maurício por toda a Europa, em claro contraste com o que os registos portugueses recordaram do prelado (veja-se a p. 305, nota 63).

<sup>340</sup> O texto de Rodrigo e a crónica de Romualdo de Salerno são “two of the most detailed sources on his life and career” – RENZI, Francesco – *«Imperator Burdinum Hispanum Romanae...»*, p. 21.

<sup>341</sup> *DrH*, VI, XXVII, 210-212.

mencionando, nunca lhes dedica um capítulo nem analisa o seu percurso de perto, como faz com Maurício.

A análise deve iniciar-se pelo próprio título que Rodrigo confere ao capítulo, uma vez que o prelado toledano o designa da seguinte forma: *De scismate et depositione Bvrdini*<sup>342</sup>. É, portanto, uma antecipação do final ‘pecaminoso’ do prelado bracarense e, talvez, uma justificação à incursão que Rodrigo se presta a fazer, uma vez que se trata de um tema que o leva a afastar-se do fio condutor da narração.

Após o título, o *toledano* inclui algumas informações sobre o percurso de Maurício<sup>343</sup> (a sua origem – Limoges – e a sua progressão de arcediogo de Toledo até arcebispo de Braga) e oferece uma caracterização do prelado bracarense bastante directa: era astuto e dissimulado<sup>344</sup>. Logo de seguida, refere-se ao sobrenome “Burdino”, que seria de família, mas que Maurício queria ver alterado quando assumiu o bispado de Coimbra. Neste ponto, como demonstrou Francesco Renzi<sup>345</sup>, o texto de Rodrigo exhibe uma grande proximidade à crónica de Romualdo de Salerno, sendo que este episódio não encontra correspondência no que se conhece historicamente, isto é, que “Burdino” era um cognome malicioso aplicado a Maurício já na fase romana do seu percurso<sup>346</sup>.

Depois desta introdução, o próximo episódio que Rodrigo conta ainda dentro deste capítulo diz respeito a uma viagem que Maurício teria feito a Roma, aquando da eleição de Pascoal II (1099-1118), prometendo a esse novo pontífice uma grande quantia de

---

<sup>342</sup> *DrH*, VI, XXVII, 210.

<sup>343</sup> O percurso de Maurício é analisado por vários autores. Vejam-se os trabalhos mais recentes, nomeadamente VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Maurício, monge de Cluny...*, p. 128-134; RENZI, Francesco – «*Imperator Burdinum Hispanum Romanae...*», p. 5-6 e nota 16; RENZI, Francesco – *Dal Portogallo alla Terrasanta...*; HENRIET, Patrick – *Political Struggle and the legitimization...*, p. 303 e nota 56.

<sup>344</sup> “*Hic erat astutus et uersipellis*” – *DrH*, VI, XXVII, 210.

<sup>345</sup> Era já conhecida a familiaridade de Rodrigo com textos não-ibéricos. No caso da crónica de Romualdo de Salerno, já Carl Erdmann e Pierre David constataram a proximidade dos textos, embora não tenham aprofundado essa questão: ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*, p. 1 e 13. Francesco Renzi analisa alguns desses elementos comuns aos dois relatos: RENZI, Francesco – «*Imperator Burdinum Hispanum Romanae...*», p. 15-18.

<sup>346</sup> Aliás, as fontes portuguesas e castelhanas do período (exceptuando a *Historia Compostelana*) não se referem por uma vez ao prelado como “Burdino” – ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*, p. 54-55. Do mesmo modo, nem sequer a documentação pontifícia se refere a Maurício pelo “jocosos epíteto” – VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Maurício, monge de Cluny...*, p. 126 e nota 5. Veja-se ainda, para outras explicações quanto à origem do apelido “Burdino”, RENZI, Francesco – «*Imperator Burdinum Hispanum Romanae...*», p. 16 e a bibliografia citada na nota 69.

dinheiro caso lhe concedesse o arcebispado de Toledo, destituindo Bernardo, que o havia consagrado. Esta passagem é muito expressiva quanto às intenções do relato do *toledano*. Primeiro, cabe assinalar que para Rodrigo interessa relatar os pontos mais negativos e, portanto, Maurício, tendo sido eleito em 1099 para o bispado de Coimbra, teria ido logo a Roma encontrar-se com o novo papa, também ele eleito em 1099, para lhe propor a tal substituição. Rodrigo não inclui datas no seu relato, como aliás é típico nestes textos em que existe uma ausência de enquadramento cronológico rigoroso. Ainda assim, não mencionar datas ‘facilita’ também o trabalho do *toledano*, uma vez que lhe permite cosntruir os episódios da forma que lhe é mais conveniente e conceder uma unidade narrativa aos mesmos que, de outra forma, não poderiam ter.

Assim, Rodrigo descreve essa tentativa de favorecimento – incorrendo no pecado da simonia, diga-se. Ao referir-se ao cargo que Maurício pretendia – o do arcebispado de Toledo – Rodrigo faz questão de se referir a Bernardo e, mais uma vez, deixar escrito que este havia consagrado Maurício como bispo de Coimbra, o que, de forma indirecta, mais não é do que a afirmação da primazia toledana ou, pelo menos, da sujeição de Coimbra a Toledo<sup>347</sup>. O *toledano* não deixava escapar nenhuma oportunidade para lembrar um passado recente em que a sua sede tinha tido, de facto, muito mais poder *real* na gestão das dioceses hispânicas.

Porém, este episódio guarda ainda um outro aspecto em que se podem observar os métodos do arcebispo. Com efeito, o relato desta viagem de Maurício e a tentativa deste de subornar o papado encontra-se também em Romualdo de Salerno, que pode ter servido de fonte a Rodrigo (existe ainda a hipótese de ambos utilizarem um texto anterior

---

<sup>347</sup> A diocese de Coimbra encontrava-se historicamente sujeita à arquidiocese de Mérida. Fora S. Geraldo que, em 1103, conseguira do papado uma bula que colocava Coimbra sob a tutela da arquidiocese bracarense. Estas alterações levaram a disputas, ocorridas sobretudo no arquiépiscopado de Maurício (1109-1118), já que Bernardo de Toledo entendia ser à sua arquidiocese que se deveria sujeitar Coimbra (uma vez que Toledo detinha os direitos das dioceses ainda não restauradas, como era o caso de Mérida). Por seu turno, Maurício detinha a bula que conseguira S. Geraldo. Neste xadrez deve ainda incluir-se o bispo de Santiago de Compostela, Diego Gelmírez, uma vez que este procurava, junto do papado, obter os direitos metropolíticos de Braga (ou, posteriormente, Mérida, algo que sucederia em 1120). Cabe ainda referir que o sucessor de Maurício em Coimbra, Gonçalo Pais (1109-1128), procurou sempre libertar-se da tutela bracarense, sendo muito próximo do próprio arcebispo de Toledo, Bernardo, que, ao que tudo indica, o terá consagrado em Viseu. Para esta questão e as informações aqui referidas, veja-se a introdução que escreve Manuel Augusto Rodrigues à edição do *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, p. CLVIII-CLXXIV.

comum)<sup>348</sup>. Existem, contudo, várias diferenças entre os dois relatos, sendo que uma é particularmente reveladora: enquanto Romualdo coloca esse episódio após a morte de Bernardo, isto é, com a sé vacante, Rodrigo opta por descrever todo este incidente e referir de forma explícita que Bernardo se encontrava ainda vivo (algo que, atendendo à cronologia em que Rodrigo coloca o episódio, é verosímil). O que Maurício pedia a Pascoal II<sup>349</sup> não era um cargo vago, mas sim um cargo ocupado pelo prelado responsável pela sua vinda para a Península Ibérica e, em última análise, pelo cargo a que Maurício acabara de ascender (Coimbra, seguindo a cronologia de Rodrigo). Desta forma, o pedido que Maurício coloca perante Pascoal II é o da destituição de Bernardo; a imagem que Rodrigo passa do prelado conimbricense é ainda mais negativa.

Continuando a observação deste capítulo, é possível notar que o discurso de Rodrigo sente necessidade de uma certa cadência e, portanto, a recusa dessa oferta que Maurício fez a Pascoal II teria levado o prelado conimbricense a oferecer os seus serviços ao imperador germânico<sup>350</sup>. Aqui, Rodrigo passa do ano de 1099 para cerca de 1118, esquecendo-se de mencionar a acção de Maurício como bispo em Coimbra e até a sua elevação para a sede bracarense, que referira logo no início do capítulo. Também não menciona o papel importante que o arcebispo bracarense desempenharia como enviado do próprio papado à corte imperial germânica e que é nesse contexto que ocorre a mudança de lado<sup>351</sup>. Ou seja, a Rodrigo não interessaria tanto relatar a ascensão de

---

<sup>348</sup> Sobre a possibilidade de Rodrigo se basear no relato de Romualdo de Salerno ou num terceiro texto que serviu a ambos, bem como sobre o episódio da viagem de Maurício a Roma, veja-se RENZI, Francesco – *«Imperator Burdinum Hispanum Romanae...»*, p. 17-18 e notas 74 a 80.

<sup>349</sup> Deve notar-se também que a Pascoal II estava associada uma imagem de uma certa ‘ganância’ e preocupação com o dinheiro, algo que acaba por funcionar em favor do relato que Rodrigo leva a cabo e teria, à época, sido recebido como muito verosímil. Sobre Pascoal II, consulte-se, por todos, CANTARELLA, Glauco Maria – *Pasquale II e il suo tempo*.

<sup>350</sup> Rodrigo descreve esta passagem de lado de forma severa, apelidando o imperador de cismático e afirmando que Maurício se colocou ao dispor deste “para o que ele quisesse”: “Cumque eo tempore Ecclesia persecucione grauissima lederetur, eo quod imperator Otho [na verdade, o imperador era Henrique V] predictum Papam captum cum cardinalibus carceri mancipasset, idem Burdinus dolore pecunie stimulatus ad scismaticum imperatorem accessit eius famulatos se despondens” – *DrH*, VI, XXVII, 211.

<sup>351</sup> Maurício teve, ainda como arcebispo bracarense, um percurso muito positivo na cúria romana, conseguindo por várias vezes decisões papais que favoreciam os seus intentos. Um exemplo disso mesmo foi a bula de 1114, que finalmente removeu qualquer vestígio de subordinação de Braga a Toledo – ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal ...*, p. 20-28. A missão diplomática que este desempenhou junto do imperador germânico seria mais um reconhecimento, por parte do papado, das qualidades de Maurício como diplomata. Veja-se uma perspectiva geral em DAVID, Pierre – *L’énigme de Maurice Bourdin*, p. 441-501 (para o período romano do percurso de Maurício, p. 479-501). Sobre as bulas favoráveis a

Maurício, mas antes afirmar que, mal chegado a bispo (nem interessa de onde), este teria tentado ‘subornar’ o Papa e, falhando, acorrera logo ao outro lado, tornando-se ‘antipapa’.

A simplificação de processos/eventos a que Rodrigo se presta tem como objectivo concentrar a narrativa na personagem e nas suas más acções, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, o menor crédito possível. Maurício teria – ainda segundo o relato de Rodrigo – perdido o apoio imperial e, na sequência dessa reviravolta, acabaria prisioneiro de Calisto II (1119-1124). A narrativa volta logo de imediato a referir-se ao papel de Bernardo de Toledo como responsável pela vinda de vários clérigos para a Península que ajudariam as dioceses hispânicas a reerguerem-se<sup>352</sup>, terminando assim o capítulo.

Portanto, este capítulo aparece no contexto da obra quase como um simples complemento. Todavia, não deixa de ser revelador. Maurício era uma figura perigosa, cuja memória ainda se encontrava viva no século XIII<sup>353</sup>. Recordar as suas acções era recordar o erro, o passado desonroso de Braga, ainda que a arquidiocese bracarense não seja explicitamente referida nesta passagem mais do que uma vez. Todavia, a sua associação à figura de Maurício fica expressa logo no início do capítulo (quase de forma desinteressada, poder-se-ia dizer, por parte de Rodrigo, mas suficientemente clara para permanecer colada a imagem do prelado à da sede arquiépiscopal que ocupou).

A outra passagem na obra de Rodrigo Jiménez de Rada que aborda a personagem de Maurício ‘Burdino’ prende-se com a sua eleição – ou melhor, consagração – como bispo de Coimbra, aquando do idêntico processo de S. Geraldo para Braga. Neste excerto, o interesse não está tanto em Maurício. Aliás, este é apenas referido de passagem. Há uma

---

Maurício enquanto prelado conimbricense, veja-se VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Maurício, monge de Cluny...*, p.130. Sobre a actuação de Maurício como arcebispo de Braga e a situação da arquidiocese durante o seu governo da mesma, veja-se AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento...*, p. 417-447. Veja-se ainda, sobre a passagem de Maurício para o lado do imperador Henrique V, RENZI, Francesco – *«Imperator Burdinum Hispanum Romanae...*, p. 5.

<sup>352</sup> Esta passagem deve ser tomada com cautela, uma vez que, como refere Patrick Henriët, o relato da colocação dos vários clérigos que teriam vindo com Bernardo desde França nas várias dioceses hispânicas não deve ser aceite como “historical fact: it is, above all, a construction, based on facts more than a century old, that gave Toledo a central spot in the ecclesiastical map”. Consulte-se HENRIËT, Patrick – *Political Struggle and the legitimization...*, p. 304-305.

<sup>353</sup> Francesco Renzi conseguiu, até ao momento, identificar 84 textos europeus que se referem à figura de Maurício ‘Burdino’, todos eles dos séculos XII-XIII. Não só a sua memória permaneceu viva, como foi propositadamente lembrada pelo papado, por exemplo, em vitrais comemorativos em Latrão. No século XV, ainda a sua figura era incluída em tratados sobre o cisma. Veja-se RENZI, Francesco – *«Imperator Burdinum Hispanum Romanae...*, p. 10 (sobre os textos europeus que se referem a Maurício), e p. 14 e notas 51,52 e 57 (para os vitrais e o tratado do século XV).

clara associação da figura do conde Henrique à de Bernardo de Toledo, como se se quisesse deixar o leitor perceber que mesmo quando existia já um condado portugalense, a autoridade de Bernardo como primaz continuava a ser reconhecida.

Refere então Rodrigo que Henrique restaurou as dioceses do Porto, Viseu e Lamego e que Bernardo consagrou os respectivos bispos em todas elas. Para além disso, o arcebispo de Toledo teria também consagrado Maurício como primeiro bispo de Coimbra e restaurado, “com notável interesse”<sup>354</sup>, a diocese de Braga, ainda em ruínas, colocando na sua cátedra S. Geraldo.

Apesar de breve, existe, como se vê, uma nova referência à consagração de Maurício em Coimbra por Bernardo de Toledo, reforçando assim a ideia da hierarquia eclesiástica que Rodrigo passa ao longo de toda a obra e, no caso, da sujeição de Coimbra a Toledo (e não a Braga).

Claro que, na construção do texto, Rodrigo passa por cima de vários aspectos que não lhe permitiriam uma linearidade tão restritiva no relato. Não menciona a restauração ‘verdadeira’ de Braga, por volta de 1071, nem tão pouco o primeiro bispo, Pedro (1071-1091)<sup>355</sup>. Também não menciona a oposição que lhe foi movida por Braga, quase desde a sua restauração, e sem dúvida já com S. Geraldo como arcebispo<sup>356</sup>, nomeadamente em questões como a primazia ou a sujeição de dioceses como sufragâneas de Braga ou Toledo (o exemplo de Coimbra).

O que estas passagens permitem compreender é que, à semelhança de Lucas, Rodrigo simplifica o discurso, optando muitas vezes por passar no texto uma versão da história que favorece particularmente as suas pretensões. Maurício apresentava-se como

---

<sup>354</sup> “Bracaram etiam, que uariis uastationibus adhuc diruta permanebat, uigili studio restaurauit” – *DrH*, VII, V, 226.

<sup>355</sup> Sobre o bispo Pedro de Braga, veja-se COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro...* Um contributo mais recente para o governo deste prelado em AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento...*, p. 213-354.

<sup>356</sup> Neste ponto deve dizer-se que tal oposição decorreria sempre da perseguição, em Roma, da restauração dos direitos metropolíticos da sé bracarense e da subjugação à mesma de dioceses a sul do Douro. Tanto Pedro como Geraldo, seu sucessor, procuraram conseguir essa restituição. Todavia, a oposição a Toledo que essa trajectória implicava não significa que, por exemplo, Bernardo tenha, por sua vez, sido um opositor da restauração desses direitos. No xadrez político-eclesiástico peninsular, a restauração dos direitos de Braga foi vista pelo prelado toledano, naquele momento, como uma forma de ferir Santiago de Compostela e equilibrar um pouco a balança, potenciando conflitos entre Santiago e Braga que refreavam o ímpeto de Santiago e concediam alguma margem de manobra a Toledo. Veja-se AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, p. 136-144.

um episódio da arquidiocese bracarense que Rodrigo não podia deixar esquecer, na tentativa de enfraquecer a posição de Braga face a Toledo. Tal como fizera no IV Concílio de Latrão, em 1215, Rodrigo evocou a memória de Maurício para ferir as posições de Braga<sup>357</sup>. Ainda assim, talvez lembrado da resposta que Braga dera na altura<sup>358</sup>, Rodrigo optou por não dirigir um ataque tão violento e tão claramente direcionado à diocese bracarense (para além de Maurício, claro), como havia feito em 1215.

---

<sup>357</sup> Para uma revisão do IV Concílio de Latrão, nomeadamente da prestação de Rodrigo Jiménez de Rada, da contra-argumentação de Braga e das consequências do mesmo, veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 352-360. Peter Feige sugere que Rodrigo levantou essa questão no concílio por forma a conseguir, em troca da submissão de Braga, Tarragona e Compostela (que sabia ser improvável), a submissão de Sevilha quando esta fosse reconquistada, anulando assim uma grande ameaça à preponderância de Toledo dentro do próprio reino de Castela. De facto, Honório II viria a conceder essa submissão. Veja-se essa leitura das motivações de Rodrigo no IV Concílio de Latrão em FEIGE, Peter – *La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga*, p. 132.

<sup>358</sup> Perante a argumentação de que Maurício seria um ariano a quem Braga dera guarida, Estevão Soares da Silva, arcebispo de Braga entre 1213 e 1228, relembrou ao arcebispo de Toledo (e à assistência do concílio) o seu antecessor, Oppas, responsável pela “perda da Hispânia”, em 711. Sobre este assunto, veja-se LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, p. 412. Mais tarde, em 1217, novamente os representantes de Braga iriam argumentar contra a primazia toledana em Roma, recordando para isso argumentos como os da antiguidade e, sobretudo, o argumento de que a primazia que Urbano II havia ‘restaurado’ a Toledo nunca poderia ter sido restaurada uma vez que não existira no período visigótico.

## Capítulo 5 – Narrativas do reino português (séc. XII-XIII)

### 5.1. Afonso Henriques e a casa real portuguesa

A figura do primeiro rei de Portugal terá sempre, como seria de esperar, um papel central em qualquer texto que se refira, de forma mais directa ou não, à emergência do reino. Essa ideia sai reforçada quando as duas obras analisadas enveredam por uma perspetiva que é, pelo menos de forma parcial, devedora de uma concepção unitária do espaço ibérico, sob a figura do império<sup>359</sup>. Tal perspectiva teria que lidar necessariamente com os feitos de Afonso Henriques e apresentar o mesmo de uma forma muito particular. Nesse sentido, perceber como os dois autores viam o papel de Portugal – a sua legitimidade, o seu enquadramento no quadro político ibérico – passa em grande medida pelas suas afirmações sobre aquele que, no fim de contas, foi o expoente máximo da nova realidade política que se traduziu na emergência de um reino no extremo ocidente da Península, fora da órbita dos monarcas de Leão.

Deve fazer-se notar, de antemão, que a figura de Afonso Henriques<sup>360</sup> não goza de idêntico protagonismo em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada. Com efeito, se no texto do arcebispo de Toledo as principais informações sobre o reino de Portugal têm

---

<sup>359</sup> A unidade que os dois cronistas admitem para o espaço peninsular advém de vários factores, sendo que ambos parecem preferir uma estrutura política do tipo imperial, uma vez que essa seria capaz de unir todo o espaço peninsular. A isto acresce a sua condição de clérigos, já que a nível teórico existia alguma identificação entre a questão imperial e a questão primacial que ambos (mas sobretudo Rodrigo) não poderiam deixar de considerar de extrema importância (tendo em conta a sua identificação plena com a reforma eclesiástica levada a cabo nos séculos XI e XII, que estipulava precisamente um forte sentido de hierarquização da Igreja). A imposição de uma sede primacial na Península dependia da imposição de um poder político forte, algo que já se tornara claro no século XIII. Sobre a questão da primazia ao longo dos séculos XI a XII (e a posição dos respectivos papas e arcebispos de Toledo), veja-se FEIGE, Peter – *La primacia de Toledo y la libertad...* A questão do ideal imperial na Península Ibérica é complexa, mas, no campo da realidade política, parece nunca ter sido capaz de se impor. Existe bibliografia vasta sobre a temática. Para uma perspetiva do império como um ideal sem aplicação prática, veja-se HENRIET, Patrick – *Political Struggle and the legitimation...*, p. 292 e nota 6. Do mesmo modo, mas relacionando a ideia imperial com a ideia eclesiástica da primazia da Hispânia, FEIGE, Peter – *La primacia de Toledo y la libertad...*, p. 61-64. Para uma perspetiva ligeiramente distinta, segundo a qual existiu uma noção institucional de império que não se pôde concretizar politicamente, veja-se ALVAREZ PALENZUELA, Vicente Angel – *Nacimiento de Portugal en el ámbito del Imperio Hispánico*. Por fim, José Mattoso pronunciou-se por várias vezes em concreto sobre a aplicação do ideal imperial e as implicações do mesmo quanto à figura (e autoridade) de Afonso Henriques. Veja-se, entre outros, MATTOSO, José – *A formação de Portugal...*, p. 69-70; MATTOSO, José – *A realeza de Afonso Henriques*; MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques* (sobretudo p. 98-104).

<sup>360</sup> Sobre Afonso Henriques existe imensa bibliografia. Remete-se aqui para a biografia mais autorizada do primeiro monarca português, a saber, MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*.



como eixo central Afonso Henriques – quer no que toca às informações de ordem genealógica, quer no que toca às muitas referências a conquistas militares ou actos de governação –, já o texto do prelado tudense confere menos relevo ao filho dos condes Henrique e Teresa.

Os episódios em torno dos quais Lucas e Rodrigo constroem a figura de Afonso Henriques por vezes coincidem, como é o caso dos relatos de Badajoz e Santarém, muito próximos em ambos os textos, mas também a referência à ascendência do monarca português e o relato do casamento de uma filha sua com Fernando II de Leão. Todavia, Rodrigo Jiménez de Rada aporta algumas contribuições distintas, uma vez que não se limita a incluir na sua obra os episódios que recolhe de Lucas (e que acabaram de ser referidos), mas acrescenta outras informações, nomeadamente de carácter genealógico.

Para além desses acréscimos, Rodrigo vai também optar, de forma significativa, por não incluir certos pontos da narração de Lucas. Um deles, embora seja apenas a supressão de uma frase, acaba por ser bastante revelador de uma das principais diferenças entre os dois prelados hispânicos. Esse ponto prende-se com a possível posição de submissão de Afonso Henriques a Leão (na figura de Fernando II) e gera, nos autores, formas distintas de registar esse momento, tendo em conta as suas posições quanto ao tema, como se verá. No cômputo geral, as alterações que Rodrigo promove pretendem equilibrar um pouco mais a balança entre os dois monarcas, salvaguardando também a posição de Afonso VIII de Castela na sua menoridade, uma vez que Lucas, como se irá fazer notar, deixa transparecer no seu texto uma grande preponderância de Fernando II à escala peninsular.

### **5.1.1. O *Chronicon Mundi* e a ‘fragilidade’ de Afonso Henriques**

José Carlos Miranda refere que “em nenhum texto estas figuras [Henrique, Teresa e Afonso Henriques], com particular realce para D. Henrique e para o seu filho, adquirem a visibilidade que ostentam no *Chronicon Mundi* da autoria de D. Lucas, bispo de Tuy”<sup>361</sup>. Se no caso do conde Henrique esta visibilidade na obra se verifica, a verdade é que quando se compara a informação que Lucas inclui sobre Afonso Henriques com a que Rodrigo

---

<sup>361</sup> MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 8.

veicula, compreende-se que o arcebispo de Toledo acaba por diversificar as temáticas que dizem respeito ao reino português e, sobretudo, apresentar mais do que uma perspectiva sobre o monarca português.

Porém, é também verdade que, tanto quanto se sabe<sup>362</sup>, Lucas é a fonte a quem Rodrigo vai buscar a grande maioria da informação relativa aos episódios mais significativos que se prendem com Afonso Henriques, nomeadamente a referência à sua ascendência; a passagem sobre o casamento da sua filha, Urraca, com Fernando II; o ‘desastre’ de Badajoz e o cerco de Santarém. Os pontos que Rodrigo teria ‘acrescentado’ são também reveladores da sua sensibilidade e interesses – as informações sobre a genealogia dos reis portugueses e ainda sobre as conquistas que estes levaram a cabo, bem como alguns aspectos da sua governação. De qualquer forma, impõe-se uma análise de conjunto ao espaço que ambos consagram na sua obra a Afonso Henriques, começando naturalmente com o texto do *tudense*, que precede em alguns anos o do seu congénere toledano.

O primeiro momento em que Lucas se refere a Afonso Henriques é numa passagem em tudo semelhante ao que viria a escrever o *toledano*. Versa a ascendência do primeiro rei de Portugal e, tal como na narrativa de Rodrigo, Lucas enuncia a figura de Afonso Henriques já como rei, sem qualquer referência a uma possível ilegitimidade do título:

*Habuit etiam rex Adefonsus ex predicta Xemenia Munionis filiam nomine Tharasiam, uxorem comitis Enrrici, et Enrricus genuit ex ea Vrracam, Gelayram et Adefonsum, qui fuit rex Portugalensium*<sup>363</sup>.

Neste ponto, convém recordar mais uma vez as palavras de José Carlos Miranda, que nota que o bispo tudense reconhece, sobretudo, como princípio legitimador, “o da continuidade do império cristão e visigótico, ao qual submete o princípio dinástico”<sup>364</sup>. Neste sentido, o estatuto real de Afonso Henriques não estava necessariamente em questão, uma vez que este descendia por via materna de Afonso VI (1072-1109). Também a ostentação do título régio não colocava em questão a superioridade do império a que Afonso VII (1126-1157) se arrogava o direito de constituir e que era personificado, no

---

<sup>362</sup> A dependência de Rodrigo face a Lucas já foi abordada no capítulo 1. Para lá se remete.

<sup>363</sup> CM, IV, 69, 303.

<sup>364</sup> MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 9.

tempo de Lucas (e na sua concepção política)<sup>365</sup>, por Fernando III de Leão e Castela (1217/1230-1252) após a reunião dos dois reinos sob a sua autoridade, em 1230.

De resto, Rodrigo acabaria por ir ao encontro do que refere Lucas, ou seja, nenhum dos dois prelados levanta qualquer dúvida quanto à legitimidade de Afonso Henriques. Porém, enquanto Lucas enquadra essa questão tendo em conta a sua concepção política imperial em que os reis de Leão são os continuadores do reino visigodo, Rodrigo Jiménez de Rada apresenta uma visão distinta, uma vez que não adere à corrente que defende a continuidade dinástica entre o reino visigodo e o reino de Leão<sup>366</sup>. Para Lucas, portanto, o estatuto de Afonso Henriques advinha principalmente do facto de este ser neto de Afonso VI, sendo que as qualidades guerreiras do primeiro monarca português – a *strenuitas* – não adquirem no relato do bispo tudense um peso tão grande quanto aquele que viriam a ter na obra do *toledano*, embora sejam também constitutivas da sua dignidade.

Em concreto no caso português, a visão da sociedade que Rodrigo explana liga-se com a transmissão dos direitos sobre o território de pai para filho, ou seja, de Henrique para Afonso Henriques (tendo o primeiro recebido tais direitos do avô de Afonso Henriques). “Esse vínculo pai-filho”, privilegiado “em detrimento da herança por via feminina”, é-o devido à “afirmação do princípio da legitimidade pessoal adquirida no ato guerreiro da conquista. A imposição deste princípio, no qual as mulheres cabem definitivamente mal, teve lugar um pouco por toda a Europa”<sup>367</sup> ao longo do século XII. Para o arcebispo de Toledo, o “princípio da legitimidade pessoal adquirida no ato guerreiro da conquista” é de extraordinária importância, como se vê pelo peso que tem, no seu discurso, a virtude da *strenuitas*<sup>368</sup>, com a qual caracteriza vários monarcas (incluindo, é claro, Afonso Henriques, mas também Sancho I, por exemplo). Assim, o

---

<sup>365</sup> MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 9.

<sup>366</sup> FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introducción”, p. 48.

<sup>367</sup> MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 25.

<sup>368</sup> Sobre a *strenuitas* e a sua caracterização na cronística dos séculos XII e XIII como a virtude central da governação, veja-se RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – *Rex strenuus valde litteratus...*, p. 33-57. Sobre a caracterização de Afonso Henriques como *strenuus*, veja-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 55. Da mesma forma, sobre a faceta guerreira em Sancho I, veja-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 193-195.

estatuto que Afonso Henriques teria por ser descendente de Afonso VI só se confirma verdadeiramente quando este o comprova em várias ocasiões no campo de batalha.

Como refere José Mattoso, “é precisamente o sucesso de Afonso Henriques nesta guerra [contra os muçulmanos] aquilo que o impõe como o detentor de um carisma que o faz, apesar da ilegitimidade da sua mãe, um digno sucessor de Afonso VI. Que o faz, portanto, mais do que um simples caudilho ou chefe de um séquito, mas aquele que revela a sua *nobilitas*, a força peculiar do sangue que lhe corre nas veias pela sua *strenuitas*, a sua coragem, a sua persistência, a capacidade para ser um instrumento de Deus. Só isso o torna digno de cingir a coroa de rei. Por isso ninguém se opõe a que use o respectivo título, nem mesmo o Imperador Afonso VII”<sup>369</sup>.

Pode ver-se, portanto, como Lucas e Rodrigo, embora por caminhos distintos, acabam por reconhecer o estatuto real de Afonso Henriques, como reconheciam e reconheceriam aos soberanos de Navarra e Aragão naquilo que era, no fundo, uma miríade de *senhores* sob a figura teórica e retórica do império hispânico<sup>370</sup>.

A segunda vez que Afonso Henriques protagoniza o relato de Lucas é já aquando do casamento da sua filha Urraca com Fernando II de Leão (1157-1188). Existe uma grande similitude desta passagem com a que Rodrigo consagra ao mesmo evento na sua obra. Escreve Lucas:

*Hic piissimus rex Fernandus accepit filiam Adefonsi regis Portugalie nomine Vrracam, ex qua suscepit filium Adefonsum. Sed iste rex Portugalie Adefonsus filius fuit comitis Enrrici et Tharasie, filie regis Adefonsi. Qui Adefonsus filius comitis Enrrici fecit se regem Portugalie uocari, et quia strenuus fuit armis et bellicosus, ampliavit terram suam, partim de nouo populando, partim Sarracenos occidendo et ab eis municipia capta muniendo et retinendo magnum sibi nomen adquisiuit, quia contra Christianos et Sarracenos fortissime decertauit. Huius filiam, ut dictum est, rex Fernandus accepit coniugem, ut eius posset habere auxilia contra impetus aduersancium*<sup>371</sup>.

---

<sup>369</sup> MATTOSO, José – *A formação de Portugal...*, p. 66.

<sup>370</sup> Esta perspectiva encontra-se muito bem fundamentada no trabalho de MARAVALL, José António – *El concepto de reino...*, especialmente na p. 115, onde o autor refere que a tradição de pluralidade de reis, ao mesmo tempo que se mantinha uma ideia de unidade hispânica superior a todos eles, era uma característica política peninsular.

<sup>371</sup> CM, IV, 79, 317.

O tema central da passagem é o casamento de Fernando II de Leão com Urraca, filha de Afonso Henriques. Porém, o *tudense* dispensa algumas linhas ao pai da rainha, quase em jeito de justificação de tal escolha por parte do monarca leonês, tendo obviamente que, nessa lógica, tecer um comentário elogioso para com Afonso Henriques. É bastante comum este tipo de caracterizações pessoais inseridas em momentos como este, tanto no relato de Lucas, como no de Rodrigo.

Dentro dessa lógica, é interessante observar quais os aspectos que, no entender do bispo tudense, devem ser mencionados. A ascendência do monarca português é o primeiro ponto, referindo Lucas não apenas os pais de Afonso Henriques, os condes portugalenses, mas ainda o facto de, por via materna, o monarca português ser neto de Afonso VI de Leão e Castela<sup>372</sup>. Depois, Lucas menciona que Afonso Henriques se fez chamar rei de Portugal<sup>373</sup> e caracteriza-o como *strenuus fuit armis et bellicosus*, indicando a sua estratégia para aumentar os seus domínios: em parte povoando o território, em parte fazendo a guerra aos ‘sarracenos’. Foi assim, acrescenta Lucas, que Afonso Henriques conseguiu o seu nome – *sibi nomen adquisiuit*. Como refere José Mattoso, desta forma Lucas de Tuy “pretende relacionar o título de rei [de Afonso Henriques] com os sucessos guerreiros”<sup>374</sup>.

Por fim, Lucas dá a entender que o matrimónio não foi fruto da vontade expressa de Fernando II, mas antes de uma conjuntura em que este se encontrava necessitado do apoio do monarca português – ou, melhor dizendo, de neutralizar a ameaça que Afonso Henriques poderia representar. Este ponto deve ligar-se com as pretensões de Fernando II em Castela para obter o trono que a morte do seu irmão, Sancho III (1158), havia deixado a Afonso VIII (1158-1214), ainda criança, e a necessidade de concentrar esforços nessa sua investida. Esta, por sua vez, poderia deixar o reino desprotegido a ocidente,

---

<sup>372</sup> Esta recordação da ligação de Afonso Henriques a Afonso VI era algo de que o próprio rei português procurava manter uma memória viva, como se pode ver em alguns dos documentos da sua chancelaria.

<sup>373</sup> Consulte-se a análise que faz José Mattoso das informações que os vários testemunhos escritos deixaram da alteração do título por parte de Afonso Henriques: MATTOSO, José – *A realeza de Afonso Henriques*, p. 217-219; MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 123.

<sup>374</sup> MATTOSO, José – *A realeza de Afonso Henriques*, p. 217.

onde são conhecidos os interesses (e ataques) do monarca português, nomeadamente na região de Límia e Toronho, bem como na zona de Cidade Rodrigo<sup>375</sup>.

A terceira menção a Afonso Henriques na obra do *tudense* é também ela relativa ao período em que reinava em Leão Fernando II. Trata-se de uma passagem extensa, que condensa os episódios em torno de Badajoz (1169), Cidade Rodrigo (1179) e Santarém (1184), tal como acontece no discurso de Rodrigo Jiménez de Rada que, aliás, ao que tudo indica, segue de maneira muito próxima o relato de Lucas neste ponto. A extensão da passagem<sup>376</sup> revela a importância que este episódio detém no relato do *tudense*, pese embora a aparente ‘confusão’ que existe nas datas e ordem dos eventos. A título de exemplo, Lucas coloca o Infante Sancho a atacar Cidade Rodrigo antes de Afonso Henriques ocupar Límia e Toronho, ou seja, algures no início da década de 1160, o que seria manifestamente impossível, uma vez que Sancho nascera em 1154 e muito dificilmente lideraria um exército antes de cumprir pelo menos 14 anos, a idade mais habitual para a iniciação na vida adulta. O ataque de Sancho a que Lucas se refere ocorreu em 1179.

Contudo, a ordenação dos eventos que Lucas faz tem uma lógica própria. E essa lógica obedece ao interesse com que o leonês narra estes episódios de Cidade Rodrigo, Badajoz e Santarém. Como refere José Carlos Miranda quando compara o texto do *tudense* com uma crónica portuguesa que se baseia no seu relato (a *PCP*), ambos os textos partilham “uma identidade de processos, que consiste em omitir circunstâncias e personagens, em fundir momentos históricos diversos num só, no atropelo da cronologia histórica e, sobretudo, na afirmação de propósitos que têm menos em vista produzir um retrato exaustivo do conjunto dos sucessos históricos, do que assumir um determinado ponto-de-vista sobre eles”<sup>377</sup>. A descrição destes episódios, bem como a sua confrontação com o que foi historicamente apurado, permitirá compreender esse ponto de vista.

---

<sup>375</sup> Para o contexto do interesse português nas zonas de fronteira norte e leste com Leão e um enquadramento cronológico destes conflitos (bem como uma alusão à importância estratégica de Cidade Rodrigo), consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 210-214. Veja-se ainda a análise à estratégia de Fernando II para a zona de Cidade Rodrigo, bem como a respectiva reação portuguesa em BARROS, Amândio Jorge Morais; TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la – *Nas origens de Ciudad Rodrigo*.

<sup>376</sup> Esta passagem encontra-se nas páginas 318 a 320 da edição de Emma Falque – *CM*, IV, 80-81, 318-320.

<sup>377</sup> MIRANDA, J. C.; OLIVEIRA, A.O. – *Da «Historia Compostelana» ...*, p. 21.

Lucas começa por referir que Afonso Henriques se teria insurgido contra Fernando II, enviando Sancho, ainda infante<sup>378</sup>, para atacar Cidade Rodrigo. Os exércitos do rei leonês acabariam por levar de vencida os portugueses, na batalha de “Arganal”, facto que Lucas também menciona<sup>379</sup>. De seguida, o prelado relata a ocupação de Límia e Toronho por parte de Afonso Henriques, que procurava assim continuar a ofensiva contra o monarca leonês. Daí, Lucas passa imediatamente para a narração do episódio de Badajoz.

Contudo, antes de continuar com a descrição do episódio é necessário enquadrar o que até aqui foi dito, nomeadamente quanto à importância do que até este ponto Lucas relata. As constantes disputas entre os monarcas português e leonês em torno de possessões nas regiões limítrofes dos seus reinos devem ser entendidas, por um lado, como uma tentativa de assegurar o domínio de territórios cuja lealdade era pouco clara e, por outro lado, como ‘escaramuças’ que procuravam actuar como “uma forma de pressão para conseguir acordos vantajosos”<sup>380</sup>. De resto, é no seguimento de ofensivas de Afonso Henriques que o acordo para o casamento de uma filha sua com o monarca leonês é estabelecido, fazendo assim sentido a descrição desse matrimónio que Lucas leva a cabo.

No caso dos condados de Límia e Toronho, são conhecidos os interesses do primeiro monarca português na região, sendo que a procura de afirmar a sua soberania nessas zonas é uma das linhas que marca grande parte do reinado de Afonso Henriques até Badajoz, precisamente<sup>381</sup>. Embora José Mattoso distinga duas fases desse interesse na região a

---

<sup>378</sup> É significativo o pequeno aparte que Lucas dedica a Sancho neste momento: “(...) misit filium suum regem Sancium, quem sibi regni constituerat successorem”. Segundo José Mattoso, Afonso Henriques considerava, de facto, Sancho como o seu único e legítimo sucessor (após a morte do primogénito, Henrique). Consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 235-243. Ainda de acordo com o mesmo autor, a iniciativa de atacar Cidade Rodrigo teria partido do infante, desejoso de dar seguimento ao raide bem-sucedido aos arredores de Sevilha pouco tempo antes (1178). Consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 257-258. Como se disse, este episódio encontra-se cronologicamente deslocado no relato de Lucas. O ataque que Sancho protagoniza a Cidade Rodrigo, ainda infante, ocorre em 1179, sendo que nessa altura o herdeiro do trono português contaria já com 25 anos de idade.

<sup>379</sup> Sobre esta batalha campal e a derrota portuguesa veja-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 257-258 e ainda BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 87-88. De facto, o que parece acontecer nesta passagem é uma associação errónea de Lucas, que coloca Sancho a combater Fernando II naquela que terá sido a batalha de Campos de Argañara, em 1163. O *tudense* terá, então, tomado essa batalha e a referência de um ataque de Sancho a Cidade Rodrigo como o mesmo evento quando, na verdade, foi Afonso Henriques a liderar esse ataque.

<sup>380</sup> MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 212.

<sup>381</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar – *A estratégia afonsina na fronteira noroeste*, p. 83-87. Uma perspetiva geral da questão da fronteira com a Galiza pode consultar-se em BARROS, Carlos – *La frontera medieval entre Galicia y Portugal*.

norte do Minho, considerando que numa primeira fase o monarca português respondia a “compromissos feudais estabelecidos com os dois condes, cuja vassalagem (...) provavelmente queria confirmar”<sup>382</sup> e, numa segunda, aos tais ataques para exercer pressão sobre Fernando II, a verdade é que, como se disse, seja por que motivos fosse, o interesse na região era um dos objectivos de longo prazo do monarca português<sup>383</sup>.

O caso de Cidade Rodrigo é distinto. É também verdade que o interesse naquela região, onde os senhores de Bragança detinham uma enorme tenência que oscilava entre Portugal e Leão, foi existindo ao longo de toda a governação de Afonso Henriques. Todavia, esta zona limítrofe passou a deter uma importância redobrada justamente a partir do momento em que Fernando II levou a cabo o repovoamento de Cidade Rodrigo, uma vez que a sua localização estratégica “constituía uma ameaça à duvidosa soberania de Afonso Henriques sobre os vastos territórios dominados pelos senhores de Bragança”<sup>384</sup>. É por este motivo que o rei português se envolve nesta questão, nomeadamente apoiando a cidade de Salamanca, que, entretanto, se havia revoltado contra Fernando II por considerar que Cidade Rodrigo era uma povoação da sua área de influência que o monarca havia beneficiado em demasia<sup>385</sup>. Porém, o único eco que Lucas faz destes acontecimentos é à investida de Sancho, que se situa numa cronologia posterior a Badajoz e que, por esse motivo, já não poderia ter a importância que teria antes, uma vez que a derrota em Badajoz comprometeu seriamente aquela que tinha sido até então, de certa forma, uma supremacia militar portuguesa face a Leão.

O ataque de Sancho, embora ocorra mais de 10 anos após estes eventos, não deixa de ser um resquício da importância que tinha tido o repovoamento de Cidade Rodrigo, quer no que toca à região de entre o Côa e o Águeda, quer nomeadamente no que diz respeito

---

<sup>382</sup> MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 211.

<sup>383</sup> Da mesma forma, Amélia Andrade distingue também duas fases de investidas nessas regiões da fronteira norte, uma em torno da década de 30, a outra da década de 60, que podem ser identificadas com as duas fases a que se refere José Mattoso. ANDRADE, Amélia Aguiar – *A estratégia afonsina na fronteira noroeste*, p. 85-87.

<sup>384</sup> MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 213.

<sup>385</sup> Cidade Rodrigo situava-se na zona de influência de Salamanca, sendo que o retorno das actividades económicas que aí se desenrolavam, sobretudo relacionadas com gado, era de grande valor para Salamanca. Para além disso, o facto de Fernando II procurar em Roma a colocação de Cidade Rodrigo como sede de bispado também acabaria por levar o bispo de Salamanca a protestar, uma vez que detinha jurisdição eclesiástica sobre essa povoação.



à chamada “via da prata”, que constituía uma importante forma de se alcançarem as cidades muçulmanas mais a sul (Badajoz e Mérida), mas que ficava agora sob controlo leonês. Compreendido este excerto do relato do *tudense*, o ponto seguinte é, como foi referido, o ‘infortúnio’ de Badajoz.

De forma reveladora, escreve Lucas logo no início da passagem sobre Badajoz: *Deinde obsedit Baladocium ciuitatem Maurorum ad regem Fernandum de iure spectantem*<sup>386</sup>. Portanto, Badajoz seria, por direito de conquista, pertença do reino de Leão<sup>387</sup>. É este facto que permite ao cronista narrar a reação de Fernando II como justificável. Seria nesse contexto, portanto, que o monarca leonês viria ao encontro do seu congénere português para evitar que este fosse bem-sucedido nos seus intentos. A descrição do resto do episódio em torno de Badajoz segue quase sempre os ‘trâmites’ normais e já conhecidos<sup>388</sup>, isto é, que Afonso Henriques, ao saber da aproximação de Fernando II, teria procurado sair da cidade, voltando atrás, mas teria embatido com a perna num ferro das portas das muralhas e caído do seu cavalo, sendo capturado pouco depois, ainda em fuga. Esta parte não oferece nenhum dado que se destaque daquela que é a tradição narrativa sobre este episódio, que ainda assim sofreu algumas variações<sup>389</sup>. Todavia, a fase seguinte da narrativa é bastante significativa:

*Tunc captus est rex Adefonsus et regi Fernando delatus dixit ei rex Adefonsus: “Domine, inquit, rex, ualde peccaui in Deum et in te, sed ecce totum regnum meum libere trado tibi”*<sup>390</sup>.

---

<sup>386</sup> CM, IV, 80-81, 318.

<sup>387</sup> Lucas pode estar, neste momento, a referir-se a um acordo no qual teriam ficado estabelecidas as zonas de conquista dos monarcas cristãos. O Tratado de Sahagún, de 1158, de resto, faz alusão a uma divisão de territórios entre os monarcas leonês e castelhano que, inclusive, engloba Portugal. Tal poderia ser o motivo da intervenção leonesa aquando do cerco de Badajoz por parte dos portugueses, como refere José Mattoso. Uma outra hipótese que refere José Mattoso prende-se com a possibilidade de, no acordo de matrimónio entre Fernando II de Leão e Urraca Afonso, filha de Afonso Henriques, se terem definido zonas de influência nos territórios por conquistar. Consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 220 (para o Tratado de Sahagún quanto a Badajoz) e p. 211 (para o possível acordo aquando do matrimónio).

<sup>388</sup> A descrição do episódio encontra-se em MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 220-221.

<sup>389</sup> Uma das diferenças que a versão de Lucas de Tuy consagra sobre este episódio é a de que Afonso Henriques teria sido derrotado em batalha antes de iniciar a fuga que levaria à sua lesão na perna e consequente captura. Consulte-se MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 20.

<sup>390</sup> CM, IV, 80-81, 319.

Como se pode observar, Lucas insere no texto um excerto em discurso directo no qual coloca Afonso Henriques a expressar uma posição de subordinação em relação a Fernando II, visível pela utilização do termo *domine*. É de certo modo difícil compreender qual a extensão dessa subordinação que Lucas está a tentar estabelecer, uma vez que, por um lado, a inclusão de excertos em que se utiliza o discurso directo é um mecanismo literário muito próprio e, por outro lado, quando escrevia sobre o reinado de Afonso VII – pai de Fernando II –, Lucas enumerou os vassallos deste e não incluiu Afonso Henriques:

*Tantum illi Dominus gratiam et gloriam contulit, ut omnes Yspaniarum reges et principes Christiani et barbari suo imperio subderentur. Etenim rex Garsias de Navarra et Raymundus comes Barchilonensis, qui tunc Aragonense regebat regnum et reges Sarracenorum, scilicet Abephandil et Zaphadola et rex Lupus, uno et eodem tempore eius vassalli fuerunt*<sup>391</sup>.

Causa estranheza, portanto, que Lucas não inclua nesta lista Afonso Henriques, tanto mais que o paralelismo entre, por exemplo, Garcia de Navarra e Afonso Henriques poderia dar azo a um tratamento idêntico na crónica do bispo tudense. Isto é, a referência ao rei Garcia de Navarra deve ser compreendida como uma referência ao tratado assinado entre este e Afonso VII, em 1135<sup>392</sup>, sendo que, dois anos depois, em 1137, Afonso VII assinava com o seu primo o célebre Tratado de Tui<sup>393</sup>. Embora este seja claramente mais ambíguo e vago, Lucas poderia ter aproveitado essa circunstância para estabelecer de uma forma muito mais directa qualquer relação de dependência que entendesse.

Assim, a diferenciação que Lucas faz ao enumerar os vassallos de Afonso VII e não incluir Afonso Henriques é surpreendente, muito embora se deva fazer notar que, após a morte de Afonso VII e a divisão dos reinos pelos seus dois filhos, Afonso Henriques não mais teria que se submeter a qualquer um deles. A submissão que o monarca português teoricamente devia era ao soberano de Leão e Castela. A divisão dos reinos determinou

---

<sup>391</sup> CM, IV, 75, 312-313.

<sup>392</sup> Sobre este tratado e a submissão de Garcia de Navarra a Afonso VII, veja-se GRASSOTTI, Hilda – *Homenaje de García Ramírez a Alfonso VII*, p. 57-66.

<sup>393</sup> Sobre o interesse português em Límia e Toronho e a relação das investidas nesta zona com o pacto de Tui, veja-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 98-102. Uma perspectiva recente sobre o acordo em Tui e o debate historiográfico que este tem suscitado pode consultar-se em ANTUNES, José – *A versão portuguesa do 'Tratado' de Tui (1137) ...*

uma situação nova e Afonso Henriques não iria submeter-se ao monarca de Leão ou ao de Castela.

Assim, a leitura que se poderia fazer desta passagem em discurso directo é um pouco atenuada por essa omissão de Afonso Henriques entre os vassalos de Afonso VII. Ou seja, a inclusão do discurso directo e da palavra *domine* seriam uma forma de afirmar que a vassalagem que Afonso Henriques devera ao seu primo, Afonso VII, não tinha terminado com a morte deste último e a divisão dos reinos, em 1157. Leão seria o continuador dessa supremacia; Fernando II o monarca a quem Afonso Henriques se devia submeter. Essa seria a leitura mais provável da inclusão desse excerto no episódio de Badajoz. Todavia, como se disse, é também possível que a aplicação do termo *domine* neste excerto se prenda apenas e só com o contexto de inferioridade momentânea em que Afonso Henriques se encontrava, tendo sido feito prisioneiro do monarca leonês.

De qualquer forma, a inferioridade fica clara, tanto mais que a posição delicada do monarca português naquele momento específico já deixava antever tal leitura por parte de Lucas e, por outro lado, estranho seria que o prelado tudense não tomasse proveito de um episódio que tão facilmente lhe providenciava um palco para asseverar a predominância de Leão. A forma como Lucas refere essa posição de submissão pode não ser tão directa como aquela a que já se aludiu quanto a Afonso VII – e que menciona explicitamente os soberanos de Navarra, Barcelona (que no momento governava o reino de Aragão) e vários potentados islâmicos peninsulares – mas não deixa de ser uma formulação eficaz do ponto de vista da narrativa que o *tudense* constrói.

Depois deste excerto em que Lucas coloca Afonso Henriques a entregar o reino a Fernando II, a narrativa apresenta o soberano leonês a recusar a oferta e a exigir apenas a entrega daquelas praças que o monarca português tinha ocupado indevidamente, numa demonstração de magnificência que o próprio cronista censura<sup>394</sup>. Lucas menciona novamente Toronho e Límia como exemplos de praças que foram entregues, mas o acordo estendeu-se a todas as praças conquistadas que estavam incluídas na área designada a Leão no tratado de Sahagún.

---

<sup>394</sup> MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 20.

Conseguido o acordo, o *tudense* menciona logo de seguida que Afonso Henriques ficara tão fragilizado pela ferida na perna que não mais voltaria a montar a cavalo – *et in tantum debilitatus fuit de fractura cruris, quod de cetero non potuit equitare*<sup>395</sup>. A imagem de debilidade é associada a Afonso Henriques de forma clara, neste excerto e num outro, referente ao cerco a Santarém. Funciona, de certa forma, como um contraste à imagem de preponderância e poder militar que Lucas pretende associar a Fernando II, algo que também se irá observar na passagem de Santarém.

Esta alusão à impossibilidade de voltar a montar a cavalo merece alguma reflexão<sup>396</sup>. Embora se saiba, nomeadamente através da produção documental da chancelaria de Afonso Henriques e ainda de alguns registos cronísticos<sup>397</sup>, que de facto o primeiro rei português fraturou a perna direita em Badajoz e, em consequência disso, não mais pôde montar a cavalo, liderar incursões militares ou até exercer certos actos governativos não relacionados com a vertente militar<sup>398</sup>, a verdade é que este episódio, por mais verídico que seja, vale mais pelo seu lado simbólico.

Para um monarca que construiu – e construía ainda, em 1169 – a sua legitimidade tendo como um dos principais pilares a luta contra os muçulmanos e a faceta guerreira da governação, tendo inclusive grande parte das representações suas que até nós chegaram sido elaboradas numa lógica de exaltação dessa faceta guerreira<sup>399</sup>, a impossibilidade de montar a cavalo era sintomática de um importante revés nos seus objectivos. Mais se agrava essa perspetiva negativa se se tiver em conta que o monarca se vê impossibilitado de liderar os seus súbditos precisamente num momento em que sofre a sua primeira grande derrota, e numa fase em que se adivinhava uma mudança relativamente a que lado (cristão ou muçulmano) detinha o poder de iniciativa militar. Para além disso, em Roma

---

<sup>395</sup> CM, IV, 80-81, 319.

<sup>396</sup> Veja-se a leitura que José Mattoso faz do episódio, da impossibilidade de Afonso Henriques montar a cavalo e das versões dos vários registos cronísticos. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 228-234.

<sup>397</sup> A título de exemplo, José Mattoso analisa o episódio em textos como a *IV Crónica Breve de Coimbra*, a *Crónica de 1344* e a *Crónica de 1419*, entre outros. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 231.

<sup>398</sup> Como refere José Mattoso, “a incapacidade de o rei se deslocar por seus próprios meios devia trazer graves limitações às suas responsabilidades governativas”. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 231.

<sup>399</sup> Sobre as representações de Afonso Henriques que assentam sobretudo na valorização do aspecto guerreiro consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 121 e ainda as reproduções de estatuária referente ao primeiro monarca português presentes neste volume (fig. 16-18).

tardava o tão almejado reconhecimento da realeza afonsina. Esta nova realidade adquiria, assim, pela conjugação de vários fatores, contornos algo dramáticos<sup>400</sup>.

Como já foi dito, Lucas congrega numa só passagem os episódios em torno de Badajoz e Santarém, fazendo do primeiro a causa para o ataque muçulmano à praça portuguesa. Entre o relato de Badajoz e a descrição do cerco a Santarém, porém, Lucas inclui um pequeno excerto sobre como Fernando II ficou com o domínio de Badajoz após ter derrotado Afonso Henriques e chegado a acordo com os habitantes da cidade. É depois deste momento que o prelado tudense estabelece a ligação entre Badajoz e Santarém:

*Post hec Sarraceni uidentes Adefonsum regem Portugalie debilitatum et quod in quibusdam offenderat regem Fernandum ipsum Adefonsum in opido qui dicitur Santaren, obsederunt*<sup>401</sup>.

Portanto, Lucas atribui uma relação de causa-efeito aos dois episódios. O resultado de Afonso Henriques em Badajoz levou os muçulmanos a pensar que o monarca português se encontrava fragilizado, sendo esse o momento ideal para atacar e cercar Santarém. Para efeitos de continuidade narrativa, esta explicação – que, de resto, vai ser seguida por Rodrigo – acaba por funcionar na perfeição. Seria completamente credível que este cenário se tivesse desenrolado desta forma. Contudo, seja por desconhecer a verdadeira sucessão de acontecimentos, seja porque prefere conferir essa mesma continuidade narrativa que torna o seu discurso mais coeso e encadeado, Lucas acaba por congregar dois eventos que distaram entre si quinze anos.

Na sequência desse cerco, Lucas volta novamente a construir um cenário explicativo que promove a imagem de Fernando II<sup>402</sup>, tal como tinha feito aquando da captura do soberano português (e mesmo quando optou por colocar a lesão de Afonso Henriques como decorrendo de uma derrota militar contra o mesmo Fernando II). Assim, de acordo com Lucas, ao saber que Afonso Henriques se encontrava cercado em Santarém<sup>403</sup>,

---

<sup>400</sup> Refere José Mattoso que “o desastre de Badajoz provocou um autêntico terramoto político”. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 232.

<sup>401</sup> *CM*, IV, 80-81, 320.

<sup>402</sup> Um exemplo da forma como Lucas exalta a figura de Fernando II encontra-se nesta mesma passagem, quando o *tudense*, depois de referir que o monarca leonês recusa o reino português, acrescenta: *Vincebatur quidem semper rex Fernandus precibus miserorum, qui numquam in bello potuit uinci*. *CM*, IV, 80-81, 319.

<sup>403</sup> Aqui Lucas parece, mais uma vez, ordenar os eventos e as personagens que os vivem da forma que mais lhe é conveniente. Santarém foi defendida por Sancho, estando Afonso Henriques em Coimbra, onde viria

Fernando II teria reunido um exército e tomado a direcção dessa cidade. Só a notícia da sua vinda bastaria para causar o pânico, quer nos sitiados, quer nos sitiadores. Com efeito, Lucas refere de imediato que Fernando II vinha em auxílio de Afonso Henriques, mas a reacção que atribui ao soberano português ao saber da vinda do leonês é bastante elucidativa da correlação de forças que procura aqui deixar inscrita:

*Rex autem Fernandus congregato exercitu magno ad auxilium regis Adefonsi properauit. Sed rex Adefonsus ut hec audiuit, timuit ualde credens quod rex Fernandus ad auxilium Maurorum ueniret et misit ad eum nuncios supplicans pro pace. Rex autem Fernandus declarauit ei quod ad eius auxilium properaret*<sup>404</sup>.

Afonso Henriques temia que o monarca leonês, tal como em Badajoz, viesse não para o auxiliar a derrotar o inimigo muçulmano, mas antes para com ele unir forças contra os portugueses. Este excerto passa claramente uma imagem muito forte de Fernando II, sendo que este aparece quase como o fio da balança nas questões políticas e militares peninsulares. Essa imagem é reforçada pela reacção muçulmana à vinda de Fernando II até Santarém, que Lucas redige logo de seguida: *quod Sarraceni ut audierunt, arrepta fuga ab obsidione turpiter recesserunt*<sup>405</sup>. Ou seja, apenas a notícia da vinda de Fernando II teria levado logo a uma decisão de abandonar o cerco a Santarém e iniciar a fuga.

Existe apenas um último apontamento a fazer sobre esta passagem antes de se proceder a uma análise geral. Prende-se com a última informação que Lucas confere neste capítulo, ou seja, que depois de voltar de Santarém para Leão, Fernando II se teria separado da sua esposa, Urraca, uma vez que estes partilhavam um grau de consanguinidade demasiado próximo. Para além disso, Lucas informa ainda sobre o seguinte casamento de Fernando II:

*Post hec rex Fernandus dimisit uxorem suam Vrracam, filiam regis Adefonsi, eo quod erat consanguinea eius propinquo gradu, et duxit aliam nomine Tharasiam, que fuerat uxor Nuni comitis de Castella*<sup>406</sup>.

---

a falecer um ano depois. A colocação de Afonso Henriques em Santarém em 1184 serve apenas para que Lucas mantenha as duas personagens que, nesta fase da obra, estavam em contenda, evitando assim romper com esse fio condutor do texto.

<sup>404</sup> CM, IV, 80-81, 320.

<sup>405</sup> CM, IV, 80-81, 320.

<sup>406</sup> CM, IV, 80-81, 320.

Quanto a esta passagem, convirá precisar alguns factos. Primeiramente, Fernando II separou-se de Urraca, filha de Afonso Henriques, mas não após o cerco de Santarém. A separação ocorreu dez anos após o matrimónio, ou seja, em 1175<sup>407</sup>, tendo essa separação consumado um período de difíceis relações entre os soberanos de Portugal e Leão, que viriam a ter uma nova expressão precisamente no ataque de Sancho a Cidade Rodrigo, em 1179. De resto, deste primeiro matrimónio de Fernando II com a infanta portuguesa viria a nascer o seu sucessor no trono leonês, Afonso IX (1188-1230).

O matrimónio seguinte de Fernando II não deixou de ter, curiosamente, ligações a Portugal, porquanto este esposou, como refere Lucas, Teresa, anteriormente casada com o conde Nuno de Castela. Ora, esta Teresa era filha de Fernando Peres de Trava e de Teresa, condessa de Portucale e, portanto, meia-irmã de Afonso Henriques. As relações de proximidade entre as elites portuguesas e leonesas mantiveram-se, assim, intactas, embora este segundo casamento não possa ser entendido como uma aproximação política ao reino português, mas precisamente o contrário, isto é, uma aproximação a um partido que, tendo ligações a Portugal, se encontrava em lados opostos a Afonso Henriques. De resto, a política de proximidade política ao reino português seria retomada, por exemplo, por Afonso IX de Leão, que casaria com Teresa, filha de Sancho I e, logo, sua prima.

Do texto de Lucas de Tuy emerge então uma dupla faceta de Afonso Henriques, baseada, por um lado, naquelas que são comumente as virtudes que lhe atribuem os textos medievais<sup>408</sup> e, por outro lado, na sua caracterização enquanto ‘rival’ de Fernando II de Leão. Como resultado, tendo em conta as linhas orientadoras da obra do *tudense*, a figura do *conquistador* é descrita sob uma perspetiva negativa, embora não lhe sejam atribuídas acções tão nefastas quanto as que Lucas relatou sobre o seu pai, o conde Henrique. A necessidade de narrar vários acontecimentos de uma forma que permitisse retratar Fernando II como o monarca politicamente mais preponderante da Península levou a que o rei português, em episódios como o de Santarém, ficasse relegado para o papel de indefeso que procura apenas garantir que o rei leonês não o iria atacar. No caso

---

<sup>407</sup> MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 257.

<sup>408</sup> Virtudes essas que Lucas, em parte, atribui também a Afonso Henriques, como a *strenuitas*. Veja-se a passagem analisada na página 4. Para uma leitura sobre a personalidade e virtudes de Afonso Henriques veja-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 53-56.

de Badajoz, mais uma vez se assiste a uma narrativa que valoriza o direito que o monarca leonês tinha em atacar Afonso Henriques, em virtude de a cidade ser sua para conquistar. Não só Fernando II age então de uma forma que é transmitida como plenamente justificada, como também ainda é suficientemente magnânimo para recusar o reino de Portugal e libertar o seu congénere português apenas mediante a restituição daquelas que eram as suas terras ocupadas pelos portugueses.

Em tudo, portanto, Afonso Henriques desempenha o papel de opositor de Fernando II, quase como se não tivesse visto no trono leonês, ainda durante largos anos da sua governação, Afonso VII. O casamento de Urraca Afonso é relatado como uma quase imposição ao monarca leonês e, tirando essa passagem, apenas Badajoz e Santarém restam como imagem do rei português no *Chronicon Mundi*. Como se disse, essa é uma imagem que funciona sobretudo por contraste com a que Lucas está interessado em fazer passar de Fernando II de Leão, isto é, a de um monarca que, sendo-o apenas de um dos vários reinos ibéricos, é na verdade o monarca do seu tempo; aquele que desfruta de uma certa preponderância nas questões peninsulares, ao ponto de se intrometer na sucessão em Castela e afrontar ou auxiliar o rei português consoante o entendimento que faz da questão.

Por fim, deve ainda refletir-se um pouco sobre o reconhecimento que Lucas faz da realeza de Afonso Henriques. Na primeira menção, o autor refere a ilegitimidade do nascimento de Teresa; porém, em nenhum momento o *tudense* parece colocar em causa o estatuto real de Afonso Henriques (no sentido em que descende da família real; de Afonso VI). Somente em Badajoz a utilização do termo *domine* deixa entrever uma relação de subordinação em relação a Leão, mas esta pode ser apenas referente ao momento em si, em que Afonso Henriques se encontrava feito prisioneiro de Fernando II. Lucas teve outras ocasiões para explicitamente colocar Portugal sob a autoridade de Leão e Castela, nomeadamente ainda no reinado de Afonso VII, como se mencionou, mas optou por não o fazer.

Ao que tudo indica, portanto, Lucas procurou passar uma imagem de supremacia do reino leonês e de Fernando II relativamente aos restantes reinos peninsulares, algo que é inteiramente compatível com as posições pró-leonesas que se reconhecem ao *tudense*.



Para além disso, também a nível histórico é possível encontrar alguma compatibilidade entre o contexto peninsular após a morte de Sancho III de Castela e a superioridade (ainda que teórica) de Leão, uma vez que a menoridade de Afonso VIII deixava, de facto, Fernando II como o monarca que detinha maior preponderância na Cristandade ibérica. Assim, compreende-se que Lucas se esforce por passar essa mesma imagem de preeminência, apresentando Afonso Henriques como o seu grande opositor nessa matéria, estendendo essa posição para lá de Badajoz e até Santarém. Do mesmo modo, a esta luz, tornam-se também compreensíveis as alterações que Rodrigo vai fazer nesta passagem, alterações essas que incidem quase sempre no papel de Fernando II, mas tocam também a imagem de Afonso Henriques, como se verá.

#### **5.1.2. *Strenuus et pertinax in agendis*: Afonso Henriques segundo Rodrigo**

No texto de Rodrigo Jiménez de Rada, o primeiro rei português surge, regra geral, com uma conotação positiva que gira em torno de duas ou três características típicas da realeza no período medieval. É, então, pode dizer-se, de uma forma ‘estereotipada’ que o monarca é caracterizado, pese embora os textos panegíricos que lhe estão associados se esforcem por passar uma imagem assente em alguns dos mesmos traços<sup>409</sup>. A narrativa de Rodrigo apenas se afasta significativamente do elogio a Afonso Henriques quando relata os conflitos deste com os monarcas leoneses Afonso VII e, sobretudo, Fernando II.

A primeira referência que Rodrigo Jiménez de Rada faz a Afonso Henriques na sua obra ocorre no Livro IV, cap. XI. A referência é curta, mas significativa. O capítulo em si insere-se num aparte que Rodrigo dedica a contestar as lendas a que se dava crédito à época sobre como Carlos Magno<sup>410</sup> teria conquistado cidades na Hispânia. O prelado

---

<sup>409</sup> José Mattoso faz referência, na introdução à biografia que dedicou a Afonso Henriques, aos vários textos medievais que aludem à figura do monarca. Deve referir-se especialmente algumas das narrativas ligadas aos meios de produção de Santa Cruz de Coimbra como aquelas que apresentam um relato mais positivo do primeiro rei português. Consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 10-15. Uma análise geral à cronística medieval ibérica que se refere a Afonso Henriques pode encontrar-se na dissertação de Mestrado de SILVA, Tiago João Queimada da – *As metamorfoses de um guerreiro...* No mesmo sentido, para uma perspectiva menos laudatória e mais multifacetada do primeiro rei português consulte-se MATTOSO, José – *As três faces de Afonso Henriques* e ainda FERREIRA, Maria do Rosário – *Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência*.

<sup>410</sup> A afirmação que Rodrigo se presta a refutar quanto a Carlos Magno deve ser vista como uma negação de “outras legitimidades [para além da que advém da conquista militar face aos muçulmanos] que também

toledano admite como verdadeira a afirmação de que Carlos Magno tinha conquistado cidades na Catalunha, nas zonas dos condados de Barcelona e Urgel, entre outras, mas refuta a afirmação de que teria conquistado cidades por toda a Hispânia.

Por forma a compreender melhor que cidades poderia Carlos Magno ter conquistado na Península, e porque quase todas elas foram conquistadas ‘definitivamente’ nos últimos duzentos anos (séc. XI-XIII), Rodrigo enumera as cidades conquistadas e os responsáveis por essas vitórias. Refere essas conquistas ordenando-as não de forma cronológica, mas antes geográfica. Assim, começa por descrever as zonas orientais, cujas vitórias se deviam aos condes de Barcelona e aos reis de Aragão; passa a descrever os triunfos dos monarcas castelhanos e leoneses e, por fim, refere as façanhas mais a ocidente.

A primeira referência na zona ocidental da Península vai para a conquista de Coimbra em 1064, por parte de Fernando I, *o Magno* (1037-1065). Sobre a cidade nada diz. Logo de seguida, refere-se às conquistas de Afonso Henriques:

*Vlixbonam, Sanctam Hireneam, Elboram, Sintriam cepit Aldefonsus, qui primus in Portugalia habuit regis nomen. Cetera oppida earum diocesum quedam ipse, quedam filius eius rex Sancius popularunt*<sup>411</sup>.

Esta passagem revela que o tratamento de Afonso Henriques na primeira vez que é referido é o de rei, embora não vá ser sempre assim ao longo do texto. Pode afirmar-se que, de facto, na documentação, Afonso Henriques ostentava já o título de rei aquando da conquista destas cidades – e fazia-o já pelo menos desde cerca de 1140, como verificou Carl Erdmann e, mais recentemente, José Mattoso<sup>412</sup>.

Quanto à legitimidade do uso do título, Rodrigo nada diz, mas trata Sancho I, filho de Afonso Henriques, como “rei”, e coloca-o seguindo a mesma política do seu pai no que toca ao povoamento do espaço por si governado. Esse pode ser um indicador da legitimidade que já era reconhecida ao governo de Afonso Henriques, uma vez que a

---

afloravam, como (...) a que decorria de direitos imperiais reclamados por poderes extra-peninsulares, recorrente ao longo dos séculos”. Consulte-se MIRANDA, José Carlos – *Historiografia e genealogia na cultura portuguesa anterior ao Conde D. Pedro de Barcelos*, p. 54-55.

<sup>411</sup> *DrH*, III, XI, 129-130.

<sup>412</sup> ERDMANN, Carl – *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de rei*. Uma perspetiva não só da questão da realeza de Afonso Henriques, mas também do tratamento historiográfico de que tem sido alvo em MATTOSO, José – *A realeza de Afonso Henriques*; e ainda MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 119-127.

sucessão pelo seu filho implicaria essa percepção de legitimidade por parte de outros actores políticos na Península. Por outro lado, esta passagem revela desde logo que Rodrigo se encontra bem informado sobre as políticas e os monarcas portugueses e que não faz, neste excerto analisado, nenhuma diferenciação entre os monarcas de Leão, Castela ou Aragão e os monarcas de Portugal, nomeadamente no que toca às suas conquistas e subsequente autoridade sobre o território.

Recorrendo mais uma vez a José Carlos Miranda, pode observar-se a sua análise a esta passagem: “(...) num importante capítulo em que o arcebispo de Toledo contesta a soberania francesa sobre a Península e procura identificar quem possui direitos efetivos sobre o solo ibérico, D. Afonso Henriques (e a sua dinastia, naturalmente) está entre os mencionados, sendo então enumeradas as suas mais relevantes conquistas e, na sequência delas, a nomeação régia que lhe foi reconhecida”<sup>413</sup>.

Todavia, este capítulo que Rodrigo dedica às conquistas das diversas cidades hispânicas foi um comentário extemporâneo no seu discurso, pelo que só volta a referir-se a Afonso Henriques no livro VI, em que o relato corresponde já à cronologia dos séculos XI e XII. Esta segunda passagem, porém, é também ela muito breve, uma vez que Rodrigo está a enumerar as diversas esposas e descendência de Afonso VI de Leão e Castela.

É nesse contexto, portanto, que surge a alusão às duas “amantes nobres”<sup>414</sup> que o monarca leonês teve, sendo uma delas Ximena Moniz, de quem teve uma filha *que Tharasia dicta fuit, quam duxit comes Henricus ex partibus Bisontinis congermanus Raymundi comitis patris imperatoris*<sup>415</sup>, e desse matrimónio nasceu *Aldefonsum, qui fuit postea rex Portugalie*<sup>416</sup>.

São vários os aspectos interessantes para além da óbvia proximidade ao texto do *tudense*. Sobre o conde Henrique, esta passagem já foi analisada noutro ponto deste trabalho<sup>417</sup>. Quanto a Teresa, ela aparece apenas como o elo de ligação de Afonso Henriques a Afonso VI. A referência a Afonso Henriques, como se vê, é de aceitação da

---

<sup>413</sup> MIRANDA, José Carlos – *Na génese da Primeira Crónica Portuguesa*, p. 25, nota 50.

<sup>414</sup> “Habuit etiam duas nobiles concubinas” – *DrH*, VI, XX, 202.

<sup>415</sup> Aqui a referência ao imperador é a Afonso VII de Leão e Castela (1126-1157).

<sup>416</sup> *DrH*, VI, XX, 202.

<sup>417</sup> Consulte-se o ponto 4.1.

sua dignidade régia, embora fique expressa a ilegitimidade da descendência de sua mãe. Ainda assim, através deste pequeno exemplo pode verificar-se como Rodrigo tende a reformular os testemunhos escritos em que baseia a sua obra, não só quanto ao latim do texto a que vai buscar as informações, mas também, sobretudo neste caso, através de um acrescento de mais dados. Neste exemplo específico, Lucas não mencionara a relação familiar entre Henrique e Raimundo nem tão-pouco a região de origem do conde franco que esposara Teresa.

A passagem seguinte é muito mais relevante, uma vez que se trata de um capítulo inteiramente dedicado à genealogia da casa real portuguesa<sup>418</sup>. É o primeiro de dois capítulos seguidos que Rodrigo destina à coroa portuguesa, sendo o segundo mais dedicado às conquistas levadas a cabo pelos monarcas até Sancho II, bem como o seu local de sepultura e alguns actos de governação.

De resto, Rodrigo leva a enumeração dos reis de Portugal até ao monarca seu contemporâneo, Sancho II, uma vez que a sua obra se encontrava concluída entre 1246 e 1247. Portanto, embora Rodrigo viva até 1247 e, por isso, seja contemporâneo da deposição de Sancho II (1245), não chega a descrever esses acontecimentos. Muito menos poderia referir-se a Afonso III (fá-lo apenas como conde de Bolonha) que, de resto, só começa a reinar em 1248, depois da morte de Sancho II, exilado em Toledo. Deve ainda constatar-se que estes dois capítulos sobre os monarcas portugueses não encontram paralelo no relato de Lucas de Tuy<sup>419</sup>.

Neste primeiro capítulo, o arcebispo de Toledo começa por se referir a Henrique e à sua relação com Afonso VI, comentando também a actuação do conde no que concerne aos assuntos eclesiásticos e a algumas sés portugalenses<sup>420</sup>. É também interessante verificar que Rodrigo, embora no início do capítulo seguinte refira que Afonso foi o primeiro rei de Portugal, neste momento do texto refere-se-lhe apenas como *dux*:

---

<sup>418</sup> *DrH*, VII, V, 226-227.

<sup>419</sup> Tendo em conta a coesão destes dois capítulos, que se apresentam como um aparte no discurso do toledano com a sua própria lógica, irá proceder-se à análise de ambos na sua totalidade, incluindo informações que não dizem respeito a Afonso Henriques, mas aos seus sucessores. No que toca ao conde Henrique e a Sancho I, as informações que Rodrigo transmite de ambos serão notadas, mas em virtude de estas duas personagens assumirem um papel de maior relevo no *De rebus Hispanie*, os excertos que os mencionam são analisados em separado, noutros espaços deste trabalho.

<sup>420</sup> Esta passagem sobre a atuação do conde Henrique é analisada no ponto que lhe é dedicado.

*Hic Henrricus genuit ex Tharasia Aldefonsum, qui mortuo patre successit in principatu et a principio dux Portugalie dicebatur. Hic duxit uxorem Mafaldam filiam comitis Mauriensis, ex qua suscepit filium Sancium et Vrracam, que fuit postea uxor Ferndinandi regis Legionensis, et geuit ex ea filium Aldefonsum, de cuius genere post dicemus, et aliam filiam que Tharasia dicebatur et nupsit Philipo comiti Flandrie et Hacnoui et fuit mortua sine prole. Filius eius Sancius duxit uxorem nomine Dulcem, filiam Raymundi comitis Barchinonie et Vrrace regine Aragonensis, et sucepit ex ea filios, Aldefonsum, qui ei successit in regno et habuit uxorem Vrracam, filiam regis Castelle nobilis Aldefonsi, et genuit ex ea filios, Sancium regni Portugalie successorem, qui etiam adhuc regnat (...)*<sup>421</sup>.

Ou seja, Rodrigo não se refere à dignidade régia de Afonso Henriques neste momento, mas os seus sucessores são-no *in regno*. Como refere José Mattoso, “Rodrigo Jiménez de Rada (...) no seu *De rebus Hispanie*, ao falar de Afonso Henriques, não se refere a nenhum reconhecimento do título por parte de Afonso VII, dando a entender, pelo contrário, que se tinha apropriado dele por meio de uma iniciativa unilateral. Depois de afirmar que foi corajoso e persistente nos seus actos, acrescenta: foi «o primeiro que em Portugal tomou por si mesmo [*sibi imposuit*] o nome de rei, pois seu pai usava o título de conde, e ele, inicialmente, o de *dux*»”<sup>422</sup>.

Porém, o mesmo autor chama a atenção para que “o que, na Península Ibérica, determinava a condição política eram os factos, e não os conceitos: a capacidade para construir uma corte, para se fazer obedecer, para governar os concelhos, para obter a fidelidade dos nobres e para fazer a guerra aos inimigos externos. Em tudo isto Afonso Henriques tinha já mostrado o direito de exercer a soberania”<sup>423</sup>. Resumindo, embora este ponto não se refira a uma realza de Afonso Henriques, isso não significa que esta não lhe seja reconhecida, como irá ficar demonstrado. A nomeação de Afonso Henriques como *dux* não deve causar estranheza, uma vez que neste caso Rodrigo encontra-se apenas a seguir a formulação com que o papado travava o *conquistador*, ao contrário do

---

<sup>421</sup> *DrH*, VII, V, 226.

<sup>422</sup> MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 123.

<sup>423</sup> MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 155.

próprio que, nos documentos emitidos pela sua chancelaria, se intitulava *infans* ou *princeps*<sup>424</sup>.

O resto do capítulo é uma sucessão de nomes entre pais, filhos, irmãos e descendentes dos irmãos dos reis portugueses até Sancho II. Da descendência de Afonso Henriques, Rodrigo regista apenas os nomes de Sancho I e das suas irmãs Urraca (que viria a casar com Fernando II de Leão) e Teresa (que viria a casar com Filipe, conde da Flandres, e desempenhar um papel de relevo na Europa do século XIII após a morte do seu esposo). Rodrigo refere o matrimónio de ambas, embora de Teresa diga apenas que morreu sem descendência.

Quanto ao matrimónio de Sancho I, Rodrigo refere-o logo de seguida e regista a ascendência de Dulce, filha de Raimundo, conde de Barcelona, e Urraca<sup>425</sup>, rainha de Aragão. A descendência que Rodrigo entende referir do segundo rei de Portugal cinge-se ao herdeiro, Afonso, num primeiro momento, e, depois de referir a descendência do próprio Afonso II, retoma a de Sancho I, enumerando os infantes Pedro, Fernando e Teresa<sup>426</sup>.

De Afonso II, Rodrigo regista que se casou com Urraca, filha do rei Afonso VIII de Castela, e que teve dela dois filhos, Sancho, *regni Portugalie successorem, qui etiam adhuc regnat*, e Afonso, *qui duxit uxorem Matillam nomine de partibus Francie Bolonie*

---

<sup>424</sup> A crónística ibérica parece também seguir a nomenclatura que Afonso Henriques utilizava, como é o caso da *Historia Compostellana*, que trata o filho de Teresa e Henrique sempre por *infans*. O facto de Rodrigo não fazer o mesmo deve ser compreendido face à grande assiduidade em Roma por parte do arcebispo de Toledo e, sobretudo, à grande familiaridade que este tinha com a documentação papal. Não é, de resto, o único caso em que Rodrigo se serve da linguagem diplomática papal. Sobre as relações entre a Santa Sé e o primeiro rei português, nomeadamente sobre a forma como este foi tratado nos documentos papais como *dux*, consulte-se RENZI, Francesco – *Un regno sotto la protezione di San Pietro...*, p. 5-10 e 20-21.

<sup>425</sup> Neste ponto, Rodrigo parece cometer um lapso, uma vez que Dulce era filha de Raimundo, conde de Barcelona, e de Petronilha, filha de Ramiro, rei de Aragão. Este último tinha chegado a um acordo para o reino ser entregue precisamente ao conde de Barcelona que, para isso, contrairia matrimónio com a sua filha. Esta questão encontra-se novamente referida no capítulo sobre Sancho I, incluindo bibliografia a que se pode aceder para melhor compreender o porquê da troca de nomes em relação a Petronilha de Aragão.

<sup>426</sup> Pedro teria sido conde de Urgel pelo seu casamento e, posteriormente, por escambo com o rei Jaime I de Aragão, senhor das Baleares (intitulando-se Rei de Maiorca); Fernando conde da Flandres por igual método e Teresa rainha de Leão por casamento com Afonso IX de Leão, embora por poucos anos devido à consanguinidade. Deste último matrimónio teriam nascido, refere Rodrigo, Fernando, Sancha e Dulce. Rodrigo termina o capítulo indicando que, dos três, apenas Dulce ainda se encontrava viva – e solteira, acrescenta. Estas duas infantas, Sancha e Dulce, e a sua mãe, Teresa, terão um papel de relevo mais à frente no texto devido à disposição de Afonso IX de que o reino de Leão lhes fosse confiado à sua morte (e à forma como Berengária, mãe de Fernando III, conseguiu o trono de Leão para o seu filho).

*comitissam, et per eam habet hodie comitatum*<sup>427</sup>. Estes dois apontamentos à contemporaneidade dos filhos de Afonso II são muito interessantes e comprovam, de certa forma, que Rodrigo escreveu esta passagem seguramente antes de 1245. Ainda referindo-se a Afonso II, nomeia mais dois filhos: Fernando, que teria casado com Sancha, filha do conde Fernando de Lara; e Leonor, que casou com o rei Valdemar III da Dácia (Dinamarca).

Como se pode verificar rapidamente, Rodrigo encontra-se bem informado sobre a casa real portuguesa. Não se sabe qual teria sido a sua fonte para este capítulo, mas a verdade é que identifica corretamente quase toda a descendência ‘principal’ dos primeiros três reis de Portugal. O único engano é até no nome da rainha Petronilha de Aragão – que Rodrigo chama de Urraca – e que era a mãe de Dulce, que por sua vez casou com Sancho I.

No cômputo geral, Rodrigo parece reconhecer a legitimidade da casa real portuguesa, sobretudo se ligarmos este capítulo ao seguinte, que trata dos “brilhantes combates de Afonso, rei de Portugal”: *De insigniis preliorum regis Portvgalie Aldefonsi*<sup>428</sup>.

O título surge já de uma forma elogiosa, ao apelidar os combates de Afonso Henriques como “brilhantes”, e também se refere ao filho dos condes portucalenses como “rei de Portugal”. Rodrigo afirma então, no início do capítulo, que tendo estabelecido a genealogia dos reis de Portugal, iria voltar a falar do *dux* Afonso, aquele por quem tinha começado:

*Nunc contexta generatione principum Portugalie ad Aldefonsum ducem, de quo cepimus, reuertamur. Hic Aldefonsus fuit strenuus et pertinax in agendis. Hic primus in Portugalia sibi imposuit nomen regis, cum pater eius comes et ipse dux antea dicerentur, et ab Eugenio Papa tercio, cui regnum suum constituit censuale, multa priuilegia et indulgencias impetrauit*<sup>429</sup>.

Portanto, mais uma vez, Rodrigo demonstra preocupação com a intitulação daqueles que governam e refere que Afonso era *dux*, mas foi também o primeiro a intitular-se rei em Portugal. Relativamente à alusão ao papa Eugénio III, trata-se de uma questão difícil

---

<sup>427</sup> *DrH*, VII, V, 227.

<sup>428</sup> *DrH*, VII, V, 227.

<sup>429</sup> *DrH*, VI, VI, 227-228.

de compreender, porquanto este papa governou a Santa Sé entre 1145 e 1153, período no qual Afonso Henriques não desenvolve uma atividade especialmente intensa em Roma. A colocação do reino como tributário tinha acontecido em 1143, primeiro nas mãos do cardeal Guido de Vico e, posteriormente, por meio de uma carta enviada a Roma, mas o papa não era ainda Eugénio III. A alusão a este pontífice em específico deve ser entendida, de acordo com Francesco Renzi<sup>430</sup>, como um resquício do protesto que Afonso VII<sup>431</sup> levou até Roma, no qual o monarca castelhano expressava algum desagrado por aquilo que entendia serem concessões demasiado generosas de Roma ao seu primo. Este entendimento da questão, como se pode observar, manteve-se até ao século XIII, sendo registado desta forma por Rodrigo.

Porém, o ponto mais interessante desta pequena passagem é a forma como Rodrigo Jiménez de Rada adjectiva Afonso Henriques: *strenuus et pertinax in agendis*. É muito significativo o uso da palavra *strenuus*, porquanto esta tinha, no período medieval, uma associação inegável à realeza e à soberania<sup>432</sup>. José Mattoso refere que, para os povos peninsulares, “o fundamento da realeza era considerado como correlativo de um direito de conquista, que se demonstrava pela aquisição de novos territórios” e é por isso que “todos os cronistas que falam da sua realeza mencionam a sua *strenuitas*, a sua valentia, os seus sucessos guerreiros. Esta concepção da função régia desenvolveu-se na Península desde a segunda metade do século XI, não só porque prolongava as tradições da monarquia asturiana, de carácter eminentemente guerreiro, mas também (...) como forma de contestar as pretensões romanas a exercer a soberania na Península Ibérica”<sup>433</sup>.

Tomando esta perspetiva, talvez se possa compreender melhor a posição que Afonso Henriques tem na concepção política de Rodrigo, nomeadamente no reconhecimento que o arcebispo de Toledo faz da realeza afonsina ao longo de toda a sua obra. É preciso também dizer que este reconhecimento não esbarrava em nada com um dos principais

---

<sup>430</sup> Consulte-se a sua leitura em RENZI, Francesco – *Un regno sotto la protezione di San Pietro...*, p. 10. Agradeço a amabilidade do Doutor Francesco Renzi na cedência deste texto, atendendo a que ainda aguarda publicação.

<sup>431</sup> REILLY, Bernard F. – *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII (1126-1157)*, p. 53-90.

<sup>432</sup> Consulte-se o já referido artigo de RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – «*Rex strenuus valde litteratus*» ...

<sup>433</sup> MATTOSO, José – *A realeza de Afonso Henriques*, p. 219.



objetivos da obra, que era o de enquadrar os sucessos recentes da *reconquista* numa superestrutura política peninsular<sup>434</sup>.

Ou seja, aceitar como legítima a realeza de Afonso Henriques não colocava em causa aquele que era, no entender de Rodrigo, o reino ‘hegemónico’ da Península, Leão e Castela, novamente (em 1230) reunido sob um só rei, Fernando III, cujas vitórias tinham granjeado uma expansão territorial que permitia voltar a pensar na ideia imperial pela última vez formulada já com Afonso VII. Segundo uma lógica imperial neo-visigoda, a realeza de Afonso Henriques era até, de certa forma, ‘bem-vinda’ para Afonso VII, uma vez que um imperador só o é se se conseguir colocar num patamar superior ao dos reis, seus vassallos. Portanto, lembrar essa teórica superioridade do monarca castelhano-leonês no reinado de Fernando III passava certamente por demonstrar que, num passado recente, os próprios reis de Portugal estavam submetidos como vassallos a essa coroa.

Para além desta referência interessante, Rodrigo confere relevo ao papel de Afonso Henriques como fundador de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça, e também às conquistas que este leva a cabo, referindo cinco cidades, a saber, Santarém, Sintra, Lisboa, Évora e Alenquer. Para além disso, Afonso Henriques teria ainda um papel importante na fortificação de muitos pontos estratégicos “da sua pátria”<sup>435</sup> e na repovoação de muitos lugares abandonados. O último dado sobre a sua vida prende-se com a guerra que moveu contra Fernando II de Leão, tendo sido derrotado e feito prisioneiro, mas devolvido aos seus devido à “magnanimidade do seu inimigo”<sup>436</sup>. Teria falecido de morte natural e sido sepultado em Santa Cruz de Coimbra.

O resto do capítulo refere-se às conquistas dos três seguintes reis de Portugal, acompanhadas de uma referência à sua morte e local de sepultura (excepto no caso de Sancho II). De uma forma muito breve, Sancho I teria lutado em muitas batalhas contra os ‘mouros’ e posto cerco “com grande ardor à muito nobre cidade de Silves”<sup>437</sup>, acabando por conquistá-la com o auxílio de tropas vindas da Flandres. Teria colocado um

---

<sup>434</sup> MIRANDA, José Carlos – *Historiografia e Genealogia...*, p. 63. Como nota José António Maravall, Rodrigo Jiménez de Rada, embora reconheça a existência (e legitimidade) dos vários reinos peninsulares, lamenta a divisão política da Península, algo que se pode observar na *Historia Arabum*. MARAVALL, José António – *El concepto de reino...*, p. 84.

<sup>435</sup> *DrH*, VII, VI, 227.

<sup>436</sup> *DrH*, VII, VI, 227.

<sup>437</sup> *DrH*, VII, VI, 228.

bispo na cidade, mas os ‘árabes’ pouco tempo depois reocupavam-na. Para além disso, Sancho I teria repovoado muitos lugares que até à época do relato ainda permaneciam sob a sua autoridade, a saber: Covilhã<sup>438</sup>, Guarda, Monchique, Portimão, Torres Novas e muitos outros lugares, com os quais se ampliou Portugal. Morreria de doença prolongada e foi sepultado junto de seu pai<sup>439</sup>.

Quanto a Afonso II, Rodrigo caracteriza-o de uma forma lapidar: *Huic successit filius Aldefonsus in principio christianissimus, in fine sue deditus uoluntati*<sup>440</sup>. Deste monarca, refere a conquista de Alcácer do Sal e ainda que escolheu a sua sepultura no mosteiro de Alcobaça. No caso de Sancho II, refere apenas as conquistas de Elvas, Juromenha e Serpa e indica que este monarca ainda vivia terminando com as palavras: *adhuc exat et Dominus dirigat uias eius*<sup>441</sup>.

Estes dois capítulos surgem seguidos, quase como que um apêndice introduzido no relato principal ou um aparte necessário devido à novidade que era a emergência de um novo actor político coletivo na Península. Também por isso existiu a necessidade de mencionar as informações que Rodrigo redige relativamente aos vários monarcas portugueses e não só a Afonso Henriques, para que assim a leitura dos dois capítulos em conjunto permita observar alguns aspectos. Por um lado, a forma como Rodrigo se encontra bem informado sobre os acontecimentos que relata, as cidades conquistadas, os matrimónios contraídos e algumas das linhas orientadoras da política régia portuguesa; por outro lado, o tratamento que o arcebispo confere aos monarcas portugueses, sendo este o do reconhecimento da sua legitimidade e, de certa forma, do reconhecimento também do seu papel como guerreiros pela fé, que alargam os territórios dos seus domínios e, portanto, da Igreja e da Cristandade. Dentro dessa vertente religiosa da actuação régia, no texto de Rodrigo cabe também o reconhecimento de um outro aspecto

---

<sup>438</sup> Rodrigo entende desenvolver um pouco sobre a origem etimológica da palavra Covilhã, referindo um curioso pormenor segundo o qual este toponímico derivava de “Cova de Julião”.

<sup>439</sup> Esta passagem irá ser analisada em detalhe no ponto referente à figura de Sancho I.

<sup>440</sup> Sobre Afonso II veja-se, por todos, a biografia que lhe dedica VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II: um rei sem tempo*. Sobre este excerto em que Rodrigo caracteriza a governação de Afonso II, consulte-se VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II e as Navas de Tolosa: a construção de um rei*, p. 482-483.

<sup>441</sup> *DrH*, VII, VI, 228.

que o bom governante católico deve ter em conta, isto é, a fundação e patrocínio de casas monásticas, cujos exemplos aqui são Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça.

Depois destes dois capítulos exclusivamente dedicados à realeza portuguesa, Rodrigo Jiménez de Rada leva o discurso de volta ao reino ‘central’ e a Afonso VII, narrando a repartição dos reinos que o imperador fez pelos seus dois filhos. Só por mais duas vezes o *toledano* iria mencionar Afonso Henriques, embora ambas tenham bastante significado.

A primeira dessas referências prende-se com o casamento de uma filha de Afonso Henriques, Urraca, com Fernando II de Leão. Estando Rodrigo a descrever a personalidade de Fernando II refere da seguinte forma o matrimónio:

*Et accepit uxorem Vrracam nomine, filiam regis Portugalie Aldefonsi, ex qua suscepit filium nomine Aldefonsum. Rex igitur Fernandus, licet gener, regi Portugalie pacificus raro fuit; unde ad consilium cuiusdam uernuli, qui a regi Portugalie lesus effugerat, locum optimum populauit, qui dicitur Ciuitas Roderici, ex qua Portugalie intulit multa mala*<sup>442</sup>.

Desta passagem importa referir que, se por um lado Rodrigo refere que o matrimónio não foi uma causa para a paz entre os reinos, uma vez que as lutas continuaram, por outro lado, o facto de Fernando II de Leão aceitar o casamento com uma infanta portuguesa, filha de Afonso Henriques só pode querer dizer que existia algum grau de reconhecimento do papel afonsino e dos seus domínios no panorama ibérico<sup>443</sup>.

Este excerto, quando comparado com o mesmo tópico no relato de Lucas de Tuy, oferece algumas diferenças. Primeiramente, Lucas narra o acontecimento e aproveita a menção que faz à ascendência de Urraca para caracterizar Afonso Henriques, algo que Rodrigo não faz neste momento, uma vez que já o tinha feito aquando dos dois capítulos que dedica à casa real portuguesa. Porém, a caracterização de Afonso Henriques que ambos fazem, levada a cabo em momentos distintos, não deixa de ter semelhanças. Assim, para Lucas o primeiro monarca português *fecit se regem Portugalie uocari, et quia*

---

<sup>442</sup> *DrH*, VII, XVIII, 242.

<sup>443</sup> Da mesma forma, o matrimónio de Sancho, o infante herdeiro, com Dulce de Aragão, pressupunha um “acordo (...) estabelecido por um rei respeitado, como Afonso Henriques era de facto”. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 243. A mesma leitura do matrimónio de Sancho I com Dulce de Aragão faz Maria João Violante Branco, como se verá.

*strenuus fuit armis et bellicosus, ampliavit terram suam*<sup>444</sup>. Rodrigo, num excerto anterior, já havia caracterizado Afonso Henriques precisamente como *strenuus et pertinax in agendis*<sup>445</sup>. Mesmo tendo em conta o ‘lugar-comum’ que a virtude da *strenuitas* constituía neste período, a semelhança do próprio texto é significativa.

Todavia, este excerto relativo ao matrimónio serve propósitos distintos em ambas as obras, pelo que sobressaem as diferenças. Enquanto Lucas neste excerto menciona logo de seguida que o matrimónio fora uma forma de conseguir um aliado, Rodrigo aproveita para passar por cima dessa parte (que se referia implicitamente a Castela como adversário – *impetus aduersancium*<sup>446</sup>) e colocar imediatamente o foco nas desavenças entre Afonso Henriques e Fernando II. É desta forma que introduz o tema de Cidade Rodrigo.

E fá-lo relatando que fora devido ao conselho de um exilado da corte portuguesa – que não nomeia – que Fernando II repovoou Cidade Rodrigo e daí infligiu grandes danos a Portugal. Esta pequena ‘história’ tem interesse em ligação ao último ponto em que Rodrigo se refere a Afonso Henriques. O contexto é o da descrição do cerco e batalha de Badajoz, em 1169, e também do cerco muçulmano a Santarém, em 1184, mas Rodrigo liga os conflitos entre Fernando II e Afonso Henriques precisamente à repovoação de Cidade Rodrigo, tal como havia feito Lucas.

É já muito perto do fim da sua obra que Rodrigo descreve os conflitos entre Leão e Portugal na segunda metade do século XII. Num capítulo em que trata das vitórias e morte de Fernando II, o toledano inicia assim a narração:

*Aldefonsus autem rex Portugalie dolens quod rex Fernandus hedificauerat ciuitatem, misit exercitum cum filio suo Sancio primogenito contra eam*<sup>447</sup>.

O relato continua na mesma toada, atribuindo sempre a iniciativa dos confrontos às acções do monarca português e, em contrapartida, a Fernando II uma atitude da maior magnanimidade para com o seu sogro:

*(...) set quia rex Fernandus a rege Castelle infestabatur, diuisio exercitu partem reliquit que occurreret Castellanis, partem duxit contra exercitum Portugalis, et occurrit*

---

<sup>444</sup> CM, IV, 79, 317.

<sup>445</sup> DrH, VI, VI, 227-228.

<sup>446</sup> CM, IV, 79, 317.

<sup>447</sup> DrH, VII, XXIII, 244.

*filio regis Sancio uenienti in termino ciuitatis, in loco qui dicitur Arganale. Et conserto prelio regi Fernando uictoria, Portugalensibus cessit fuga, et multis occisis multisque fugatis ceteri regis clemencie se dederunt, quos non ut uictor euertit, set ut clemens abire permisit. Rex autem Portugalie indignatus cepit Galleciam infestare et occupauit totam Limiam et Turonium et alia multa loca*<sup>448</sup>.

A mesma atitude vai ser novamente associada a Fernando II aquando do relato do cerco de Badajoz que, aliás, vem logo a seguir no texto ao ponto em que o último excerto parou. Mas essa separação é importante porquanto é necessário dar atenção a todas as partes. Assim, no excerto anterior, pode observar-se como Fernando venceu Sancho, ainda infante, em Cidade Rodrigo, mas tal apenas enfureceu ainda mais o monarca português ao ponto de ocupar grande parte da região fronteira da Galiza<sup>449</sup> com Portugal e, de seguida, planejar o tal ataque a Badajoz. Continua o relato de Rodrigo:

*(...) deinde congregato exercitu Badallocium est aggressus, que in diuisione acquirendorum prouenerat regi Fernando. Cumque super hoc nuncius aduenisset, rex Fernandus congregato exercitu bellum intulit Aldefonso; et cum subcumberet exercitus Portugalis, rex eorum confugit ad eam, de qua agitur, ciuitatem; iam enim fere duas partes occupauerat ciuitatis Agarenis in arce conclusis. Set nec ibi quidem se tutum extimans dum per portam effugeret ciuitatis, que pessulo ferreo claudebatur, impegit ad pessulum et crure confrato uix in equo poterat residere; unde et ilico fuit captus et regi Fernando satis miserabilis presentatus; quem benigne suscipiens rex Fernandus iuxta se in consessu regio collocauit. Set rex Portugalie grauis discriminis atendens statum, confessus est se regem Fernandum indebite offendisse, et pro satisfactione regnum optulit et peronam; set rex Fernandus pietate solita mansuetus, suis contentus, regi Portugalie sua remisit. Tunc restituit rex Aldefonsus regi Fernando Limiam et Turonium et cetera que sue fuerant dicionis; et dimissus ad propria est reuersus, nec propter lesionem tibie potuit postea militare officium exercere*<sup>450</sup>.

---

<sup>448</sup> *DrH*, VII, XXIII, 245.

<sup>449</sup> A confrontação destas informações com o que se conhece como historicamente verdadeiro já foi levada a cabo na análise das mesmas questões no relato de Lucas de Tuy. Por isso, nesta parte limita-se o texto a acompanhar o raciocínio de Rodrigo, não deixando, claro, de fazer um ou outro comentário que se afigure necessário, sobretudo no que diga respeito a diferenças entre os relatos de *tudense* e *toledano*.

<sup>450</sup> *DrH*, VII, XXIII, 245.

Este longo excerto é o que Rodrigo Jiménez de Rada relata de todo o episódio a que convencionou designar por ‘desastre de Badajoz’. Mais uma vez a iniciativa do confronto partiu de Afonso Henriques, uma vez que a explicação de Rodrigo de que Badajoz pertencia por direito de conquista ao rei Fernando<sup>451</sup> significa que quando este acorre à cidade está apenas a proteger um direito seu e não a tomar a iniciativa do confronto. É, portanto, devido à acção de Afonso Henriques que o confronto se dá.

O relato prossegue, referindo-se à forma como Afonso Henriques teria sido capturado depois de se ferir com gravidade numa perna. De resto, este relato do período de Badajoz-Santarém é em tudo semelhante ao relato levado a cabo por Lucas de Tuy no *Chronicon Mundi*.

Mais uma vez, a figura de Fernando II demonstra a sua magnanimidade ao acolher Afonso Henriques, prisioneiro, no lugar de honra e, sobretudo, ao recusar o reino de Portugal que supostamente lhe tinha oferecido o seu sogro em compensação dos danos causados, ficando apenas acordada a restituição das praças que Afonso Henriques havia indevidamente ocupado. Neste momento, Rodrigo acrescenta informação ao relato que recebeu de Lucas, uma vez que o *tudense* nunca se referira ao facto de Fernando II oferecer um lugar de honra ao monarca português. No entanto, trata-se de uma ‘digressão literária’ de Rodrigo, que não deixa de conseguir o objetivo de apresentar Fernando II como um monarca munificente ao mesmo tempo que equilibra um pouco a balança entre os dois monarcas: (...) *unde et ilico fuit captus et regi Fernandus satis miserabilis presentatus; quem benigne suscipiens rex Fernandus iuxta se in consessu regio collocavit*<sup>452</sup>.

Para além disso, deve fazer-se notar que esta atitude de recusa por parte de Fernando II seria algo estranha se se tem em conta toda a forma como são justificadas as acções do monarca leonês. Isto é, Afonso Henriques atacara uma praça que deveria estar ‘reservada’ para a conquista de Fernando II (tendo em conta as estipulações do Tratado de Sahagún, de 1158); na sequência, Fernando II, em socorro dos ocupantes muçulmanos dessa praça,

---

<sup>451</sup> O editor, Juan Fernández Valverde, indica em nota de rodapé que nesta referência ao direito de Fernando II sobre Badajoz, Rodrigo aludia ao Tratado de Sahagún, de 1158, segundo o qual o espaço desde Niebla (junto a Huelva, a ocidente de Sevilha) até Lisboa pertenceria ao reino de Leão.

<sup>452</sup> *DrH*, VII, XXIII, 245.

combatera e aprisionara o rei de Portugal, chegando a um momento em que o monarca português oferecera o seu reino. Neste cenário, a resposta lógica de Fernando II seria a aceitação total ou, pelo menos, a aceitação dos territórios conquistados por Afonso Henriques que faziam parte do que ficara ‘reservado’ a Leão no Tratado de Sahagún.

Esta seria a sequência mais lógica a acreditar nas palavras de Rodrigo. E, pese embora Rodrigo refira que Fernando II não aceitou por ser magnânimo, a verdade é que muito dificilmente as negociações decorridas durante os dois meses em que Afonso Henriques foi prisioneiro do leonês tratariam em algum momento da cedência do reino português ou de uma grande porção do mesmo. Portugal cedeu todas as possessões conquistadas a Leão, como o caso de Tui, bem como vários territórios a sul, excepto Évora. Geraldo “Sem Pavor” foi também obrigado a devolver várias povoações que tinha conquistado na zona de Badajoz.

De resto, como já se fez notar, o desastre de Badajoz marca de certa forma uma inversão na tendência expansiva do reino português. Não que se tenham perdido territórios, mas a impossibilidade do velho monarca liderar os seus exércitos e a nova força com que os muçulmanos investiram determinaram um período de reorganização e defesa, como se pode ver no cerco de Santarém, em 1184. Essa inversão da tendência no que toca à iniciativa não passa despercebida aos prelados cujos textos são aqui analisados, como demonstra o relato de Rodrigo quando, logo após Badajoz, narra o ataque muçulmano a Santarém como se este tivesse sido imediatamente após Badajoz e resultado da fragilidade do rei português, na sequência do que já havia escrito Lucas:

*Arabes autem attendentes regem Aldefonsum debilitate, qua diximus, prepediunt, eundem in castro Sancte Hyrenee congregata multitudo obsederunt. Quod audiens rex Fernandus in succursum eius celeriter properavit; at eius aduentu territus rex Aldefonsus timuit ne ad vindicandas iniurias adueniret, set cognita ueritate egit gracias, ut debebat. Agareni autem regis Fernandi presenciam non ferentes ab obsidione continuo recesserunt. Et rex Fernandus ad regnum rediens dimisit Vrracam uxorem, quia eum consanguinitatis gradu tercio attingebat (...)*<sup>453</sup>.

---

<sup>453</sup> *DrH*, VII, XVIII, 245.

Na verdade, Rodrigo faz aqui algo que já antes havia feito: condensa várias informações em poucas palavras, informações essas muitas vezes dessincronizadas com a realidade cronológica em que tiveram lugar, mas que desta forma conseguem transmitir uma sensação de cadência do texto que é muito eficaz enquanto cadeia explicativa dos acontecimentos. Nesta passagem em concreto, Rodrigo não faz mais do que seguir esse mesmo mecanismo a que já Lucas havia recorrido. Entre Badajoz (1169) e o cerco de Santarém (1184) passaram quinze anos, mas Rodrigo coloca o primeiro como factor determinante na tomada de decisão dos muçulmanos em atacar Portugal e pela forma como narra os acontecimentos, dá a impressão de que se sucederam com grande proximidade temporal. Essa intenção (consciente ou não) de conferir uma capacidade de síntese ao texto faz também com que Rodrigo refira que Fernando II, depois de regressar ao seu reino vindo do cerco de Santarém, se separou da sua mulher, Urraca, filha de Afonso Henriques. Em tudo, o *toledano* segue o *tudense*, embora se permita a alguma liberdade no que toca a excertos que projetam uma imagem demasiado hegemónica de Fernando II.

Quanto à fragilidade do rei português após Badajoz – no entendimento que dela faz Rodrigo –, basta repetir a sua afirmação de como reagiu Afonso Henriques quando soube da vinda de Fernando II até Santarém: “mas o rei Afonso, aterrorizado pela sua chegada, temeu que viesse castigar as afrontas”. Novamente, Rodrigo segue o relato que Lucas faz destes eventos, tal como o faz quanto à separação de Fernando II de Urraca.

Depois deste capítulo, Rodrigo não mais viria a referir-se a Afonso Henriques. Se o *toledano* estivesse a seguir uma lógica cronológica, tal faria sentido uma vez que após o cerco de Santarém o primeiro rei de Portugal viveu apenas mais um ano, morrendo em 1185. Mas a ordenação do texto de Rodrigo, embora faça uma progressão através dos séculos, não se deixa conter apenas pelo critério cronológico, como se viu anteriormente.

Do exposto compreende-se a possibilidade de reunir os vários elementos que o relato de Rodrigo aporta e tentar uni-los numa imagem do primeiro rei português. Uma imagem fragmentada, pouco clara, mas ainda assim demonstrativa de como um dos maiores actores eclesiástico-políticos do reino de Leão e Castela via o papel de Portugal, através do seu primeiro rei, em pleno século XIII.



As únicas ocasiões onde Rodrigo reserva palavras menos abonatórias para Afonso Henriques são quando este se coloca em confronto com os monarcas de Leão, sobretudo Fernando II, uma vez que durante o reinado de Afonso VII terão existido alguns conflitos, mas nenhum da escala do que sucedeu em Badajoz<sup>454</sup>.

Para além desse apontamento, o que o discurso do *toledano* evidencia é uma aceitação explícita do percurso de Afonso Henriques, não escondendo a sua condição inicial de *dux*, mas não colocando nenhum tipo de oposição à sua intitulação como *rex*, sobretudo devido às capacidades guerreiras e povoadoras do monarca português. Outros elementos que também se destacam como apanágio de Afonso Henriques e que concorrem na justificação da sua ‘ascensão’ a rei são a descendência de Afonso VI, através da sua mãe, Teresa, bem como a sua piedade e fé, demonstradas não só através das fundações e dotações de casas monásticas, mas também através das relações com a Santa Sé, mantidas quase sempre em bom-tom.

Comparativamente com a narrativa de Lucas, Rodrigo opta por diminuir a grandiosidade com que Fernando II de Leão é caracterizado, algo que é visível em vários momentos. Por exemplo, no texto de Rodrigo, Afonso Henriques não se lesiona durante uma fuga que se dá como consequência de uma derrota militar às mãos de Fernando II, mas apenas devido à fuga iniciada quando soube que se aproximavam os exércitos leoneses (e, estando já dentro das muralhas da cidade, se viu na necessidade de retirar os seus soldados, tentando evitar assim ficar cercado, presume-se). Mas talvez o exemplo maior dessa diminuição da supremacia de Fernando II esteja na passagem que se refere ao aprisionamento de Afonso Henriques. Como foi observado, Lucas coloca, nesse momento, uma trecho em discurso directo, colocando Afonso Henriques a dirigir-se a Fernando II pela invocação *domine*. Ora, Rodrigo elimina essa frase que Lucas atribui ao monarca português.

A eliminação de um excerto em discurso directo não faria sentido, uma vez que se trata de um mecanismo bastante comum neste período e bastante eficaz quanto ao efeito

---

<sup>454</sup> Uma perspectiva das relações entre Afonso Henriques e seu primo, o imperador Afonso VII, pode encontrar-se em BRANCO, Maria João Violante – *Portugal no reino de Leão...*, p. 604-623. Consulte-se também a leitura que faz SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *O nascimento de Portugal...*, p. 41-45.

narrativo que produz no leitor. Deste modo, a eliminação deste excerto deve ver-se como uma forma de contornar um problema, algo que é bastante comum no método historiográfico de Rodrigo – recorde-se que, entre outros exemplos, o *toledano* opta por eliminar por completo a *Divisio Wambae* que Lucas inclui no seu relato, evitando assim discutir em pormenor questões que comprometiam a aspiração toledana à supremacia sobre as restantes arquidioceses peninsulares. Quer Rodrigo tenha eliminado esse excerto apenas porque caracterizava Fernando II como um monarca demasiado preponderante, quer o tenha feito porque não lhe convinha reconhecer a superioridade (e até, teoricamente, a vassalagem) implícita na versão de Lucas, a verdade é que são estes pequenos excertos que comprovam as diferentes intenções de ambos os cronistas e também os mecanismos que utilizam para adaptar o discurso historiográfico precedente aos seus próprios motivos e/ou objectivos.

Por fim, após a análise levada a cabo sobre a figura de Afonso Henriques nos relatos de *tudense* e *toledano*, importa reflectir sobre a mesma. Um pouco à semelhança do que sucede com o conde Henrique, a figura de Afonso Henriques assume diversas facetas consoante os objectivos dos cronistas nos acontecimentos que se encontram a narrar<sup>455</sup>. Esta asserção resulta mais evidente nos casos em que ambos os prelados tratam a mesma figura, como sucede com Afonso Henriques e seu pai. Assim, compreende-se que essa imagem que as obras deixam entrever é muitas vezes condicionada pelo presente em que Lucas e Rodrigo escreveram os seus relatos. Contudo, esse facto não impede que se possam delinear algumas características inerentes à personagem de Afonso Henriques, que perpassam quase toda a literatura de natureza historiográfica do período medieval, e que são em grande medida um reconhecimento da sua realeza e uma caracterização como um guerreiro valoroso e religioso<sup>456</sup>.

---

<sup>455</sup> A ideia das várias facetas com que Afonso Henriques é caracterizado por diversos textos medievais foi exposta por José Mattoso, nomeadamente no que diz respeito a alguns textos coevos do primeiro monarca português – MATTOSO, José – *As três faces de Afonso Henriques*. O autor acentua, nesse trabalho, a forma como a proveniência dos diversos textos condiciona por sua vez a narrativa que estes consagram e, portanto, a imagem que fazem transparecer de Afonso Henriques. Do mesmo modo, embora não sendo, claro, textos dedicados à figura afonsina, também as crónicas do século XIII aqui estudadas se vêem condicionadas pela sua proveniência.

<sup>456</sup> SILVA, Tiago João Queimada da – *As metamorfoses de um guerreiro...*, p. 44-45.

Se em Lucas Afonso Henriques surge demasiado condicionado pelo protagonismo concedido a Fernando II e, por essa via, surge por vezes como um monarca fragilizado e inferiorizado em relação ao leonês, já no relato de Rodrigo a figura do primeiro rei português parece ser caracterizada de uma forma mais equilibrada quando comparado o seu peso político e militar com o de Fernando II. Esse nivelamento que se observa no texto de Rodrigo não tem, mais uma vez, uma ligação directa a Afonso Henriques, mas muito provavelmente fica a dever-se a uma diminuição do papel de Fernando II tendo em conta a perspectiva com que Rodrigo narra estes eventos, isto é, a perspectiva castelhana (e, muito particularmente, a perspectiva que salvaguarda a imagem de Afonso VIII).

Um aspecto não pode, contudo, ser ignorado. Existe, em ambos os prelados, uma aceitação do percurso de Afonso Henriques que é de tal forma completa que não pode apenas ser explicada pela crença, teórica ou não, que estes tinham no império hispânico como estrutura superior aos diversos reinos (e reservada aos monarcas de Leão e Castela). Os relatos de ambos sobre Afonso Henriques baseiam-se quase sempre em momentos de antagonismo entre Portugal e Leão, mas, mesmo assim, nunca Lucas e Rodrigo negam a legitimidade de Afonso Henriques para dirigir o reino, nem do reino em si (pelo menos não de uma forma explícita). Este aspecto pode ser explicado por diversos factores, alguns dos quais já foram sendo mencionados ao longo do texto. Porém, um outro a que ainda não se aludiu pode também desempenhar um papel importante na forma como Afonso Henriques é visto e interliga-se com outros já indicados.

Trata-se de perceber a imagem positiva de Afonso Henriques em textos de natureza castelhana e leonesa<sup>457</sup>, que muito bem podiam ter retratado o primeiro rei português como um rebelde, um insurgente que desafiava uma instância superior e negava a obediência que devia a Afonso VII. Ao colocar a questão desta forma, torna-se interessante o raciocínio de José Antonio Maravall, no que diz respeito à figura do rebelde na literatura medieval ibérica. Refere este autor que esse tema, embora muito presente em

---

<sup>457</sup> Sobre este aspecto de uma representação ‘positiva’ de Afonso Henriques em textos de origem leonesa veja-se, por exemplo, a análise que Maria do Rosário Ferreira leva a cabo da *Cronica Adefhonsi Imperatoris*, concluindo que esta apresenta uma imagem benévola e até de alguma paridade entre ambos os netos de Afonso VI, concedendo a Portugal toda a legitimidade e até um espaço de conquista a sul próprio (afastando-o assim da Galiza). FERREIRA, Maria do Rosário – *O reino de Portugal na Chronica Adefhonsi Imperatoris*.

textos franceses, encontra uma “ausencia (...) en la literatura medieval española (...) casi total”<sup>458</sup>. Essa ausência, explica, deve-se a um entendimento distinto do que é o rebelde na sociedade hispânica, que por sua vez deriva da perspectiva – também ela distinta – sobre a realeza.

Segundo este autor, a qualificação de rebelde não se aplica aos que nunca desistem de lutar e, sobretudo, se aqueles contra quem lutam são definidos como inimigos da comunidade cristã ibérica: “(...) el rebelde no es tal, sino caído en desgracia, y no recibe por ello desprestigio, si se levanta o continúa luchando en interés de la comunidad y aún mejor de la cristiandad hispánica —por ejemplo, contra los sarracenos o contra gentes de ultrapuertos que traten de mediatizar la tierra hispana”<sup>459</sup>. Esta concepção fica a dever-se, ainda segundo o mesmo autor, ao facto de a realeza ser entendida, no espaço ibérico, não da forma quase sagrada que ocorre no reino francês (lembre-se os reis taumaturgos), mas apenas como sendo o monarca um senhor entre senhores. Ou seja, no plano teórico, o rei encontra-se definido como “cualquier señor independiente que ha ganado su tierra por sus propios recursos”<sup>460</sup>.

Vistas as coisas desta forma, compreende-se um pouco melhor a interpretação que a historiografia medieval hispânica – e em particular as duas crónicas de que se ocupa este estudo – faz da figura de personagens como Afonso Henriques, que fundamentou o seu êxito em sucessivas vitórias frente ao inimigo muçulmano, ou seja, frente ao inimigo da comunidade e cristandade hispânica.

## 5.2. Sancho I

Nas obras que são alvo de análise neste estudo, Sancho I (1185-1211) não surge como uma das figuras mais destacadas no que toca aos acontecimentos ligados a Portugal incluídos na narrativa. No conjunto de excertos que se referem a Portugal, Sancho I tem uma pequena fatia de protagonismo, podendo dividir-se em dois grupos os momentos em que o segundo rei português é mencionado. Por um lado, é claramente caracterizado como

---

<sup>458</sup> MARAVALL, José Antonio – *El concepto de reino...*, p. 99.

<sup>459</sup> MARAVALL, José Antonio – *El concepto de reino...*, p. 100.

<sup>460</sup> MARAVALL, José Antonio – *El concepto de reino...*, p. 101.

soberano, sendo referidas algumas das suas linhas de actuação e, inclusive, sendo mencionado num contexto de vitória militar. Por outro lado, é também, em grande parte das passagens que aludem à sua figura, associado ao seu pai, Afonso Henriques.

Nesse sentido, o epíteto com que Maria João Violante Branco descreveu Sancho I na biografia que lhe dedicou afigura-se adequado – *o filho do fundador*<sup>461</sup>. Sancho I emerge, tanto em Lucas como em Rodrigo, como o filho do fundador; como o continuador do trabalho de Afonso Henriques e, até certo ponto, como o continuador das características positivas que permitiram ao primeiro rei assumir-se como tal. Ainda assim, entre os dois relatos, deve mencionar-se, como elemento distintivo, a forma como Rodrigo acrescenta alguma informação sobre o segundo rei português, nomeadamente no que toca à sua atuação já depois de 1185<sup>462</sup>. Desta forma, o relato do *toledano* parece conferir uma individualidade histórica à figura de Sancho I – capaz de proezas como a conquista de Silves – que em Lucas simplesmente não surge com tanta clareza, devido aos poucos dados que o *tudense* inclui sobre o *povoador*.

### 5.1.2. Sancho I no *Chronicon Mundi*

Sancho I é mencionado por Lucas de Tuy em apenas duas ocasiões<sup>463</sup>. A este reduzido número de referências acresce que em ambas não é em torno da sua figura que o relato do *tudense* se organiza. O seu papel em ambos os momentos da narrativa é secundário. Num primeiro momento a figura central é a de seu pai, Afonso Henriques, em disputa com Fernando II; num segundo momento, a figura central do relato é Afonso IX de Leão, relegando Sancho I para um papel em que é identificado apenas como uma ameaça externa ao novo monarca leonês.

---

<sup>461</sup> BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*. Trata-se do mais aturado trabalho de síntese sobre o segundo rei português, para o qual se irá remeter em várias ocasiões. Sobre a forma como Sancho I foi caracterizado pela historiografia ao longo dos séculos veja-se a introdução da obra, p. 8-14.

<sup>462</sup> É significativo, quanto a esse aspeto, o facto de que as informações que Rodrigo escolhe incluir no seu relato referentes ao reinado de Sancho I sejam da mesma natureza do que aquelas que havia seleccionado para mencionar aquando do relato sobre Afonso Henriques. Parece existir, de facto, um conjunto de atuações que Rodrigo tende a valorizar na figura régia, e que se podem identificar com as vertentes militar e eclesiástica da governação.

<sup>463</sup> Essas duas referências encontram-se entre as páginas 318 e 320 da obra e ocorrem no mesmo ponto em que Lucas relata os conflitos entre os monarcas português e leonês (neste caso, ainda Afonso Henriques e Fernando II) que levariam ao confronto em Badajoz. *CM*, IV, 80-82, 318-320.

Como se pode ver, uma das primeiras conclusões a tirar sobre o papel de Sancho I na crónica de Lucas fica já à vista: a sua presença é muito reduzida. Ainda assim, a comparação entre o relato de Lucas e Rodrigo aporta alguns dados interessantes no caso de Sancho I, pelo que essas duas ocasiões onde o segundo rei português é incluído na trama do *CM* merecem uma análise.

O primeiro episódio ocorre quando Sancho era ainda infante e relaciona-se com os conflitos já analisados entre Afonso Henriques e os monarcas leoneses Afonso VII e Fernando II. Com efeito, esta passagem já foi apreciada, mas os dados referentes a Sancho I merecem um apontamento. Lucas menciona que Afonso Henriques, furioso devido ao repovoamento que Fernando II levava a cabo de Cidade Rodrigo, enviara *filium suum regem Sancium, quem sibi regni constituerat successorem*<sup>464</sup>, com um grande exército para atacar essa cidade. O resto do episódio já é conhecido: Fernando II, que no momento se encontrava em Castela com o seu exército, divide-o em dois e, enviando a parte menor para ocidente, consegue sair vitorioso do conflito, obrigando o rei Sancho a fugir<sup>465</sup>.

Deste primeiro episódio, cujo anacronismo na narrativa de Lucas já foi salientado<sup>466</sup>, importa referir o tratamento de Sancho I como rei, que o *tudense* esclarece ficar a dever-se ao facto de o infante ser o sucessor de Afonso Henriques no reino. Analisando esta parte da passagem, pode ver-se que é bastante claro o reconhecimento que aqui Lucas faz não só da realeza de Afonso Henriques, mas da sua legitimidade para governar um espaço autónomo como o reino de Portugal. Por outro lado, esta passagem reforça essa mesma ideia de legitimidade política do reino português, porquanto Lucas refere-se a Sancho explicitamente como tendo sido designado sucessor do seu pai. Essa sucessão só poderia tomar lugar num corpo político que fosse, ao mesmo tempo, organizado e autónomo, bem como distinto e alheio ao reino leonês. Ou seja, o reconhecimento da realeza de Afonso Henriques – e Sancho, por extensão – vem aqui acompanhado por um reconhecimento de Portugal como reino, algo bastante distinto. Esse reconhecimento, deve dizer-se, era já ponto assente, pelo menos no contexto ibérico,

---

<sup>464</sup> *CM*, IV, 81, 318.

<sup>465</sup> “(...) et fugato rege Sancio” – *CM*, IV, 81, 319.

<sup>466</sup> Consulte-se o ponto 5.1.

ainda em vida de Afonso Henriques, o que explica o tratamento régio que lhe é conferido ao longo das obras de Lucas e Rodrigo<sup>467</sup>.

O resto da passagem que diz respeito a Sancho I é pouco elogiosa e termina rapidamente. Ao saber do ataque português, Fernando II, como já foi mencionado, dividiria o seu exército e, mesmo enviando a parte menor para lidar com os homens do infante português, acabaria por sair vitorioso na batalha de Arganal (Argañara). Os homens de Sancho ver-se-iam na obrigação de fugir, como fez o próprio infante, ou ficar a dever a sua vida à misericórdia de Fernando II. Não se trata, portanto, de uma passagem muito positiva para Sancho, mas, sobretudo, não se trata de uma passagem em que este seja sequer um protagonista a quem Lucas dedica algumas palavras. Sancho é apenas o herdeiro do trono português, enviado pelo seu pai numa expedição militar que acaba derrotada pelo monarca leonês<sup>468</sup>.

A segunda passagem em que Sancho é referido apresenta uma disposição semelhante no sentido em que o segundo rei de Portugal não é, mais uma vez, alvo de grande atenção por parte de Lucas. Os protagonistas mudam, no entanto, uma vez que neste excerto o monarca leonês é já Afonso IX (1188-1230) e as duas outras figuras que aparecem são Afonso VIII de Castela e Sancho I de Portugal. Pelo relato, e também por colocar a acção no início do reinado de Afonso IX, Lucas centra o acontecimento sendo já Sancho rei de Portugal, chegando mesmo a referir-se ao mesmo como *Sancio rege de Portugalia*<sup>469</sup>. Esta passagem tem, apesar de tudo, mais informação diretamente relacionada com Sancho do que a anterior e permite inferir alguns aspectos referentes quer a Sancho e a sua atuação, quer a Lucas e o sentido que pretende dar ao texto neste momento.

---

<sup>467</sup> Deve, ainda assim, distinguir-se o tratamento conferido por Lucas e Rodrigo, na medida em que este último, o arcebispo de Toledo, seguia de perto a linha papal sobre este assunto, segundo a qual a bula de 1179 não tratava o reconhecimento de Afonso Henriques como rei, mas antes lhe conferia esse estatuto. Ou seja, não reconhecia e avalizava uma situação pré-existente, mas apenas naquele momento conferia essa dignidade ao soberano português, por iniciativa papal. Agradeço ao Doutor Francesco Renzi por chamar à atenção para a linha distinta que o *toledano* segue quanto à origem do reconhecimento de Afonso Henriques.

<sup>468</sup> O anacronismo da colocação deste ataque de Sancho a Cidade Rodrigo tão cedo no relato, bem como outras questões relacionadas com os dados historicamente apurados nesta passagem encontram-se examinados no capítulo dedicado à figura de Afonso Henriques, pelo que se remete para esse texto para uma contextualização histórica do excerto e bibliografia sobre os acontecimentos relatados.

<sup>469</sup> CM, IV, 82, 320.

O bispo tudense encontra-se a relatar o início do reinado de Afonso IX de Leão, afirmando que este se viu desde logo importunado pelo seu tio, Sancho I, e, por outro lado, pelo seu primo, Afonso VIII de Castela. Num contexto em que o monarca leonês se via acochado quer a oriente, quer a ocidente, teria aceitado o casamento com a filha de Sancho I, Teresa Sanches, para desta forma conseguir o apoio do monarca português contra o rei castelhano:

*Tamen in primordio regni sui inquietatus fuit ualde a collateralibus suis, scilicet ab auunculo suo Sancio rege de Portugalia et ab Adefonso rege Castele consobrino suo. Vnde compulsus fuit ducere in uxorem Tharasiam filiam eiusdem regis Sancii, ut ipsum regem Sancium haberet in auxilium sui contra Adefonsum regem Castelle*<sup>470</sup>.

Lucas termina este pequeno excerto referindo a descendência desse matrimónio de Afonso IX com Teresa de Portugal:

*Ex ista Tharasia genuit tres filios, scilicet Sanciam primogenitam, deinde Fernandum et nobilem infantissam Dulciam*<sup>471</sup>.

Embora a passagem se ocupe da figura de Afonso IX de Leão, a verdade é que acaba por oferecer algumas informações relativas a Sancho I e a uma das várias facetas da governação neste período, isto é, à política matrimonial, neste caso à que foi levada a cabo pelo segundo rei português. Para além disso, Lucas enquadra de uma forma muito interessante o casamento do monarca leonês com a filha de Sancho I, algo que também deve ser alvo de análise.

A referência que Lucas faz à hostilidade que tanto o monarca português como o soberano castelhano estariam a mover a Afonso IX de Leão necessita ser contextualizada. Com efeito, a morte de Fernando II em Benavente, em 1188, não foi seguida de uma ascensão ao trono pacífica por parte de Afonso IX, filho primogénito do monarca falecido e de Urraca Afonso, filha de Afonso Henriques. Grande parte das dificuldades que o sobrinho de Sancho I enfrentou para se ver reconhecido em Leão foram movidas pelo partido em torno da última esposa de Fernando II, Urraca López de Haro<sup>472</sup>, que

---

<sup>470</sup> CM, IV, 82, 320.

<sup>471</sup> CM, IV, 82, 320.

<sup>472</sup> Como o nome indica, a última esposa de Fernando II provinha de uma das famílias mais poderosas de Castela. Essa proveniência ajuda a compreender a divisão que existiu após a morte de Fernando II, tendo Afonso IX o apoio de galegos e leoneses. Por seu turno, o partido ‘castelhano’, reunido em torno de Urraca



ambicionava colocar o seu próprio filho no trono e tinha conseguido, ainda em vida de Fernando II, granjear para os seus apoiantes e familiares vários cargos importantes no reino. De tal forma se apresentava a situação desfavorável para Afonso que este tinha, inclusive, iniciado uma viagem para Portugal, procurando a segurança que o seu tio, Sancho I, lhe tinha prometido, quando em Benavente morria o seu pai, forçando-o a retornar a Leão e tentar assegurar o trono<sup>473</sup>.

Nesta conjuntura, Sancho I mudaria de posição, uma vez que se antes faria algum sentido proteger Afonso enquanto este era ainda infante, certamente agora também fazia sentido tentar capitalizar a sua fraqueza momentânea no início do reinado para atacar as possessões leonesas que desde sempre interessaram aos portugueses. Assim, Sancho I atacava algumas praças leonesas num momento em que Afonso VIII de Castela fazia o mesmo a oriente e Afonso IX reunia ainda Cortes na cidade de Leão. Após esta reunião, e vendo-se atacado pelos dois vizinhos cristãos, Afonso IX procuraria um acordo com Afonso VIII de Castela, tendo inclusivamente de aceitar a verdadeira ‘humilhação’ de ser armado cavaleiro pelo monarca castelhano, em Carrión de los Condes.

É este, a traços largos, o cenário que explica que tanto Lucas como Rodrigo descrevam estas dificuldades iniciais de Afonso IX para se assegurar do trono leonês e também para fazer frente aos seus congéneres português e castelhano<sup>474</sup>.

Contudo, o que não se compreende tão facilmente é a relação que Lucas estabelece, de forma deliberada, entre os conflitos que Afonso IX se viu na obrigação de enfrentar e o casamento que acordou com Sancho I. Com efeito, após estabelecer que o novo monarca leonês encontrava oposição por parte dos dois reinos vizinhos, Lucas relaciona esse facto com o matrimónio de Afonso IX e Teresa, afirmando claramente que o monarca foi levado a contrair matrimónio com a princesa portuguesa para assim conseguir o apoio do seu tio no conflito com Afonso VIII de Castela: *compulsus fuit*

---

e os seus filhos, procurou justificar a impossibilidade de Afonso assumir o trono uma vez que era fruto de um matrimónio anulado pela Igreja devido à consanguinidade. BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 120.

<sup>473</sup> Esta síntese pode encontrar-se um pouco mais desenvolvida em BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 118-121.

<sup>474</sup> A própria autora da biografia de Sancho I alude a esses testemunhos que nos deixaram os cronistas hispânicos do século XIII relativamente ao início do reinado de Afonso IX de Leão. BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 120.

*ducere in uxorem Tharasiam filiam eiusdem regis Sancii, ut ipsum regem Sancium haberet in auxilium sui contra Adefonsum regem Castelle*<sup>475</sup>. A expressão *compulsus fuit* não deixa grande dúvida.

Primeiramente, deve referir-se que a explicação que Lucas confere a estes eventos não colhe no que se sabe dos acontecimentos em torno do ano de 1190, que é quando o enlace é negociado<sup>476</sup>. No momento em que o casamento é acordado, não só Leão e Castela não estavam em conflito aberto, como estava ainda em vigor o acordo de Carrión de los Condes, segundo o qual Afonso IX casaria com uma filha de Afonso VIII. Assim, tal como refere Maria João Violante Branco, o matrimónio de Afonso IX com uma filha do rei português foi, para o leonês, uma forma de “afirmação pessoal (...) face ao castelhano e deveria pretender contrapor um peso sensível aos desígnios expansionistas”<sup>477</sup> de Castela.

Claro que, num período particularmente volátil da política peninsular, em pouco tempo esse estado de coisas se iria alterar e a aliança com Portugal ser novamente relegada por Afonso IX em favor de novo acordo com Castela. Relatar essas alterações foge já do propósito deste texto, porquanto o que aqui interessa perceber, face à explicação dada, é qual a motivação que teria levado Lucas a colocar o matrimónio como uma imposição a que o leonês teria que se submeter<sup>478</sup>.

O que sucede neste excerto é que, perante um enlace com o qual não poderia estar de acordo, tanto por razões políticas, como por razões eclesiásticas (nomeadamente a consanguinidade que a Igreja romana vinha tentando combater na Península Ibérica), o *tudense* viu-se na necessidade de apresentar a união como sendo negativa e, ao mesmo tempo, exonerar o monarca leonês de responsabilidades quanto à escolha tomada. Torna-se compreensível esta hipótese quando se tem em conta o presente em que Lucas escreve.

---

<sup>475</sup> CM, IV, 82, 320.

<sup>476</sup> A contextualização deste período e dos factores que levaram ao matrimónio entre a filha de Sancho I e Afonso IX de Leão encontra-se em BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 148-155.

<sup>477</sup> RANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 149.

<sup>478</sup> Rodrigo Jiménez de Rada iria seguir essa mesma linha de considerar o matrimónio com a princesa portuguesa algo inerentemente negativo (o que faz sentido tendo em conta a sua perspectiva castelhana). Também o *toledano* coloca o matrimónio como não sendo uma opção política do rei leonês, mas antes uma imposição do momento, embora o justifique de uma forma distinta daquela que Lucas relata. *DrH*, VII, XXIII, p. 246-247. Este excerto irá ser analisado.

Afonso IX é nada menos que o pai de Fernando III de Leão e Castela, sob os auspícios do qual Lucas escreve. Mais próxima ainda seria a relação de Lucas com a rainha-mãe, Berengária, segunda esposa de Afonso IX, com quem este se casou precisamente após se separar de Teresa. Neste sentido, era tão necessário reforçar a legitimidade do matrimónio de Afonso IX com Berengária, cuja descendência tinha há pouco tempo reivindicado com sucesso o reino de Leão (não sem desrespeitar a decisão final do próprio Afonso IX), como era necessário evidenciar a ilegitimidade da primeira união do leonês, aqui narrada como uma decisão do momento, quase forçada pelas dificuldades políticas e militares em que o monarca se encontrava.

De resto, existe um paralelismo que salta logo à vista quando se trata este matrimónio e que consiste no facto de Lucas utilizar os mesmos mecanismos explicativos que usara para narrar o casamento de Fernando II com Urraca Afonso, filha de Afonso Henriques e irmã de Sancho I, em 1165<sup>479</sup>. Recuperando um pouco esse episódio, Lucas descreve o matrimónio e refere que este teria ocorrido porque se afigurava indispensável a Fernando II obter da parte de Afonso Henriques uma posição de neutralidade, uma vez que o leonês procurava conseguir para si o trono de Castela e não poderia responder convenientemente a possíveis investidas a ocidente por parte de um monarca que já mais do que uma vez demonstrara ter interesse nas diversas zonas fronteiriças com Leão.

Como se pode ver, ambos os episódios ficam marcados pela mesma explicação por parte de Lucas. Um factor externo que se identifica em ambas ocasiões com Castela (pretensões em Castela, no caso de Fernando II; defesa face a Castela, no caso de Afonso IX) acabou por ser a justificação que Lucas encontrou para atribuir um sentido distinto aos matrimónios. E, em ambos os casos, a aliança com Portugal que esses matrimónios representam deixa de ser uma escolha consciente dos monarcas leoneses (que revela uma orientação política duradoura do reino leonês), para ser fruto apenas de uma conjuntura muito específica em que estes se viram colocados e para a qual a única resposta era ceder momentaneamente a uma aliança com os portugueses.

Por fim, deve notar-se que a narrativa que Lucas constrói para ambos os episódios acaba também por conseguir desresponsabilizar os monarcas leoneses de uma actuação

---

<sup>479</sup> Essa passagem na obra de Lucas encontra-se analisada nas pp. 133-135.

que o *tudense* não via como positiva, ou seja, uma aliança com Portugal tendo como contexto momentos de hostilidade face a Castela. Isto numa altura em que Leão e Castela se encontravam novamente reunidos sob a mesma autoridade, Fernando III, como já se referiu. Esta forma de relatar um aspecto menos positivo sem colocar em causa o papel do soberano leonês (seja ele Fernando II ou Afonso IX) também já foi realçada, nomeadamente ao chamar a atenção para a ortodoxia política que Enrique Jerez Cabrero identifica no prelado tudense e que o leva a diminuir as críticas aos monarcas<sup>480</sup>.

Rodrigo Jiménez de Rada não apresenta essa característica, algo que fica demonstrado, por exemplo, nesta mesma passagem sobre o matrimónio de Afonso IX. Se por um lado o *toledano* parece seguir o exemplo de Lucas relativamente às motivações do leonês para se aliar com Portugal e imputar parte da responsabilidade desta decisão ao momento específico em que é tomada, por outro lado também é verdade que Rodrigo afirma ainda sobre este matrimónio que ele só ocorreu porque Afonso IX era influenciável e se deixou levar por maus conselhos.

Estes são os momentos em que Sancho I encontra lugar no relato de Lucas de Tuy. Como se disse, são poucos e fornecem pouca informação sobre o rei em si e sobre a sua forma de actuar, embora permitam inferir algumas qualificações e características empregues no relato. Porém, o aspecto que mais se evidencia relativamente a Sancho no relato de Lucas são as semelhanças deste com o relato centrado na figura de Afonso Henriques. Sancho I surge, ainda como infante, derrotado por Fernando II, tal como Afonso Henriques haveria de ser em Badajoz; surge ainda, tal como Afonso Henriques, a dar a mão de uma filha sua ao monarca leonês (neste caso, já não a Fernando II, mas a Afonso IX), apenas para ver esse matrimónio (e a solução política que consagrava) dissolvido; surge, por fim – e talvez seja este o aspecto mais importante –, reconhecido na sua realeza e no seu direito a governar Portugal, já uma entidade política também ela plenamente reconhecida.

---

<sup>480</sup> Consulte-se o capítulo 1.

### 5.2.2. O filho do fundador e continuador da política afonsina, segundo Rodrigo

Tal como foi dito, no *De rebus Hispanie* a figura de Sancho I é alvo de maior atenção do que no *Chronicon Mundi*. Devido ao aumento de excertos que se referem a Sancho I – são sete ao todo na obra do *toledano* –, a sua figura adquire contornos mais precisos e, por essa via, também o papel que Rodrigo confere a Sancho I no seu relato (e no contexto político ibérico) é mais facilmente compreensível.

A primeira referência a Sancho I já foi analisada na parte do trabalho dedicada à figura de Afonso Henriques no *De rebus*. Trata-se do episódio em que Rodrigo contesta as conquistas de Carlos Magno na Hispânia e enumera os reis que conquistaram cidades na península. O episódio já foi descrito e a inclusão de Sancho I nele também já foi notada.

Ainda assim, parece ser significativo que Rodrigo inclua Sancho I nesta lista, embora não se perceba qual o critério que segue, uma vez que Afonso II e Sancho II também tinham conquistado territórios que podiam aqui ser referidos pelo arcebispo toledano. Uma explicação, embora insuficiente, pode encontrar-se na geografia das conquistas, isto é, talvez Rodrigo considerasse que as conquistas que lhe eram cronologicamente mais próximas ultrapassavam já em muito as regiões a que Carlos Magno poderia ter chegado. Todavia, por outro lado, ao ficar-se por Sancho I, acaba por conferir um maior significado ao aspecto guerreiro presente nos dois primeiros monarcas portugueses, que muito basearam a sua imagem nessa representação. De resto, Rodrigo viria novamente a referir-se a essa faceta guerreira em Sancho I, de forma muito similar ao que fizera para Afonso Henriques, numa associação que se revela esclarecedora. De Sancho I, de forma explícita nesta passagem, Rodrigo afirma apenas que povoou algumas terras das dioceses que o seu pai conquistou, o que demonstra que o cognome de *povoador* que mais tarde lhe viria a ser associado traduz uma imagem que desde cedo esteve ligada à figura do segundo rei português<sup>481</sup>.

---

<sup>481</sup> Ao cognome original de *lavrador* que surge já no século XIII parece ter-se imposto a versão que o denomina como *povoador* a partir do século XVI, talvez, como sugere Maria João Violante Branco, como forma de diferenciar Sancho I de ‘outro’ *lavrador*, nomeadamente, Dinis (1279-1325). BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 161.

A segunda vez que Rodrigo se refere a Sancho I é por ocasião do seu casamento<sup>482</sup> com Dulce, princesa de Aragão. A narrativa centra-se, neste momento do texto, na casa real aragonesa e na forma como foi resolvido o problema de sucessão após a morte de Afonso I, o *Batalhador*<sup>483</sup>. O reino teria sido então entregue ao seu irmão mais novo, Ramiro II, o *Monge*, e da união deste com Inês de Poitou nasceria Petronilha<sup>484</sup> de Aragão. A princesa seria entregue em mãos do conde de Barcelona, Raimundo Berenguer IV, e desta união nasceria Dulce<sup>485</sup>, que viria a casar com “o rei Sancho de Portugal”<sup>486</sup>, como Rodrigo faz questão de acrescentar.

Trata-se de um mero apontamento genealógico por parte de Rodrigo, que é bastante propenso a registar este tipo de informações. Ainda assim, tal como noutras ocasiões, o *toledano* confere tratamento régio a Sancho I.

A passagem seguinte em que o *povoador* é mencionado ocorre quando Rodrigo se dedica a discorrer sobre a descendência dos condes Henrique e Teresa, bem como as ligações matrimoniais da casa real portuguesa a outras casas europeias. Também esta passagem já foi analisada aquando do texto sobre Afonso Henriques, e o papel de Sancho I foi, nesse momento, referido e enquadrado. Rodrigo encontra-se bem informado sobre a política matrimonial portuguesa dos primeiros dois séculos.

---

<sup>482</sup> Consulte-se, quanto à escolha de Dulce, às implicações políticas do matrimónio e à descendência do mesmo, BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 67-70.

<sup>483</sup> Problema esse que consistia na morte do rei sem descendência e, sobretudo, na sua disposição testamentária de deixar os reinos de Aragão e Navarra às Ordens do Templo e do Hospital. Sobre o reinado de Afonso I de Aragão pode consultar-se o já clássico estudo de LACARRA, José María – *Alfonso el Batallador*. A questão da morte e do testamento problemático encontra-se analisada nas pp. 139-140. Uma abordagem mais recente à figura do *batalhador* é levada a cabo por LEMA PUEYO, José Angél – *Alfonso I el batallador...* Uma perspectiva geral da sucessão no trono aragonês ao longo da Idade Média pode consultar-se em MORA CAÑADA, Adela – *La sucesión al trono en la Corona de Aragón*.

<sup>484</sup> Neste ponto, Rodrigo refere que Petronilha alterou o seu nome para Urraca. Lucas de Tuy apenas a trata por Urraca. A rainha Petronilha (1136-1164) foi, ao longo dos séculos, encarada pela historiografia apenas como uma transmissora do poder real que recebera do seu pai e deveria entregar ao seu filho, fruto do matrimónio com o conde Raimundo de Barcelona, assegurando assim a continuidade dinástica em Aragão. Devido a essa perspectiva redutora do seu papel, desde o século XIII que o seu nome é confundido e é exatamente isso que sucede nas crónicas aqui analisadas. O reino de Aragão foi, desde a retirada de Ramiro II em 1137 até 1162, governado pelo conde de Barcelona. À morte deste, Petronilha assumiu a chefia do reino até o seu filho Afonso completar a idade de 14 anos. Para uma leitura recente do papel de Petronilha consulte-se HIREL-WOUTS, Sophie – *Cuando abdica la reina...*

<sup>485</sup> Na versão traduzida da obra o editor, Juan Fernández Valverde, indica de forma equivocada que Dulce contraiu matrimónio com Sancho II de Portugal, dando mesmo as datas do reinado deste último. JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*, p. 223.

<sup>486</sup> O *toledano* enumera os três filhos do casal régio, mencionando apenas o matrimónio de Dulce: “(...) et Dulciam, que nupsit rege Sancio Portugalensi cuius generationem inferius describemus”. *DrH*, VI, III, 180.

Após esse excerto, surge uma passagem em que Sancho I é protagonista do relato do *toledano* e que permite retirar mais alguns dados interessantes. Também ele já foi mencionado, uma vez que se inclui no capítulo sobre os “brilhantes combates” de Afonso Henriques que já foi analisado. Todavia, vale a pena colocar aqui o excerto que dessa passagem se refere a Sancho I, para assim melhor compreender com que palavras Rodrigo entende referir-se ao monarca:

*Cui successit filius eius Sancius, de quo diximus, uir magne prudencie et strenuus in agendis. Contra Mauros plurima bella gessit et Siluam nobilem ciuitatem animosus obsedit et, aduentantibus ex partibus Flandrie plurimis bellatoribus, demum cepit et in ea pontificalem cathedram eleuauit; set postea incursu Arabum violento remansit primis incolis subiugata, expulso inde catholico incolatu. Populauit etiam loca plurima que in ditione regis Portugalie adhuc extant: Caueam Iuliani, que uulgariter dicitur Couillana, Guardiam, Montem Sacrum, Portum Molarum et Turres Nouas et multa alia, quibus remansit Portugalia dilatata. Et morbo cronico diu detentos uitam finiuit, in monasterio sancte Crucis iuxta patrem traditus sepulture*<sup>487</sup>.

Estes são os elementos com que Rodrigo caracteriza a figura e governação de Sancho I. Deste excerto emerge desde logo uma caracterização pessoal de Sancho I como sendo prudente e determinado. A adjectivação ganha mais impacto se for vista no original em latim: *uir magne prudencie et strenuus in agendis*. Ora, Rodrigo Jiménez de Rada, como já foi mencionado, tinha qualificado Afonso Henriques como *strenuus et pertinax in agendis*<sup>488</sup>. Agora, falando do seu filho, referia-se a este como *strenuus in agendis*, algo que redundava na mesma afirmação de persistência e determinação nas acções. A associação entre a figura do primeiro rei de Portugal e do seu sucessor é clara e a sua importância redobra quando é feita com base numa virtude tão fundamental para a concepção política vigente quer no tempo de Afonso Henriques e Sancho I, quer no *De rebus Hispanie*.

Do percurso de Sancho I enquanto rei de Portugal sobressaem alguns tópicos que Rodrigo menciona. São eles a luta contra os mouros – com o auge na ainda assim efémera conquista de Silves –; a acção como povoador de territórios que passaram desta forma a

---

<sup>487</sup> *DrH*, VII, VI, 228.

<sup>488</sup> Consulte-se as pp. 151-152 e a análise que aí é levada a cabo sobre a importância da virtude da *strenuitas* na Idade Média, sobretudo até ao século XIII, bem como a bibliografia elencada.

pertencer e ampliar os domínios dos reis de Portugal; a doença crónica que afectava o monarca; e, por fim, o seu local de sepultura junto ao primeiro rei português, em Santa Cruz de Coimbra.

Quanto à conquista de Silves<sup>489</sup>, um dos grandes feitos pelo qual Sancho I foi desde cedo lembrado, Rodrigo considera importante narrar dois aspectos: a importância da vinda de auxílio da Flandres e o facto de Sancho I ter instituído um bispado na cidade logo após a conquista, como era de certa forma usual desde Afonso Henriques (lembre-se a conquista de Lisboa e a sagração do bispo de origem inglesa, Gilberto, de forma quase imediata pelo arcebispo bracarense João Peculiar). O auxílio que Rodrigo reporta deve identificar-se com cruzados vindos do Norte da Europa no contexto da 3ª Cruzada que, de forma muito semelhante ao que tinha acontecido 42 anos antes, pararam em Portugal, desta vez em Lisboa, e foram persuadidos a atacar conjuntamente com o rei várias posições muçulmanas no sul da Península.

Assim, tal como Afonso Henriques, também Sancho I se aproveitava destas movimentações cristãs em direcção à ‘Terra Santa’ para conseguir um importante auxílio nas conquistas ibéricas. O paralelismo entre os dois momentos – a conquista de Lisboa em 1147 e a conquista de Silves em 1189 – é enorme, não só porque os dois monarcas contaram com o auxílio de cruzados, mas também porque as praças conquistadas eram de enorme significado<sup>490</sup> (para cristãos e muçulmanos) e, sobretudo, porque o comportamento dos cruzados em ambas as ocasiões, após a vitória nos respectivos cercos, deixou muito a desejar<sup>491</sup>. No caso de Sancho I, este viu-se inclusivamente obrigado a expulsar à força os cruzados da cidade de Silves.

---

<sup>489</sup> Sobre este episódio, consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 122-123 e 128-140.

<sup>490</sup> Sobre a importância de Silves, deve notar-se que o cruzado alemão comparou a cidade com Lisboa, afirmando ser dez vezes mais importante que esta última, tal como refere BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 130. Ainda mais significativa é a alteração que a conquista produz nos hábitos da chancelaria, onde Sancho I passa a ser exaltado como “rei de Portugal e do Algarve” ou ainda “rei de Portugal, de Silves e do Algarve”. Do mesmo modo, surge num sinal rodado do monarca não uma, mas duas intitulações, separando a parte de “Sancho, rei de Silves e do Algarve” da outra que afirma o tradicional “Sancho, rei de Portugal”. Consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 138.

<sup>491</sup> Quanto à conquista de Lisboa, os relatos que existem referem alguns excessos cometidos pelos cruzados após a vitória no cerco e a entrada na cidade. Consulte-se a síntese de todo o episódio da conquista de Lisboa de MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 167-179. O mau comportamento dos cruzados encontra-se referido nas pp. 175 e 178. Já no caso de Silves os relatos disponíveis deixam antever



O outro aspecto ainda referente à conquista de Silves que Rodrigo entende narrar é a elevação, de forma quase imediata, da cidade conquistada a sede de bispado<sup>492</sup>. Ainda assim, Rodrigo não acrescenta nenhum pormenor a essa informação, nem sequer o nome do bispo ou a sua proveniência, algo que normalmente lhe inspirava algum cuidado. Este excerto no texto do *toledano* termina com uma referência ao facto de que os muçulmanos prontamente se organizaram e conseguiram expulsar os cristãos da cidade que recentemente haviam perdido.

No fundo, Rodrigo salienta as linhas que tinham sido a orientação política do reino português desde o seu início, ou seja, a guerra na procura da anexação de territórios (preferencialmente para sul, a partir da década de 1140), desenvolvida em conjunto com uma política de organização do território conquistado que, neste excerto, se divide em duas áreas: a do povoamento, levado a cabo pelos próprios reis, e a da colaboração com a esfera eclesiástica, nomeadamente na decisão de designar um bispo para Silves.

É desse esforço de organização e ocupação do espaço que Rodrigo dá conta quando refere que Sancho I teria povoado muitos lugares, conseguindo com isso ampliar o seu reino. O *toledano* faz ainda questão de mencionar que esses lugares que Sancho I povoou ainda se encontram sob domínio dos reis de Portugal e, para além disso, enumera algumas praças cuja colocação sob a autoridade do reino português teria sido responsabilidade do *povoador*, sendo elas Covilhã, Guarda, Monchique, Portimão e Torres Novas.

Não é possível saber quais os motivos que levaram Rodrigo a nomear estes locais e não outros, mas existem alguns dados que deixam entrever um certo relevo que estas praças poderiam ter. Desde logo, Monchique e Portimão, praças algarvias que ficaram sob controlo português aquando da conquista de Silves. A sua menção pode, portanto, ser um resquício dessa grande vitória de Sancho I e dos efeitos que a conquista teria num espaço alargado no sul algarvio. Como refere Maria João Violante Branco, com a

---

dificuldades ainda maiores no relacionamento dos cruzados com os portugueses, nomeadamente devido ao facto dos cruzados não respeitarem o acordo estabelecido com Sancho I e assolarem a cidade algarvia. A sua actuação levou Sancho I a perder a calma “e irado com a situação, acabaria por terminar o cerco de forma violenta, despedindo os cruzados com muita amargura”. Sobre a má conduta dos cruzados em Silves, consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 136-138 (citação p. 137).

<sup>492</sup> Sancho I faria, quatro meses após a conquista, uma importante doação a Nicolau, o bispo flamengo de Silves. BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 139-140.

conquista de Silves passavam também para as mãos portuguesas as praças “subsidiárias de Silves, que com ela constituíam a sua linha defensiva: Sagres, Albufeira, Lagos, Alvor, Portimão, Monchique, Alferce, Carvoeiro, São Bartolomeu de Messines e Paderne”<sup>493</sup>.

As restantes praças são, em momentos distintos, símbolos de duas vertentes daquilo que era o cenário político neste período: por um lado, símbolo da política régia que Sancho I tentou levar a cabo e, por outro lado, símbolo da volatilidade da zona de fronteira. Isto é, no caso da Covilhã e da Guarda, o seu simbolismo advém de serem dois exemplos da política régia de Sancho I, que privilegiava o povoamento e ordenamento do território. Para isso, atribuiu várias cartas de foral, como a que concedeu à Covilhã meses após ascender ao trono<sup>494</sup>, utilizando esse mesmo mecanismo legal para procurar robustecer uma povoação que se sabia ser importante para fazer frente a possíveis investidas leonesas vindas desde Cidade Rodrigo, como foi o caso da Guarda<sup>495</sup>, em 1199.

Já no caso de Torres Novas, embora o seu significado também se possa depreender através de uma carta de foral, que Sancho I concedeu em 1190, os motivos do monarca são distintos e revelam precisamente essa outra marca da política do seu tempo, ou seja, a tal volatilidade das regiões de fronteira. Pode dizer-se que Torres Novas não era já, no reinado de Sancho I, propriamente uma povoação de fronteira, tendo em conta que as conquistas dos dois primeiros monarcas portugueses tinham levado essa fronteira para lá do Tejo. Porém, devido a essa fragilidade que ainda caracterizava as regiões de fronteira no século XII, Torres Novas ver-se-ia alvo de um ataque almóada em 1190, que arrasaria por completo a povoação. É nesse contexto que, depois de debelada a ameaça almóada, que chegara a Tomar, Sancho I iria conceder foral aos habitantes de Torres Novas<sup>496</sup>, potenciando assim uma nova ocupação do espaço e uma recuperação que se desejava rápida.

Embora não se possa afirmar que foi por estes motivos que Rodrigo incluiu estas povoações e não outras no seu relato, compreende-se assim de que forma se ajusta aquilo

---

<sup>493</sup> BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 138.

<sup>494</sup> BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 106 e 114.

<sup>495</sup> BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 177.

<sup>496</sup> Para o contexto em que Sancho outorga carta de foral a Torres Novas e a descrição da invasão almóada que chegou até Tomar (e conquistou precisamente Torres Novas) em 1190, consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 142-146.

que o *toledano* narra e a realidade dos factos, ou seja, as povoações que Rodrigo enumera acabam por permitir uma aproximação àquela que foi, de facto, uma das grandes linhas políticas do reinado de Sancho I. A concessão de forais por parte do monarca português era uma demonstração de “preocupações estratégicas de defesa” e também uma “pretensão de guarnecer de populações zonas de potencial ataque leonês ou almóada”<sup>497</sup>.

A finalizar esta passagem, Rodrigo refere apenas a causa da morte de Sancho I, uma doença crónica que o afectaria há algum tempo<sup>498</sup>, e ainda a sua sepultura junto do pai em Santa Cruz de Coimbra, o que de certa forma constituía aquele cenóbio como o panteão régio português à época<sup>499</sup>.

O ponto seguinte em que Sancho I volta a integrar o relato do *toledano* ocorre quando este começava a dar os primeiros passos na governação do reino. Portanto, Rodrigo prestara-se ao aparte que constituíam os dois capítulos sobre os monarcas portugueses e voltara após essa ‘divagação’ ao relato dos acontecimentos nos reinos centrais da Península. É ao relatar esses acontecimentos que Rodrigo acaba por chegar ao período em torno de Cidade Rodrigo, Badajoz e Santarém. Esta longa passagem já foi analisada mais do que uma vez, sob diversas perspectivas. Cabe agora também, do mesmo modo, tentar compreender qual o papel que nela Rodrigo reserva para Sancho.

Sancho I é colocado a liderar as tropas que atacam Cidade Rodrigo, ainda antes de Badajoz, e são derrotadas por Fernando II de Leão em terras da cidade atacada, morrendo muitos portugueses e fugindo outros. Poder-se-ia dizer que a primeira experiência de Sancho I não teria corrido da melhor forma. Já se aludiu anteriormente à fusão entre dois momentos distintos que este ponto do relato faz, sendo que aqui Rodrigo deve apenas ter seguido o texto de Lucas. Portanto, o ataque a Leão que narram ocorreu em 1163, tendo Afonso Henriques sido derrotado. O ataque de Sancho que identificam ocorreria apenas em 1179<sup>500</sup>.

---

<sup>497</sup> BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 177.

<sup>498</sup> Sobre a doença que afectou Sancho I, sobretudo nos seus últimos anos de vida, bem como as implicações desta na governação do reino, veja-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 220-263.

<sup>499</sup> Sobre os vários panteões régios medievais em Portugal consulte-se GOMES, Saul António – *Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII*.

<sup>500</sup> Sobre os dois momentos, consulte-se MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 257-258.

Neste capítulo que gira em torno dos conflitos entre Portugal e Leão e os episódios dos cercos a Badajoz e Santarém, a figura de Sancho I não mais é mencionada. Essa ausência surpreende, porquanto o cerco de Santarém a que Rodrigo se refere ocorreu em 1184 e Sancho I, já então com trinta anos e numa posição de cogovernança do reino, levou a cabo a defesa da cidade de forma heroica, segundo alguns relatos<sup>501</sup>. Uma possível explicação para esta identificação errada do líder português que defendeu Santarém poderia residir nas fontes utilizadas pelos prelados, caso Lucas e Rodrigo estivessem a seguir, para este ponto do relato, alguma fonte muçulmana, uma vez que nesses textos existe, por mais do que uma vez, a utilização do mesmo patronímico para identificar ora Afonso Henriques, ora Sancho I – *Ibn al-Rink*<sup>502</sup>.

A relação entre os textos de Lucas e Rodrigo e qualquer fonte árabe é difícil de estabelecer. Ainda assim, sabe-se que o *toledano* manejou fontes árabes para vários dos seus projetos historiográficos, incluindo o *De rebus Hispanie*, e chegou a redigir uma *Historia Arabum*<sup>503</sup>. Por outro lado, a referência ao líder português na defesa de Santarém como sendo Afonso Henriques poderia ser apenas a utilização, como em tantos outros casos ocorre, de um mecanismo narrativo de continuidade dos protagonistas, para assim conferir ao texto uma coerência e coesão superiores.

Após o relato destes confrontos entre Portugal e Leão, que ocorrem ainda no reinado de Afonso Henriques, Sancho I só volta a ser referido no *De rebus Hispanie* por mais duas ocasiões. Ambas se dedicam a narrar matrimónios de filhas suas com monarcas peninsulares, embora a primeira delas indique ainda novos conflitos entre o rei português e Afonso IX de Leão. De qualquer das formas, o facto de Rodrigo tomar nota deste tipo

---

<sup>501</sup> Desde o ‘infortúnio’ de Badajoz que Sancho assume uma posição em que auxilia de forma muito directa Afonso Henriques na governação do reino, sobretudo nas questões militares. Por 1172, os oficiais da cúria régia são os de Sancho e já não os de Afonso Henriques, embora o velho monarca não tenha nunca abdicado do poder, como demonstram vários documentos exarados pela chancelaria. Sobre esta questão, consulte-se a leitura que faz desse período de governação conjunta (1169-1185) BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 47-102. Veja-se ainda MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 235-243. Sobre a defesa de Santarém, levada a cabo por Sancho num palanque improvisado e ainda sobre a forma como as suas acções são narradas como heroicas, consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 93-98.

<sup>502</sup> Veja-se o exemplo de semelhante confusão por parte de fontes árabes quando se dedicam a narrar uma expedição portuguesa até Badajoz já em 1170. MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, p. 239 e nota 3. BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 61-63.

<sup>503</sup> Sobre a *Historia Arabum* consulte-se CRESPO LÓPEZ, Mario – *Rodrigo Jiménez de Rada. Vida, obra y bibliografía*, p. 53-55 e a bibliografia elencada nesse estudo.

de acontecimentos, que para o arcebispo de Toledo detinham muita importância, permite conhecer um pouco mais da política matrimonial de Sancho I ou, pelo menos, da forma como Portugal era visto no círculo ibérico de alianças neste período<sup>504</sup>.

O primeiro desses dois últimos momentos em que Sancho I é mencionado já foi analisado. Trata-se de uma passagem onde se referem as dificuldades iniciais de Afonso IX no trono leonês e os ataques quer de Sancho I, quer de Afonso VIII de Castela. Tal como Lucas, Rodrigo transmite essa dificuldade e informa sobre o matrimónio do leonês com Teresa, filha do monarca português. A passagem é em tudo idêntica à que escrevera Lucas, sendo que a grande diferença reside no facto de enquanto para Lucas o casamento se fica a dever à necessidade que o monarca leonês tinha de se concentrar nos conflitos com Castela, para Rodrigo o mesmo acontecimento não se deveu a uma luta com Castela, mas a uma decisão de Afonso IX de afrontar o rei castelhano.

Afirma então o *toledano*:

*Mortuo rege Fernando successit ei eius filius Aldefonsus. Hic fuit homo pius, strenuus et benignus, set susurronum uicissitudine mutabatur; et a consobrinho suo Aldefonso rege Castelle et Sancio rege Portugalie infestatus circa primordial regni (...). Set quia, ut diximus, auriculariorum susurriis ad uaria trahebatur, eorum consilio duxit Tharasiam filiam Sancii regis Portugalie in uxorem, licet essent consanguinei in secundo gradu, ex qua suscepit Sanciam et Fernandum, qui fuerunt mortui sine prole, et aliam filiam, que Dulcis dicitur et adhuc uiuit. Et in odium regis Castelle fuit hoc contubernium procuratum; suggerentibus enim suis uernulis dolebat se a rege Castelle recepisse cingulum militare. Et tamen ab illa uxore fuit iuditio Ecclesie separatus*<sup>505</sup>.

Assim, Afonso IX não era o monarca encurralado entre dois inimigos que celebrava um matrimónio com a filha de um deles para se concentrar em defender-se do outro, como havia narrado Lucas, mas antes um monarca que tomava conscientemente uma opção política, ainda para mais uma opção que advinha do facto de se sentir humilhado pelo seu congénere castelhano e querer, por isso, afrontá-lo. É claro que esta

---

<sup>504</sup> Sobre a política matrimonial de Sancho I e o facto de esta “atestar (...) que já ninguém duvidava da existência e perenidade desse [Portugal] reino hispânico”, consulte-se BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*, p. 148-152.

<sup>505</sup> *DrH*, VII, XXIII, 246.

versão dos acontecimentos retrata Afonso IX de uma forma que se poderia qualificar até de mesquinha e, no anverso da medalha, glorifica Afonso VIII de Castela<sup>506</sup>, aquele que para Rodrigo Jiménez de Rada encarnava o ideal de soberano<sup>507</sup>.

De resto, esta passagem apenas contém mais duas informações que se relacionam de alguma forma com Sancho I. Uma delas é a descendência do matrimónio, uma vez que Rodrigo a refere: Sancha, Fernando (que, acrescenta, morreram sem descendência) e Dulce, que ainda estava viva (morreria em 1248). A importância destas duas netas de Sancho I (Fernando morreria muito novo) revelar-se-á mais tarde na obra do *toledano*, mas fica aqui uma primeira menção. O outro elemento prende-se com os ataques que Sancho I teria levado a cabo contra Leão no início do reinado de Afonso IX. Esses já foram, contudo, comentados aquando da análise do mesmo tópico em Lucas de Tuy e o seu relato não apresenta nenhuma diferença em Rodrigo, pelo que não existe necessidade de repetir a mesma leitura.

Por fim, existe uma última passagem em que Sancho I está presente embora o seu nome não seja sequer mencionado. Rodrigo encontra-se a narrar tempos que lhe são já muito próximos e, por isso mesmo, desenvolve com maior à-vontade o tema que se prende com o casamento da infanta Mafalda, filha de Sancho I, com o rei Henrique I de Castela:

*Set comes Aluarus per suos complices ita cauit, quod rex puer quod uolebat non potuit effectui mancipare. Nam comes callide cogitauit uxorem ex Portugalia sibi dare, qua mediante posset puerum in suo beneplacito retinere. Set in contrarium res euenit. Nam cum Mafaldam filiam regis Portugalie adduxisset et puer non esset in etate nubili, remansit domina coniugali comercio defraudata, et quia se consanguinitatis linea attingebant, de mandato Innocencii Pape tercii fuit contubernium separatum. Et post, ut fertur, inter set et dominam uoluit comes Aluarus connubium procurare; set ipsa, cum esset pudica, uerbum respuit indignanter<sup>508</sup>.*

---

<sup>506</sup> Essa exaltação de Afonso VIII neste capítulo por parte do *toledano* compreende-se melhor quando se nota que o início do capítulo é dedicado à descrição da cerimónia na qual este tinha armado cavaleiro a Afonso IX de Leão e ao filho do Imperador germânico.

<sup>507</sup> A identificação de Afonso VIII como o exemplo de monarca ideal em Rodrigo Jiménez de Rada já foi referida no capítulo 1.

<sup>508</sup> *DrH*, VIII, II, 282-283.

Estes acontecimentos ocorreram em 1215, pelo que Rodrigo, na qualidade de chanceler de Castela, conhecia de perto os meandros das intrigas de corte, das negociações e do matrimónio que, de facto, ocorreu ainda nesse ano. O conde Álvaro é, neste excerto, o representante de uma facção da aristocracia castelhana que via com suspeitas a preponderância de Berengária na gestão do reino. Essas suspeitas advinham do passado desta, uma vez que tinha sido casada com Afonso IX de Leão, de quem tinha descendência, entre a qual, o futuro Fernando III. A aristocracia castelhana temia, portanto, que uma ingerência leonesa se fizesse sentir no reino e que Berengária fosse a intermediária dessa intromissão. Nesse sentido, comprometer o jovem rei com um matrimónio com uma infanta portuguesa era um mecanismo para aliar o reino a Portugal e, ao mesmo tempo, fazer sentir menos a “crescente influência da infanta” Berengária, uma vez que temiam uma “possível união com Leão, sob a égide de Berenguela [Berengária] e do seu ex-marido”<sup>509</sup>.

Para Portugal, o matrimónio representava uma aliança com Castela que era bem-vinda neste momento, sobretudo porque Afonso II se encontrava em conflito aberto com as suas irmãs e uma delas era Teresa, também ela ex-mulher de Afonso IX de Leão, o que levava o leonês por mais do que uma vez a intervir e demonstrar o seu apoio à causa das infantas. O matrimónio foi negociado e realizado em 1215, mas a menoridade do monarca (tinha 9 anos) impediu que este fosse consumado antes que a Santa Sé exigisse a anulação do mesmo, por motivos de consanguinidade, tendo sido, ao que tudo indica, a própria Berengária a alertar Roma de tais impedimentos.

Rodrigo termina este episódio afirmando que o conde Álvaro teria então tentado tomar a infanta portuguesa para si, mas que esta, por pudor, recusara e voltara ao reino. Esta parte do texto não encontra respaldo naquilo que se conhece. A infanta Mafalda teria, após a anulação do matrimónio, voltado para Portugal, ingressando pouco tempo depois numa casa monástica, tal como haviam feito as suas irmãs. Sobre uma eventual proposta do conde nada se sabe.

Quanto ao papel de Sancho I nesta última passagem, é quase inexistente, uma vez que apenas é referido como pai de Mafalda e nem sequer pelo seu nome, mas como *regis*

---

<sup>509</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II: um rei sem tempo*, p. 92.

*Portugalie*. No entanto, essa ausência é um tanto normal se se considerar que estes acontecimentos ocorrem já depois da sua morte e são, no que toca ao lado português, resultado das opções políticas de Afonso II e não de Sancho I. A sua nomeação neste excerto deve, então, ser entendida como uma referência à proveniência digna da noiva portuguesa que o conde Álvaro procurou encontrar para Henrique I de Castela.

No cômputo geral, a figura de Sancho I encontra-se mais presente na obra do arcebispo de Toledo do que na do bispo de Tui. Essa diferença pode prender-se com o facto de Rodrigo procurar até certo ponto englobar a história dos restantes poderes políticos na Península (para lá dos dois que são centrais à obra, Leão e Castela), enquanto Lucas se prende muito mais ao fio condutor da sua crónica que é a história dos reis de Leão. Acresce que, para o *tudense*, como já foi dito, para além da narração do passado no *Chronicon Mundi* seguir uma lógica dinástica, o próprio condicionamento ideológico empregue na obra reforça essa opção, uma vez que o ponto de partida para Lucas é considerar os reis leoneses como descendentes e legítimos sucessores do poder real visigodo. Assim, no momento em que Portugal se torna um reino independente, o seu papel no *Chronicon Mundi* é menorizado, tal como acontece de certo modo com Aragão (excepto no reinado de Afonso I, uma vez que este é por breves momentos rei de Leão e Castela também), e Navarra.

Devido a essa condicionante, Sancho I na obra do *tudense* fica remetido a um papel secundário, ofuscado pelo próprio Afonso Henriques nos poucos momentos em que é mencionado. Já no *De rebus Hispanie*, Sancho é referido mais vezes, quer seja pelo interesse de Rodrigo nas questões genealógicas, quer seja pelo seu afincamento no relato das várias conquistas cristãs que iam decorrendo. É sob essas duas perspectivas – a genealógica e a militar – que Sancho I mais se destaca no texto do *toledano*, embora também surja em alguns momentos como elemento secundário face às acções do seu pai, Afonso Henriques. Rodrigo ainda dedica algum espaço a outras linhas da governação de Sancho I, como seja a política matrimonial ou a política interna (referências ao povoamento, à esfera eclesiástica).

Por fim, Sancho I surge sempre legitimado no seu papel, querendo com isto dizer-se que o segundo rei português é já visto por ambos os prelados (sobretudo por Rodrigo)



como um actor político no panorama ibérico equivalente aos restantes reis cristãos. De resto, o seu reinado coincide com o período em que já se pode falar da célebre *Hispania* dos cinco reinos, no qual Aragão, Portugal, Navarra, Leão e Castela se encontravam num plano de equilíbrio<sup>510</sup>. Esse reconhecimento do papel português tinha vindo a ser conseguido paulatinamente por Afonso Henriques e Sancho I goza já de uma plena ‘aceitação’ enquanto monarca, algo que transparece nestas obras.

### 5.3. O reino português em pleno século XIII

#### 5.3.1. Teresa Sanches<sup>511</sup>, as suas filhas Sancha e Dulce, e a sucessão no reino de Leão

Foi notado ao longo do texto, por várias vezes, o papel fulcral que a filha de Sancho I teria, juntamente com as suas duas filhas, no desenrolar da questão da sucessão no reino de Leão após a morte de Afonso IX, em 1230. Embora Lucas aluda à questão, a narrativa que emprega procura sempre minimizar os problemas que Afonso IX teve que enfrentar e, ao mesmo tempo, apresentar o matrimónio deste com Teresa Sanches como ilegítimo e inválido, fruto de maus conselhos. A questão da sucessão (quer a difícil sucessão de Fernando II, quer a incógnita em torno à de Afonso IX) nem parece colocar-se no *Chronicon Mundi*.

Os princípios que prendem o *tudense* a semelhante análise já foram indicados, tal como já foi indicado o facto de Rodrigo não apresentar idêntica visão deste caso. É por esse motivo que o arcebispo de Toledo desenvolve um pouco mais o episódio em torno da sucessão de Afonso IX, conferindo a Teresa (e, sobretudo, a Berengária) um papel muito mais preponderante do que se poderia prever tendo em conta as palavras de Lucas. Uma vez que alguns dos aspectos em torno a este episódio já foram analisados e

---

<sup>510</sup> Esta expressão, que já se utilizava nos séculos XIII-XIV, foi celebrizada sobretudo por Ramón Menéndez Pidal. Uma análise do seu significado e utilização pode encontrar-se em MARAVALL, José Antonio – *El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media*.

<sup>511</sup> Deve alertar-se para o facto de terem existido duas filhas de Sancho cujo nome foi Teresa. A filha legítima, resultado do matrimónio de Sancho com Dulce, é precisamente esta a que se refere. A outra filha de Sancho, que também ficou conhecida como Teresa Sanches, é fruto do relacionamento do monarca com Maria Pais Ribeira, mais conhecida como “Ribeirinha”.

contextualizados, deve observar-se o fundamental sobre a envolvimento de Teresa, de acordo com Rodrigo.

Dos três momentos no *De rebus Hispanie* em que Teresa assume um papel central, dois não foram ainda apreciados, uma vez que o primeiro se relaciona com o matrimônio com Afonso IX e já foi alvo de uma contextualização na obra de Rodrigo. Esses dois momentos que falta analisar encontram-se seguidos no texto, na mesma sequência narrativa que desenvolve o estado do reino de Leão após a morte de Afonso IX.

Referindo a forma como Fernando, já rei de Castela, tinha sido informado sobre a morte do seu pai, Afonso IX, escreve Rodrigo:

*Post hec iterum obsedit Giennum et machinis ualidis impugnauit; set uidens quod cilitas tanta fortitudine preminebat, quod non posset humano ingenio expugnari, habito magnatum suorum consilio recessit inde, et cum ad Daralferciam peruenisset rumor aduenit patrem suum in Villanoua de Sarria ab hoc seculo migrauisse et in ecclesia beati Iacobi traditum sepulture, era MCCLXVIII, et quod etiam regnum legauerat, quas ex regina Tharasia suscepit, filiabus*<sup>512</sup>.

De acordo com este relato, Afonso IX teria deixado o reino de Leão a Sancha e Dulce, filhas do seu primeiro matrimônio, com Teresa Sanches de Portugal, dado que a referência aos filhos não pode incluir o Infante Fernando, que havia já falecido. O *toledano* não tem qualquer problema em referir esta informação, tal como não se coíbe de narrar a forma como Berengária conseguiu ‘dar a volta’ à situação e fazer coroar Fernando III em Leão.

Assim, uma vez tomado conhecimento destes eventos, Fernando, de acordo com Rodrigo, foi informado de que a sua mãe, Berengária, vinha ao seu encontro, tendo sido a “maternal preocupação” para que o filho se apressasse a assegurar-se do reino do seu pai o motivo dessa viagem. Logo nesse primeiro momento, face à forma como coloca as intenções de Berengária, Rodrigo necessita de justificar a posição da mesma, pelo que acrescenta que, já por duas ocasiões, os nobres, os bispos e os concelhos das cidades haviam jurado fidelidade a Fernando por ordem de Afonso IX. Portanto, existia uma legitimidade de Fernando para reclamar o trono que advinha não só de Afonso IX, mas

---

<sup>512</sup> *DrH*, IX, XIII, 295.

também do facto de os três estados sociais terem jurado ao anterior monarca o apoio ao rei de Castela.

A partir desse momento, Rodrigo narra a viagem de Fernando e Berengária em direcção a terras leonesas, fazendo questão de notar que estava presente nesse périplo e, por outro lado, que as várias terras que foram recebendo o monarca castelhano lhe haviam jurado fidelidade. O arcebispo de Toledo nota que a viagem se fez tendo como pontos de paragem os castelos da rainha (Berengária), o que explica essa submissão a Fernando como novo soberano. Todavia, após saírem de Toro, receberam alguns cavaleiros que lhes comunicaram que algumas cidades não estavam tão certas no apoio a conceder a Fernando, uma vez que as infantas Sancha e Dulce pareciam preparar-se para se revoltarem, juntamente com os seus cúmplices. Refere ainda Rodrigo que, apesar disto, todos os prelados de Leão anuíram à entrada de Fernando nas suas cidades e receberam-no como seu soberano. É assim que, afirma Rodrigo – aparentemente devido à posição dos prelados –, todos se submeteram a Fernando III e a revolta planeada não se pôde concretizar.

Deste modo chega ao fim a viagem de Fernando III até Leão, sede do reino, onde virá a ser coroado e é também assim que chega o segundo momento em que Teresa e as suas filhas são referidas neste enredo, sendo que, desta vez, Teresa tem uma participação activa:

*Ibique nuncii aduenerunt ex parte regine Tharasie super compositione internuncia referentes; et licet uerbum magnatibus displiceret, tamen regina nobilis in tantum timuit regni et pauperum uastationem, quod procurauit, ut rex subsisteret Legione et ipsa iret Valenciam de concordia cum regina Tharasia tractatura. Cumque ambe regine Valencie conuenissent, sic sollercia regine nobilis Berengarie procurauit, ut regis sorores regi restituerent omnia que tenebant et ipse essent prouisione contente, quam eis rex et regina nobilis assignarent et, si quid iuris in regno habebant, simpliciter resignarent. Et pacto huiusmodi confirmato rex aduenit et inde omnes iuimus Beneuentum, quo etiam infantas filie regine Tharasie aduenerunt, ubi rex Fernandus et*

*regina nobils eis redditus XXX milium aureorum in locis competentibus assignarunt percipiendos toto tempore uite sue*<sup>513</sup>.

Em toda esta passagem, Berengária sobressai como a figura tutelar de Fernando, auxiliando-o nas suas decisões e, inclusive, chegando a acordos em seu nome. Para além disso, Berengária é apresentada como tendo em vista o bem-estar do reino, procurando evitar o conflito armado. É assim que surge logo no primeiro momento em que, segundo Rodrigo, teriam chegado a Leão emissários de Teresa. A reacção que Rodrigo atribui à aristocracia presente é de desagrado, mas Berengária teria conseguido fazer prevalecer a sua ideia, isto é, deixar o rei em Leão e, em seu lugar, ir ela a Valência de Don Juan (a Coiança medieval) negociar com Teresa. O resultado seria um acordo em que as infantas abdicavam de todos os seus direitos e conformavam-se com o que a rainha e o rei lhes atribuísem. Este aparente estrondoso sucesso ficara a dever-se, como Rodrigo por várias vezes faz questão de referir, ao “engenho” da rainha Berengária.

Por fim, Fernando III teria decidido, já em Benavente na companhia da sua mãe e das suas meias-irmãs, atribuir a estas uma renda anual de 30 mil áureos. Desta forma, termina Rodrigo o relato afirmando que assim conseguira o rei Fernando III o reino sem conflitos e, novamente, dedica uma grande parte da responsabilidade do sucesso a Berengária, que teria conseguido o reino de Leão para o seu filho não com menor acerto do que havia feito de forma semelhante quanto ao reino de Castela.

No cômputo geral, a imagem de Teresa não é alvo de qualquer particularização. Surge apenas como a figura mais visível de uma contenda pela sucessão em Leão. Contudo, este episódio denota mais uma vez a deferência que Rodrigo emprega quando o sujeito do seu discurso é a rainha-mãe Berengária e, por outro lado, a forma distinta como o *toledano* trata um evento que Lucas narrara, provavelmente devido a uma perspectiva que tem como ponto de partida o reino de Castela e não o reino de Leão em si. Também se pode dizer que, ao contrário do que acontece com outras figuras femininas<sup>514</sup>, que nos relatos em questão são invariavelmente menorizadas, a figura de Berengária exerce um papel quase tutelar e exemplar em ambas as crónicas analisadas.

---

<sup>513</sup> *DrH*, IX, XV, 296-297.

<sup>514</sup> Basta lembrar o exemplo do reinado de Urraca (1109-1126) e a forma como tanto Lucas como Rodrigo optam por minimizar a sua governação, bem como o papel que reservam à sua irmã, Teresa, condessa de

### 5.3.2. Afonso II e Sancho II: o renovar da conflitualidade com Leão

As figuras de Afonso II e Sancho II gozam de pouco ou nenhum protagonismo em ambas as crónicas que têm vindo a ser analisadas. No texto do arcebispo de Toledo, a sua presença já foi notada. Surgem apenas nos dois capítulos que se encarregam de tratar a emergência do reino português e Rodrigo preocupa-se sobretudo com o relato de informações de ordem genealógica, sendo muito sintético nos dados que transmite acerca de ambos. Para lá desses capítulos, só a figura de Afonso II é referida uma vez mais, embora apenas para que Rodrigo enquadre o falecimento de Afonso VIII de Castela, dado que, ao que indica o *toledano*, este ocorreu aquando de uma deslocação do monarca castelhano para se encontrar com o português<sup>515</sup>.

Todavia, no *Chronicon Mundi*, Lucas de Tuy alude a ambos os monarcas num contexto de conflitualidade com o reino leonês. No que toca a Afonso II, este é por duas vezes mencionado por Lucas, uma primeira em que o *tudense* alude ao seu casamento com Urraca, filha de Afonso VIII de Castela<sup>516</sup>, e uma segunda ocasião em que relata precisamente os confrontos com Leão. Se a primeira referência não aporta nenhum dado, a questão em torno aos conflitos com Leão deve ser analisada. A passagem refere várias povoações portuguesas que o rei leonês ocupa:

*Intulit quoque Adefonsus rex Legionensis bellum regi Portugalie et cepit Balsamum, Vlgosum, Fresno et ex alia parte Lanosum, Melgazon et Contrastam, quam funditus diruit. Tunc congregati sunt contra ipsum omnes Portugalenses ad prelium, et licet esset rex Legionensis cum paucis, uicit eos in loco qui dicitur Portella de Valdeuez, et cum multis spoliis et gloria magna reuersus est*<sup>517</sup>.

---

Portucale, que surge em ambas as crónicas apenas como a transmissora do condado de Henrique para Afonso Henriques. Sobre esta temática, Maria de Rosário Ferreira desenvolveu vários trabalhos. Consulte-se FERREIRA, Maria do Rosário – *Urraca e Teresa: o paradigma perdido* e ainda *Urraca of León-Castile and Teresa of Portugal...*

<sup>515</sup> *DrH*, IX, XV, 279-280.

<sup>516</sup> “Dedit Lodoico regi Francorum filiam suam Blancam et Adefonso regi Portugalie tradidit Vrracam” – *CM*, IV, 83, 321.

<sup>517</sup> *CM*, IV, 91, 331.

Estes factos ocorrem no contexto da batalha das Navas de Tolosa. De acordo com o relato, enquanto os reinos cristãos peninsulares se uniam para conseguir uma vitória face aos muçulmanos nunca antes vista (na opinião de Lucas)<sup>518</sup>, Afonso IX atacava o reino português. O relato dá conta da conquista de várias praças e ainda de pelo menos um confronto, que se teria saldado numa vitória para o rei leonês, tendo este posteriormente regressado ao seu reino com bastantes bens materiais resultantes do saqueio dessas povoações.

Enquadrar estes conflitos entre Afonso II e Afonso IX de Leão implica contextualizar um cenário mais amplo que recua até à morte de Sancho I. Tendo em conta a marginalidade com que estas passagens contam no *Chronicon Mundi*, esse enquadramento não deverá alongar-se<sup>519</sup>. Sancho I deixara estipulado, no seu último testamento, um dote particularmente generoso para as suas filhas, Teresa, Sancha e Mafalda. Essa deliberação revelou ser um problema em potência desde muito cedo e era uma decisão com a qual Afonso II dificilmente poderia pactuar, uma vez que colocava nas mãos das suas irmãs praças extremamente importantes e estratégicas para o reino, como Seia e, sobretudo, Alenquer e Montemor-o-Velho.

O conflito tornou-se muito complexo<sup>520</sup>, em parte porque uma facção da sociedade se reuniu em torno das infantas, procurando demonstrar o seu desagrado com a sucessão de Sancho I e apoiando o Infante Pedro; em parte porque o conflito, para além de potencialmente desembocar numa contenda interna, poderia também envolver o reino de Leão. É precisamente isso que sucede quando Afonso II toma a iniciativa de cercar os castelos de Alenquer e Montemor-o-Velho, acção que leva Teresa – aquela que era de certa forma a mais proeminente das três irmãs – a pedir auxílio ao seu ex-marido, Afonso IX de Leão, para combater o seu irmão, o rei de Portugal. Nesse sentido, o monarca

---

<sup>518</sup> “Actum est hoc felicissimum bellum in loco qui dicitur Nauas de Tolosa, cui in Yspania simile bellum nunquam fuit” – *CM*, IV, 90, 330.

<sup>519</sup> Sobre este período específico e em particular sobre a incursão de Afonso IX por Portugal no ano de 1212 que Lucas retrata neste excerto, consulte-se MARTINS, Miguel Gomes – *A guerra em Portugal no reinado de Afonso II...*

<sup>520</sup> Hermínia Vasconcelos Vilar desenvolve com algum detalhe as problemáticas resultantes deste conflito, nomeadamente a forte oposição de Teresa às intenções de Afonso II e também do papel do Infante Pedro Sanches, que acalentava aspirações ao trono, e do próprio Afonso IX de Leão. Consulte-se VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II...*, p. 85-103.

leonês, juntamente com figuras como o Infante Pedro ou o próprio filho, Fernando (fruto do matrimónio com essa mesma Teresa), invade Portugal e toma uma parte do Minho e Trás-os-Montes. É essa incursão que Lucas narra, embora reduza ao mínimo a questão uma vez que Afonso IX não sai deste período em torno às Navas de Tolosa particularmente bem-visto, nomeadamente em Roma<sup>521</sup>.

A conflitualidade entre os dois reinos iria terminar com um acordo, celebrado entre os reis de Castela e Leão em Coimbra. Afonso VIII, cuja vitória nas Navas de Tolosa tinha elevado a um estatuto superior entre os monarcas peninsulares, tirava proveito desse contexto para interceder em favor de Afonso II e incluir no acordo a devolução das praças portuguesas ocupadas pelo leonês. Lucas também menciona este acordo, embora apenas refira que este se realizou e que Afonso IX devolveu as terras ocupadas ao rei de Portugal:

*Rex etiam Legionis ex pacto regis Castelle tradidit regi Portugalie omnia castra que abstulerat illi*<sup>522</sup>.

Já no que diz respeito a Sancho II, este é mencionado também por duas vezes. A segunda passagem é apenas um apontamento relativo à ocupação cristã de Elvas<sup>523</sup> que não acrescenta nada sobre a figura do soberano. O outro momento, que é anterior no texto a este, relaciona-se novamente com Leão e com os conflitos entre os dois reinos que se originaram com a morte de Sancho I e sempre pareceram girar em torno da figura de Teresa.

Lucas relata uma expedição que juntaria forças de Leão e Castela, tendo Afonso IX auxiliado o seu filho, Fernando III, que por esta altura reinava já em Castela. Após essa expedição que teria atacado Cáceres<sup>524</sup>, Afonso IX teria voltado as suas atenções

---

<sup>521</sup> Isso devia-se sobretudo à sua recusa de participar na expedição de Afonso VIII de Castela que culminaria na batalha das Navas de Tolosa e que era apoiada pelo papado. Não só Afonso IX não participou como ainda atacou praças sob domínio castelhano. Afonso II viria a dar como justificação para não ter participado pessoalmente nessa empresa militar contra os muçulmanos precisamente o argumento de que necessitava de guardar o reino tendo em conta o conflito com as suas irmãs e a ingerência do monarca leonês, aumentando assim o descontentamento de Roma para com Afonso IX.

<sup>522</sup> CM, IV, 91, 331.

<sup>523</sup> CM, IV, 98, 337. Lucas não refere a ocupação portuguesa, mas antes parece narrar os acontecimentos por forma a dar a entender que os muçulmanos teriam abandonado Elvas devido aos grandes ataques que Afonso IX fizera em territórios próximos.

<sup>524</sup> Afonso IX tomara a cidade de Cáceres em 1229.

para Portugal, isto porque o rei português o teria ofendido de alguma forma (que Lucas não especifica):

*Et quia rex Portugalensis regem Legionensem offendit, rex Adefonsus obsedit castrum ipsius, quod dicitur sanctus Stephanus de Chaues et cepit illud. Sed facta pace cum rege Portugalie misit nobiles regni sui cum duce Martino Sancii, qui depredantes terram Maurorum fere usque ad Hispalim accesserunt*<sup>525</sup>.

Embora Lucas atribua pouca importância à incursão de Afonso IX até Chaves, algo que se vê pela forma como não procura enquadrar (nem justificar) a actuação do leonês e também pela forma como prontamente refere que os monarcas chegaram a acordo, a verdade é que esta ‘escaramuça’ representa um problema muito maior do que o tudense deixa entender. E um indício desse problema encontra-se até nos dados que o próprio bispo tudense inclui neste excerto, nomeadamente quando Lucas refere a participação nesta expedição de Martim Sanches, que neste período seria tenente de Límia.

Esta expedição de Afonso IX a Chaves<sup>526</sup>, que acabaria por resultar na posse leonesa do castelo de Santo Estevão de Chaves durante aproximadamente uma década, ocorreu nos inícios dos anos 20, e está directamente relacionada com a questão dos castelos e rendimentos atribuídos por Sancho I às suas filhas, questão essa que atravessara todo o reinado de Afonso II e configurava, ainda no início do reinado de Sancho II, um grave problema para a coroa.

Afonso IX toma, de facto, o castelo de Santo Estevão de Chaves e, também como refere Lucas, existe um acordo entre os monarcas, mas este não prevê a entrega do castelo ao monarca português. O acordo, datado de 1223, previa uma solução para a questão com as infantas que tinha sido o pretexto do leonês para envolver-se uma vez mais nos problemas do reino português. A posse do castelo por parte do leonês, de acordo com Hermenegildo Fernandes, seria uma forma de pressionar Sancho para que este acedesse a uma operação conjunta além-Tejo, algo que sucede em 1226<sup>527</sup>. De resto, Lucas viria a

---

<sup>525</sup> CM, IV, 96, 335-336.

<sup>526</sup> Existem várias alusões a este acontecimento e ao seu significado em FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*, p. 50, 112 e 118.

<sup>527</sup> FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*, p. 118.



aludir a essa expedição, afirmando que enquanto Afonso IX devastava vários locais, Sancho II atacou, numa ofensiva conjunta planeada, a povoação de Elvas:

*Similiter Sancius rex Portugalie cum exercitu suo omnia que erant circumcirca Elues, uastauit, et ambo reges ad propria reuersi sunt*<sup>528</sup>.

Quanto à figura de Martim Sanches<sup>529</sup>, embora Lucas não relacione este Infante português directamente com a expedição leonesa a Chaves, aludindo apenas à sua figura após constatar que os dois monarcas haviam chegado a um acordo, o seu papel terá sido muito mais relevante. Com efeito, o filho bastardo de Sancho I cedo sai do reino, após a morte do pai, para Leão, onde viria a receber a tenência de terras muito próximas à fronteira com o reino de Portugal. Desde então desempenharia, conjuntamente com o seu meio-irmão, Pedro Sanches, também ele em determinados momentos a partir de Leão, um papel aglutinador das posições contrárias à governação de Afonso II.

Esta conjuntura viria a marcar também o reinado de Sancho II, sendo que os seus tios, sobretudo Pedro Sanches, viriam, inclusivamente, a desempenhar um papel importante em todo o longo processo que desembocaria na destituição do monarca português, como demonstra Hermenegildo Fernandes. Porém, neste contexto dos anos iniciais do reinado de Sancho II, a referência a Martim Sanches deve tomar-se precisamente como uma indicação daquela que era uma grande intromissão leonesa no reino português, sempre ainda justificada pelos direitos da infanta Teresa, cujos interesses Afonso IX estaria a tentar proteger. O papel de relevo que os dois infantes portugueses, Martim e Pedro, viriam a desempenhar na corte leonesa nos anos finais do reinado de Afonso IX deve ser entendido como parte da estratégia do leonês.

O próprio Martim Sanches teria, nos inícios da década de 20, desenvolvido actividades militares no Entre-Douro-e-Minho, na qualidade de tenente de Límia e Toronho<sup>530</sup>. A conflitualidade manteve-se num estado latente mais ou menos ao longo de toda essa década de 20, tendo a morte de Afonso IX (1230) contribuído para uma alteração profunda do cenário político ibérico. A reunião, sob a figura de Fernando III,

---

<sup>528</sup> CM, IV, 96, 335-336.

<sup>529</sup> Hermenegildo Fernandes enquadra com clareza o papel dos tios de Sancho II naquelas que foram as várias questões com Leão ao longo do reinado do quarto rei de Portugal. Sobre este período da década de 20, consulte-se especificamente FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*, p. 44-53.

<sup>530</sup> FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*, p. 45-46.

dos reinos de Castela e Leão criava um “formidável bloco político no centro da Hispânia”<sup>531</sup> ao qual Portugal não era certamente alheio. Ainda em 1231, Fernando III e Sancho II reuniam-se no castelo de Sabugal (então uma praça leonesa), para acordar entre ambos o que era de certa forma o reconhecimento do *status quo*, ou seja, Sancho II reconhecia a solução encontrada para a sucessão em Leão e que passava pela vitória castelhana (algo que não deveria desagradar muito aos partidários do rei português, uma vez que o partido castelhano sempre fora um aliado para equilibrar o palco político ibérico face às enérgicas movimentações de Afonso IX).

Em troca desse reconhecimento português, Fernando III devolvia finalmente o castelo de Santo Estevão de Chaves ao monarca português, colocando assim – pelo menos no plano simbólico – um fim ao conflito que tinha, com base no pretexto dos direitos das infantas Teresa, Sancha e Mafalda, levado a uma prolongada ingerência leonesa no reino português<sup>532</sup>.

---

<sup>531</sup> FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*, p. 195.

<sup>532</sup> O contexto deste acordo e as posições de ambos os monarcas encontram-se descritos em FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*, p. 195.

## Conclusões

Uma vez alcançado o fim deste percurso, que procurou vislumbrar a imagem do reino português e dos cenários que o antecederam no Ocidente peninsular através de dois dos mais importantes textos do século XIII ibérico, é tempo de voltar ao início. Isto é, relembrar alguns aspectos e a sua influência nos assuntos que remetem para ‘Portugal’, para que assim se feche o círculo e se compreenda verdadeiramente até que ponto aquilo que o texto revela vai de encontro àquilo que seria expectável e levou às interrogações iniciais.

Voltar ao início é, desde logo, recordar os objectivos das duas crónicas analisadas. De facto, ambas procuram, de uma forma ou de outra, criar um enquadramento histórico, geográfico, genealógico e, sobretudo, ideológico que permita afirmar que cabe aos reinos de Leão e Castela o papel de verdadeiros continuadores e herdeiros do reino visigodo de Toledo. O mesmo é dizer que, embora com distintos graus de ‘intensidade’, os reinos de Leão e Castela são absolutamente centrais no discurso de ambos os prelados. Esta centralidade não deixa de ser verdade se se tiver em atenção que, ainda assim, tanto um como outro têm claramente uma predilecção por um dos reinos, que encaram como sendo de certa forma ‘superior’ ao outro. Tem sido claro para os investigadores que se dedicam a estas obras que Lucas encara Leão como o verdadeiro herdeiro do reino visigodo e Rodrigo não segue pelo mesmo rumo, uma vez que não concede tanta importância a essa ligação. O *toledano* tende a equilibrar o papel de ambos os reinos, procurando conferir alguma vantagem a Castela, sobretudo quando o reino se identifica com o rei, sendo que nesse aspecto não existem dúvidas sobre qual era o rei ideal – Afonso VIII de Castela.

Ambas as crónicas, tendo nascido fruto de um pedido que proveio, nos dois casos, de membros da família real – a rainha-mãe e o próprio monarca –, partilham por esse motivo uma característica ‘oficial’ que investigadores como Inés Fernández-Órdoñez já salientaram. Esse elemento não poderia deixar de influenciar o discurso escrito. Todavia, todas essas características em comum que os textos exibem – sem esquecer, evidentemente, a mais importante de todas, que se prende com o facto de recorrerem praticamente às mesmas fontes – não apagam as várias particularidades que Lucas e

Rodrigo (e, não raras vezes, Rodrigo por oposição a Lucas) deixaram inscritas nos seus textos.

Com efeito, essas diferenças avultam quando se tomam como referente vários pontos de vista. Já se notou que cada um dos prelados demonstra ao longo da sua obra uma certa preferência por um dos dois reinos (Leão ou Castela) e pode identificar-se aqui desde logo uma primeira distinção. Mas até no seu estilo de escrita e, sobretudo, na forma como esta se relaciona com o testemunho que recebe de outros textos, os prelados diferem. Enquanto Lucas segue de uma forma mais literal os textos que recebe, Rodrigo altera quase sempre o latim, colocando por palavras suas mesmo os episódios em que segue por completo a narrativa traçada na fonte a que recorre.

Talvez tão significativo como os elementos no texto é o passado de ambos os cronistas, onde também avultam as diferenças. Se sobre Lucas pouco se sabe, sobre Rodrigo o caso não é o mesmo. A sua pertença a uma família aristocrática importante em Navarra com ligações a Castela e os estudos que se sabe que frequentou em Paris e Bolonha (enquanto Lucas estudou em Leão) podem ser elementos que permitem compreender algumas das distinções nos dois textos. Tal como Juan Fernández Valverde afirmou, as vivências de Rodrigo explicam, de forma parcial, a visão mais alargada que o *toledano* confere à sua obra.

Poderiam enumerar-se aqui mais vertentes em que os textos e os seus autores diferem, mas todos eles foram sendo mencionados ao longo do estudo e importa sobretudo olhar para outros aspectos. Assim, mais significativos para este trabalho do que alguns elementos que se revelam devido a uma diferente concepção do seu ‘ofício’ – ou talvez seja mais indicado dizer, da extensão do seu ‘ofício’ –, são aqueles que demonstram com grande eloquência os objectivos próprios que os dois prelados procuraram incluir no relato que fizeram, conscientes de que o pedido régio era um encargo, mas também uma oportunidade para defenderem ‘causas’ que consideravam suas. Nesse aspecto, para o qual também se chamou à atenção, Lucas entende encetar no *Chronicon Mundi* uma defesa da cidade de Leão, talvez por entender que esta era relegada a um papel subalterno desde a conquista de Toledo, enquanto Rodrigo procura, por vários motivos, manter essa predominância de Toledo, num momento em que esta se via ameaçada.

Paralelamente, Lucas procura ainda exaltar a figura de Sto. Isidoro de Sevilha, patrono do mosteiro leonês onde o *tudense* havia permanecido durante tantos anos (e onde, ao que tudo indica, escreveu a obra). A importância de Isidoro para Lucas leva-o, inclusivamente, a entrar na ‘polémica’ questão da primazia peninsular, defendendo a diocese de Sevilha, algo que coloca o *Chronicon Mundi* em ‘rota de colisão’ com a obra de Rodrigo. A questão da primazia é, com efeito, um dos eixos centrais do *De rebus Hispanie*. É, claramente, um dos aspectos que permite vislumbrar a tal defesa de uma ‘causa’ que Rodrigo, sendo arcebispo de Toledo, entende como sua.

Outros aspectos distintivos existem, como por exemplo o gosto de Lucas pela etimologia ou a forma como em alguns passos da sua obra o registo é mais hagiográfico do que historiográfico, ou ainda como o gosto de Rodrigo pelas informações de carácter genealógico e a sua atenção aos movimentos cristãos em direcção ao sul, nos quais não raras vezes chegou a participar. São ‘gostos’ dos prelados que refletem as suas vivências, mas também os seus receios ou pensamentos sobre determinados temas.

Ainda antes de relacionar todos estes elementos com os excertos referentes a ‘Portugal’, deve referir-se que entre tantos aspectos que tornam ambos os relatos distintivos, sobressai um fio condutor comum a ambos: tanto Rodrigo como Lucas demonstram uma enorme facilidade em recorrer a mecanismos narrativos que lhes permitam alterar o relato do passado para responder aos seus anseios e ao programa político régio que, no fim de contas, patrocinou a escrita das obras. Ou seja, vão além da incorporação, no relato, de temas a que conferem grande relevo uma vez que lhes permite fazer a tal defesa das suas ‘causas’ (como por exemplo quando Rodrigo confere tanta importância aos concílios visigodos do século VI) e chegam a alterar por completo acontecimentos históricos em seu ‘proveito’. Trata-se de uma característica muito comum nos textos medievais de cariz historiográfico, uma vez que o passado era entendido como uma ferramenta para ‘justificar’ o presente. Gabrielle M. Spiegel explana esta ideia com muita clareza:

“It was (...) precisely the ‘truth’ of the past that underwrote the utility of historiography to medieval rulers and political actors, whose interests, to be sure, lay not in recuperating an account of «what actually happened», but in the legitimation of their

propagandistic and political goals. What made the writing of history important in the Middle Ages, despite its absence from the scholarly curriculum, was exactly its ability to address contemporary political life”<sup>533</sup>.

Tendo em mente todos estes aspectos e recordando outros ainda que foram sendo evidenciados ao longo do estudo, é tempo então de olhar globalmente para as respostas a que a análise das crónicas permitiu chegar.

A conclusão mais geral que se pode retirar do estudo destas crónicas deve ser dividida em duas partes. Com efeito, é notório o papel secundário do reino português, ou até mesmo do espaço ocidental peninsular no que toca aos relatos que se reportam a períodos anteriores ao século XII. Tal secundarização do reino em dois textos castelhano-leoneses do século XIII seria, no mínimo, expectável e já se aludiu às razões que envolvem esse papel, bem como também já se fez notar que essa secundarização se sente de uma forma muito mais acentuada no *Chronicon Mundi* do que no *De rebus Hispanie*, fruto dos distintos interesses dos cronistas e da visão histórica mais alargada que Rodrigo imprime ao seu trabalho.

A segunda parte dessa conclusão mais geral é um pouco uma consequência mais ou menos inevitável do tratamento conferido ao reino português. Isto é, partindo para a narrativa tendo em ‘Portugal’ um objecto de menor interesse, é normal que o resultado seja uma imagem mais fragmentada e parcial dos assuntos relacionados com o mesmo. Para além disso, os temas ligados a ‘Portugal’ foram, não raras vezes, como se pôde observar, uma oportunidade através da qual os cronistas entenderam ser propício passar certas mensagens sobre variados tópicos, desde a hierarquização da Igreja peninsular até uma mais abrangente temática sobre como se deveria organizar a sociedade – e em que grupos da mesma poderia a monarquia encontrar os seus mais fiéis sustentáculos.

Assim, as considerações iniciais demonstraram que, de facto, existe nas duas crónicas um reconhecimento do processo de individualização do espaço ocidental peninsular que eventualmente equipara – e faz ultrapassar – Portugal à Galiza. Nesse aspecto, Rodrigo é mais claro do que Lucas no que diz respeito à sua concepção do espaço ibérico e de como a *Hispania* se tinha tornado, no fundo, numa pluralidade de reinos (mas

---

<sup>533</sup> SPIEGEL, Gabrielle M. – *The past as text...*, p. XII-XIII.

não gentes, uma vez que até os muçulmanos ibéricos eram, para o *toledano*, considerados hispânicos tal como os cristãos). Lucas, talvez devido à natureza do pedido de Berengária, ‘esconde-se’ um pouco sob o referente ideológico do reino visigodo, o que lhe remete para um único reino ‘legítimo’ no espaço peninsular.

Outros temas houve que revelaram ser os contextos ideais para a afirmação de certos princípios de cada autor. É dessa perspectiva que se deve entender as referências aos concílios de Toledo no *De rebus Hispanie*, uma vez que Rodrigo elege este ‘palco’ do passado toledano para afirmar, num sentido lato, a importância da hierarquização da Igreja, algo que se evidencia, por um lado, na primazia de Toledo no contexto do reino visigodo e, por outro lado, na consequente submissão de Braga (e Sevilha) a essa hierarquia.

Do mesmo modo, também os episódios referentes aos condes portugalenses e conimbricense do século X serviram a Lucas para revelar o mau exemplo que a aristocracia representava enquanto servidora da monarquia. Deste prisma, é mesmo possível entender o episódio em torno do bispo santo e do conde que envenena o rei como uma confrontação entre os dois grupos sociais privilegiados e a consequente demonstração – evidente, no entender de Lucas – de que a coroa deveria apoiar-se mais nos eclesiásticos do que nos magnates para atingir a boa governação.

O mesmo princípio anti-aristocrático de Lucas pode observar-se quando o tema é o conde Henrique e o seu envolvimento no reino de Leão e Castela e nas guerras com Aragão. Lucas, tal como no caso do episódio do bispo Ataúlfo, congrega aí duas características da ‘sua’ historiografia: o ataque à aristocracia tendo como finalidade demonstrar que esta não é a melhor base de sustentação da monarquia, e o ataque a essa mesma aristocracia tendo como finalidade isentar o monarca de culpas em alguns casos. Embora o *tudense* não tenha problemas em criticar Urraca, é em Henrique que muitas vezes essas críticas recaem.

Rodrigo Jiménez de Rada vai divergir significativamente de Lucas neste aspecto central relativo ao papel que aristocracia e clero têm na sociedade do seu tempo (e repare-se como aqui ambos escrevem sobre o passado, mas procuram defender uma certa posição para os tempos em que vivem). Para o *toledano*, Henrique está longe de ser o culpado do

conturbado período em que governa Urraca. Aliás, Henrique é precisamente, mais do que qualquer outro no *De rebus Hispanie*, o exemplo de como a monarquia poderia governar através do apoio prestado pela aristocracia. Essa posição vê-se na forma como Rodrigo retrata as acções do conde Henrique e quais entende referir especificamente, centrando-se sobretudo na actuação militar do conde.

Tal como o conde Henrique é usado como exemplo pelos dois cronistas, também Maurício ‘Burdino’ o é, embora apenas por Rodrigo. A sua memória já tinha sido utilizada pelo *toledano* no IV Concílio de Latrão e, embora na obra a associação de Maurício a Braga não seja clara, é evidente qual o papel que o ‘anti-papa’ Gregório VIII ocupa na narrativa e quais os alvos que mais sofreriam com a persistência da sua memória.

Afonso Henriques, por seu turno, é objecto de um tratamento distinto por parte dos dois prelados. No que toca ao relato do *tudense*, nota-se claramente um progressivo desaparecimento dos assuntos relacionados com o espaço ‘português’ à medida que este se vai individualizando cada vez mais. A autonomia de Portugal era, para Lucas, no plano da narrativa, um acontecimento que apenas significava que tais assuntos saíam já da órbita de interesse do seu labor. Devido a esse aspecto, Afonso Henriques surge sobretudo em ocasiões onde se opõe a Fernando II de Leão e é, por esse motivo, retratado de uma forma um pouco condicionada, secundária e por oposição ao papel preponderante do monarca leonês que Lucas constrói na sua narrativa.

Já no que diz respeito ao *toledano*, talvez devido ao facto de a sua obra empregar uma visão histórica que se alarga com mais facilidade à totalidade da Península, Afonso Henriques surge como uma figura preponderante do seu tempo. Iniciador de uma dinastia, valente guerreiro que combate os inimigos da fé e lhes conquista territórios. Trata-se de uma caracterização que vai de encontro ao que a maioria dos textos medievais apresenta para o primeiro rei português e que cai particularmente bem com Rodrigo, uma vez que este tipo de actuação era bastante valorizada pelo arcebispo de Toledo. Ainda assim, também no seu relato a personagem de Afonso Henriques é uma oportunidade para interferir no equilíbrio peninsular da época. Se Lucas coloca o monarca português como o contraponto de Fernando II de Leão, Rodrigo, através de alterações mínimas nos episódios que recebe de Lucas (como Badajoz, por exemplo), vai procurar equilibrar mais



o papel de ambos os monarcas tendo em conta a presença de um terceiro monarca ibérico, Afonso VIII, cuja menoridade neste período representava uma fragilidade que o *toledano* entendia ser necessário suavizar na narrativa.

De certa forma, os pressupostos que se referiram para Afonso Henriques continuam presentes em Sancho I. Em Lucas, Sancho I é uma figura já muito apagada, como se disse, porque os destinos de Portugal enquanto reino já não eram um interesse do *tudense*. Quanto a Rodrigo, este alude a Sancho I quase nos mesmos moldes em que se referira ao seu pai e antecessor no trono, isto é, valorizando a vertente guerreira da sua governação, bem como referindo alguns aspectos da política interna e aludindo a informações genealógicas, que eram um interesse particular seu.

As últimas figuras a serem analisadas revelam muito pouco, embora ainda se possa aferir um ou outro aspecto. Deste modo, os episódios em que Teresa Sanches é protagonista, embora girem em torno de uma questão tão importante como a sucessão do reino de Leão, são sobretudo uma oportunidade para Rodrigo enaltecer a rainha-mãe, Berengária. Se, tal como vários historiadores, se aceitar a polarização do poder em torno de Fernando III e, por outro lado, sua mãe, Berengária, tendo ainda em consideração que Rodrigo teria ficado do lado desta, então compreende-se a leitura destes episódios como uma forma do *toledano* deixar bem claro a quem o monarca devia o poder, tanto em Leão, como em Castela.

Por fim, Afonso II e Sancho II desempenham um breve papel nas crónicas. Os episódios em que são referidos, sobretudo por Lucas, são indicativos de que se tratou apenas de mais um momento em que o *tudense* entendeu deixar inscrita na obra aquela que acreditava ser a superioridade de Leão face a Portugal.

No cômputo geral, destacam-se dois tipos de momentos em que os cronistas entendem trazer ‘Portugal’ ou o espaço eventualmente transformado em ‘Portugal’ ao seu relato. Um primeiro tipo prende-se com o papel desse espaço político no quadro peninsular e normalmente revela-se apenas como uma forma de cada um constatar uma relação de forças que mais lhe interessa. Sobretudo no texto de Lucas, Portugal enquanto reino é quase apenas um ‘barómetro’ da preponderância leonesa. Rodrigo procura equilibrar essa relação de forças em benefício de Castela e apresenta, como já se referiu,

um maior interesse pelo reino português como actor político por direito próprio no panorama peninsular.

Um segundo tipo de episódios em que esse mesmo sujeito historiográfico surge nota-se sobretudo nos momentos anteriores à emergência do reino português e pode caracterizar-se como a utilização, por parte dos cronistas, dos mais variados eventos e personagens tendo como finalidade a afirmação no texto de princípios ideológicos que ora iam de encontro à centralidade castelhano-leonesa ora, mais frequentemente, iam de encontro às pretensões dos próprios autores. Aqui não interessava tanto o sujeito em si mas antes o que através dele se conseguia constatar.

Foi através desses episódios que Lucas e Rodrigo procuraram estabelecer uma série de ideais seus relacionados com os mais variados temas. Alguns deles, como os episódios em torno dos condados do século X ou até do conde Henrique, não tinham muito que ver com as figuras em questão, mas antes com a visão da sociedade ideal de cada prelado. Outros, porém, como os concílios de Toledo ou Maurício ‘Burdino’, foram episódios claramente inseridos na narrativa com propósitos específicos de prejudicar instituições como a Igreja bracarense.

Da amálgama de elementos que directa ou indirectamente interessavam a este estudo sobressai uma imagem secundarizada do papel do espaço ocidental, tal como sucede para Aragão e Navarra ou ainda mais para os espaços dominados pelos muçulmanos. A perspectiva determinante era a castelhano-leonesa e, portanto, esta dimensão seria de esperar. Todavia, dentro desse papel secundário de ‘Portugal’, vários excertos revelam ser de uma importância significativa como testemunhos de diversos processos históricos, sendo que as crónicas em questão acabam por valorizar ainda mais esses testemunhos pela circunstância de, como se alertou no início do estudo, se tratar dos dois primeiros textos ibéricos que primeiramente observam uma Península Ibérica onde já se encontra implantado o reino de Portugal.

## Referências bibliográficas

### Fontes:

*Crónica de Alfonso III*, edição e índices de António Ubieto Arteta. Valência: Editorial Anubar, 1971.

FALQUE, Emma (trad.) – *Historia Compostellana*. Introdução, tradução, notas e índices de Emma Falque. Madrid: Ediciones Akal, 1994. ISBN: 84-460-0417-8.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da – *Crónicas Breves e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: [s. ed.], 2000.

*Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 316 p. (Obras clássicas da literatura portuguesa – literatura medieval; 8).

*Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica, texto integral. Apresentação, introdução, notas e bibliografia por Manuel Augusto Rodrigues. Prefácio, critérios de transcrição e aparatos críticos por Avelino de Jesus da Costa. Transcrição e sumários por Maria Teresa Nobre Veloso. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999. ISBN: 972-594-091-1.

LUCAS TUDENSIS – *Chronicon Mundi*. Cura et studio, Emma Falque. Corpvs Christianorvm: continuatio mediaevalis. Turnhout: Brepols, 2003.

RODERICI XIMENII DE RADA – *Historia de rebus Hispanie sive Historia Gothica*, cura et studio Juan Fernández Valverde. Corpvs Christianorum Continvatio Medievalis, vol. LXXII. Turnhout: Brepols, 1987.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*. Introdução, tradução, notas e índices de FERNÁNDEZ VALVERDE, JUAN. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

### Estudos:

ALVAREZ PALENZUELA, Vicente Angel – “Naycimimento de Portugal en el ámbito del Imperio Hispánico”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. II: A política portuguesa e as suas relações exteriores. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 185-199.

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da «Reconquista» (século IX-1137)*. Porto: [Edição de Autor], 2007. Tese de Doutoramento.

AMARAL, Luís Carlos – “A vinda de S. Geraldo para Braga e a «nova restauração» da diocese”, in *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008): Colóquio de estudos e outros actos comemorativos*. Braga: Faculdade de Teologia-Braga (UCP), 2011, p. 157-192.

AMARAL, Luís Carlos – “As sedes de Braga e Compostela e a restauração da metrópole galaica”, in LÓPEZ ALSINA, Fernando; MONTEAGUDO ROMERO, Henrique; VILLARES, Ramón; YZQUIERDO PERRIN, Ramón (ed.) – *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, 2013, p. 17-44.

AMARAL, Luís Carlos – “A restauração da diocese do Porto e a chegada do Bispo D. Hugo”, in AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portucalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2017, p. 23-45.

AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. Coleção Rainhas de Portugal, vol. I.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “A estratégia afonsina na fronteira noroeste”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. II: A política portuguesa e as suas relações exteriores. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 83-93.

ANTUNES, José – “A versão portuguesa do ‘Tratado’ de Tui (1137). Uma interpretação diferente da de Paulo Merêa e de outros historiadores”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 34-43.

ARIZALETA, Amaia – “Ut lector agnosceret: discurso y recepción en la obra de Rodrigo Jiménez de Rada (primera mitad del siglo XIII)”, in *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, nº 26, 2003.

BALIÑAS PEREZ, Carlos – “La «Estremadura» Gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, nº 15, 1, 1998. ISSN: 0871-164X, p. 139-162.

BARROS, Amândio Jorge Morais; TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la – “Nas origens de Ciudad Rodrigo”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. V: sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 275-286.

BARROS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, in *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 4, 1994, p. 27-40.

BARBOSA, Manuel – “A funcionalidade profética (ou intenção pedagógica) do ‘Chronicon mundi’ de Lucas de Tui”, in *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (Lisboa, 1 a 5 de Outubro de 1991), org. Aires A. Nascimento e Cristina A. Ribeiro. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. ISBN: 972-8081-06-5, p. 307-311.

BARROCA, Mário Jorge – “Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior”, in *Beira Interior – História e Património*. Guarda, 2000, p. 215-238.

BARROCA, Mário Jorge – “Da Reconquista a D. Dinis”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. ISBN: 972-42-3071-6.

BISHKO, Charles Julian – “Count Henrique of Portugal, Cluny, and the antecedents of the «Pacto Sucessório»”, in *Spanish and Portuguese Monastic History (600-1300)*. Londres: Variorum Reprints, 1984. ISBN 0-86078-136-4.

BRANCO, Maria João Violante – “Portugal no reino de Leão: etapas de uma relação (866-1179)”, in *El reino de León en la Alta Edad Media*, vol. IV: La Monarquía (1109-1230). León: Centro de Estudios y Investigación “San Isidoro”, 1993.

BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Colecção Reis de Portugal, dir. de Roberto Carneiro, coord. de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, vol. II. ISBN: 972-42-3867-9.

BRANCO, Maria João Violante – “Antes da independência de Portugal”, in *História Portugal e Espanha: amores e desamores – 900 anos de fronteira partilhada*.

Coord. Artur Teodoro de Matos, João Paulo Oliveira e Costa, Roberto Carneiro, vol. I, 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores: Centro Português de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2015, p. 13-99.

CANTARELLA, Glauco Maria – *Pasquale II e il suo tempo*. Napoli: Liguori Editore, 1997. ISBN: 88-207-2643-2.

CINTRA, Luís Filipe Lindley – “Introdução”, in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, vol. I. Academia Portuguesa da História, Fontes Narrativas da História Portuguesa, nº 2. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951, p. CCCLVIII-CCCLIX.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “O foral do Porto, concedido pelo bispo D. Hugo, no contexto da política foraleira do período condal”, in AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portucalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2017, p. 327-339.

COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, II vol.

CRESPO LÓPEZ, Mario – *Rodrigo Jiménez de Rada. Vida, obra y bibliografía*. Fundación Ignacio Larramendi (versão digital disponível desde 10/03/15). Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2015.

CRUZ, António – “Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra”. Textos publicados e introduzidos por António Cruz. *XI Centenário da Presúria de Portucale*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

DAVID, Pierre – “L’énigme de Maurice Bourdin”, in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora, 1947.

DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape. L’Espagne et Rome (586-1085)*. Paris: Éditions Classiques Garnier, 2010. Bibliothèque d’histoire médiévale, vol. I. ISBN: 978-2-8124-0106-0.

DÍAZ, Pablo C. – *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Ediciones Akal, 2011. ISBN: 978-84-460-2850-5.

ESCUADERO MANZANO, Gonzalo J. – “La «despoblación» y «repoblación» del valle del Duero: la problemática de las fuentes y el debate historiográfico”, in *Estudios Medievales Hispánicos*, nº 5, 2016, p. 151-172.

ESTELLA ZALAYA, Eduardo – *El fundador de la catedral de Toledo. Estudio histórico del pontificado de D. Rodrigo Ximénez de Rada en la sede toledana, con la documentación original del Archivo capitular 1208 – 1247*, Toledo: Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo, 1926.

ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, trad. J. da Providência Costa. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.

ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*, trad. A. Pinto de Carvalho. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

ERDMANN, Carl – *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de rei*, Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

ESTEFÂNIO, Abel – “O «pacto sucessório» revisitado: O texto e o contexto”. *Medievalista*, nº 10 (jul.-dez. de 2011) [consultado em 06/10/2017]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10/estefanio1002.html>.

ESTEFÂNIO, Abel – “Proposta de aclaração do «pacto sucessório» à luz de novos dados”. *Medievalista*, nº 16 (jul.-dez. 2014) [consultado 11/01/2018]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/estefanio1603.html>.

FALQUE, Emma – “Una edición crítica del ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, nº 24, 2001, pp. 219-233.

FALQUE, Emma – “Introducción”, in Lucas Tudensis – *Chronicon Mundi*. Cura et studio, Emma Falque. Corpvs Christianorvm: continuatio mediaevalis. Turnhout: Brepols, 2003, p. VII-CLXVIII.

FALQUE, Emma – “Lucas de Tuy, falsificador”, in *Antigüedad y cristianismo – «Realidad, ficción y autenticidad en el Mundo Antiguo: La investigación ante documentos sospechosos»*, nº XXIX. Murcia: Universidad de Murcia, 2012. ISSN: 0214-7165, pp. 189-198.

FALQUE, Emma – “La Historia Compostelana en el panorama de la historiografía latina medieval”, in *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013, p. 461-486. ISBN: 978-84-92923-53-3.

FEIGE, Peter – “La primacia de Toledo y la libertad de las demas metropolis de España. El ejemplo de Braga”, in *La introducción del Cister en España y Portugal*. Burgos: Editorial La Olmeda, 1991, p. 61-132.

FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Coleção Reis de Portugal, dir. de Roberto Carneiro, coord. de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, vol. IV. ISBN: 972-42-3727-3.

FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis – “De Lucas de Tuy a Alfonso el sabio: idea de la Historia y proyecto historiográfico”. *Revista de poética medieval*, nº 12, 2004.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – “De la historiografía fernandina a la alfonsí”. *Alcanate - Revista de estudos alfonsís*, n.º 3, 2002-2003, p. 93-133.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – “La técnica historiográfica del Toledano. Procedimientos de organización del relato”, in *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, nº 26, 2003, p. 187-221.

FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan – “Introduccion”, in JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Historia de los hechos de España*. Introdução, tradução, notas e índices de FERNÁNDEZ VALVERDE, JUAN. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 13-52.

FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, vol. I. Braga: Edições da Mitra Bracarense, 1928-1935.

FERREIRA, Maria do Rosário – “Urraca e Teresa: o paradigma perdido”, *Guarecer on-line* [em linha], Agosto de 2010. Consultado a 30 de Outubro de 2017. URL: [http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca\\_e\\_Teresa\\_Marsupio\\_Guarecer%5B1%5D.pdf](http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer%5B1%5D.pdf).

FERREIRA, Maria do Rosário – “Urraca of León-Castile and Teresa of Portugal: the Iberian paradigm of feminine power revisited by thirteenth and fourteenth century historiography”. *Seminário Medieval 2009-2011*, coord. M. Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Miranda. Porto: Estratégias Criativas, 2011, p. 229-253.



FERREIRA, Maria do Rosário – “Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência”, in *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, nº34, 2011, p. 55-70.

FERREIRA, Maria do Rosário – “O reino de Portugal na «Chronica Adephonsi Imperatoris»”, in *e-Spania* [Em linha], 15 de Junho de 2013 (consultado 29 de Maio de 2018). URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/22317>; DOI: 10.4000/e-spania.22317.

FERREIRO, Alberto – “Braga and Tours: Some Observations on Gregory's *De virtutibus sancti Martini* (1.11)”, in *Journal of Early Christian Studies*, vol. III, nº 2, 1995, p. 195-210.

FURTADO, Rodrigo – *Cuando Portugal era reino de León: una región en el nordeste peninsular (siglos IX-XI)*. Congreso Noroeste Ibérico.

GAIBROIS, M. B. - *Don Rodrigo Jiménez de Rada*. Barcelona: Editorial Labor, 1936.

GARCÍA MORENO, Luís – *Historia de España visigoda*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989. ISBN: 84-376-0821-X.

GARCÍA SANJUAN, Alejandro – “La conquista de Sevilla por Fernando III (646h/1248). Nuevas propuestas a través de la relectura de las fuentes árabes”. *Hispania*, nº 77, 255, 2017, p. 11-41.

GIRARDEL, Stéphanie Jean-Marie – *L'Historia Gothica de Rodrigue Jimenez de Rada (1243): écriture et discours*, Littératures. Université Toulouse le Mirail – Toulouse II, 2007. Tese de Doutoramento.

GOMES, Saúl António – “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. III: D. Afonso Henriques na história e na arte. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 283-295.

GOSTERRATZU, Javier – *Don Rodrigo Jiménez de Rada: gran estadista, escritor y prelado*. Investigaciones históricas sobre la Edad Media. Pamplona: Imp. y Lib. De Viuda de T. Bescansa, 1925.

GRASSOTTI, Hilda – “Homenaje de García Ramírez a Alfonso VII”. *Príncipe de Viana*, nº 25, 94-95, 1964, p. 57-66.

HENRIET, Patrick – “«Sanctissima Patria». Points et thèmes communs aux trois oeuvres de Lucas de Tuy”, in *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, n° 21, 2001, p. 249-278.

HENRIET, Patrick – “Political Struggle and the legitimation of the toledan primacy: The *Pars Lateranii Concilii*”, in ALFONSO, Isabel; KENNEDY, Hugh; ESCALONA, Julio (ed.) – *Building Legitimacy: political discourses and forms of legitimacy in medieval societies*. “The Medieval Mediterranean: peoples, economies and cultures (400-1500)”, vol. 53. Leiden-Boston: BRILL, 2004, p. 291-318.

HERNÁNDEZ, Francisco J. – “La hora de don Rodrigo”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, n° 26, 2003.

HIREL-WOUTS, Sophie – “Cuando abdica la reina... Reflexiones sobre el papel pacificador de Petronila, reina de Aragón y condesa de Barcelona (siglo XIII)”, *e-Spania* [Em linha], 20 de Fevereiro de 2015, mas em linha em 6 de Maio de 2015. Consultado em 09 de Maio de 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/24344>. DOI: 10.4000/e-spania.24344.

JEREZ CABRERO, Enrique – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy (c. 1238): técnicas compositivas y motivaciones ideológicas*. Madrid: [s. n.], 2006. Tese de Doutoramento.

JEREZ CABRERO, Enrique – “El ‘Tudense’ en su siglo: transmisión y recepción del ‘Chronicon Mundi’ en el Doscientos”, en BAUTISTA, Francisco (ed.) – *El relato historiográfico: textos y tradiciones en la España medieval*. Londres: Department of Hispanic Studies, Queen Mary, University of London (Papers of the Medieval Hispanic Research Seminar, 48), 2006, p. 19-57.

LACARRA, José María – *Alfonso el Batallador*. Saragoça: Guara Editorial, 1978. ISBN: 84-85303-05-9.

LEMA PUEYO, José Angél – *Alfonso I el batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*. Gijón: Ediciones Trea, 2008. ISBN: 978-84-9704-399-1.

LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy in the thirteenth century*, Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

LINEHAN, Peter – “On further thought: Lucas of Tuy, Rodrigo of Toledo and the Alfonsine Histories”. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 27, 1997.

LINEHAN, Peter – “Reflexiones sobre historiografía e historia en el siglo alfonsino”. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. Vol. 23. (2000). p. 101-111.

LINEHAN, Peter – “Fechas y sospechas sobre Lucas de Tuy”. *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 1, nº 32, 2002.

LINEHAN, Peter – “Don Rodrigo and the government of the kingdom”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, nº 26, 2003.

LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España Medieval*, ed. Juan Miguel Valero Moreno, trad. Ana Sáez Hidalgo, revisão de trad. Francisco Javier Hernandez. 1ª ed., Salamanca: Edições da Universidade de Salamanca, 2011.

LOMAX, Derek W. – “Rodrigo Jiménez de Rada como historiador”, in *Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas*. Bordeaux: Universidad de Bordeaux III, Instituto de Estudios Ibéricos e Iberoamericanos, 1974, p. 587-592.

MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”, in *Revista de estudios políticos*, nº 73, 1954, p. 81-144. ISSN 0048-7694.

MARQUES, José – “O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?”, in *Studium Dilectum: colectânea de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1999, p. 199-222.

MARQUES, José – “As dioceses portuguesas até 1150”, in *Biblos: Revista da Faculdade de Letras*, 3ª parte da miscelânea em honra do Doutor Salvador Dias Arnaut – “Cultura e práticas rituais”. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002. Vol. LXXVIII, p. 7-59.

MARQUES, José – “A Igreja no tempo de D. Afonso Henriques. Alguns aspectos”, in BARROCA, Mário Jorge (coord.) – *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2017. ISBN: 978-989-8351-75-3, p. 27-69.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de*

Guimarães, vol. V: sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 49-86.

MÁRQUEZ CASTRO, Benito – “Los suevos en el *conventus bracaraugustanus*: su llegada y instalación”, in CONESA NAVARRO, Pedro D.; [et al.] (coord.) – *Antigüedad in progress: Actas del I Congreso Internacional de Jóvenes Investigadores del Mundo Antiguo* (CIJIMA I). Murcia: Centro de Estudios del Próximo Oriente y la Antigüedad Tardia – Universidad de Murcia, 2017. ISBN: 978-84-931372-3-6, p. 585-599.

MARTIN, Georges – “Les juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l’Espagne médiévale”, in *Annexes de Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, vol. 6, 1992.

MARTIN, Georges – “El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes”, in MARTIN, George (dir.) – *La Historia alfonsí y sus destinos (siglos XIII-XV)*, Madrid: Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez, nº 68), 2000, p. 9-40.

MARTIN, Georges – “La invención de Castilla (Rodrigo Jiménez de Rada, Historia de Rebus Hispaniae, V)”. *Identidad patria y mentalidades políticas*, [em linha], 2006, [consultado em 30/05/2017]. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00113284>.

MARTIN, Georges – “Reinar sin reinar: Berenguela de Castilla en el espejo de la historiografía de su época (1214-1246)”, *e-Spania* [Em linha], 1 de junho de 2006, disponível a partir de 07 de abril de 2013 [consultado em 21 de novembro de 2017]. URL: <http://e-spania.revues.org/21608>.

MARTINS, Miguel Gomes – “A guerra em Portugal no reinado de Afonso II, no contexto de Las Navas de Tolosa”, in ESTEPA DÍEZ, Carlos; CARMONA RUIZ, María Antonia (coord.) – *La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa*. Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, nº 5. Madrid: Compobell, 2014. ISBN: 978-84-941363-8-2, p. 443-458.

MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. 2ª ed., Lisboa: Guimarães Editores, 1985, (coleção História e Ensaios), vol. 2.

MATTOSO, José – “As três faces de Afonso Henriques”, in *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº 8. Lisboa: Edições Cosmos, 1992. ISSN: 0871-7486.

MATTOSO, José – “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII”, in *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, (col. Histórias de Portugal, vol. I), p. 49-72. ISBN 972-33-0909-2.

MATTOSO, José – “A realeza de Afonso Henriques”, in *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, (col. Histórias de Portugal, vol. I), p. 213-231. ISBN 972-33-0909-2.

MATTOSO, José – “Portugal no reino asturiano-leonês”, in MATTOSO, José (coord.) – “Antes de Portugal”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. I, p. 441-543. ISBN 972-33-0924-6.

MATTOSO, José – “1096-1325”, in MATTOSO, José (coord.) – “A monarquia feudal (1096-1480)”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. I, p. 1-312. ISBN 972-33-0924-6.

MATTOSO, José – “As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI”, in MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2627-1.

MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Coleção Reis de Portugal, dir. de Roberto Carneiro, coord. de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, vol. I. ISBN: 972-42-3867-9.

MERÊA, Paulo – *De “Portucale” (civitas) ao Portugal de D. Henrique*. Nova edição, completamente refundida. Porto: Portucalense Editora, 1967.

MIRANDA, José Carlos – “Na génese da Primeira Crónica Portuguesa”. *Medievalista* [Em linha]. Nº6, (Julho de 2009). [Consultado 24.10.2017]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. ISSN 1646-740X.

MIRANDA, José Carlos – “Historiografia e genealogia na cultura portuguesa anterior ao Conde D. Pedro de Barcelos”, in *Cadernos de Literatura Medieval - CLP: o contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*. Em memória de Diego Catalán, coord. Maria do Rosário Ferreira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 53-79.

MIRANDA, José Carlos; OLIVEIRA, António Resende de – “Da «Historia Compostelana» à «Primeira Crónica Portuguesa»: o discurso historiográfico sobre a formação do Reino de Portugal”, in CORRAL DÍAZ, Esther (coord.) – *Marsupii Peregrinorum. Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media: actas del Congreso internacional*, Santiago de Compostela, 24-28 marzo 2008. Firenze: Edizioni del Galluzzo – Fondazione Ezio Franceschini, 2010. ISBN 978-88-8450-394-7. [Consultado em 26/02/2017]. Disponível em [http://catalogo.up.pt:80/F/?func=direct&doc\\_number=000820565&local\\_base=FLUP](http://catalogo.up.pt:80/F/?func=direct&doc_number=000820565&local_base=FLUP).

MORA CAÑADA, Adela – “La sucesión al trono en la Corona de Aragón”, in SERRANO DAURA, Josep – *El territorio i les seves institucions històriques: actes de les jornades d'estudi commemoratives del 650è aniversari de la incorporació definitiva del marge dret del riu Ebre a Catalunya*. Ascó, 28 a 30 de Novembre de 1997. Vol. II, 1999. ISBN 84-7935-608-1, p 547-566.

ORLANDIS, José – *Historia de España: la España visigótica*. Madrid: Editorial Gredos, 1977. ISBN 84-249-3496-2.

PÉREZ DE URBEL, Justo – “Los primeros siglos de la reconquista (711-1038)”, in PÉREZ DE URBEL, Justo; ARCO Y GARAY, Ricardo del; VALLS TABERNER, Fernando – “España Cristiana. Comienzo de la reconquista (711-1038)”, in JOVER ZAMORA, José María (dir.) – *Historia de España Menéndez Pidal*, vol. VI. Madrid: Espasa-Calpe, 1992. ISBN: 84-239-4800-5.

PORTELA, Ermelindo – *García II de Galicia, el rey y el reino (1065-1090)*. Burgos: La Olmeda, 2001.

REILLY, Bernard F. – *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI (1065-1109)*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII (1126-1157)*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998. ISBN: 0-8122-3452-9.

REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998.

REILLY, Bernard F. – “Bishop Lucas of Túy and the Latin Chronicle tradition in Iberia”. *The Catholic Historical Review*, vol. XCIII, nº 4, Outubro de 2007.

REILLY, Bernard F. – “Alfonso VIII, the castillian episcopate, and the accession of Rodrigo Jiménez de Rada as the archbishop of Toledo in 1210”. *The Catholic Historical Review*, vol. 99, nº 3, 2013.

RENZI, Francesco – “Dal Portogallo alla Terra Santa. Gli itinerari di Maurizio Burdino (secoli XI-XII)”, in *Il Mediterraneo fra tarda antichità e medioevo: integrazione di culture, interscambi, pellegrinaggi*. Atti del convegno di Cimitile-Santa Maria Capua Vetere, 15-16 Junho de 2017, ed. C. Ebanista-M. Rotili. Napoli, 2018 (no prelo).

RENZI, Francesco – “«Imperator Burdinum Hispanum Romanae sedi violenter imposuit». A research proposal on the Archbishop of Braga and Antipope Gregory VIII, Maurice “Bourdin””, in *Imago Temporis. Medium Aevum*, 12, 2018 (no prelo).

RENZI, Francesco – *Un regno sotto la protezione di San Pietro. I rapporti tra il Portogallo e la Sede Apostolica da una prospettiva romana (1143-1212)*, 32 p. (no prelo).

RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – “El paradigma de los reyes sabios en el ‘De rebus Hispaniae’ de Rodrigo Jiménez de Rada”, in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord.) – *Sevilla 1248: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León*. Sevilla, 1998.

RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – “*Rex strenuus valde litteratus*: strength and wisdom as royal virtues in medieval Spain (1085-1284)”, in BEJCZY, István P.; NEDERMAN, Cary J. (ed.) – *Princely Virtues in the Middle Ages: 1200-1500*, Turnhout: Brepols Publishers, 2007, P. 33-57.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano – *Ramiro II, rey de León*. Burgos: La Olmeda, 1998. ISBN 84-89915-01-6.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana – “Sucesión regia y legitimidad política en Castilla en los siglos XII y XIII. Algunas consideraciones sobre el relato de las crónicas latinas castellano-leonesas”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, nº 16, 2004.

SÁEZ, Emilio – “Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930”, in *Revista de História Portuguesa*, nº 3. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, p. 271-290.

SÁNCHEZ ALONSO, Benito – *Historia de la historiografía española*. Vol. I: hasta la publicación de la Crónica de Ocampo. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones científicas – publicaciones de la “Revista de Filología Española”, 1941, p. 130.

SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Coleccção Fios da história. Porto: Fio da Palavra, 2008. ISBN 978-989-8171-02-3.

SILVA, Tiago João Queimada e – *As metamorfoses de um guerreiro: Afonso Henriques na cronística medieval*. Coimbra, 2011. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média – Espaços, Poderes, Quotidianos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOARES, Torquato Sousa – *Formação do Estado Português (1096-1179)*. Trofa: SóLivros de Portugal, 1989.

SOTO RÁBANOS, José María – “Braga y Toledo en la polemica primacial”, *Hispania*, L/1, n. 174, 1990, p. 5-37.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – “O nascimento de Portugal: uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. *Revista Portuguesa de História*, nº 44. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, p. 29-58. ISSN: 0870.4147.

SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *«In finibus Gallecie»: A «Reconquista» no actual território português – o contexto de um processo dinâmico, 868-1064*. Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em História, especialidade de História Medieval.

SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – “O posicionamento da aristocracia galega nas crises sucessórias da segunda metade do século X no reino de Leão (951-982)”, in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 64, nº 130, 2017, p. 49-89.

SPIEGEL, Gabrielle M. – *The past as text: the theory and practice of medieval historiography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997. ISBN: 0-8018-5555-1.

SZÉLL, Gábor – “The Crisis of the Kingdom of the Suebi. Relations with the Visigoths and the Romans (456–468)”, in *Chronica*, vol. 17, 2017, p. 91-99.



THOMPSON, E. A. – *Los godos en España*, trad. Javier Faci. Madrid: Alianza Editorial, 1971 (El libro de bolsillo – sección: Humanidades).

TORRES LÓPEZ, Manuel (et al.) – “Espanha visigoda: 414-711 de J. C.”, in MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.) – *Historia de España*, tomo III, 2ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1963.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – “D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. IV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 125-135.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – “O culto de Santa Comba e o (re)povoamento do Vale do Dão (sécs. X-XI)”, in *Revista de História Portuguesa*, nº 40. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008-2009, p. 251-271.

VICENTE, António Maria Balcão – “A fronteira do Riba Côa no tempo de D. Afonso Henriques”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. II: A política portuguesa e as suas relações exteriores. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 225-231.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – “D. Afonso II e as Navas de Tolosa: a construção de um rei”, in ESTEPA DÍEZ, Carlos; CARMONA RUIZ, María Antonia (coord.) – *La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa*. Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, nº 5. Madrid: Compobell, 2014. ISBN: 978-84-941363-8-2, p. 481-495.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. Coleccção Reis de Portugal, dir. de Roberto Carneiro, coord. de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, vol. III. ISBN: 972-42-3867-9.

WARD, Aengus – *History and Chronicles in Late Medieval Iberia: representations of Wamba in Late Medieval narrative histories*. Leiden-Boston: Brill, 2011, 220 p. (Later medieval Europe, vol. 7). ISBN 978-90-04-20272-6.